



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rita Maria Gonçalves Ribeiro

A Europa na Identidade Nacional

Junho de 2008



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rita Maria Gonçalves Ribeiro

A Europa na Identidade Nacional

Tese de Doutoramento em Sociologia
Área de Conhecimento em Sociologia
e Metodologia Fundamentais

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Albertino Gonçalves

Junho de 2008

DECLARAÇÃO

Nome: RITA MARIA GONÇALVES RIBEIRO

Endereço Electrónico: rmgr@ics.uminho.pt

Título da Tese de Doutoramento:

A Europa na Identidade Nacional

Orientador:

Professor Doutor Albertino Gonçalves

Ano de conclusão: 2008

Tese de Doutoramento:

Sociologia, Área de Conhecimento Sociologia e Metodologia Fundamentais

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, / /

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A todos os que fizeram a música que me acompanhou nas longas horas de leitura e de escrita – e que algumas vezes, também, me estancou o pensamento para me deter na sua fruição.

Ao Professor Doutor Albertino Gonçalves, pela orientação inestimável desta tese e pela amizade com que o fez.

A todos os que participaram nos grupos de discussão.

À D. Esmeralda Fortuna, pela imensa generosidade.

À Ana Brandão, pela revisão preciosa do texto.

A todos os colegas e amigos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

A todas estas pessoas, que sabem bem dos motivos do meu agradecimento: Joaquim, Francisco, Leonor, Branca, Joana, Teresa, Agostinho e Helena.

A todos os que, não me maçando com tal tema de conversa, me ajudaram a pôr *o doutoramento* no seu lugar – e a fazê-lo!

A Europa na Identidade Nacional

Resumo

A dissertação que se apresenta constitui uma abordagem à questão da identidade nacional na sua relação com a Europa. Trata-se, fundamentalmente, de procurar conhecer a dimensão europeia da identidade portuguesa, procurando compreender como, no último século, Portugal se posicionou face à Europa, que sentido tem a ideia de Europa para os portugueses e de que modo se relaciona esta com a ligação histórica do país ao espaço cultural europeu. Trata-se de analisar como se identificam os portugueses com a Europa e com que Europa se identificam.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, são discutidos conceitos fundamentais como os de nação, identidade e identidade nacional, na tentativa de apurar o lugar do Estado-nação na modernidade e a relevância das categorias identitárias no quadro nacional e pós-nacional. O segundo capítulo consiste numa abordagem aos eixos fundamentais das tematizações mítico-ideológicas da identidade portuguesa, analisando, a partir da produção literária e ensaística, os sentidos que a Europa assume na reflexividade nacional do último século e meio. O terceiro capítulo é dedicado a cartografar o mapa de distâncias entre Portugal e a Europa, procurando-se sublinhar o modo ambivalente como o país se situa relativamente à unificação europeia. Finalmente, no último capítulo procede-se à análise da confluência entre o projecto português e o projecto europeu, nomeadamente, através da moeda europeia, aqui entendida como analisador da relação de identificação dos portugueses com a Europa e do próprio *projecto europeu* de Portugal.

Europe in the Portuguese National Identity

Abstract

This thesis addresses the relationship between the Portuguese national identity and Europe along the following dimensions: the European dimension of the Portuguese identity and how Portugal has positioned itself in relation to Europe during the last century; what meaning the Portuguese assign to the idea of Europe and how this idea relates to the historical connection between the country and the European cultural space. The aim is to analyse how the Portuguese identify themselves with Europe and which Europe they identify themselves with.

This thesis comprises four chapters. The first chapter discusses fundamental concepts such as nation, identity and national identity, the place for the Nation-state in modernity and the relevance of the identitary categories within the national and post-national frameworks. The second chapter focuses on the fundamental axis of the Portuguese identity along mythical-ideological thematizations. It presents the analysis of literary and essayistic productions for the meanings associated to Europe in the national reflexivity for the last 150 years. The third chapter presents a cartography of distances between Portugal and Europe and it shows the national ambivalence towards the European unification. Finally, the last chapter discusses the confluence between the Portuguese project and the European project by using the European currency to analyse the Portuguese identification relationship towards Europe and the Portuguese European project.

ÍNDICE

Agradecimentos
Resumo
Abstract
Índice
Lista de abreviaturas
Lista de gráficos e tabelas

Introdução	1
Nota metodológica	6
Capítulo I	
A identidade de uma nação como objecto sociológico	12
1. A identidade nacional nas teorias da identidade	14
2. Nação, Estado, modernidade e nacionalismo	27
3. Globalização e persistência do nacional	43
Capítulo II	
Portugal e o excesso de <i>identidade</i>	56
1. Construções míticas da identidade portuguesa	59
2. O passadismo lusocêntrico	78
3. O futuro é a Europa	104
4. Sócio-análise de um país	128
Capítulo III	
Portugal europeu: um mapa de distâncias	138
1. Portugal, Ibéria, Europa: a abertura aos projectos federalistas	144
2. Portugal e a Comunidade Europeia: um laço de protecção	164
3. O apoio à integração europeia: sim, mas	176
4. Um patriotismo em forma de oximoro	209

Capítulo IV

Portugal projectado: a Europa nos nossos bolsos	235
1. O euro como "costura" entre a identidade nacional e a pertença europeia	237
2. A identidade europeia como identidade de projecto: o que os portugueses querem ser	260
3. A Europa é dinheiro e com dinheiro europeu somos Europa: adesão e identificação instrumentais	278
Conclusão	299
Bibliografia	313
Anexo	338

LISTA DE ABREVIATURAS

ASDI – Associação Social-Democrata Independente
CDS/PP – Partido do Centro Democrático e Social/ Partido Popular
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CE – Comunidade Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED – Comunidade Europeia de Defesa
EFTA – Associação Europeia do Comércio Livre
MUD – Movimento de Unidade Democrática
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Política Agrícola Comum
PCP – Partido Comunista Português
PME – Pequenas e Médias Empresas
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
UE – União Europeia
UEDS – União da Esquerda para a Democracia Socialista
UEM – União Económica e Monetária

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Quadro 1 – Taxas de participação nas eleições para o Parlamento Europeu

Gráfico 1 – Pertença à União Europeia

Gráfico 2 – Benefício da pertença à União Europeia

Gráfico 3 – Apoio à Moeda Única - Portugal

Gráfico 4 – "Nenhuma dificuldade no uso do euro"

Gráfico 5 – Efeito do Euro na identidade europeia – Portugal

Gráfico 6 – Efeito do Euro e identidade europeia – UE

Gráfico 7 – Vantagem/ desvantagem do euro – Portugal

Gráfico 8 – Vantagem/ desvantagem do euro – UE

*In another country, with another name
Maybe things are different, maybe they're the same.*

Brian Eno, "Mother Whale Eyeless",
Taking Tiger Mountain (By Strategy)

INTRODUÇÃO

*"Pertença a um género de portugueses
Que depois de estar a Índia descoberta
Ficaram sem trabalho. (...)"*

Fernando Pessoa, *Opiário*

Imaginemos um mundo sem pátrias. Pensemos o que faltaria em nós – ou talvez não. Imaginemos que se reconstrói uma pátria sobre outras muitas pátrias – como pode uma sobrepor-se a outras, como podemos devotar-nos a mais do que uma pátria? Imaginemos fronteiras que não separam países, mas que são a memória de países separados. Imaginemos que temos uma pátria e nos pomos a pensar o que fazer com ela. É este o enredo desta tese.

Apesar das fórmulas etéreas com que descrevi os ímpetos pessoais deste trabalho de investigação, na verdade, não pretendo deixar que aqui se imiscuem considerações de outra ordem que não as que as ciências sociais sancionam. Obrigó-me, por isso, a reformular.

Pensemos como o mundo das últimas décadas se aproximou tanto do ponto em que nações e Estados serão dispensáveis. E como, todavia, na quase totalidade, as pessoas mantêm um sentido de identificação tão imperativo com a sua nação – quer seja soberana, quer não. E como, apesar e a par disto, também têm vindo a multiplicar-se vínculos identitários que concorrem com o nacional. Pensemos como a Europa travou a História quando engoliu de uma vez as lacerações sangrentas e impôs a ideia de que, aos europeus, assiste o direito de ambicionar a paz e a prosperidade. Pensemos como se reafectaram as memórias, as fronteiras, as soberanias; pensemos como, lenta e subtilmente, brotou um outro nível de lealdade e pertença que penetrou o quotidiano e já se apresenta como legítima emanação da modernidade europeia. E como, mesmo assim, se havemos de envergar um uniforme, é com as cores nacionais que queremos tingi-lo. Pensemos como uma nação periférica deste continente em construção, que deslizará pela história fora para longe, se vê aguda e abruptamente

recentrada no espaço europeu, onde só a custo se reconhece. Muitos lhe haviam falado já dessa Europa, moderna e próspera; uns, para que corrêsemos sem demora atrás dela, *que ainda a apanhamos*; outros para lhe apontar a decadência moral, temendo que corrompa os perpétuos valores da portugalidade. Convertido à existência moderna, partilhando sucessos e fracassos com os parceiros europeus, ciente da súbita inflexão feita no trajecto secular da sua história, Portugal teve que se repensar. Achei que podia ouvir um pouco das suas cogitações.

No início do século XX é bastante óbvio o que os portugueses escolheram fazer com a sua pátria: decidiram europeizá-la. Com o fim do Estado Novo e do império ultramarino, ultrapassada a turbulência revolucionária, o caminho de regresso à Europa foi pouco menos que uma inevitabilidade. A Europa entrou-nos porta dentro, bem mais do que nós entrámos nela, e reatou-se uma relação que sabíamos mortíça há muito tempo. Por entre a espiral de transformações rastilhada pela revolução de 1974, a integração europeia foi o processo que emprestou mais segurança, estabilidade e confiança ao país e que trouxe consigo um projecto e um sentido de futuro. Estas são razões suficientes para que se torne necessário questionar a relação de Portugal com a Europa, não para perceber o lugar de Portugal na Europa, mas, ao contrário, para entender o lugar da Europa neste país. É assim que me lanço na interrogação sobre a dimensão europeia da identidade portuguesa. O que pretendo é perceber que sentido tem a ideia de Europa para os portugueses e de que modo essa ideia é tributária da relação histórica do país com o espaço cultural e político europeu. Questionar a dimensão europeia da identidade nacional implica analisar em que moldes os portugueses se identificam com a Europa e com que Europa se identificam. É necessário deixar claro que não há uma ideia ou um sentido da Europa; cada povo, cada país, a cada momento da história, foi configurando uma imagem dúctil da Europa, fortemente condicionada pelo próprio processo de construção da nação (cf. Malmberg, 2002). Assim, procuro abordar as

representações que a Europa foi tomando em Portugal, como forma de conhecer os quadros de pensamento que aqui se produziram para abordar o vínculo histórico, cultural e político ao espaço europeu.

Não é, pois, objectivo desta pesquisa trabalhar o problema da identidade nacional *per se*, tão-pouco a nova e mediática configuração a que se vem chamando identidade europeia. Concordo com Strath e Malmberg (2002: 390-391) quando afirmam que "seria demasiado simplista pôr a identidade europeia em oposição às identidades nacionais. A Europa foi e é um elemento activo do nacional (...) e ao mesmo tempo algo diferente e separado do nacional. A Europa é ao mesmo tempo Nós e o Outro. (...) A Europa tem sido tanto um elemento da auto-percepção nacional, a nação como parte da Europa, como uma coisa diferente e exterior à nação". É neste sentido que me interessa interrogar a identidade portuguesa, não com qualquer intuito de explorar especificidades, excepcionalismos ou paralelismos no retrato da família das nações, mas para compreender, de um ponto de vista sociológico, de que forma as múltiplas imagens da Europa foram interpretadas e apropriadas, se e como decorreram daí debates e conflitos relativos aos sustentáculos políticos e ideológicos do projecto da nação e como a construção dos pontos míticos nodais de Portugal participa do movimento histórico de aproximação e distanciamento a esses *sentidos da Europa*.

Trata-se de articular os níveis nacional e europeu, sempre na perspectiva do primeiro, e tentar perceber como os discursos, as posições e os sentidos da Europa cultivados em Portugal concorrem para a estruturação de um sentido nacional, de uma enunciação identitária e das *afinidades electivas* (e das repulsas e marginalizações) dominantes. O facto é que são concomitantes a europeização do nacional e a nacionalização da Europa. Quero com isto dizer que, antes de ser um desígnio supranacional, a Europa é uma metáfora mobilizadora dentro de fronteiras. Bo Strath e Mikael af Malmberg (2002: 9) lembram que "os sentidos das nações estão inscritos nos sentidos da Europa e os sentidos da Europa estão inscritos nos sentidos das nações", mesmo se, acrescento eu, o que encontramos é, por vezes, a não-

inscrição e a omissão. Por isso, avança o mesmo autor, os europeus são parcimoniosos a reflectir sobre " 'Como deve a Europa unir-se?' e as questões travadas no debate público têm sido: 'Até que ponto a nossa nação é europeia?', 'Como devemos relacionar-nos com a Europa?', 'Em que medida devemos ser europeus, ou outra coisa, ou apenas nós próprios?' ", ou seja, o conceito de Europa é mobilizado nos contextos nacionais "como desafio ou como ameaça, como centro ou como margem, como desígnio ou como alternativa" (Malmborg, 2002: 10). Estas têm sido as questões e dilemas que têm atravessado o pensamento português, como o de outras nações europeias, e que têm alimentado a reflexividade identitário-ontológica acerca do âmbito e alcance da ligação que temos mantido com a ideia de Europa ao longo dos séculos. O meu intento foi o de ir em busca das respostas que lhes foram sendo dadas e organizá-las segundo os eixos das representações da auto-definição nacional e da articulação nação-Europa.

Tomar por objecto teórico o próprio país e querer descortinar como na sua *imagologia* e teia de identificações incide e trabalha a ideia de Europa levou-me, com deleite, a produções discursivas do campo da literatura e da filosofia que ameaçaram deixar-me refém das "ideias esplêndidas"¹. Mas ao longo da pesquisa foi ganhando materialidade uma *dobra*, qual Aleph, de onde podia ver em muitas direcções e de muitos ângulos os fluxos semânticos e pragmáticos que ligam hoje Portugal à Europa. A moeda europeia tornou-se, assim, um analisador privilegiado da *costura* identitária que me ocupa, funcionando como uma lente de ampliação que torna os factos mais nítidos e ricos por nela convergirem e se condensarem significados que vemos sistematicamente repetir-se no corpo discursivo coligido sobre o tema.

A tese que apresento está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, desenvolvem-se conceitos fundamentais como os de nação,

¹ Diz o romancista Gonçalo M. Tavares (2006: 13), em reflexão sobre a humanidade da ciência: "A abstracção é útil na ciência se deixares, como no conto infantil, migalhas de pão para identificar o caminho de volta. Porém, por vezes, és tu mesmo que distraído, ou por apetite, devoras a própria possibilidade de regresso. E além, perdido, ficas: nas ideias esplêndidas".

identidade e identidade nacional, procurado sustentar teoricamente a discussão que envolve o lugar do Estado-nação na modernidade. O segundo capítulo consiste numa incursão aos temas axiais das construções mítico-ideológicas da identidade portuguesa, no campo em que se intersectam com a problemática da posição do país face à Europa e a outros espaços de identificação cultural e política. No terceiro capítulo, procede-se ao mapeamento da *relação imaginária* de Portugal com a Europa, desde meados do século XIX até ao presente, procurando realçar o carácter sinuoso e ambivalente que assumiram as representações da *coisa europeia* em Portugal. Finalmente, o último capítulo é dedicado a pensar a identidade nacional na confluência do próprio projecto de unificação europeia, designadamente, por via da *relação prática* que a moeda única veio trazer aos portugueses na sua *relação imaginária* com a Europa, e a analisar como os discursos sobre o euro transportam o próprio *projecto europeu de Portugal*.

Nota metodológica

"Ver as diferenças é um dos métodos. Ver as semelhanças é outro. (...) As classificações e as categorias começam na desarmonia."

Gonçalo M. Tavares (2006)

No quadro da pesquisa teórico-empírica desenvolvida acerca da ideia de Europa na identidade nacional, deparei-me com um problema de escassez de informação qualitativa recolhida em primeira mão. Dito de outro modo, a análise realizada de documentos oficiais e da comunicação social sobre esta relação, e em particular sobre a moeda única, revelou que só muito raramente ouvimos a voz directa das pessoas. Por seu lado, os estudos quantitativos sobre o tema das identidades múltiplas, nacionais e europeia, e sobre o apoio à integração europeia, nas várias dimensões em que esta se desdobra, estão muito desenvolvidos, contando, desde logo, com a representatividade e regularidade com que estas questões são tratadas pelo *Eurobarómetro*, a publicação da Comissão Europeia dedicada à análise da opinião pública europeia. Tendo em atenção o problema teórico que preside à minha pesquisa – o sentido da Europa na identidade nacional portuguesa –, considerei que a sustentação empírica para a elaboração de uma tese deveria cruzar diversos contributos metodológicos, mas onde predominasse a matriz qualitativa. Assim, a minha equação de recolha de dados compôs-se da revisão de bibliografia produzida pela elite intelectual portuguesa sobre o tema da identidade nacional, consulta dos dados publicados no *Eurobarómetro*, consulta de artigos publicados na imprensa portuguesa por ocasião da introdução da moeda única e realização de grupos de discussão².

A opção de recolher informação em primeira mão a partir de grupos de discussão, em lugar de entrevistas individuais ou questionários, encontra

² Também são usadas na literatura metodológica as designações de *focus group* e entrevista de grupo focalizada. Sobre o uso de grupos de discussão na investigação sobre a construção da identidade nacional, designadamente para observação de processos de co-construção dos sentidos de "nação", ver Wodak (1999).

justificação no facto de se tratar de uma técnica que, constituindo, como a entrevista, uma fonte de dados com um elevado grau de profundidade, riqueza e complexidade, acrescenta a vertente do debate em grupo e da formação de opiniões. Sobre este método, diz David Morgan (1997: 2, 6) que se trata “basicamente de entrevistas em grupo, embora não no sentido de uma alternância entre as questões do investigador e as respostas dos participantes. Em vez disso, trata-se da interacção dentro do grupo, baseada em tópicos fornecidos pelo investigador. (...) É o interesse do investigador que fornece o tema [*focus*] enquanto os dados derivam da própria interacção do grupo”. O objectivo fundamental é, pois, o de recolher informação focalizada em tópicos específicos considerados centrais para a compreensão do objecto teórico. A este propósito, Peter Lunt (1996: 79) afirma que os grupos de discussão "são particularmente úteis quando os investigadores procuram descobrir os sentidos e modos de compreensão dos participantes". Senti que, para o meu trabalho, em particular, o uso desta técnica traria a vantagem de superar a individualização na produção do material empírico inerente ao questionário e à entrevista pelo próprio carácter colectivo e semi-público da situação, na medida em que os grupos de discussão acrescentam a própria dinâmica de conversação criada, a confrontação de diferentes posições e a avaliação do carácter consensual ou conflitual do assunto – indo em tudo ao encontro do próprio tema em análise.

Sendo as representações sobre a nação um produto colectivo, é de todo o interesse observar a reflexão sobre elas produzida a um nível colectivo, ainda que numa unidade mínima. Para além disso, por ir além do típico esquema pergunta-resposta da entrevista e apostar na dinâmica de discussão de um assunto, o grupo de discussão é igualmente útil na revelação de novos ângulos de visão para determinados tópicos. A técnica pareceu-me adequada ao tema por parecer haver, em torno da identidade nacional e da europeização do país, um consenso implícito que pode ser desconstruído num contexto de discussão em grupo. Uma reflexão em grupo, entre pessoas reunidas para esse fim, pode potenciar a exploração de sentidos socialmente construídos do que há de *taken for granted* nas ideias

de nação e de Europa, por exemplo, e que raramente são conscientemente pensadas e enunciadas.

Ainda que com um uso limitado, particularmente no nosso país, os grupos de discussão não são uma novidade nas ciências sociais. Robert Merton e Paul Lazarsfeld começaram a usar esta técnica nos anos de 1940, mas foi só na década de 80 que foi retomado o interesse metodológico por esta técnica de entrevista. Aos investigadores que privilegiam a abordagem qualitativa, os grupos de discussão colocam as mesmas questões de validade e fiabilidade que a entrevista individual. Sem querer acrescentar nada ao debate que opõe "quantitativos" a "qualitativos", direi apenas que o balanço de vantagens e inconvenientes inerentes a cada uma das abordagens sugere que ambas são necessárias e proveitosas ao estudo do mundo social, desde que respeitados os procedimentos testados e reconhecidos pela metodologia das ciências sociais. Neste sentido, é hoje pacífico que os estudos quantitativos são cruciais na análise da extensão e inferência causal dos fenómenos, ao passo que os qualitativos são inatacáveis como instrumento de apreensão da complexidade e variabilidade dos factores em jogo nas lógicas sociais. Na impossibilidade de assegurar a replicação de estudos e resultados, os métodos qualitativos compensam com a garantia da validade, isto é, de que medem o que é esperado que meçam e que reflectem de forma adequada o que os entrevistados pensam e sentem sobre determinado tópico (cf. Lunt, 1996: 92; Schensul, 1999: 104).

A opção pelos grupos de discussão foi fundamentada na vasta experiência de pesquisa usando esta técnica, que tem revelado que, assegurada a adequabilidade ao problema em análise, os grupos de discussão apresentam vantagens relativamente à entrevista. Desde logo, o próprio contexto de grupo é significativo, pelo que o grupo de discussão é o meio mais apropriado de replicar as condições da interacção social quotidiana, mesmo se, inevitavelmente, num cenário muito menos natural. Neste sentido, as discussões no grupo permitem acompanhar os processos de formação da opinião pública e de geração de representações sociais, ao propiciar uma interacção dialógica feita de argumentos, contra-argumentos,

refutações e réplicas, que obrigam os indivíduos a posicionar-se continuamente, a contradizer-se, a temperar as suas opiniões e a persuadir os outros da virtude das suas ideias (Lunt, 1996: 88). O grupo de discussão não tem interesse se for tomado como um agregado de opiniões individuais, mas é valioso como contexto de comunicação onde se produzem e reproduzem os sentidos que na vida diária se atribuem aos tópicos em discussão – "os investigadores que usam o método dos grupos de discussão estão mais interessados em opiniões e discursos socialmente expressos, e contestados, do que em obter atitudes individuais" (*idem*: 93). Daí que se transcreva e analise diálogos e não apenas opiniões pessoais. Finalmente, o grupo de discussão fornece uma grande diversidade de respostas aos tópicos lançados a discussão, ampliando o espectro de compreensão, pelo facto de coexistirem posições semelhantes, diferentes e ambíguas. Se, por um lado, se procuram tendências e padrões que se repetem e são comuns a vários participantes, por outro, o investigador é confrontado com uma multiplicidade de discursos que vêm estimular a interrogação. Mesmo a ausência de padrões, a mudança de opinião e as posições singulares podem ser significativas, e não devem ser tidas como inconsistências, porque é isso que acontece na vida real, de forma normal (cf. Krueger, 1998: 34).

Relativamente ao número de grupos reunidos, tratou-se de uma decisão que dependeu sobretudo do critério de saturação, de onde veio a indicação acerca do ponto em que a recolha de mais informação não trazia consigo novos elementos de explicação e interpretação. Como é óbvio, não estiveram em causa preocupações de representatividade estatística que caracterizam os estudos quantitativos, mas a obtenção de respostas para as questões que norteiam a pesquisa. Dos sete grupos reunidos, três foram heterogéneos nas variáveis de género, idade, qualificações e classe social; os outros quatro, por opção, foram homogéneos (um reuniu empresários, um foi composto por estudantes universitários nacionais, outro por estudantes universitários estrangeiros, a estudar em Portugal ao abrigo do Programa de intercâmbio Erasmus, e um foi formado por indivíduos semelhantes do ponto de vista da

idade e da formação escolar). Os grupos de discussão foram conduzidos entre Dezembro de 2004 e Maio de 2006; quatro decorreram em Braga, dois no Porto e um em Chaves (uma descrição resumida de cada um dos grupos pode ser consultada em Anexo). No total, foram entrevistadas trinta e quatro pessoas. As reuniões duraram entre 90 e 120 minutos. Assumi sempre a condução dos grupos, optando por uma moderação activa, tendo em vista evitar desvios extemporâneos às questões e discussões demasiado apagadas ou demasiado apaixonadas. Foi seguido um guião em funil, com um nível médio de estruturação, que permitiu cobrir todas as áreas de interesse para a pesquisa, evitando repetições e proporcionando um fio condutor na conversa (ver Anexo). A interacção processou-se com fluência, cordialidade e espontaneidade em todos os grupos.

A recolha da informação produzida pelos grupos de discussão foi registada através de gravador áudio. Foi ponderada a utilização de registo audiovisual, mas, na opinião dos especialistas, o acréscimo de informação é muito reduzido e não compensa o impacto sobre os participantes de terem sobre si luzes e câmaras, pelo que esta possibilidade foi afastada. A informação assim recolhida foi, de seguida, transcrita na íntegra (com a notação de pausas, hesitações, frases incompletas). A análise iniciou-se com uma indexação da informação, procedendo-se posteriormente ao trabalho de análise de conteúdo, a partir das categorias sugeridas pelos próprios dados e organizadas segundo uma codificação axial (Krueger, 1998: 11).

Da equação de procedimentos metodológicos que enunciei acima resultou um magma de informação que só pôde tornar-se profícuo no quadro de uma abordagem de "síntese interpretativa" ou "meta-interpretação" (cf. Weed, 2008). Na hipótese de este trabalho trazer conhecimento novo sobre o problema teórico das identidades colectivas, isso deriva da convergência de dados empíricos e documentais com um conjunto de feixes teóricos que ligam conceptualmente áreas parcelares de produção ideológica e analítica sobre o tema. De igual modo, foi preocupação constante que quadro teórico e análise empírica fossem elaborados e discutidos paralelamente. Isso implicou um movimento contínuo de iteração entre a construção teórica e a análise

dos dados (Seale, 1999: 91), ou seja, presidiu à elaboração desta tese a ideia de que a geração de proposições teóricas deve ser procedente da sua ancoragem no valor dos dados (cf. Glaser, 1967).

Seguindo este caminho, percorrendo diferentes fontes, apoiando-me em diferentes procedimentos, colecionando materiais distintos, pude perceber que as muitas e dissemelhantes respostas às interrogações centrais que se iam produzindo eram, enfim, organizáveis numa estrutura coerente de resultados. Ou seja, a diversidade de vozes compunha afinal uma partitura polifónica onde era audível um *tema*. Ao sedimentarem-se as recorrências, ao fixarem-se os marcadores simbólicos, iluminaram-se as homologias e percebeu-se o isomorfismo dos vários mapas que se sobrepunham. E só depois disso passei a admitir que o trabalho de investigação que de seguida se apresenta é o primeiro degrau de uma tese.

CAPÍTULO I

A IDENTIDADE DE UMA NAÇÃO COMO OBJECTO SOCIOLÓGICO

*"Quem pode, em raro jogo, escolher o seu País
por aí mesmo está escolhendo a sua vida".*

Agostinho da Silva, 1988: 12-13

"A esperança constante nalgum milagre (...). A vaidade, o gosto de se arrebicar (...). Um fundo de melancolia, apesar de tão palrador, tão sociável. A desconfiança terrível de si mesmo, que o acobarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um herói que tudo arrasa..." – assim descrevia Eça de Queiroz (1947: 418) o carácter de uma das suas personagens, Gonçalo Mendes Ramires, e rematava dizendo que lembrava Portugal.

Não foi só Eça que se deteve na descrição e interpretação do ser íntimo do país; a literatura está pejada de obras onde mais ou menos veladamente a nação portuguesa é objecto de reflexão. Não só o romance, mas também o ensaio filosófico, antropológico e histórico, a poesia e o drama contêm tentativas de apurar qual é a essência nacional, os traços de carácter do ser português, enfim, de chegar ao coração da identidade nacional. Em Portugal como nos outros países. Na verdade, há vários séculos que as nações são objecto do imaginário, o que equivale a dizer que se mobiliza em torno delas um conjunto de mecanismos de construção ontológica que as autonomiza e reifica enquanto entidades simultaneamente reais e simbólicas. Tal processo, que decorre mais sistematicamente desde o século XVIII, mas que, em alguns casos, é identificável em períodos anteriores, conduziu, por vias diversas, à elaboração mítico-ideológica do que é a nação e do que é cada nação em particular. Esse processo de construção ontológica tem como pressuposto a diferença e a singularidade das nações – o que cada uma é, é-

o pelo seu povo, pela sua história, pela sua cultura e, sobretudo, pela fronteira simbólica que a separa e opõe a todas as outras nações.

Se todas as nações são diferentes e singulares, o que marca essa diferença? Como se distinguem, sendo vizinhas, partilhando paisagens, etnias, línguas e actividades? As nações distinguem-se pela sua auto-definição histórica, que, longe de ser uma emanção das origens, é antes o produto voluntarista de um percurso temporal fixado em sucessivas representações do querer-ser. Em termos mais simples, o que sustenta a distinção entre nações é a identidade nacional, essa quintessência que pretende condensar um território e o povo que o habita e ligá-los umbilicalmente aos tempos imemoriais da origem.

Quando, a propósito de uma entidade como a nação se fala em identidade, entramos em solos movediços, que tanto nos mantêm à tona como, de tanto nos debatermos, nos atolam. É curioso e revelador que o conceito de identidade seja frequentemente convocado para dar conta do laço que une um povo e este a um território (mesmo que mítico), esse sentimento de pertença que marca e identifica todos e cada um dos *filhos da terra*. Para que a noção de identidade nacional possa ser usada como instrumento conceptual de leitura e interpretação neste trabalho, é necessário, mais do que defini-la, atender ao seu carácter movediço e expor as linhas duais que sustentam o seu uso: como conceito firmado, mas sob contestação nas ciências sociais, e como aparelho discursivo e classificatório a operar indiscriminadamente ao nível das construções sociais da realidade. É o que pretendo fazer neste primeiro capítulo, pondo a debate as noções de identidade (nacional), nação, Estado-nação e superação do paradigma nacional.

1. A identidade nacional nas teorias da identidade

Desenvolver uma investigação assente na costura entre a identidade nacional portuguesa e a Europa exige tomar a noção de identidade como uma questão epistemológica que deve ser trabalhada e clarificada antes de ser aceite como unidade conceptual de base. Esta exigência não se deve a quaisquer cânones de rigorismo metodológico, onde cabem sempre bem as desconstruções e definições conceptuais, mas à própria realidade do conceito, que é tudo menos transparente e consensual. Diria mesmo que o conceito de identidade está sob o signo do excesso e da vacuidade: excesso de uso e irritante sensocomunização do termo e, do lado da elaboração científica, a sua transformação em espécie de junta de dilatação, que nos dá a folga necessária para nomear, ligar e pensar uma vasta gama de fenómenos, mas que é em si vazia, ou melhor, plena de indefinição e ambivalência. Disso mesmo deu conta Claude Lévi-Strauss (1977: 331-332), em meados dos anos 1970, referindo-se às múltiplas encruzilhadas em que se situa o tema da identidade e acentuando o carácter puramente teórico da noção: "a identidade é uma espécie de *foyer* virtual ao qual nos é indispensável fazer referência para explicar um certo número de coisas, mas que não tem uma existência real". Por isso, na sua opinião, "toda a utilização da noção de identidade começa por uma crítica desta noção".

Nas abordagens sociológicas do tema surge com frequência como primeiro sinal de alerta o imperativo de acautelar para a "vocação eminentemente relacional" e "não essencialista" da identidade (Pinto, 1991: 218), o que é, por si, totalmente redundante, já que toda a sociologia se faz assente nestes dois princípios. Mas é justificada a ênfase posta neste alerta porque a identidade como construção social é muito permeável às tentações essencializadoras e reificadoras. A identidade é acima de tudo uma auto-definição, de um indivíduo ou grupo, elaborada em oposição ou contraste com hetero-definições, processo no qual se demarcam fronteiras de pertença e exclusão. Ora, quem se define firma uma crença nessa definição e age

imbuído da convicção do que é e do que não é, e essa identificação é tanto mais sólida e inescapável quanto mais inscrita e naturalizada parecer ser. Por isso, as identidades tendem a ser vistas como essências e permanências estanques que classificam o *self* ou o grupo num lugar marcado do espaço social. Daí, também, a eficácia do termo como móbil de reivindicação e resistência em momentos de mudança ou perante modelos dominantes.

Na sua raiz, a identidade remete para o que é idêntico e permanece, para a mesmidade e continuidade do núcleo duro que não sofre erosão significativa ao longo de um trajecto. Mas há no conceito de identidade uma outra dimensão, mais relevante para o pensamento sociológico, que é a da identificação. Uma definição de ser nunca é unilateral, mas, no mínimo, dual, o que equivale a dizer que na definição está subsumida a relação com o outro, quer assuma a forma de identificação, quer a de rejeição. Precisamente, o que do ponto de vista sociológico é contestável é o facto de o conceito de identidade ficar cingido à mesmidade-continuidade, sem dar conta da sua dimensão relacional, estratégica e de poder. Desembaraçado das peias essencialistas e centrado nesta dimensão, o conceito de identidade pode ser teoricamente útil na problematização da questão nacional.

Para superar a reificação como problema epistemológico associado à noção de identidade, há que dissecar cada uma das suas dimensões e garantir que se evitam as armadilhas da ideologia que é comum atravessar os discursos sobre as identidades. O primeiro esforço deve ir no sentido da *desmaterialização da identidade*, isto é, evitar tomar o conceito como objecto coisificado e encará-lo antes como uma *relação prática*, num sentido bourdiano. Esta precaução serve para manter presente que a identidade é antes de mais uma derivação da realidade social e só depois um construto teórico e que, numa e noutra categoria, assume contornos diversos, divergentes mesmo, precisamente porque a teoria procura desmaterializar o que há de coisificante na noção de identidade tal como esta opera no mundo social. Dito de outra forma, a identidade tende a ser apreendida e mobilizada pelos actores sociais como uma âncora inscristiva da sua definição individual e social, ao passo que a teoria sociológica a enquadra numa configuração

volátil de relações de força que determinam a legitimidade contextual da auto-definição.

Enquanto relação prática, a identidade assume todas as dimensões que são recorrentemente apontadas como argumentos contra as tentações essencialistas: 1. a identidade não é fixa, nem exclusivista, mas discursivamente construída e negociada; 2. a identidade não é a emanção ou transcendência de um âmago primordial, mas condicionada por relações de poder estratégicas; 3. a identidade nunca é pura, mas sincrética; 4. a identidade não é una e imutável, mas fragmentada, compósita e em transformação constante; 5. a identidade não é adscrita, mas fruto de processos voluntaristas e aquisitivos. Um conceito estratégico e relacional de identidade³ implica pensar dados em eminente contradição, como foi acima apontado, e conjugar um paradoxo no qual a identidade como conceito e como categoria do real vivido surgem como construções em espelho. Por exemplo, o lado simbólico e dúctil que a história e a sociologia percebem em todas as manifestações identitárias e o facto de elas terem poderosos efeitos sociais que se incrustam na realidade, tornando-se absolutamente reais nas suas consequências. Ao mesmo tempo, há que lidar com a perenidade histórica de certas formações identitárias, compreendendo, todavia, que na continuidade se oculta a mudança estratégica e contextual, o ajustamento aos constrangimentos e a força ideológica do discurso que resgata o passado ao serviço do presente. E há, ainda, que perceber que, sendo a identidade uma afirmação da mesmidade, da pertença e inclusão no que é comum e unitário, ela impõe, para isso, a demarcação da diferença (cf. Hall, 1996: 4) e a delimitação de fronteiras simbólicas com os respectivos efeitos de exclusão do que não pertence ao corpo do nós.

Sem ignorar que a primeira das formas identitárias é a individual, podemos dizer que todas as identidades são colectivas, no sentido em que se constroem em comunidade de práticas, experiências e valores e na medida

³ "As identidades nunca são unificadas, e nos tempos modernos, cada vez mais são fragmentadas e fracturadas; não são singulares, mas construídas multiplamente através de diferentes discursos, práticas e posições, muitas vezes antagónicas e concorrentes. Elas são sujeitas a uma historicização radical e estão constantemente em processo de transformação e mudança. (...) Ainda que pareçam invocar uma origem num passado histórico a que correspondem em linha directa, na realidade as identidades referem-se mais a questões do uso dado aos recursos da história, linguagem e cultura no processo de se tornar mais do que de ser." (Hall, 1996: 4). A identidade é, nas palavras de Moisés Martins (1996: 17), "o campo de um *combate* por uma ordenação simbólica específica".

em que a identidade corresponde à representação social que o indivíduo faz de si mesmo. Não pode, obviamente, haver uma genuína identidade humana individual; o que há é a construção de *habitus*, produto da articulação de disposições individuais e constrangimentos e incitamentos sociais. Mas há formas de identidade mais rigorosamente colectivas – e essas são as que aqui me interessam – por envolverem o sentido de identificação com grupos, de menor ou maior dimensão. Em particular, interessam-me as formas de identificação com as unidades político-territoriais em que se estrutura o mundo – a cidade, a região, o país, as organizações inter e supranacionais – e, de entre estas, sublinho a identificação com o espaço nacional. A esfera nacional reveste-se do maior relevo no que respeita à identificação dos indivíduos nas sociedades modernas. A par do género, da língua, da religião, a nacionalidade é, provavelmente, uma das dimensões que mais rapidamente aflui a qualquer um quando questionado sobre quem é. A pertença nacional constitui mesmo um dos direitos fixados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, art. 15º, 1º: "Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade" e tem direito, também, a mudar de nacionalidade.

A identidade nacional, base conceptual deste trabalho, reflecte no campo nacional o sentimento de pertença que permite associar uma unidade a um conjunto. O mesmo é dizer que se entende por identidade nacional o sentido de identificação e pertença a um espaço nacional, imbuído de uma definição que funda a fronteira simbólica (a que pode acrescer a fronteira física) entre a comunidade de nacionais e os estrangeiros. Aceitar o conceito de identidade para dar conta desta relação prática dos indivíduos com a sua comunidade nacional⁴, implica reafirmar as premissas anteriores relativas ao uso do conceito, isto é, tomar a identidade nacional numa perspectiva construtivista, estratégica e dinâmica.

O estudo das identidades nacionais é um campo perigoso por estar minado pela caução do tempo histórico que todas as nações procuram para legitimar a sua existência e a sua superioridade. A profundidade temporal,

⁴ "O indivíduo vai (...) interpretar a estrutura simbólica do grupo (língua comum, partilha indiscutível dos traços de cultura e de mentalidade, uma solidariedade inelutável dos destinos) como a ordenação simbólica da sua própria vida. E é a consistência simbólica dos projectos de vida individuais e colectivos que assegura a reprodução do grupo" (Martins, 1996: 26).

objectiva ou imaginada, confere às nações um manto de transcendência e primordialidade que as mitifica, e mistifica os processos reais de construção identitária que devem de facto mais ao presente do que ao passado. Esse mesmo nevoeiro imemorial em que, geralmente, situamos as formações nacionais impede de ver as contingências históricas, a geração contemporânea de tradições ou a mescla de contributos étnicos e culturais que, na verdade, moldaram o percurso da nação, em lugar da mitificação ideológica e romântica que produz uma imagem pura e perene da mesma.

Do ponto de vista teórico, não é difícil refutar estas visões essencialistas da nação. Entre muitos outros argumentos vastamente tratados pelos autores da corrente modernista das teorias da nação e do nacionalismo⁵, basta lembrar que a identificação com um espaço nacional não é fixa, nem exclusiva: posso ser hoje portuguesa e, depois de uma experiência migratória, considerar-me mais irlandesa ou até sobrepor as duas identidades e solucionar contextual e estrategicamente a indecisão por uma ou outra pátria. As identidades não são inamovíveis e previsíveis; pelo contrário, e no que diz respeito às identidades nacionais, elas tendem a transformar-se, a compor-se e recompor-se consoante os acontecimentos e as conjunturas, tanto na vertente da identificação e pertença dos membros da comunidade, como na da definição da *substância identitária* e do sentido que lhe é atribuído. Ao mesmo tempo, há que recordar que a esfera nacional não esgota os sentidos de identificação com os espaços político-territoriais, nem essas identificações são exclusivas, porque a identidade não é um jogo de soma nula. Ou seja, no que diz respeito às unidades territoriais em que se organiza o mundo, as identidades têm o dom da partilha, já que podemos sentir em simultâneo a pertença, por exemplo, a Évora, ao Alentejo, a Portugal e à Europa, ou podemos sentir-nos europeus e alentejanos, mas não portugueses, talvez mais franceses, por lá termos vivido algumas décadas. Isto serve para dizer que o modelo dos círculos concêntricos de identidade acima ilustrado, segundo o qual as identidades recobrem espaços geográficos contíguos e cada vez mais amplos, é útil como configuração

⁵ Penso, em particular, em Eric Hobsbawm, Ernst Gellner, Benedict Anderson.

básica, mas perigosamente funcionalista se não for acrescido do dinamismo e complexidade que os processos identitários contêm. Na verdade, as identidades podem ser concêntricas, temporárias, contextuais, podem ser fragmentadas, cruzadas e compostas porque são fruto da volatilidade das relações sociais e das relações de força que as enformam. Mas ao mesmo tempo que uma perspectiva distante e aprofundada revela a sua ductilidade, também uma posição mais imersa no fenómeno das identificações mostra como podem assumir-se irredutíveis e enquistadas. Nada o ilustra tão bem como a concomitância dos nacionalismos regionais (basco, flamengo, etc.) com um crescente sentimento de pertença a uma esfera mais ampla vagamente designada europeia.

Parte do problema aqui indiciado tem a ver com a gestação, no presente, de formas identitárias que não são exactamente as que formataram a modernidade, ou seja, é provável que estejamos em presença de uma viragem de paradigma que acompanha a habitualmente designada passagem da modernidade à pós-modernidade ou à modernidade tardia. A pré-modernidade desconhece a identidade como conceito, mas as pessoas sabem o que são, e o que são é onde e de quem nasceram. A modernidade engendra a noção de identidade, mas chama-lhe outras coisas. O que se é, é-se num colectivo gerado pelas grandes classificações da modernidade (Touraine, 1994: 247): nação, classe, religião... O momento que se segue, ao menos no patamar temporal das sociedades mais desenvolvidas, almeja a que o que se é não dependa da genética do lugar social, mas da *geração espontânea* do sujeito. Desejavelmente, o ser não é ôntico nem profundo; o ser é um estar, efémero, ainda que não superficial. A identidade pós-moderna é uma constelação de identidades, um arabesco de identidades múltiplas, compostas, fragmentadas, fluidas, sobrepostas, um jogo da macaca para saltitar. Ainda estamos a falar do mesmo, ou já não se trata de identidade?

Os poetas, que têm a sabedoria dentro das palavras, sabem dizer num relance o que aos outros leva muitas páginas. Diz o poeta-linguista-tradutor israelita Rami Saari⁶, numa entrevista: "Mais do que em qualquer outro lugar,

⁶ Entrevista conduzida por Alexandra Lucas Coelho, *Revista Pública* (Suplemento de Domingo do Jornal *Público*), 15.Maio.2005.

em Musrara [bairro junto à Cidade Velha de Jerusalém] tenho a sensação de não pertencer a uma só coisa. Porque eu não tenho de ser uma só coisa. E algo que detesto em Israel é esta necessidade de escolher ser uma coisa, como afirmação de personalidade. Não creio que tenha de ser só judeu, só israelita, só homem... (...) Nunca sou sempre o que sou." Mais do que a negação de uma identidade monolítica, é uma breve afirmação que me interessa, por conter *a verdade e o seu contrário* sobre a ideia de identidade: "a necessidade de escolher ser uma coisa". A identidade, a definição do que somos, do que faremos e com quem estamos, a certeza íntima que não nos deixa hesitar quando há que pegar em armas, é afinal uma escolha. Mas uma escolha necessária. Eis a definição perfeita da identidade como a vivemos no presente. O paradoxo da escolha e da necessidade: só aceitamos ser o que julgamos poder escolher, sendo que é um imperativo que 1. façamos uma escolha e 2. façamos essa escolha, porque não quereríamos ser outra coisa. E termina dizendo "nunca sou sempre o que sou", reafirmando que o ser não é inamovível, mas flexível, podendo a auto-definição de cada um serpentear por entre os caminhos e os abrigos que se deseja. Ainda que marcada pelo paradoxo, esta concepção de identidade dá bem a medida das configurações identitárias do presente⁷, fortemente compelidas para abertura de possibilidades, ou seja, em lugar de um ser constrangido a ser o que deve, a "ser uma só coisa", temos um ser forçado a sentir-se livre de escolher e a perceber que a sua escolha pode ser irreduzível, mas pode ser também transitória, débil e cumulativa. Naturalmente, podemos perguntar quem escolhe as escolhas identitárias que fazemos, isto é, o paradoxo latente entre a autonomia do sujeito na sua auto-criação identitária e accional e a correlativa sujeição (mesmo que momentânea ou pululante) às forças de classificação, disciplina e regulação social.

⁷ "A identidade é um processo intrinsecamente ligado à individualização e à modernidade. (...) a identidade como processo histórico é fundamentalmente definida pela capacidade de criação subjectiva. Em termos dinâmicos, ela é o movimento pelo qual o indivíduo reformula cada vez mais a substância social que o constitui. (...) é preciso distinguir, radicalmente, indivíduo e identidade e combater as ilusões subjectivistas, que deixam pensar que o indivíduo é livre de se inventar como deseja, quando ele não é senão o produto da sua história (...). Mas uma vez estabelecido este ponto prévio, o importante é, pelo contrário (...) destacar as modalidades precisas da subjectividade. A identidade é, precisamente, uma das formas principais (senão a forma principal) tomadas por esta última"; "O indivíduo moderno é, com efeito, colocado perante a obrigação de construir e reconstruir incessantemente a sua coerência, em torno de um eixo que não é senão aquilo que se designa por identidade" (Kaufmann, 2004: 80,).

É nesta fase extrema da modernidade (ou a transição para outra era da história) que se ultima o processo de subjectivação de que dão conta Michel Foucault (1994), Alain Touraine (1994 e 2001) e Anthony Giddens (1994). Trata-se da construção radical do sujeito que conduz ao que A. Giddens (1994:1) designa “emergência de novos mecanismos de auto-identidade moldados pelas instituições da modernidade”. De facto, estamos diante de uma forma de auto-criação e montagem, traduzida na referida *geração espontânea do sujeito*, que se dedica à construção e renovação de um estilo de vida e de uma afirmação identitária. Dispondo de “escolhas múltiplas” quanto à ancoragem cultural, ideológica e social do “projecto reflexivo do *self*” (Giddens, 1994: 4), assiste-se na modernidade líquida, na designação Zygmunt Bauman (2004), a uma multiplicação e pulverização das pertenças – o que torna o conceito de identidade uma ilusão óptica, porque o que é supostamente uno resulta estilhaçado. Ora, para este caleidoscópio contribuem tanto as tendências centrífugas que advêm do cinismo e do nihilismo social, que permitem aos agentes do tempo presente gerir a sua imagem de modo subjectivamente coerente, como da autonomização das várias plataformas ou dimensões do espaço social no período moderno.

O que acaba de ser dito em relação à ideia de identidade é igualmente válido para a noção de identidade nacional, com a diferença de que a identificação com um país é tendencialmente vista como mais adscritiva, imutável e exclusiva. É-o, de facto, a um nível profundo, no sentido em que por regra não se nega a pátria e não se escolhem novas pátrias na ausência de situações limite. Todavia, a forma como nos relacionamos com a pátria não resulta de um laço essencial, mas é expressão dos contextos em que nos movemos e que coabitamos. De forma mais clara, os momentos históricos, as relações externas e os laços históricos e culturais com as outras nações, a abertura ou fechamento político-ideológico a diversos segmentos do mundo, a percepção e a vivência do desenvolvimento ou da estagnação e retrocesso dentro de fronteiras marcam, de um modo geral, a teia de sentidos de identificação com o espaço nacional e, por extensão, com os espaços além-fronteiras. Posso ilustrar esta ideia com alguns exemplos

concretos. Quando os portugueses afirmam, em sondagens de opinião, não se interessar pelo país, ou quando uma percentagem considerável deles diz que preferia ser espanhol, não estará em jogo, nas suas respostas, o momento recessivo e depressivo que o país atravessa, bem como a percepção do sucesso do outro lado da fronteira? Quantos dos opositores ao regime salazarista que depreciavam a Selecção Nacional de futebol como veículo da propaganda do regime não são hoje ferrenhos adeptos da Selecção *democrática*? Como é que, nos finais dos anos 1980, nos tornaríamos tão fortes apoiantes do projecto europeu, depois de cinco séculos de império, se não fosse toda a conjuntura de transformação radical ocorrida pós-1974?

Relembro, para melhor discutir a partir da questão nacional, as teses acima enunciadas sobre o conceito de identidade. A mais importante ferramenta para lidar com o essencialismo que impende sobre a ideia de identidade nacional é manter em mente que a identidade de uma nação nunca é a emanção de um âmago primordial, uma espécie de marca d'água da comunidade nacional que persiste no tempo e está indelevelmente inscrita na alma de um povo. Esta é uma definição aceite no campo do imaginário tecido pela produção mítico-ideológica (ensaio, literatura) e amplificada pelos canais mediáticos. Nenhum raciocínio histórico ou sociológico pode ater-se sem grande incómodo a esta acepção. Não que não seja útil, precioso até, fazer a análise crítica de tais obras, pela dimensão estética e pela revelação do pensamento de auto-definição nacional em estado bruto. Mas tal tentação constituir um trampolim para uma abordagem centrada na concepção de identidade nacional como construção, como processo histórico marginado pelos constrangimentos estruturais e pelas acções dos actores envolvidos nesse processo. Podemos especular sobre o que seria a identidade portuguesa se o Estado português nunca tivesse emergido às mãos de Afonso Henriques ou se tivesse sido absorvido plenamente depois de 1580? Podemos especular o que seria a identidade portuguesa se a Reforma e as guerras religiosas tivessem chegado à nossa franja periférica em lugar do Santo Ofício? Podemos especular como seria hoje o país se tivéssemos

participado na Segunda Guerra Mundial, se não tivéssemos mantido teimosamente um império colonial e tivéssemos estado na assinatura do Tratado de Roma em 1958? Não, não podemos sequer especular. Mas podemos perceber que aquilo em que o país se foi transformando é produto de circunstâncias históricas de cariz político, económico e cultural que moldaram a forma como nos sentimos e imaginamos portugueses. O facto é que estas e muitas outras experiências, ou a ausência delas, foram o que moldou o país que hoje habitamos e não um particularíssimo modo de ser português. A questão está em saber de que forma essas experiências marcaram o imaginário nacional e contribuíram para a sedimentação da “*forma mentis*” ou das “cristalizações imaginárias” (Real, 1998) que hoje nos imputamos.

A construção identitária encostada à história e balizada pelas relações de força em que esta se move – de que resulta, a cada momento, uma auto-definição sincrónica e uma identificação com a nação – é o novelo que deve ser seguido para alcançar algo de objectivo sobre a identidade nacional. Se a identificação de um país é fruto das circunstâncias históricas, não é menos verdade que esse percurso é permanentemente reorganizado segundo as linhas da visão estratégica do momento presente, ou seja, o passado que sentimos ser a nossa origem e raiz matricial nunca é meramente o que foi, mas antes o olhar que hoje é lançado sobre esses tempos remotos e que nos devolve o que hoje desejamos ser. Sobre a ordenação discursiva da construção identitária, diz Stuart Hall (1996: 4-5) que "precisamente porque as identidades são construídas dentro, e não fora, do discurso, temos que compreendê-las como produtos de lugares históricos e institucionais específicos, com práticas e formações discursivas específicas, com estratégias enunciativas específicas. Mais ainda, elas emergem no decurso de modalidades específicas de poder, e nesse sentido são mais o produto da marcação da diferença e da exclusão, do que o sinal de uma unidade idêntica e naturalmente constituída. (...) As identidades podem funcionar como pontos de identificação e compromisso apenas pela sua capacidade de excluir, deixar de fora."

É uma evidência que a memória colectiva é extraordinariamente maleável (Connerton, 1993). Ernest Renan (1992: 41) dizia que a sobrevivência de uma nação depende tanto da recordação, como do esquecimento dos acontecimentos relevantes do passado. Os acontecimentos passados nunca são lidos e interpretados como se de uma fotografia se tratasse, mas são filtrados pela *illusio* (Bourdieu, 1997:106-107) do presente. O mesmo é dizer que o passado não é incorporado passivamente; o passado é sistematicamente reescrito – de modo quase sempre não-intencional – e reactivado segundo os interesses, valores e visões do mundo contemporâneo. Quando nos atribuimos uma tradição ou uma matriz original, estamos a adoptar o que nos foi deixado no baú da história, mas fazêmo-lo, como diz Jean Pouillon (1975: 159-160), ao jeito de uma “retro projecção: escolhemos aquilo pelo qual nos declaramos determinados, apresentamo-nos como os continuadores daqueles que fizemos nossos predecessores. (...) para definir uma tradição é necessário ir do presente ao passado e não o inverso. (...) a tradição caminha ao contrário da hereditariedade biológica, mas é frequentemente apresentada de acordo com o modelo desta. É uma filiação inversa: o filho engendra o seu pai e por isso pode atribuir-se muitos progenitores!”. Mas essa “atribuição de progenitores” não significa nem uma escolha, nem uma aleatoriedade: o que do passado se reflecte no presente é aquilo que pode ser pensável e reconhecível nesse momento e que, além disso, vá de encontro às aspirações, necessidades e limites da comunidade ou dos seus grupos dominantes, designadamente as elites intelectuais. Ou seja, é uma escolha oblíqua porque incorpora no passado, de forma plástica e estratégica, a projecção que materializa o querer-ser nacional presente e futuro.

Vimos que um dos argumentos contra a tentação essencialista do conceito de identidade é a afirmação de que não há aí nada de uno e imutável mas, pelo contrário, que se trata de uma edificação voluntarista e em constante transformação. A modernidade forjou-se sobre a noção de fronteira que demarca a diferença, a exclusão e a separação, tanto no que respeita às linhas que dividem as unidades político-territoriais soberanas, como a quase

todas as lógicas classificatórias do pensamento moderno. Mas essas fronteiras que nos habituamos a ver indeléveis nos mapas e defendidas com a vida de muitos são, afinal, permeáveis à multiplicação de vínculos e pertenças identitárias que a modernidade tardia banalizou.

As identificações territoriais não são unitárias nem invariáveis, antes *evoluem* num diapasão que atravessa a cidade, a região, a nação e os aglomerados mais vastos, como associações de países, áreas linguísticas e continentes. Esta perspectiva parece confirmar-se, no caso da Europa, através dos estudos de opinião publicados pelo *Eurobarómetro*, que revelam um curioso (mas previsível) espectro de identificações dos europeus. Quando questionados sobre a sua pertença aos espaços concêntricos contíguos da Europa, os europeus identificam-se, em primeiro lugar e significativamente, com o espaço nacional, seguido pela identificação com a nação e com a Europa, depois com a Europa e com a nação e, residualmente, só com a Europa. A prevalência do vínculo nacional não é surpreendente, como também não o é a crescente adesão, sobretudo entre os mais jovens e nos últimos tempos, às categorias híbridas (cf. Lutz, 2006). Estes resultados mostram que o sentimento de pertença e filiação dos europeus aos espaços concêntricos (não necessariamente na ordem contígua) é baseado em identidades partilhadas, simultaneamente divididas e acumuladas. Ou seja, individualmente e como agregado comunitário, os europeus demonstram que não há nada de imobilizante no vínculo nacional e que este não tolhe a possibilidade de novas auto-definições e de reconstruções identitárias em permanência. Do mesmo modo, as identidades entre as quais se desliza são contextuais, porque, que alguém se defina europeu, belga ou flamengo, depende fundamentalmente do cenário e do momento em que se encontra, o que significa que se trata de uma escolha contextual e estratégica entre várias definições e identificações mobilizáveis. Porém, se é constatável uma tendência crescente para identificações múltiplas com os espaços infra ou supranacionais, na verdade, a nação soberana é o depositário fulcral do sentimento de pertença, se exceptuarmos os casos de nacionalismo regional

como os que encontramos no País Basco, na Catalunha, na Flandres, cuja *geometria variável* é bem mais complexa.

As identidades nacionais europeias têm sobrevivido ao processo de unificação europeia e o vínculo que une os indivíduos ao seu país sobrepõe-se, em geral, a outras pertenças territoriais de uma forma suficientemente forte para suscitar a interrogação sobre a tenacidade de tal laço social. Ora, por mais que ponhamos em questão os conceitos, a realidade com que nos deparamos é a dos sentimentos de pertença e identificação e a correlativa produção de efeitos sociais concretos. Um pouco como para os sentimentos religiosos, podemos não saber o que são e muito menos compreender a ideia de divino, mas, socialmente, estas ideias produzem efeitos poderosos. A identidade nacional pode servir mal como conceito explicativo, mas o que associamos a esta ideia sustenta enormes cadeias de acção social.

2. Nação, Estado, modernidade e nacionalismo

A identidade nacional foi acima descrita como o sentido de pertença e identificação a um espaço nacional, mas precisamente esta definição simples acarreta problemas que nos dão sinal da complexidade do tema. O que se entende por espaço nacional? Um território, uma cultura, uma linhagem de sangue? Percebe-se que para definir a identidade nacional é necessária uma prévia definição de nação, e, de acordo com a literatura sobre o assunto, trata-se de tão espinhosa tarefa que a definição porventura mais consensual é também a mais minimalista e diz que nação é o conjunto de pessoas que se sente uma nação (Emerson, 1960).

Tal como para o conceito de identidade, a primeira nota vai para o imperativo intelectual de evitar a reificação do termo nação. Socorro-me, para isso, do trabalho de Roger Brubaker que, em *Nationalism Reframed* (1996), é enfático a considerar que a nação não pode ser analisada como uma entidade real, substantiva e permanente, mas antes como uma “variável conceptual” e “categoria prática”. Aceitar a concepção substancialista da nação não é mais do que reproduzir o processo social de reificação; para evitá-lo há que ter presente que a realidade da nação não é uma emanção essencialista, mas o produto performativo daqueles grupos que conseguem criar o que pressupõem. Diz o autor: “em vez de nos centrarmos nas nações como grupos reais, devemos centrar-nos (...) na ‘nação’ como uma categoria prática, uma forma institucionalizada, um evento contingente. A ‘nação’ é uma categoria da prática e não (em primeira instância) uma categoria de análise. Para compreender o nacionalismo temos de compreender os usos práticos da categoria ‘nação’, os modos como estrutura a percepção, enforma o pensamento e a experiência, organiza o discurso e a acção política” (Brubaker, 1996: 7). Entender a nação como uma “forma política e cultural institucionalizada” e cravada na história (1996:16) vacina-nos contra as visões substancialistas e essencialistas que nos põem a dois passos de elaborar interpretações míticas da “alma” e do carácter nacional.

A nação, na sua forma estatal, é desde há séculos a organização política dominante. O mundo actual, por mais globalizado que seja, é politicamente estruturado segundo as linhas das fronteiras que separam os Estados-nações; o Estado-nação é a fonte de legitimidade nas relações internacionais e nem uma organização supranacional do calibre da União Europeia é ainda plenamente reconhecida como actor na arena da política externa. Em que consiste, pois, este arquétipo da organização mundial que designamos Estado e, com mais precisão, Estado-nação? Que história podemos traçar-lhe e como se apresentam as suas perspectivas para o presente e para o futuro próximo? O que significa para o indivíduo ser cidadão de um Estado e membro de uma nação?

É consensual que os Tratados de Paz de Vestefália, em meados do século XVII, inauguraram a ordem internacional moderna baseada na soberania dos Estados e, desde então, cada um deles procurou – de forma mais ou menos intensa, mais ou menos artificial – fazer coincidir as fronteiras políticas estatais com as fronteiras simbólicas que demarcam o espaço da nação como cultura, como linhagem de sangue ou como comunidade de valores. Particularmente nos séculos XVIII e XIX, as entidades político-territoriais europeias, antes diluídas por lealdades várias ao mesmo tempo que reunidas pelos Impérios cristãos, empenharam-se, consoante os casos, em dar condição estatal a espaços nacionais já constituídos ou em garantir que às fronteiras políticas conquistadas correspondia um povo, uma cultura, uma nação. Num caso como no outro, a mesma lógica foi-se apurando nestes dois séculos: garantir que Estado e nação eram unidades sobrepostas e indissociáveis, que todo o Estado tinha por base uma nação e que toda a nação tinha o direito a ser um Estado soberano. No seu *Projecto de Constituição para a Córsega*, dizia Jean-Jacques Rousseau (1988): "A primeira regra que devemos seguir é a do carácter nacional: todos os povos têm, ou devem ter, um carácter; caso não o tenham, devemos começar por dotá-lo de um".

A justaposição histórica de Estado e nação, dando origem à condensação conceptual que é o Estado-nação, produziu uma entidade em

que os tradicionais atributos do Estado – território, governo, povo – são imbuídos do *espírito* que anima a nação e, assim, o território não é um qualquer, mas o território dos antepassados, conquistado e mantido a custo de sangue; o governo é prerrogativa dos nacionais e negado aos estrangeiros (a quem se resiste, se necessário, com a guerra) e exercido em nome do povo, que é depositário e agente da *alma nacional*, comunidade de sangue, de cultura, de religião, de língua... O Estado-nação foi o alicerce territorial, político, militar e identitário da época moderna, tornando-se nos dois últimos séculos a base da ordem internacional, primeiramente no mundo ocidental, disseminando-se depois por todos os continentes por efeito dos processos de colonização e descolonização. Na verdade, a sobreposição do Estado e da nação é contingente – só cerca de um décimo dos países são verdadeiros Estados-nação (cf. Smith, 1997: 29; Dieckhoff, 2001: 17) com correspondência perfeita entre uma cultura nacional não fracturada a nível étnico, linguístico ou religioso e uma instituição estatal internacionalmente reconhecida. Portugal é, porventura, um dos mais perfeitos e antigos exemplares.

Se alargarmos o *zoom* histórico, vemos que o processo de constituição do Estado-nação é central e determinante na configuração da modernidade. A era moderna é inconcebível sem as noções de soberania popular, cidadania, direitos, todos traços que a instituição estatal acolheu e desenvolveu. É no seio do Estado que as nações se institucionalizam e engrandecem. É no período moderno que os Estados procuram conter dentro de fronteiras uma única nação, mesmo se efectivamente são mais as comunidades com essa condição e mesmo se para tal é necessário uniformizar (e eliminar) línguas e costumes e impor um sistema educativo nacionalizado, veículo das formas nacionais dominantes. Estamos na era dos nacionalismos, sustentados menos pela nação do que pelo Estado, ao contrário daquilo a que actualmente se assiste – os nacionalismos contra o Estado. Quando, na I Guerra Mundial, os Estados se afrontaram, foram os nacionalismos extremados que contribuíram para tal, incendiando de ódio ao estrangeiro os povos europeus e exigindo soberania e independência para

todos os torrões que se sentiam uma nação por alegadamente partilharem uma história, língua ou cultura.

A grande questão que anima os debates entre os teóricos da nação é a que levanta o problema da relação entre a nação e a modernidade; dito de outra forma, está em discussão se a nação e a sua ideologia são produtos da modernidade ou se são elementos mais remotos que a modernidade incorporou e transformou. Não sendo posições incompatíveis, a verdade é que os autores se têm polarizado em torno de uma e de outra e têm desenvolvido argumentos que, do meu ponto de vista, são questionáveis se apresentados disjuntivamente e altamente explicativos quando tomados como complementares. O busílis da questão é, pois, saber se as nações são uma realidade de muitos séculos (pelo menos datando do final da Idade Média) ou se são uma "invenção" da modernidade, constituindo um instrumento adequado às transformações radicais desta época.

De entre os autores que fazem a nação remontar longe no tempo, Anthony D. Smith é dos mais destacados e o que desenvolve o argumento mais aprofundadamente. Para A. Smith, a emergência das nações deve ser vista na *longa duração* e integrada no fenómeno da etnicidade, negando a exclusividade da definição política da nacionalidade e realçando o papel dos mitos, dos símbolos, das práticas culturais, da história comum e da ligação ao território. O autor admite que são coisas distintas as nações pós-século XVIII e as comunidades étnicas anteriores, mas considera que essas diferenças são mais de grau do que de natureza e que o nacionalismo moderno foi configurado pelas identidades étnicas pré-modernas e, de forma particularmente recorrente, pelas guerras entre populações vizinhas que cristalizaram a noção de fronteira entre 'nós' e os 'outros'. De acordo com a perspectiva etnicista ou processual, as raízes da nação estão no grupo étnico e na identidade cultural colectiva que lhe está associada e que se traduz na partilha de mitos e memórias, de uma história e destino comuns, de um território de origem e de marcadores culturais, tais como símbolos, rituais, língua, religião, heróis e costumes. É neste caldo étnico-cultural (a que se vão acrescentando elementos políticos e cívicos) que se sedimenta a nação ao

longo de séculos. A história dos Estados-nação europeus é a história de núcleos étnicos pré-modernos que dominaram outros grupos e, chegados ao século XVIII, mantiveram ou adquiriram a soberania, constituindo-se como entidades simultaneamente étnico-culturais e político-territoriais, embora com pesos diferenciados em cada caso particular.

Algumas formações nacionais históricas da Europa corroboram esta abordagem étnica da nação, desenvolvida por A. Smith, bem como por uma geração recente de pensadores como J. Armstrong (1982), A. Hastings (1997), W. Connor (1998), J. Llobera (2000) e, de forma mais atenuada, A. Dieckhoff (2001). É o caso de Inglaterra, França, Espanha e Portugal, velhas "nações contínuas" (Smith, 1997: 126) da Europa, que, com grande diversidade histórica entre si, mantêm existência desde finais da Idade Média, ainda que a consciência de unidade nacional não seja extensível a toda a população. Noutros casos, é líquida a existência remota de certas unidades nacionais, coevas das atrás referidas, que se mantiveram incrustadas em grandes impérios ou desagregadas em principados e entidades semelhantes e que só mais tarde, no século XVIII ou XIX, afloraram como Estados soberanos (Alemanha, Itália). Noutros casos, ainda, há razões para crer tratar-se de criações quase acidentais e seguramente artificiais, fruto da desagregação da ordem imperial que aconteceu no século XIX e de que *sobraram* territórios que, sob condições geoestratégicas peculiares e mediante um esforço de construção de uma identidade nacional, irromperam por entre as convulsões da Europa moderna (Bélgica, Áustria, algumas regiões dos Balcãs). Como explicar estas últimas? Como descrever situações em que a erupção nacional (e nacionalista) parece contingente, artificialmente industriada e com escassas raízes naqueles elementos que até agora vimos promotores da formação da nação – grupo étnico, cultura específica, língua, longa história comum?

Foi a esta questão que os teóricos do modernismo procuraram responder desde os anos 1960, centrando-se não na busca da raiz culturalista da nação, mas na ideia da nação como construção. A perspectiva modernista, a que os etnicistas vieram opor-se, explica a nação e o

nacionalismo como erupções funcionais da modernidade, isto é, como variáveis instrumentais manipuladas para consolidar as transformações sociais que se iniciaram na Europa no século XVIII. Neste sentido, o *espírito nacional* não corresponde a um sentimento derivado de séculos de *destino* comum, mas a um movimento de construção da nação de matriz moderna que vai escavar à história elementos legitimadores daquilo que propõe criar. Os símbolos, a história, a cultura comuns não são mais do que apropriações e construções mitificadas para legitimar a existência da nação moderna, convenientemente difundidas e inculcadas na população através dos sistemas de educação dos Estados-nação. Deste ponto de vista, a nação, embora ideologicamente tributária da etnia e das raízes culturais, é histórica e objectivamente livre de determinismos étnicos e culturais. Os mais destacados autores modernistas vão mesmo mais longe e, em tom quase provocatório, afirmam que as nações são meros produtos da criação e burilamento de tradições e identidades nacionais que se ergueram por necessidade das revoluções liberal e industrial e escoraram os interesses das emergentes classes dominantes da era burguesa capitalista. Para Ernest Gellner (*apud* Hutchinson, 1994: 28), "o nacionalismo não é o despertar da auto-consciência das nações. O nacionalismo inventa nações onde elas não existem". Eric Hobsbawm (1990: 10) vai na mesma direcção: "Tal como Gellner, realço os elementos de artefacto, invenção e engenharia social presentes na construção das nações. (...) o nacionalismo vem antes das nações. Não são as nações que engendram os Estados e os nacionalismos, mas exactamente o contrário."

Esta tese de que as nações e as identidades nacionais são inventadas, no sentido em que são forjadas e manipuladas por uma ideologia – o nacionalismo – que acomoda bem as necessidades e interesses das mudanças revolucionárias dos séculos XVIII e XIX, mostrou-se consideravelmente diversificada nos processos históricos que os seus autores elegeram para explicar o padrão nacionalista que moldou o mundo ocidental. Entre outros contributos, encontramos os de Ernest Gellner (1983), que dá atenção à passagem da sociedade agrária, localista e culturalmente

diversa, à sociedade industrial e capitalista, culturalmente homogeneizada por um sistema educativo de massas; John Breuilly (1990), que destaca a força do Estado na imposição das identidades nacionais, e Benedict Anderson (1991), que enraíza as consciências nacionais na explosão capitalista da imprensa e no reconhecimento das línguas vernáculas.

Anderson desenvolve um conceito que, não sendo isento de crítica, descreve bem o elo de pertença nas nações modernas. Anderson (1991: 6) propõe que a nação seja entendida como "uma comunidade política imaginada – imaginada como inerentemente limitada e soberana. É *imaginada* porque mesmo os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, encontrarão ou ouvirão falar dos seus compatriotas e contudo, na mente de cada um, existe a imagem da sua comunhão". Ou seja, as nações são "comunidades imaginadas" porque se cria uma auto-consciência da população, como grupo horizontal soberano, delimitado por fronteiras, moldada pela comunhão em massa do quotidiano e de percepções e interpretações veiculadas numa língua vernácula, numa primeira fase pela imprensa escrita e, posteriormente, pelos outros *media*. B. Anderson (1991: 6) cita Seton-Watson quando afirma que "tudo o que posso dizer é que a nação existe quando um número significativo de pessoas de uma comunidade considera que forma uma nação ou se comporta como se formasse". O mesmo é dizer quando: uma comunidade se imagina como uma nação. Imaginar-se como nação, para Anderson, implica a partilha de uma língua (as línguas vernáculas legitimam-se depois da erosão das categorias religiosas e da sua língua sagrada, o latim, na sequência da Reforma e das guerras religiosas) e de um quotidiano que é banalmente transmitido na imprensa escrita e nos livros que o capitalismo editorial tornou acessíveis a todos. É essa percepção comum vivida dentro de um espaço demarcado por fronteiras físicas, linguísticas, económicas, monetárias, para lá das quais estão outras realidades nacionais, que permite que se desenvolva um sentimento auto-consciente de comunidade nacional – a que lê os mesmos jornais, fala dos mesmos assuntos e se reconhece nas vitórias e nas

dificuldades. Por isso, diz B. Anderson (1991: 145) que "a nação foi concebida como linguagem e não como sangue".

O que há de promissor nestas abordagens distintas é o facto de serem mais complementares do que opostas e de, conjugadas, nos fornecerem um quadro explicativo bastante completo acerca dos fenómenos em causa. Os modernistas não negam um proto-nacionalismo pré-moderno; os etnicistas reconhecem que a realidade da nação é substancialmente diferente antes e depois do século XIX. Apesar de se referirem à nação como uma invenção da ideologia nacionalista, os modernistas não chegam a afirmar que a nação moderna surge *ex-nihilo* na história⁸; tão-pouco os etnicistas negam o trabalho de escavação (literal, em muitos casos) e revitalização levado a cabo pelas elites intelectuais, sem o qual o sentimento e a consciência de pertença a uma comunidade nacional poderia ter-se diluído por altura das revoluções políticas e económicas oitocentistas.

Como veremos de seguida, na análise do caso histórico de Portugal, as configurações da nação e do nacionalismo são irrepetíveis e os propulsores num caso nunca são exactamente os mesmos noutro, ainda que possam ser detectadas homologias e processos semelhantes. Se é verdade que não podemos compreender a nação moderna sem as ideologias nacionalistas que a sustentaram por três séculos, também não é concebível ignorar o processo temporal que sedimentou num território as dimensões cultural, simbólica, linguística e religiosa de um povo (entendendo por este termo algo de mais vasto do que o grupo étnico). O facto de ser inegável a apropriação e manipulação de artefactos culturais e míticos pelas elites intelectuais que fizeram a arqueologia da nação não pressupõe um baú da história sem fundo, mas antes um certo conjunto de práticas que seriam do domínio do pensável e do possível, o que implica um fundo cultural consolidado. Pelo contrário, os

⁸ Manuel Castells (2003a: 44-45) lembra que a URSS, "um dos mais poderosos Estados, utilizando o mais abrangente aparelho ideológico da História por mais de sete décadas (...) não conseguiu criar uma identidade nacional. A experiência soviética refuta a teoria segundo a qual o Estado é capaz de construir identidade nacional por si próprio. (...) As comunidades podem ser imaginadas, mas isso não significa necessariamente que serão acolhidas pelo povo". Este é um argumento interessante, todavia, a experiência soviética parece demasiado peculiar para refutar a ideia de construção da identidade nacional pelo Estado. A identidade soviética ia a par com as identidades nacionais e regionais que o Estado soviético, por um lado, estimulou e manobrou e, por outro, maltratou com eliminações e deportações que, a dada altura, resultaram em identidades de resistência que explodiram com o fim da URSS.

fenómenos de invenção ou reinvenção de tradições (Hobsbawm, 1983) são plausíveis porque há um forte desejo de continuidade e imortalidade nas comunidades humanas que se imaginam como *unidades colectivas* e, por isso, o passado é a caução do presente e do futuro, mesmo se é do presente para o passado que são industriadas as mitologias de auto-definição. Por sobre a polémica teórica que travam processualistas e modernistas, o que é relevante é o papel determinante do Estado-nação na formatação da sociedade moderna. Foram os Estados-nação que definiram a ordem geopolítica mundial dos últimos três séculos e foi no seu enquadramento que tomaram lugar os traços definidores da modernidade: cidadania, liberdades individuais, democracia, secularização. As nações, "agentes não modernos de modernização" (Touraine, 1994: 167), constituíram a estrutura basilar do mundo moderno. Sê-lo-ão ainda nas décadas futuras?

É frequentes vezes referido que Portugal é um dos mais antigos Estados da Europa. Fundado no século XII, quando a Europa despontava da era feudal para a dos grandes impérios da cristandade, Portugal manteve fronteiras (definidas um século depois) e soberania de forma contínua até hoje⁹. A acrescer à antiguidade, o país revela-se um exemplo histórico muito próximo do tipo-ideal de Estado-nação, por sobrepor uma autoridade política independente a um território solidamente definido, um povo sem divisões étnicas, que desenvolveu uma língua própria, partilha uma religião esmagadoramente maioritária e tem uma cultura comum, com nuances regionais. Estes dados fazem do país um objecto interessante para análise sociológica e histórica, porquanto muito haverá para explicar sobre a formação e sobrevivência de um país com estas características. Eduardo Lourenço (1988: 18) refere-se à formação da nação portuguesa como "esse rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer e misteriosamente forte para ousar subsistir".

⁹ Os limites do "rectângulo" mantêm-se há oito séculos, tendo o espaço nacional sido alargado em função dos limites variáveis do império. Em quase nove séculos de soberania, oitenta anos (1580-1640) foram partilhados com o soberano de Espanha.

Vimos que o debate sobre a formação das nações e dos sentimentos e movimentos nacionalistas está dividido entre as abordagens modernista e etnicista. Como avaliar a formação da nação portuguesa à luz destas posições? Se atendermos ao momento em que Portugal se emancipa como nação soberana, no século XII, podemos incluir o país nos exemplos históricos das nações de *longa duração*, em cuja continuidade histórica se precipitaram os elementos culturais que forjaram a comunidade que num processo gradual se foi identificando como portuguesa. O que diverge na história da formação da nacionalidade portuguesa da óptica etnicista é que Portugal não teve na sua formação um grupo étnico de base (a origem lusitana propagada pela epopeia camoniana não passa de uma mitificação sem fundamento objectivo). Para o historiador José Mattoso (1998: 67) não há dúvidas: "Portugal não teve origem numa formação étnica, mas numa realidade político administrativa. (...) O Estado português foi agregando a si uma série de áreas territoriais com poucos vínculos entre si, com acentuadas diferenças culturais e com condições de vida muito distintas. O que fez a sua unidade foi a continuidade de um poder político que dominou o conjunto de uma maneira firme e fortemente centralizada". O autor conclui que a emergência do Estado-nação português foi, precisamente, ao contrário do que é habitual ocorrer e pensar-se acerca deste díptico: primeiro constituiu-se como Estado e só depois se formou como nação – "Portugal começou por ser uma formação de tipo estatal; só lentamente acabou por se tornar numa nação" (*idem*). A própria designação do país e a das regiões que o compõem denunciam quão determinante foi o factor político: o nome de Portugal deriva de Portucale, designação inicial da cidade do Porto, centro urbano e administrativo desde os romanos, e o vínculo do primeiro rei não foi com uma comunidade étnica (como noutros casos europeus: os francos, os anglos, etc.), mas com um território que se foi estendendo e com os que nele habitavam e assim se tornaram súbditos – os portucalenses, depois portugueses. A designação das regiões aponta também para os limites físicos do território e para a administração central que o domina (Mattoso, 1998: 73).

Descartada a hipótese de uma origem étnica para a formação nacional e estabelecido o primado político-estatal, há que tentar compreender o processo de formação da identidade nacional, e nesse domínio José Mattoso e Martim de Albuquerque (cf. Sobral, 2003: 1108-1109), assim como Barradas de Carvalho (1982: 15-16), esclarecem que houve uma precoce *identificação* do país, que se consolidou gradualmente na primeira dinastia com a conquista do território, a definição de fronteiras e a irreversibilidade da separação dos reinos proto-espanhóis. É por ocasião da crise de sucessão de 1383-85 que se torna clara, ainda que haja indícios anteriores, uma consciência nacional que se traduz na diferenciação xenófoba do anti-castelhanismo. As lutas contra Castela, Mattoso designa-as já de "guerras nacionais" (cf. Sobral, 2003: 1115). É verdade que a consciência de pertença e de lealdade a um país é, nesta época, circunscrita às elites letradas, nobreza e clero, e que entre os populares é ainda determinante a lealdade ao senhor da terra. Mas por alturas das guerras da Restauração, que não foi um movimento unânime no país, já as camadas populares revelavam um sentimento patriótico, traduzido na defesa do território e da independência política e no ódio ao estrangeiro (espanhol). O próprio sebastianismo popular foi sinal do sentimento de comunidade nacional de *destino* que se consolidava de modo inequívoco. Até este momento a identificação com o país alimentou-se fundamentalmente da expressão implícita de formas nacionais – aquilo que Michael Billig (1995) designou de "nacionalismo banal". Ou seja, a vivência quotidiana em comunidade sob uma série de pressupostos indiscutidos como fronteiras, moeda, bandeira, impostos, nível de preços, língua (hoje poderíamos acrescentar o mapa, as cores nacionais, o boletim meteorológico, o Bilhete de Identidade, os horários e calendários) que criam uma barreira simbólica diferenciadora entre o espaço nacional e o espaço estrangeiro¹⁰.

¹⁰ Correndo o risco de algum prosaísmo, diria que o fundo do sentimento nacional, que é o de sentir-se em casa, é almofadado por uma espécie de *private joke* nacional, isto é, um conjunto de informações diversas, difusas e muitas vezes irrelevantes que são partilhadas por aqueles que estão dentro de fronteiras e que seria desadequado esperar que os estrangeiros conhecessem ou compreendessem. Por exemplo, "o corpo é que paga" cantado por António Variações e cantarolado, qual ditado popular, por todos; o texto publicitário "Tou *chim*? É p'ra mim", ou expressões semelhantes que sazonalmente marcam de modo enfático a comunicação quotidiana.

Como esclarece José Manuel Sobral (2003: 1116-1117), "uma identidade *prática*, no sentido de Bourdieu, pois a sua génese situa-se na experiência incorporada do facto de se estar inserido num colectivo. Algo bem distinto da reflexão ou da explicitação discursiva sobre o *nacional*, que apenas é absorvida pelos círculos restritos do saber restrito. Uma identidade que corresponde ao que é *vivido, sentido e querido* – e durante longos períodos –, muito mais do que imaginado ou descrito".

Por se ter tornado num Estado soberano muito cedo, por ter permanecido nessa condição, com fronteiras definidas e praticamente invioladas, os habitantes de Portugal puderam acumular lenta e gradualmente um sentido e um sentimento de pertença a um território, aos seus símbolos e à própria ideia de comunidade nacional. Mas esse percurso precoce e invulgar na formação das nações não colocou o país à margem da ideologia e movimentos nacionalistas. Já nos séculos XVI e XVII foram elaboradas as primeiras obras de sistematização da cultura portuguesa, através da codificação da gramática da língua portuguesa, da historiografia e da obra maior, *Os Lusíadas*, onde ficou plasmada a representação por excelência do ser colectivo nacional. Mais tarde, outros retomarão tal tarefa mas já num outro enquadramento ideológico, o do romantismo associado às ideias nacionalistas. O século XIX é o tempo da escavação historiográfica e mitológica das tradições populares, da história e da etnografia do país, que entrará pela primeira metade do século XX. E é quando esses esforços são mobilizados para as ideias nacionalistas que Portugal entra na modernidade como nação, isto é, que se opera a construção de uma identidade nacional como produção das elites intelectuais que visa a exaltação do nacional em contraste com o estrangeiro.

Pode dizer-se, então, que, neste século, nenhum país ocidental escapa ao processo de (re)invenção nacional de que deram conta os teóricos modernistas, como Hobsbawm, Gellner e Anderson. No caso português, não assistimos propriamente a um corte com o período anterior, mas ao aprofundamento e alargamento de um processo já antigo e consolidado de formação da identidade e consciência nacionais (que remonta à dominação

filipina ou mesmo, na opinião de alguns, à crise sucessória de 1383-1385). Com o fortalecimento do aparelho estatal, a nacionalização do sistema de ensino (cf. Matos, 1990), os meios de comunicação de massas (imprensa) e os procedimentos simbólicos de ritualização (comemorações, monumentos), o que começou por estar restrito às elites difundiu-se e foi inculcado a toda a população. É em finais do século XIX que se dá a prova de fogo da consciência nacional com as reacções populares espontâneas e em grande escala ao Ultimatum de 1890 (no início do século, as invasões francesas haviam também suscitado resistência popular considerável), revelando uma completa interiorização das categorias nacionais. A nacionalização das massas¹¹ foi sempre e em todo o lado o auge da ideologia nacionalista. Sobre este longo percurso diz, numa síntese original, José Mattoso (1998: 41): "Entre o momento em que Afonso Henriques se apropria do poder sobre o condado portugalense até àquele em que a população de Lisboa e do Porto se manifesta contra Inglaterra em nome dos interesses da Pátria, vai um longo caminho, através do qual se vai formando a consciência de pertença ao colectivo nacional. O processo tem um ponto de partida meramente político: a apropriação do poder por um chefe com uma autoridade própria sobre um conjunto de homens; tem um ponto de chegada que já não se pode classificar como meramente político, mas que se situa no domínio dos fenómenos da sociologia ou da psicologia. O processo que conduz de um ao outro consiste no alargamento progressivo do conjunto de homens que considera um valor a pertença a esse colectivo e que é capaz de compreender o seu interesse em lhe pertencer". No caso português, podemos concluir que se fundiram duas dimensões da constituição da *nationhood*: a político-estatal e territorial e a cultural e orgânica (mas não étnica), em diferentes proporções consoante o momento e a conjuntura históricos.

O que acaba de ser lembrado da história da formação nacional portuguesa vem pôr a claro que sentimento e identidade nacional não são

¹¹ Associando o problema da identidade nacional ao da cidadania, Manuel Villaverde Cabral (2003: 527-528) questiona que o processo de aculturação política nacional se tivesse concluído precocemente em Portugal: "é lícito argumentar que a plena assunção da 'identidade nacional', por parte de numerosos estratos da população portuguesa, é bem mais recente, muito provavelmente, do que se poderia julgar à primeira vista".

dados adquiridos. Como afirma J. Mattoso, o ponto de partida foi um mero exercício de autoridade política e conquista guerreira que, na mesma lógica, militar e palaciana, poderia ter sido revertido, isto é, não estava garantido que o ponto de chegada fosse o país em que vivemos hoje. Já no século XX, durante a vigência do regime salazarista, prosseguiu a doutrinação nacionalista, fortemente ancorada no sistema de ensino, cultivando uma noção de identidade portuguesa assente, resumidamente, em três pilares: a pluricontinentalidade do país, em função das colónias; a grandeza e heroicidade do passado e um modo de ser português dócil e doméstico, decalcado da catolicidade. A Revolução de 1974 vem remover estes pressupostos e substituí-los pela tríade modernização–europeização–projectão no futuro, como veremos adiante, mas, para uma boa parte da população, a inculcação sofrida durante o Estado Novo assegura uma relação reverencial com os símbolos da nação e a crença numa história de Portugal deformada pelos interesses ideológicos do anterior regime.

Marxistas e modernistas profetizaram o fim da nação e do nacionalismo, como fase transitória na história da humanidade. Para os primeiros, a ideologia nacionalista correspondia a um instrumento da dominação burguesa capitalista superável quando se superasse o modo de produção capitalista. Para os modernistas, particularmente Ernest Gellner, o avanço do capitalismo e de uma cultura global levariam também à erosão das categorias nacionais por se tornarem obstáculos a esse processo político, económico e cultural de homogeneização mundial. A realidade foi brutal a desmentir estas projecções. O nacionalismo não só não se apagou, como ressurgiu mesmo em força em algumas regiões do mundo e, em geral, as identidades nacionais parecem sair reforçadas do processo de globalização. Anthony Smith (1997: 196) debateu-se também com esta questão para tentar perceber as razões da persistência da nação como categoria fundamental das identidades individuais e colectivas: "por que razão continua a identidade nacional a ser tão ubíqua, multifacetada e penetrante (...)? (...) que funções continua a identidade nacional a desempenhar, que outros tipos de

identidade não cobrem (...)?" Eu acrescentaria outras interrogações: por que não se tornou o Estado auto-suficiente, sem depender da caução simbólica e emocional que a nação representa? Por que razão, a todos os níveis, do local ao continental, a cidadania parece insuficiente para ligar solidariamente os membros de sociedades em grande escala?

Correndo alguns riscos de proceder a uma síntese funcionalista, podemos alinhar duas funções (cf. Smith, 1997: 196-198) cumpridas pela nação no sistema social moderno. Em primeiro lugar, a nação, como metáfora da linhagem de sangue, é a garantia da continuidade e mesmo da imortalidade, que se transfere das instituições religiosas para a comunidade de destino nacional. A segurança ontológica e a permanência são características que a modernidade faz perigar, dado o seu carácter intrinsecamente transformador. Ora, a saga nacional atravessa as eras, torna-se eterna ao remontar imemorialmente no tempo e ao projectar-se nas gerações futuras. Uma segunda função reside na capacidade de oferecer acolhimento às necessidades de identificação e pertença, apresentando-se como uma "super-família" onde todos têm o seu lugar. Os termos com que nos referimos à nação são disso elucidativos: pátria, terra-mãe, berço da nação. Além disso, na relação com a nação os indivíduos tendem a sentir-se ligados em termos horizontais, ultrapassando, ainda que simbólica e ritualmente, as estratificações sociais. São disso exemplo os recrutamentos militares: aqueles que devem morrer pela pátria são escolhidos sem distinção de classe ou estatuto. Neste sentido, o nacionalismo tem por base a socialidade primordial que liga os pequenos grupos (família, combatentes), onde o altruísmo se torna um *instinto* de sobrevivência que ultrapassa o interesse individual para garantir a *eternidade* do corpo colectivo – daí o culto dos "mortos pela Pátria" como heróis, muitas vezes desconhecidos (cf. Gil, 1989; Gillis, 1994). Sem esse vínculo emocional primordial à família nacional, que eco teriam os apelos à mobilização contra o inimigo estrangeiro, que efeito teriam as memórias de humilhações, massacres e vitórias de que se comemoram os centenários? Quando alguns autores falam numa era pós-nacional, em que as identificações se dirigem a entidades infra ou

supranacionais, há que perguntar se são essas entidades capazes de dar as respostas adequadas que o vínculo nacional vem dando.

3. Globalização e persistência do nacional

Com o fim dos regimes comunistas da Europa de Leste assistiu-se à erupção de um movimento nacionalista como já não se via desde a I Guerra Mundial. O resultado foi a independência repentina de dezenas de países antes agregados a formações de cariz federalista (URSS e Jugoslávia), em alguns casos por via de guerras sangrentas ou em processos que ainda não estão resolvidos e que implicam fronteiras mal definidas e a emergência de grupos terroristas. Este fenómeno de pulverização de Estados e nações sob a bandeira do nacionalismo opôs-se diametralmente ao que a Europa vinha realizando e proclamando desde a Segunda Guerra Mundial, a ponto de os acontecimentos a leste da Europa terem sido surpreendentes e inexpectáveis. Desde os anos 1950, o sentido da *evolução* dos Estados europeus tem sido o da unificação, numa tentativa bem sucedida de evitar novos confrontos bélicos que levassem ao colapso do continente europeu.

A primeira metade do século XX deixara a Europa exaurida. Duas guerras mundiais (com o principal palco no seu território), dois regimes totalitários, milhões de mortos, devastação generalizada e uma "cortina de ferro" a separar Leste e Ocidente amortalharam a Europa na sua própria soberba nacionalista e cegueira ideológica. A guerra era uma tradição na Europa e essas décadas terríveis foram o culminar de uma guerra civil europeia secular. Depois da Primeira Grande Guerra, foram várias as vezes que anteciparam que os nacionalismos não tinham ainda esgotado o seu potencial de estragos e, por isso, foi sugerido que a Europa assumisse um formato federal que impedisse o eclodir de novos conflitos. A ideia de uma União Pan-Europeia é lançada pelo austríaco Richard Coudenhove-Kalergi, em 1923, o mesmo ano em que Konrad Adenauer exortava ao entendimento dos povos para salvar a Europa e propunha a união dos interesses económicos da França, Alemanha e Bélgica, e a consequente interdependência franco-alemã, como primeiro passo nesse sentido (Becker, 1999: 59). Estas propostas foram apoiadas por diversos políticos, diplomatas

e intelectuais europeus, tendo amadurecido até o francês Aristide Briand apresentar, em Maio de 1930, o *Memorandum sur l'Organisation d'un Régime d'une Union Fédérale Européenne* à Comissão de vinte e sete Estados europeus que aceitaram avançar para uma reflexão e pré-figuração de uma união federal europeia. O *Memorandum...* acabou por sucumbir na turbulência da década de 1930, mas constituiu a mais importante iniciativa para ultrapassar os conflitos europeus através de uma política de união económica e política. Estas não eram ideias novas: uma Europa que regularmente se trucidava tinha já produzido, a par dos nacionalismos, ideias de entendimento baseadas na unificação dos Estados europeus sob a forma federal. Abade de Saint-Pierre (*Corpo Europeu, União Europeia*) e Kant no século XVIII (Santos, 2001: 49), Mazzini e Victor Hugo, entre outros, no século XIX, foram sugerindo, como solução para as ebulições bélicas, o federalismo europeu. Em causa estavam *círculos federativos concêntricos*, já que, para os seus mentores, o federalismo iniciar-se-ia a nível das regiões da Europa (por exemplo, Península Ibérica, Países escandinavos, eslavos, mediterrânicos) para se estender à Federação Europeia e, finalmente, atingir uma Federação Humana.

Os apelos ao federalismo europeu lançados entre o fim do século XIX e os anos 1920 não puderam surtir efeito num contexto intensamente marcado pela ideologia nacionalista, nem seria de esperar que se transitasse abruptamente de uma Europa de fronteiras defendidas a sangue para uma unificação política semelhante à dos Estados Unidos da América. A integração europeia havia de fazer-se de outro modo, mais subtil, mas só depois do sangramento total do continente. Terminada a Segunda Guerra Mundial, os movimentos europeístas reúnem-se no Congresso de Haia, em 1948, e aí se começa a desenhar o futuro de uma Europa unificada. A Segunda Guerra Mundial fizera da Europa das nações um despojo e, muito mais do que no período entre guerras, havia espaço para a aceitação do que antes fora mera idealização: a unificação do continente. São paradigmáticos os discursos de Winston Churchill em 1946, apelando à construção dos Estados Unidos da Europa, e o de Robert Schuman, esboçado por Jean

Monet, sobre as bases de uma federação europeia. Nos anos 50 do século XX, cimentam-se todas as fundações do que viria a ser o projecto europeu. Nesse primeiro momento, intensamente marcado pelo horror da guerra entre os povos europeus, os planos contemplavam abertamente a possibilidade de um núcleo de países europeus pôr em comum recursos e políticas que conduzissem, num percurso gradualista, a uma organização federal. Mas o método adoptado desde o início foi bem mais prudente, começando por integrar, com perdas mínimas de soberania, sectores económicos com extrema relevância na política de guerra: em 1951, constitui-se a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com a adesão da República Federal da Alemanha, França, Bélgica, Itália, Países Baixos e Luxemburgo. Em 1954, procura-se ir mais longe no processo de unificação e discute-se uma Comunidade Europeia de Defesa (CED), que implicaria já um nível político de união que atingiria, precisamente, o cerne das soberanias nacionais com a criação de um exército europeu. A proposta revelou-se demasiado arrojada e precoce e acabou por soçobrar por voto negativo do Parlamento francês.

Os destinos opostos das primeiras organizações supranacionais europeias deram o mote para o futuro do processo de unificação. A união económica que se iniciara com a CECA revelou-se possível e extensível, enquanto a CED soava intempestiva e ameaçadora para os paradigmas nacionais que queria ultrapassar. Escolhida a via económica, o núcleo duro dos países europeus decide criar entre si um Mercado Comum, que tomava forma em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma e a constituição da Comunidade Económica Europeia (CEE). As primeiras duas décadas da CEE serviram para estabelecer a união aduaneira, proceder aos primeiros alargamentos¹² e ensaiar o método de integração funcional que consistia em cada etapa da integração conduzir sucessivamente à seguinte. Nessa estratégia dos *pequenos passos*, a Comunidade Europeia foi-se aprofundando, pondo em comum cada vez mais recursos e políticas e atingindo um maior número de europeus. A união económica demonstrou ser

¹² O Tratado de Roma é assinado por seis países: França, República Federal da Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Itália. Em 1972, aderem à Comunidade Económica Europeia a Inglaterra, a Irlanda e a Dinamarca.

um sucesso e a CEE tornou-se um pólo de atracção na Europa, com os países que estavam fora a estabelecer acordos de cooperação ou a tentar uma organização similar, embora mais cuidadosa na exclusão das questões políticas, como a Associação Europeia do Comércio Livre (EFTA).

O aprofundamento decorrido destas décadas de cooperação económica e sedimentação das instituições da Comunidade Europeia conduziram a um momento de inflexão na década de 1970; a união económica, eficaz e profícua no entendimento dos Estados europeus, expunha uma falha que percutia desde os primórdios da unificação europeia: a dimensão identitária e cultural. Quando os "pais fundadores" projectaram a Europa unida pensavam numa criação que unisse sobretudo os homens através dos seus Estados e que garantisse que o fundo cultural e civilizacional da Europa viesse à superfície para impedir novos conflitos. Jean Monet terá dito que, se iniciasse de novo a Comunidade Europeia, começaria pela cultura em vez do carvão e do aço (Joyce, 2002: 121). Mas o projecto não podia falhar, sob o risco de isso ser fatal para a Europa, e por isso foram tomadas decisões pragmáticas que fizessem emergir *solidariedades de facto* através de realizações concretas capazes de pôr do mesmo lado vencedores e vencidos (Pires, 1992: 108-109). Só em 1973 surge a primeira declaração sobre a identidade europeia (Declaração de Copenhaga). Os anos 80 retomam a intensidade dos anos 1950: alargamento à Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986) e o Acto Único Europeu (1986), primeira alteração ao Tratado fundador e preparação do Mercado Interno e da União Monetária, a ocorrer na década seguinte. Toda esta ebulição institucional foi sagazmente acompanhada de um investimento em elementos simbólicos e identitários que emprestaram à Comunidade Europeia um rosto para lá do cinzentismo dos eurocratas de Bruxelas, que era uma imagem comum na opinião pública. Refiro-me à codificação de uma identidade europeia traduzida na adopção de símbolos oficiais da Comunidade, decalcados dos que tradicionalmente representam os Estados-nação: bandeira, hino e dia celebrativo. O hino europeu, com melodia do quarto andamento da 9ª Sinfonia de Beethoven e letra baseada na universalista *Ode à Alegria* de Friedrich Schiller, foi adoptado em 1972. A

bandeira azul-e-ouro foi criada pelo Conselho da Europa em 1955, mas só em 1986 foi oficialmente adoptada como símbolo da Comunidade Europeia. Outras iniciativas e campanhas serviram a finalidade de dotar os países europeus de um sentido de identificação e pertença à escala do mapa da Comunidade Europeia, baseadas em símbolos da europeidade, sobretudo a partir de 1985: Dia da Europa (9 de Maio), Capitais Europeias da Cultura, Anos Europeus, Orquestra Europeia, passaporte, carta de condução, matrículas dos automóveis, lotaria europeia e Euromilhões, eventos desportivos. Os euro-símbolos invadem o quotidiano¹³: a bandeira azul com as doze estrelas amarelas, por todos reconhecida, acompanha sistematicamente a bandeira nacional em ocasiões oficiais e vêmo-la a cada passo em cartazes que anunciam o apoio de subsídios da União Europeia a construções e eventos vários. Finalmente, na transição do milénio, primeiro virtualmente, depois em objecto concreto, surge o símbolo que porventura melhor condensa a Europa incrustada no dia-a-dia: o euro, a moeda única. Através de uma construção francamente artificial, a Europa dotou-se de marcas identitárias que, permeando a paisagem e os actos quotidianos, produziram o que poderíamos designar, em analogia com a expressão de Michael Billig (1995), *europeísmo banal*.

É importante abrir um breve parêntesis, que será necessariamente retomado em capítulos subsequentes, para recordar que Portugal esteve ausente de todo este processo de integração europeia de que brevemente se deu conta. Imerso na ditadura do Estado Novo, Portugal permaneceu à margem tanto por dele se excluir como por não ser aceite a sua participação enquanto Estado colonial e ditatorial que era. Salazar opôs-se sempre a quaisquer formas de cooperação que implicassem restrições à soberania plena e à política de manutenção das colónias. Ainda assim, foi possível ao país estar presente em alguns dos *fora* onde a unificação europeia foi discutida, bem como ser membro fundador da Aliança do Atlântico Norte (NATO) e membro da EFTA. Isto significa que a relação do país com as

¹³ Para Cris Shore e Annabel Black (1994: 285), no fundo, a ideia é fazer da Europa uma marca e promovê-la com um forte marketing.

questões europeias, até à década de 80 do século XX, foi de um alheamento relativo, distante ao mesmo tempo que atento. Com a instauração da democracia, este posicionamento alterou-se radicalmente e Portugal tornou-se membro da Comunidade Europeia doze anos depois da revolução de 1974, assumiu-se parte do núcleo duro das posições europeístas desde a primeira metade dos anos 1990 e participou na União Económica e Monetária desde o primeiro momento.

Comecei por referir que o final do século XX se caracterizou por um movimento paradoxal: o ressurgimento de nacionalismos aguerridos e a tendência para processos de unificação global. O tempo presente é, então, caracterizado por uma dialéctica geopolítica que importa abordar para melhor se entender o lugar da nação e do Estado-nação. A globalização do mundo, iniciada há séculos, acelerou-se vertiginosamente nos últimos cinquenta anos e de forma ainda mais acentuada com a mais recente revolução nas tecnologias de comunicação. Muito discutível quanto ao seu âmbito, consequências sociais e armadura ideológica, a globalização veio desafiar a condição sólida que o Estado-nação alcançara nos séculos precedentes. Até à Segunda Guerra Mundial, o mundo estava estruturado em Estados soberanos que continham dentro das suas fronteiras de forma pouco menos que exclusiva a organização de todas as dimensões pertinentes da vida social: economia, cultura, religião, organização e solidariedade social. Ainda que as trocas económicas internacionais tenham disparado com a industrialização ou que se vivesse já ao nível das elites culturais uma *República das Letras*, os Estados detinham, de facto, o monopólio das transacções sociais e todas as dimensões da vida social poderiam ser adjectivadas como nacionalizadas. Ora, as transformações impostas pelo processo de abertura global não podiam ter deixado o Estado-nação imune. Na verdade, este foi sendo atravessado por eixos que já não se movem intra-fronteiras, mas cruzam latitudes e longitudes cada vez mais amplas. A tal ponto o fenómeno da globalização se intensifica que a questão que muitos

colocam hoje é se o Estado é capaz de resistir, se não será ultrapassado e destituído por uma nova configuração geopolítica.

A mais segura evidência da instabilidade da forma-Estado é o seu crescente esvaziamento sob a conjugação de forças simultaneamente centrífugas e centrípetas: as forças dispersivas, mas homogeneizadoras, da onda global e a multiplicação das micro-forças de localismos e regionalismos no seio do Estado, procurando, muitas vezes, dispensá-lo. O Estado-nação parece hoje impotente para manter a soberania sobre todas as atribuições previstas. Em domínios como as trocas económicas, os fluxos financeiros, a defesa, o terrorismo, o combate à criminalidade, as redes de comunicação e transportes, os *media*, os problemas ambientais e de saúde pública, a imigração, o auxílio humanitário e ao desenvolvimento, entre outros, a mão do Estado torna-se manifestamente insuficiente e, em consequência, perde em independência ao ter de se envolver, necessariamente, em soluções multilaterais para tais problemas. Por outro lado, o aprofundamento da democracia, a formatação regional que muitos Estados conhecem e as reivindicações locais vêm recolocar o plano em que tais soluções são concebidas e implementadas, situando-o cada vez mais ao nível infra-estatal. Uma célebre fórmula, enunciada por Denis de Rougemont e reformulada por Daniel Bell, resume este processo: o Estado actual é demasiado pequeno para resolver os grandes problemas e demasiado grande para os pequenos problemas (*apud* Giddens, 1992: 51). Em consequência, "passou-se de um sistema internacional de Estados soberanos, com domínio sobre a sua economia e território para um sistema internacional de Estados interdependentes e dependendo de novos centros de poder transnacionais, de origem económico-financeira" (Dressler, 1999: 111).

Quando se refere o processo de metamorfose por que passa o Estado-nação, há fundamentalmente dois movimentos em jogo: os localismos/nacionalismos regionais e a transnacionalização¹⁴. No primeiro

¹⁴ É importante atender às dimensões envolvidas neste fenómeno de duplo movimento. São esclarecedoras as palavras de Boaventura de Sousa Santos (1994: 127): "o processo histórico de descontextualização das identidades e de universalização das práticas sociais é muito menos homogéneo e inequívoco do que antes se pensou, já que com eles concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades e das práticas. Eis algumas das revisões. A propósito da reemergência da etnicidade, do racismo, do sexismo e da religiosidade, fala-se do novo 'primordialismo', do regresso da solidariedade mecânica, do direito às raízes. A

caso, unidades infra-estatais de território colocam ao Estado nacional reivindicações de autonomia, soberania e mesmo independência que minam a sua autoridade e desfiliam a lealdade do nível nacional para a refiliar em movimentos nacionalistas à escala regional, numa lógica de substituição do vínculo patriótico. É o caso do País Basco e da Catalunha em Espanha, da Flandres belga, da Tchetchénia na Rússia, do Quebec no Canadá, dos Tamil no Sri Lanka. Noutras situações, há exigências de preservação cultural a nível local ou regional que, sem colocarem reivindicações autonómicas, tendem a dilacerar a unidade cultural do Estado trabalhada na era nacionalista – a Bretanha francesa, as comunidades índias da América, ou pequenas comunidades linguísticas. O segundo movimento, designado transnacionalização, engloba, igualmente, manifestações distintas, desde o próprio processo de *des-soberanização* implícito na globalização até à cooperação transfronteiriça. Os processos de transnacionalização descrevem, essencialmente, vectores dos domínios político e económico e revelam um elevado grau de interdependência entre os Estados que se associam em organizações de ordem supranacional. O modelo institucional mais complexo e avançado – e o que neste trabalho interessa primordialmente – é o da unificação europeia que se estabeleceu por via da União Europeia. Sob um formato *sui generis*, tributário de um federalismo raramente assumido, os Estados europeus que compõem a Comunidade/ União Europeia confluíram as suas soberanias nacionais num patamar de partilha que atinge hoje, em escalas diversas, todas as dimensões da estrutura (supra)estatal: económica, política, monetária, cultural, educativa, etc. O que estes processos de des-nacionalização têm de interessante é o facto de a unidade nacional persistir e conviver com outros níveis – supra e infra-Estado-nação – num equilíbrio de poderes e atribuições em permanente negociação e reconfiguração, de que o princípio da subsidiaridade é portador. Ainda que de modo incipiente, podemos observar que o mapa-mundi se

secularização weberiana é confrontada (...) com o fundamentalismo religioso (...). Por outro lado, a base étnica das nações modernas torna-se cada vez mais evidente e o Estado-nação, longe de ser uma entidade estável, natural, começa a ser visto como a condensação temporária dos movimentos que verdadeiramente caracterizam a modernidade política: Estados em busca de nações e nações em busca de Estados. Portugal é talvez o único Estado-nação uniétnico da Europa e está a deixar de sê-lo à medida que aumentam a imigração (...) e os turistas residentes. (...) Por sua vez, tal como o Estado nacional, a cultura nacional é confrontada com pressões contraditórias. De um lado, a cultura global (...); do outro, as culturas locais (...) e as culturas regionais”.

retalha agora em duas dimensões sobrepostas: a dos Estados nacionais, de que se contam cento e noventa e dois com assento na Organização das Nações Unidas, e os blocos regionais ou continentais, que se formam em defesa dos interesses dos Estados associados, mas também em resposta estratégica uns aos outros.

Tratando-se do fenómeno de transnacionalização como dos regionalismos-localismos, o destino do Estado é ser ultrapassado. Não se pode ignorar o pendor transnacional dos nacionalismos regionais: ao contrário dos nacionalistas centristas, anti-europeus, os mais fervorosos adeptos do avanço rápido e profundo da integração europeia são os nacionalistas que estão em luta com o Estado-nação (bascos, catalães, flamengos, escoceses), precisamente porque uma União Europeia forte eliminaria do seu caminho os Estados nacionais de que não puderam por outras vias desembaraçar-se (Ribeiro, 2004: 93). Se o Estado parece condenado a esvaziar-se, ultrapassado pelos fluxos globais e pelas resistências locais, não é líquido que o mesmo esteja a acontecer à nação. Exactamente o que indicam os nacionalismos regionais, como os acima citados, é que a unificação europeia e a vaga globalizadora não eliminaram as aspirações à soberania ou à independência nacional; ao contrário, a nação resta sempre como reduto das lealdades colectivas e das identidades enquistadas em casulos de ordem étnica, religiosa, cultural ou linguística.

Esta dissociação entre o Estado em perda, por um lado, e a nação sobrevivente e por vezes exaltada¹⁵, por outro, impede raciocínios simples e lineares sobre as transformações macro-políticas do momento presente. Num cenário de transnacionalização e de integração global, o Estado perde as prerrogativas que foi acumulando ao longo de séculos de tendência centralista e perde, nesse esvaziamento, legitimidade como organização política central, tanto no quadro nacional como no internacional. A melhor medida da sua perda actual está na incapacidade para intervir unilateralmente nos conflitos contemporâneos, que só encontram resposta

¹⁵ Castells (2003a: 33) chama a atenção para esta dissociação dizendo que "o nacionalismo contemporâneo pode ou não estar voltado para construir um Estado-Nação soberano e, portanto, as nações são, tanto do ponto de vista histórico como analítico, entidades independentes do Estado".

em coligações internacionais *ad hoc* ou institucionalizadas, como a NATO. Ao mesmo tempo que o Estado se torna mais e mais permeável à interdependência e que as suas fronteiras económicas, financeiras e culturais são mais porosas, a nação mantém, em geral, uma condição sólida como comunidade emocional onde se investem as lealdades primeiras. É flagrante a dissonância entre certos discursos políticos europeístas, que antevêm uma crescente identificação dos cidadãos dos países europeus com a Europa, e as conclusões a que se tem chegado na análise deste fenómeno pelas ciências sociais. Parece claro que uma identificação com a Europa não está a ponto de concorrer com as identificações nacionais; não basta a dimensão da cidadania para criar vínculos identitários. Se é um facto que a cidadania é um privilégio nacional (mesmo a cidadania europeia advém da prévia condição de cidadão de um Estado-membro), a simples relação contratual entre um indivíduo e um Estado (ou super-Estado, como poderíamos designar uma União Europeia federal) não esgota, de todo, o poderoso vínculo identitário que une cada um à sua pátria, isto é, à sua nação feita lar e família, incorporada na identidade pessoal como se de uma herança genética se tratasse. Diz Alain Dieckhoff (2001: 74), "ninguém é cidadão do mundo, somos todos cidadãos franceses, americanos, japoneses...". Se da cidadania saltarmos para os vínculos sociais, não haverá dúvida, também, de que as referências identitárias continuam assentes na nacionalidade estatal ou infra-estatal. Há da parte das populações um forte enraizamento no Estado-nação, uma espécie de *habitus* nacional ou nacionalizado que baliza a acção quotidiana e as lealdades nos momentos extra-ordinários.

Diante das interrogações: está a nação a ser ultrapassada? estaremos em face de uma era pós-nacional?, as tentativas de resposta não podem ser senão complexas e desniveladas. Se vimos que Estado e nação são, na modernidade, entidades gémeas, sendo que as nações são ou aspiram a ser Estados e os Estados querem fundir-se numa nação una, os processos recentes de des-estatização, des-soberanização e supranacionalização (derivados do fenómeno mais vasto da globalização) não se traduziram num estiolamento da categoria da nação. Ao contrário, as fronteiras nacionais

(reconhecidas ou não) erguem-se com fervor, num movimento inverso ao da unificação global.

Como explicar o paradoxo entre a perenidade e mesmo recrudescimento dos sentimentos nacionais e a fragilização dos Estados num contexto de globalização? Alguns autores têm orientado a resposta para um fenómeno que podemos resumir na expressão de Alain Dieckhoff (2001: 22): "a semelhança aguça a diferença". Nesta síntese está indexado um efeito crucial da vaga global – a resistência que se produz localmente à homogeneização a que a intensificação das trocas conduziu. Isto é, quando as interacções sociais são invadidas por modelos globais de práticas económicas, culturais, organizacionais e políticas, as comunidades parecem exercer um *direito à resistência*, preservando e revitalizando aqueles elementos a que atribuem um sentido identitário e que marcam uma diferença face à tendência para a uniformização. De alguma forma, vai-se em busca das raízes tradicionais (ainda que sociologicamente saibamos tratar-se, frequentes vezes, de tradições reinventadas) e de um acervo que, depositado no passado, pode ser mobilizado para *dar um carácter* à comunidade em vias de se diluir na rede total. A luta contra os efeitos da globalização faz-se com a linguagem da identidade, defendendo a cultura, a agricultura, a gastronomia, o emprego, as tradições, contra o desapossamento e a homogeneização¹⁶ (cf. Castells, 2003b: 445). O mesmo diz Anthony Smith (1999: 122-123): "o sentimento de um carácter insubstituível da nossa própria cultura torna-se presente quando as uniformidades globais se tornam mais nítidas". É também o sentido presente na afirmação de Carlos Fortuna (1991: 271): "à medida que se intensificam as trocas, se melhoram e multiplicam as comunicações e se reforçam as interdependências dos sujeitos e grupos,

¹⁶ Manuel Castells (2003a: 80-81) é ainda mais claro nesta argumentação quando afirma que "Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os actores sociais passam a ter como objectivo fazê-lo regressar ao tamanho compatível com o que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas agarram-se a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmonora, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a vontade de Deus. Tais reacções defensivas tornam-se fontes de significado e identidade ao construírem novos códigos culturais a partir da matéria-prima fornecida pela história. (...) Deus, a nação, a família, e a comunidade fornecerão códigos eternos, indestrutíveis, em torno dos quais uma contra-ofensiva será lançada sobre a cultura da virtualidade real. (...) Os indivíduos carregam os seus deuses no coração. Não raciocinam, acreditam. (...) não podem ser dissolvidos no meio do turbilhão dos fluxos de informação e das redes interorganizacionais".

mais tendem a intensificar-se também os mecanismos particularísticos das identidades desses sujeitos e grupos".

O que podemos concluir é que a comunidade nacional funciona neste enquadramento global como fortificação onde se investem estratégias emocionais e ideológicas de preservação e continuidade. Isto permite afirmar que, ao mesmo tempo que se assiste a uma desestatização, no sentido em que os Estados perdem margem de manobra para os vectores globais, está-se também perante uma re-nacionalização referente à forma como as grandes comunidades se constroem identitariamente e usam esse mecanismo de diferenciação-comunhão para exaltar as fronteiras étnicas, culturais e simbólicas que as distinguem. A modernidade quis talhar no mesmo molde nações e Estados, mas na verdade as nações parecem ter vida própria e ânimo para se manterem, reinventando-se e ajustando-se. Ainda assim, é legítimo ver no processo de unificação global um desafio premente à nação, nomeadamente nas circunstâncias em que isso acontece na Europa, ou seja, num contexto de unificação económica e política institucionalizada com quase cinco décadas, tendente à supranacionalidade, se não ao federalismo. Há aqui lugar para perguntar o que aconteceu às identidades nacionais nesse processo de integração europeia e se as nações europeias se representam hoje, enquanto tais, como há cinquenta anos atrás. Ou, colocando a questão de outra forma, será uma putativa identidade europeia concorrente das identidades nacionais e como reagem estas à contínua elaboração de um *nacionalismo banal* europeu e ao fenómeno de des-soberanização? É necessário ir mais além, ainda, e questionar de que modo a identidade nacional dos Estados-membros se reconfigura por efeito da pertença europeia e como tende a desenhar-se a identificação das populações num cenário de identidades múltiplas e concêntricas. É precisamente o que me interessa convocar como fio condutor nesta tese: que lugar tem a Europa na identidade portuguesa; se há, e qual é, a dimensão europeia da identidade nacional; de que modo se sentem os portugueses europeus e que sentido atribuem a essa pertença; até que ponto a identificação com um espaço político-territorial-cultural mais amplo transforma

o olhar e o sentido que os portugueses produzem sobre a sua nação. É o que pretendo desenvolver nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

PORTUGAL E O EXCESSO DE IDENTIDADE

"[Somos] um país contraditório, dividido entre o Gama e o Velho do Restelo (...), entre partir e ficar, navegar e ficar imóvel (...) havendo no seio dos Portugueses um duplo anseio, uma pulsão marítima e uma aversão a sair (...)."

João Medina, 2000: 78

A epígrafe que inicia este capítulo foi pouco menos que escolhida ao acaso. Na verdade, no decurso da investigação, encontrei centenas de frases sinónimas desta, e são milhares as que, no mesmo tom, vaticinam um sentido e uma modalidade de ser para o país. Este tipo de enunciação constitui o conteúdo descritivo e normativo do corpo discursivo que envolve os imaginários das nações. Trata-se do mais flagrante procedimento de reificação que, por via da simplificação, vaza num molde sedimentado pelo tempo o ser, frequentes vezes antropomorfizado, de um povo ou nação. Frases e expressões deste teor revelam interpretações mitificadas de um modo de ser consensualizado e são apropriadas para fins de edificação de uma certa imagem e definição identitária. Aqui reside, precisamente, o aspecto mais interessante a avaliar: o mecanismo de reprodução de tais sentenças, que se alimentam de si próprias como se nada devessem à realidade e como se, ao dizerem o *âmago*, não tivessem de conhecer a pertinência e actualidade dos factos. O que torna o discurso mítico-ideológico – tal como o encontramos disseminado nas frases proverbiais que enchem páginas de jornais, ensaios e blogues – *perturbador* do ponto de vista sociológico é a sua capacidade performativa de criar uma realidade segundo as palavras e de se alojar no discurso do senso comum, pondo cada um a falar com causa e sobrançeria da definição do seu país (e da dos outros). E o que se define na frase em epígrafe é a indefinição do país, a muito apregoada contradição e condição paradoxal do carácter nacional, enfim, o

muito poético ser e não ser, estar onde não se está, querer o que não se pode querer.

Este género de tipificação consensualizada encontrei-a em abundância no discurso espontâneo dos participantes nos grupos de discussão realizados. São inúmeras as frases e expressões que são visivelmente o produto de uma lógica de reprodução de *topoi* idealizados e massificados sobre o ser nacional. Exemplifico com as seguintes citações, retiradas de vários grupos de discussão, que serão ulteriormente analisadas com mais detalhe:

"(...) é este misto, às vezes, de sermos portugueses e querermos ser e não ser" [Xavier, Grupo (G) 4];

"(...) começo eventualmente a perguntar se Portugal terá viabilidade e sustentabilidade enquanto país independente" [Carlos, G4];

"(...) tanta ilusão, tanta vontade de ser grande" [Mónica, G1];

"(...) não somos assim tão pequeninos, nós somos muito criativos, nós, portugueses, somos muito criativos. (...) O que é que exactamente aqui falhou para, à medida que avançámos de século para século, ter havido essa perda, essa perda de capacidade, de conquista, essa perda de unidade, o que é que falhou nisto tudo?" [Rosa, G3];

"Os portugueses, nós temos esta característica: ou achamos que somos os melhores ou de repente passamos a achar que somos os piores. Mas no dia em que perdermos isto se calhar vamos deixar de ser portugueses" [Rui, G4];

"A nossa vocação foi, é e sempre será atlântica muito mais do que europeia" [Carlos, G4].

Por que reconhecemos com facilidade as opiniões aqui transcritas? De onde vêm tais apreciações sobre o país e que ângulo de visão é tomado nas posições assumidas? Que evocações transpiram destas palavras que nos reaparecem nas conversas entre amigos, entre desconhecidos, entre figuras públicas, entre académicos e nos remetem com obsessão para uma *definição* nacional sempre matizada pelas mesmas cores? É propósito deste capítulo perceber como se enlaçam as enunciações mítico-poéticas sobre a identidade nacional e os dados objectivos que as ciências sociais têm apurado sobre o assunto e dar conta da substância que preenche a formação identitária nacional no que ao tema desta tese diz respeito – a dimensão europeia da identidade nacional. Para compreender que lugar atribuem os portugueses a Portugal hoje, para dimensionar quanta Europa há em Portugal e perceber o sentido dessa relação, há que travar um jogo de duplo tabuleiro: convocar as vozes que se detiveram na reflexão, explícita ou não, sobre o fundo da identidade e cultura portuguesa e, em simultâneo, escrutinar tais registos discursivos num esforço de distanciamento crítico, objectivação sociológica e decantação dos elementos ideológicos, líricos e utópicos. Não é tarefa a que me aventure levianamente; ao contrário, sei bem das armadilhas, lacunas e fraquezas a que estarei sujeita, assim como sei da crítica a que me exponho. Avanço por não me parecer possível dar seguimento à tese que tenho em mente sem dar este passo intermédio que preludia a análise da relação entre Portugal e a Europa no presente.

1. Construções míticas da identidade portuguesa

Titulei este capítulo por inspiração em Eduardo Lourenço (1994b: 10) que diz padecer o nosso país de uma "hiperidentidade", que se traduz num comprazimento em dissecar o que fomos e somos, numa obsessão pela auto-definição como nação, como povo e como cultura. Esta modalidade superlativa de identificação nacional estaria ligada ao facto de sermos, na opinião do autor, um país "excessivamente uno", modelo perfeito de Estado-nação, ancorado nas condições objectivas da construção histórica de Portugal: um povo, uma língua, uma religião, fronteiras duradouras, um império. Mas o carácter *excessivo* da identidade nacional portuguesa deriva também de estarmos imersos em enunciados que pretendem desvendar o que é a nação portuguesa e o que é ser português, numa vaga inflacionária de expressão dos mistérios da identidade de Portugal. Das perdas de soberania pós-integração europeia, às manifestações patrióticas durante os campeonatos internacionais de futebol, da recessão económica e da crise de confiança destes primeiros anos do século à salvífica lusofonia, frequentes são os motivos para invocar as virtudes e misérias da identidade nacional.

Se há excesso de identidade no país, por muito ser invocada a ponto da saturação – mesmo se o termo é usado com excesso de liberdade e se torna não apenas vago e circular, mas de uma banalidade e vacuidade conflagradora – e por ser tema obsessivo entre as elites intelectuais nacionais, isso é efeito, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (1994: 49), de um "excesso mítico de interpretação" que funciona como um "mecanismo de compensação do défice de realidade", de que as elites culturais, produtoras das exegeses nacionais, padecem. Sousa Santos chama a atenção para o logro que podem ser as referidas interpretações míticas por derivarem de análises desenraizadas da realidade, levadas a cabo pelos "nossos psicanalistas sociais" que "puderam dizer tudo impunemente sobre Portugal e os portugueses" (1994: 50-51), adquirindo as suas ilações eficácia performativa que as objectivou na realidade social. Ou

seja, os enunciados sobre o país e o seu povo, que durante séculos emanaram das classes esclarecidas sem preocupações de verificação da sua justeza no corpo real e histórico da nação, acabaram por consensualizar-se no sentido em que "à força de ser repetido, constitui um autêntico senso comum sobre os portugueses, o 'arquétipo do homem português'" (1994: 55). Boaventura de Sousa Santos (1994: 57) detecta apropriadamente a raiz do problema: "o excesso mítico deste discurso manifesta-se na arbitrariedade e selectividade com que se manipula a história do país". Na verdade, não se trata de algo novo na saga dos discursos nacionalistas e há que lembrar que, em Portugal, como noutros países, coincidiram as histórias, as antropologias e os ensaios que dissecam o *ser e a alma* nacional com o surgimento das ideias nacionalistas (cf. Hobsbawm, 1983). Quero com isto dizer que o desvio ideológico protagonizado por este tipo de discurso interpretativo mítico relativamente ao estado objectivo das realidades sociais sobre que se debruçaram não resultou, necessariamente, de uma intenção ideológica ou de um alheamento face à realidade, mas, provavelmente, do próprio espírito do tempo que marcou os dois últimos séculos e que dispôs dos dados históricos nacionais segundo a ordem ditada pelas ideias dominantes, acentuando fortemente particularismos culturais, pureza étnica, heróis e gestos de grandeza. Parece-me, pois, que está nisto implicado mais do que as elites produtoras dos mitos nacionais e das suas interpretações. Estaremos talvez diante de "grandes estratégias anónimas" (Foucault, 1994: 98) de construção identitária nacional que, evidentemente, obnubilam o que há de desprezível na acção colectiva nacional, exaltam as idades de ouro e fazem das fraquezas virtudes (é assim que a ambivalência dos portugueses é tornada plasticidade). Que as ciências sociais tenham despertado tão tardiamente para estes processos e que o pensamento comum esteja tão imbuído deles deve ser motivo de reflexão.

Indo em busca dos textos onde se retrata o país e dele se faz a história mítica e a antropologia do homem português, o que se acha é uma "grande estratégia" de reprodução de um número limitado de *topoi* de caracterização nacional, que poderíamos fazer remontar originalmente aos autores

renascentistas de quinhentos (Luís de Camões, Fernão Mendes Pinto) e que desde então se desfiavam numa cadeia de vozes concorrentes que querem apurar a matéria de que, como nação e povo, somos feitos. Para melhor situar estas produções míticas, deve dizer-se que elas ocorrem em dois tempos estruturantes: antes e depois do século XIX, e que precisamente se intensificam na era nacionalista. Tomando os últimos cento e cinquenta anos, podemos discernir quadros temporais mais curtos e específicos, associados a conjunturas histórico-políticas que contextualizam os discursos sobre a nação: liberalismo, I República, ditadura do Estado Novo, democracia pós-25 de Abril; romantismo e crises dos governos liberais; Geração de 70 e crise da monarquia; Ultimatum e saudosismo; Estado Novo e colonialismo, democracia e Europa.

Quanto ao conteúdo, são identificáveis dois sentidos opostos na interpretação feita do passado, presente e futuro do país, que podem ser designados de: 1. preservação passadista e 2. desenvolvimentismo crítico, também eles desdobrados em múltiplas abordagens políticas, filosóficas e estéticas, como adiante se verá. Importa esclarecer o que se entende por estas duas designações e o que comporta cada uma delas. Enquadro nas interpretações de carácter preservador e passadista as que salientam uma visão grandiosa do passado de Portugal, em contraste com a decadência do momento presente, e que remetem para o futuro a restauração dessa idade de ouro a que estaríamos destinados. Neste sentido, o tempo histórico enrola-se num tempo mítico, circularizando-se o que é efectivamente linear. Quase sempre esta perspectiva perfilha uma concepção isolacionista ou atlantista do país, assim como uma visão primordialista e singularista do homem português. Um segundo sentido – desenvolvimentista – dá ênfase à necessidade de superar, no futuro, o atraso político, económico, social e cultural de que padece o país, em resultado de erros passados, e é, portanto, crítico de uma visão cândida de um passado idílico e heróico. Do mesmo modo, perspectiva o desenvolvimento do país numa aproximação aos padrões europeus e não em desvios imperiais ou colonialistas. Encontra-se nos autores que partilham este ponto de vista um violento sentido crítico,

irónico e verrinoso sobre o país, sem que isso exclua um forte apego à pátria, traduzido numa desesperada vontade em contribuir para que retome o caminho do progresso.

Do ponto de vista da temática desta tese, é curial sublinhar que, nos sentidos interpretativos do país que se foram construindo e que resumi nas perspectivas acima referidas, há subjacente uma linha divisória que distingue duas opções: uma, europeia e, outra, atlantista (não-europeia, o que não quer dizer anti-europeia). É nesse *fio da navalha* que parece desenrolar-se toda a história do país, bem como os posicionamentos míticos, ideológicos e filosóficos que foram desencadeados. Pendendo ora para um lado, ora para outro da fronteira entre o espaço europeu e o espaço marítimo-imperial – permanecendo, por vezes, também, encerrada nos contornos de um país-ilha – a leitura que muitos fizeram de Portugal resulta dilacerada por esta fenda simbólica. Recordar que após a adesão do país à Comunidade Económica Europeia, em 1986, era muito comum ouvir expressões como "agora já somos europeus" ou "agora estamos na Europa" deve fazer-nos interrogar acerca da percepção que os portugueses do último quartel do século XX tinham do lugar simbólico do seu país no mundo. Não que este tipo de discurso seja uma singularidade portuguesa; de facto, pode encontrar-se uma lógica semelhante noutras regiões das franjas geográficas do continente (Ilhas Britânicas, Escandinávia¹⁷, Leste europeu). Mas o facto de os portugueses se imaginarem persistentemente num limbo e de não ser espontânea a aceitação do facto geográfico de pertencerem à Europa (depois de se dizer "agora estamos na Europa", muitas vezes se concluía "...mas nós sempre estivemos na Europa", como se só após um momento de reflexão nos situássemos apropriadamente) é motivo para tentar perceber o que na história do país conduziu a este tipo de distorção. Assim, sem ser exaustiva na recolha, mas salientando as leituras mais significativas e com maior eco, procurarei traçar um esboço das representações que se produziram e reproduziram sobre Portugal e os portugueses ao longo destes dois vectores

¹⁷ A título de exemplo, recordo que uma aluna finlandesa, estudante ao abrigo do Programa Erasmus em Portugal, que participou num dos grupos de discussão realizados na recolha de informação para esta investigação, disse "quando as pessoas viajam para fora da Escandinávia, dizemos que vamos para a Europa. (...) fazemos parte da Europa, mas ao mesmo tempo estamos um pouco isolados" [Rikka, G7].

– passadismo-atlantismo e desenvolvimentismo-europeísmo – na história do país, em particular, nos últimos cento e cinquenta anos.

Para dar conta da complexidade que está por detrás das fórmulas acima enunciadas, começo por dizer que nem sempre tais posições são de distinção cristalina; acontece que, tanto ao nível macro da história política, económica e cultural do país, como ao nível dos autores que se dedicaram a estas questões, as duas perspectivas-opções se justapõem frequentemente, deixando-nos um emaranhado de categorias para deslindar. O duplo movimento de dependência e distanciamento face à Europa que atravessa os quase nove séculos de história do país reflecte-se numa miríade de factos e opiniões, que tratarei abreviadamente de seguida, começando pelos contornos históricos do país e avançando pelos testemunhos privilegiados que são os dos intelectuais fazedores de opinião que determinaram o sentido intrínseco da definição identitária do país. Num nível como no outro, procurarei dar relevo à inserção ambivalente de Portugal na Europa e sublinhar as flutuações e contradições manifestas nesta relação.

A fundação de Portugal foi indelévelmente marcada por braços europeus: tendemos a esquecer-lo, mas os nossos fundadores não eram autóctones, mas de uma linhagem estrangeira (Borgonha). Quando Afonso Henriques funda este novo reino, fá-lo umbilicalmente ligado à Europa, naquilo que dá forma à Europa medieval: a religião cristã. Portugal torna-se o posto avançado da cristandade na Reconquista dos cruzados sobre o Islão invasor. Boa parte do território é entregue a Ordens religiosas de dimensão europeia e é à Santa Sé que o primeiro rei vai buscar a legitimidade para o seu reino e para a separação de Castela. Desde o primeiro momento, Portugal é inexoravelmente europeu: porque se forma em oposição ao Outro da Europa, ou seja, à outra religião, o Islão dos infiéis; porque a sua estrutura estatal e política é a comum na Europa e é aí que estão os seus aliados políticos e militares; porque toda a sua cultura é de raiz europeia: na literatura, nas artes, na política, na ideologia, os movimentos portugueses mimetizam os movimentos europeus¹⁸. A própria existência secular de um

¹⁸ Joaquim Barradas de Carvalho refere que até à união dinástica de 1580 pode falar-se de uma cultura peninsular e de bilinguismo. A partir de 1640, "Portugal volta as costas à cultura espanhola e passa então a dar preferência à

país tão pequeno e frágil atesta a cerrada e astuta rede de alianças (e casamentos) tecida ao longo dos tempos com as potências europeias. Nas palavras de Miguel Real (1998: 76), "a Europa fez Portugal".

A matriz indubitavelmente europeia da nossa história e da nossa cultura vai persistir. E há mesmo um momento dessa história em que Portugal é a "cabeça da Europa", em que "Portugal faz a Europa". Quando no século XV se lança ao mar em descoberta do mundo, Portugal inicia a modernidade europeia e a globalização. Ao mesmo tempo que espalha o cristianismo e a língua portuguesa pelo mundo, faz a Europa entrar definitivamente na era do espírito humanista e racionalista, da inquirição científica da natureza e da sua exploração técnica, na era do cosmopolitismo e do universalismo. Até ao século XVI podemos dizer que temos um Portugal profunda e antecipadamente europeu, mesmo se o obstáculo que é Espanha desde cedo o virou para o Atlântico. Mas a partir do século XVII e até ao século XX, durante os quatrocentos anos que medeiam entre a união dinástica e a adesão à Comunidade Europeia, será flagrante a percepção de desencontro e de distância entre os padrões portugueses e os europeus pelas elites culturais, quer isso seja visto como uma tragédia ou como uma bênção. Se a relação do país com a Europa é de desencontro, não é porque a cultura e o modo de vida deixem de ser europeus, mas porque nos fechámos às novas e revolucionárias ideias que varriam a Europa e fomos, por isso, irremediavelmente ultrapassados.

A união dinástica com Espanha, de 1580 a 1640, marca o início de um período que muitos autores de finais do século XIX e início do século XX vão designar recorrentemente por decadência. Antero de Quental resumiu essa fase na famosa Conferência de 1871 sobre as "Causas da decadência dos povos peninsulares" e definiu-a, em primeiro lugar, como efeito da opressão sobre o pensamento livre. Enquanto a Europa acelerava para o século das revoluções, Portugal e Espanha afundavam-se no obscurantismo da Inquisição. A teia que cobriu o espírito livre afastou-nos da modernidade que

cultura francesa". O autor lembra que essa influência não se exerceu apenas junto dos "intelectuais portugueses de cultura europeia, sobretudo francesa (Eça de Queirós, Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga), mas que também foi francesa a inspiração para a direita católica e o Integralismo Lusitano (1982: 18-20).

revolucionou a Europa: ficámos à margem da Reforma e das guerras religiosas e ficámos imensamente para trás na revolução científica, na industrialização, no capitalismo na ordem económica, na revolta contra o absolutismo e pelo Estado de direito burguês, na massificação do ensino. O facto é que, durante cerca de quatrocentos anos, o país se definiu como europeu apenas por defeito e manteve-se fechado no círculo da metrópole e territórios ultramarinos. Isto equivale a dizer que na configuração identitária do país a Europa era *taken for granted*, mas não prioritária, nem central. O que significa isto em concreto? Que partilhámos com os restantes países europeus as estruturas políticas e sociais, as linhagens dinásticas, os jogos diplomáticos, os modos de vida, as manifestações da alta-cultura¹⁹. Todavia, a Europa estava fora da nossa órbita, não apenas pelo lugar periférico que ocupávamos e pelo atraso de desenvolvimento que evidenciávamos, mas porque a nossa auto-definição identitária permaneceu auto-referencial, auto-centrada, tanto na dimensão do espaço, como na do tempo. Portugal permaneceu centrado e concentrado em si, na faixa de terra marginada pelo Atlântico. Na substância da sua identidade, na mastigação de auto-gnose que as elites pensantes produziram, o que encontramos? Portugal, a sua história, os seus dilemas, a idade de ouro e a inevitável decadência. Na verdade, as possessões ultramarinas (à excepção do Brasil) são subsidiárias, a Europa marginal e a Espanha um obstáculo a conter. Em resumo, 400 anos de ensimesmamento nacional.

¹⁹ Jorge Borges de Macedo (1988: 74-75) lembra que havia entre Portugal e os restantes Estados europeus uma teia densa de relações que nos colocava no centro dos acontecimentos relevantes da história europeia, ao mesmo tempo que o investimento que fazíamos nessas parcerias era filtrado pelos interesses nacionais: “Existe, na história de Portugal, um sentido de consciência europeia, diversas vezes formalizado e sempre dotado de uma vivência profunda, em consonância com as características específicas da Pátria. (...) os factores europeus aparecem na medida própria em que são seleccionados pelo corpo nacional que lhe é anterior. Ou, antes, que lhe é primordial” (*idem*: 71). Esse espírito europeu está patente na política de casamentos da dinastia de Aviz, que assim estabelece relações com todas as Casas Reais determinantes da Europa, “onde se manifesta claramente a consciência dos responsáveis portugueses pela independência nacional pelas suas necessárias conexões europeias.” (...) “A consciência nacional conservou sempre um escol que recebe, estuda e transforma dados europeus em elementos de interesse nacional”. (...) quanto aos territórios portugueses para além da metrópole, estes não tornaram Portugal antagónico ou estranho à sua situação europeia. (...) é bem claro que Portugal não quis envolver-se em todas as lutas europeias, mas só naquelas em que os seus interesses se confrontavam. É certo que D. João V não quis interessar-se pela sucessão da Áustria ou que um seu irmão fosse colocado no trono da Polónia. E com razão. As relações com a Europa tinham um nexu português: enquanto pudessem afectar a sua posição no Atlântico. O mesmo se verifica quanto à sensibilidade portuguesa aos acontecimentos ou lutas ocorridas na Europa” (*idem*: 72-75).

Contra as forças metamórficas da história mundial, o fechamento nacional entra pelo século XX dentro, imune à forte onda globalizante que se manifestou em duas guerras mundiais, no domínio de independência das colónias africanas e asiáticas, na constituição da ONU e, sobretudo, da Comunidade Europeia. Salazar tinha uma visão própria do lugar de Portugal no mundo. Quanto ao processo que conduziu ao Tratado de Roma, era firme na convicção de que não se deveria, sob motivo algum, abrir mão da soberania total sobre todos os territórios do país, o que incluía as colónias africanas e da Índia. A sua tese era a de que Portugal é um país com interesses estratégicos essencialmente atlânticos e, por consequência, voltado para o seu império colonial e afastado das questões centro-europeias. Todavia, em termos pragmáticos, Portugal não permaneceu isolado, tendo sido membro fundador da NATO e tendo participado na EFTA e na OCDE.

Entre 1945 e 1974, em virtude do regime ditatorial e da resistência à descolonização, Portugal viu-se afastado do processo de unificação europeia. A revolução de Abril de 1974 abriu, em simultâneo, as portas às condições necessárias à adesão europeia: a democratização e a descolonização. A partir de 1974-75, a integração de Portugal na CEE passou a ser um objectivo estratégico consensual entre os partidos moderados, da esquerda e da direita, embora seja justo lembrar que desde a década de 60 do século XX, sob o marcelismo, vinha ganhando força a opção europeia entre a elite política. O forte crescimento económico dessa década, com um grande dinamismo do sector exportador dirigido ao espaço económico europeu, leva à assinatura, em 1972, de um Acordo Comercial com a CEE. Na mesma década, o forte fluxo de emigração desvia-se do continente americano para o europeu – França, Alemanha, Luxemburgo, Suíça. Soavam os primeiros acordos da aproximação à Europa e sentia-se no país, nas elites e no povo, vontade de Europa, vontade de progresso, de abertura, de reconhecimento internacional, de normalidade política.

Olhando para os quatro séculos que ficaram para trás, podemos concluir que no país da "hiperidentidade" se sente flagrantemente a ausência

da Europa como categoria analítica e como referência de pensamento e de acção. A Europa soa sempre distante, não tanto como um Outro, mas como um exterior. Na verdade, a Europa mantém-se como um *outro significativo* implícito que baliza cultural e politicamente a mundividência portuguesa, sem todavia ser um interlocutor de primeira ordem e sobretudo permanecendo na segunda linha dos interesses estratégicos nacionais. Como bem interpretou o historiador Borges de Macedo (1988: 74), o envolvimento de Portugal nas questões centro-europeias só ocorreu quando nelas se confrontavam os interesses nacionais. Não devem estas observações fazer crer, porém, num carácter particular da relação de Portugal com a Europa. Em primeiro lugar, porque em causa está menos a relação de Portugal com as potências europeias, que, não sendo uniforme, foi intensa, do que o lugar que ocupávamos geográfica e politicamente no conjunto europeu – nessa condição partilhámos com alguns outros pequenos Estados periféricos um grau semelhante de alheamento.

Obviamente, nas relações que mantínhamos com os parceiros, foram privilegiados determinados Estados em detrimento de outros; é sabido o especial e antigo entendimento (diplomático, económico, político e militar) com a Inglaterra, bem como a forte influência cultural de França, ao passo que a ligação ao mundo germânico foi sempre mais ténue. Ainda assim, encontramos intercâmbio cultural e comercial com todo o espaço europeu, de Espanha à Rússia (v. Miranda, 2000). Em segundo lugar, é necessário deixar claro que é mais certo falar em atraso do que em rompimento com a Europa. Como referi acima, Portugal não deixa de estar umbilicalmente ligado à Europa no que diz respeito ao sistema político e de alianças e à cultura, em sentido lato e restrito. O que aconteceu foi uma travagem que se fez sentir a partir do século XVI, e se aprofundou nos séculos seguintes, e que impediu que o país acompanhasse as transformações radicais por que passava o mundo ocidental, daí tendo resultado ter perdido o *pelotão da frente* nas revoluções política, económica, religiosa e científica que convulsionaram e impeliram a Europa ao progresso vertiginoso destes duzentos anos. Atrever-me-ia mesmo a dizer que foi essa *décalage*, alimentada progressivamente de

si mesma, que conduziu ao *ensimesmamento nacional*, à tentação do império, ao alheamento diante da Europa e às interpretações mítico-ideológicas da identidade portuguesa de matiz isolacionista-atlantista-singularista que se produziram em força no século XX. O elemento crucial terá sido, contudo, não a condição objectiva de *atraso*, mas a auto-imagem criada, que embalou o país num solilóquio, ora decadentista, ora glorificador.

Já quanto ao último século e meio, período a que prestarei atenção mais detalhada, a matriz de análise torna-se mais complexa na medida em que o que encontramos é uma permanente lógica bipolar, uma flutuação entre opções polarizadas entre a modernização e europeização do país e a sua preservação como corpo colectivo singular e mesmo superior no concerto das nações. É neste contexto de definição indecisa e ambiguidade identitária que o país vai desembocar na transição para a democracia, nos anos 1970, e por isso é tão importante traçar o esboço das configurações da identidade nacional sedimentadas no passado e que reaparecem no presente sob a forma de *topoi* que enchem o discurso do senso comum e inflam de essencialização as análises ensaísticas, filosóficas e literárias que se fazem de Portugal.

Os pensadores do século XIX, tempo da introspecção romântica e da busca das raízes idílicas, assumem o sentimento de "uma *desvalia trágica*, insuportável, da *realidade nacional sob todos os planos*. É ela que determinará o ritmo cultural da segunda metade do século. (...) a *obsessão temática capital* do século XIX: a de *repor* Portugal na sua grandeza *ideal* tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, económica, social e cultural" (Lourenço, 1988: 86-87). É um sentido de queda, decadência, mas também de interrogação e urgência de regeneração que imbui as reflexões que vêm a lume nesta altura. Diz Eduardo Lourenço (1988: 83) que "a nossa história literária dos últimos cento e cinquenta anos (...) foi orientada (...) consciente ou inconscientemente pela preocupação obsessiva de descobrir *quem somos e o que somos como portugueses*. (...) É sob a pluma de Garrett que pela primeira vez, e a fundo, *Portugal se interroga*, ou melhor, que Portugal se converte em *permanente interpelação*

para todos nós". E continua o mesmo autor: "o drama de Garrett é fundamentalmente a teatralização de *Portugal como povo que só já tem ser imaginário* (ou mesmo fantasmático) – realidade indecisa, incerta do seu perfil e lugar na História, objecto de *saudades* impotentes ou *pressentimentos trágicos*. Quem responde pela boca de D. João (de Portugal...), definindo-se como *ninguém* (...) é a própria Pátria" (*idem*: 85). Nessa busca pelo ser íntimo da pátria – que acaba por revelar espectros –, Almeida Garrett (1799-1854) aparece como voz do romantismo. É nesta corrente estética que estão ancoradas as suas obras maiores, desde logo as que dão conta da indagação do passado e do presente da pátria, do carácter das suas gentes e das suas paisagens, *Frei Luís de Sousa* e *Viagens na Minha Terra*.

Mas há um outro lado em Garrett, que, num alvoroço de liberalismo e contemporaneidade, levanta questões pragmáticas e urgentes diante da situação do país. Em 1830, publica *Portugal na Balança da Europa*, onde procura responder à interrogação "qual será a qualidade e a quantidade do peso com que Portugal deve entrar na balança da Europa?" (s.d [1830]: 198). Mediante as convulsões por que passa o país à conta das lutas liberais e a crescente dependência face às potências europeias, e em especial a Inglaterra, Garrett apresenta um programa patriótico de salvação da liberdade e independência nacionais, cujo falhanço traria a ameaça da união com Espanha. A simples menção de tal fatalidade deve ser suficiente para pôr os seus concidadãos de sobreaviso e garantir que tudo se faça ("Todos daremos o derradeiro sangue pela independência nacional") para a evitar: "A esperança (...) de que não seremos constrangidos a essa extremidade, me arreda a pena do repugante assunto. Praza a Deus que não seja necessário volver a ele! Mas se o for, se a oligarquia nos obrigar a queimar nos altares da liberdade o palácio da independência nacional, façamo-lo com dignidade e prudência; nem sacrifiquemos de nossa glória e nome antigo senão o que exactamente for indispensável para evitar servidão. Talvez uma Federação... Mas suspendamos *por ora* todas as reflexões sobre este objecto" (*idem*: 220). Em síntese, nesta obra, Almeida Garrett questiona o lugar e peso de Portugal na Europa, avaliando como as ideias e revoluções europeias

influenciam o percurso histórico português, como Portugal se acomoda, reage e é estimulado pela *nova ordem europeia* e como as potências europeias intervêm, avaliam e sancionam as movimentações políticas em Portugal. Sob estas indagações está, é certo, a já referida inquietude com o presente e o futuro do país e como poderá manter-se soberano no seu projecto histórico. Mas mais relevante do que isso, encontramos em Garrett um esgar de abertura à Europa na busca das causas e consequências dos atavismos do país e não apenas a nostalgia das origens e a exaltação da nacionalidade que são o selo do romantismo.

Na mesma época, o outro grande nome do romantismo português, Alexandre Herculano (1810-1877), "arqueólogo de Portugal", nas palavras de Eduardo Lourenço (1994b: 30), escrevia a primeira grandiosa e científica *História de Portugal* e romances históricos de resgate da heroicidade cristã medieva²⁰. Herculano vai envolver-se, em 1853, numa apaixonada polémica com António Pedro Lopes de Mendonça a propósito da introdução dos caminhos-de-ferro em Portugal, tomando aí uma posição muito conservadora, em rejeição da civilização moderna que os comboios arrastariam até ao nosso país. Para Herculano, o progresso do país deveria ocorrer por via das suas tradições endógenas, nomeadamente através da descentralização municipalista, que fora uma instituição curial nos primeiros séculos da sua existência. Chega a dizer o seguinte: "Lá fora anda-se em caminhos-de-ferro: aqui deve-se andar no jumento, que é um animal grave e severo. A imitação degrada-nos: a originalidade exalta-nos. A civilização é um bem lá fora; aqui deve ser um mal" (*apud* Mónica, 1996: 54). Em Herculano está mais claramente definido um programa de matriz romântica para o país e aí se complementam a escavação historiográfica do passado nacional e uma *projecção retrospectiva* de um país cujo fulgor passado deve servir de guia incontestável para o presente e futuro. Mais do que em Almeida Garrett, é em

²⁰ As Histórias nacionais (da França, da Espanha, de Portugal, etc.) são um dos elementos mais importantes para a objectivação da realidade nacional como comunidade de memória e destino e foram produzidas e empregues na intersecção entre o romantismo e o nacionalismo. John Gillis (1994: 7-8) lembra que a tarefa de preencher o passado foi "levada a cabo com grande fervor pelos historiadores profissionais desde o início do século XIX. Essa tarefa, como a concebeu Jules Michelet, era a de falar pelas gerações passadas, conferindo-lhes uma história nacional, mesmo senão se reconheceram a si próprios como franceses, alemães ou ingleses no tempo em que viveram".

Alexandre Herculano que se acha a vontade de preservação passadista que influenciou muitos dos que posteriormente se dedicaram a traçar um caminho para a nação: a ruralidade, o fechamento, a nostalgia quimérica do passado, a heroicidade cavalheiresca e a religiosidade são todos elementos que compõem o *bouquet* que recorrentemente haveria de ser invocado, até bem tarde no século XX, para afastar o país da senda modernizadora e encostá-lo à imagem de povo dócil, agarrado à terra e à tradição. Percebe-se facilmente que, sob a corrente do romantismo, encontramos dois autores cuja reflexão acerca do país, não sendo oposta, é dirigida a visões diferenciadas, com Garrett a entreabrir a porta doméstica à influência externa, de um ponto de vista pragmático, e Herculano com um perfil onde se acomodam tanto o liberalismo, como o conservadorismo. Será Herculano a dizer, às portas da morte, não sabemos se num momento de lucidez, se de derradeiro desânimo, e supostamente referindo-se ao país, *Isto dá vontade de morrer*.

Exposto brevemente o momento inaugural da *obsessiva ruminação* acerca da definição da nação, seus traços e destinos, interessa-me continuar a tarefa de expor como se organizam em quadrantes diversos as elaborações reflexivas que resistiram à erosão do tempo e se constituíram em *topoi* de afirmação identitária que, de formas mais ou menos oblíquas, continuam a formatar o pensamento mítico, ideológico e especulativo sobre Portugal. Socorro-me, para começar, de uma utilíssima ferramenta conceptual desenvolvida por Miguel Real (1998:18): os "centros históricos imaginários" ou "cristalizações imaginárias", que o autor define como "organizadores nucleares do discurso histórico-literário nacional". Segundo Miguel Real, "todos os povos possuem a sua *forma mentis* como imaginário singular de traços históricos individualizadores pelos quais se identificam face a outras culturas." Trata-se de mitos fundadores que "recortam a sua identidade no concerto das nações". Estes centros históricos imaginários operam por simplificação e mitificação da História, conferindo-lhe uma "unidade que é a do discurso do presente sobre o passado (...) cujo referencial é apenas e exclusivamente as inclinações sociais e políticas do presente" (1998: 18-19). Independentemente do uso que o autor lhe dá, o conceito de centro histórico

imaginário – como cristalização ou decantação de um pensamento persistente, coerente e consensualizado sobre as formas de ser, pensar e agir que singularizam a nação e o seu povo – é um antídoto contra as tentações reificantes de que tratei anteriormente. A ideia de percorrer e reunir os registos da descrição e reflexão identitária pode correr o risco de resultar num catálogo parcial se não lhe presidir o princípio de que a selecção de tais registos é uma operação de sintetização e classificação da informação em torno de constelações de sentidos diversos que se formaram historicamente. Além disso, é fundamental ter em atenção que todo este processo assenta numa corrente que vai do presente para o passado e não o inverso, ou seja, a meta-interpretação que aqui elaboro não pretende ser uma síntese cronológica da literatura e do ensaio que se debruçaram sobre o tema *Portugal*, mas uma exploração conceptual que traga respostas à questão nodal da minha investigação – a Europa na identidade portuguesa –, particularmente ao fornecer a compreensão de como a definição identitária presente é tributária das vozes que a produziram no passado, do mesmo modo que cada uma dessas produções foi resultado de determinadas condições históricas objectivas e da forma como foram *digeridas* e interpretadas.

Aventurar-me no campo do imaginário nacional, mesmo se restringindo-me aos últimos cento e cinquenta anos, é embrenhar-me numa teia densa de sentidos tanto próximos, como distantes, que se repulsam e atraem, que se recobrem, tocam e afastam. Deslindar tal teia exige um esforço de conceptualização (que é também uma simplificação) e de classificação. Gostaria de ser capaz de evitar submeter os dados disponíveis a uma grelha tipológica ou a uma lógica mecânica de encaixes e formatações prévias. Gostaria de permitir que os discursos sobre os quais vou trabalhar mantivessem a sua voz plena porque estão quase todos imbuídos de uma dimensão estética e retórica inspiradora. Não sendo possível avançar mantendo-os como material em bruto, opto por tentar alinhá-los segundo eixos de interpretação e classificação que nos dizem de onde fala cada uma das vozes, isto é, com que pressupostos e com que propostas se apresentam

tais reflexões, para permitir, depois, algum espaço de manifestação da originalidade e subjectividade que emana de cada autor.

Numa primeira arrumação de conceitos, apresento os eixos ao longo dos quais se dispõem as projecções identitárias que serão trabalhadas. Mantenho como eixo interpretativo o que acima designei como *preservação-passadismo — modernização-crítica*. Recordo que neste eixo se alinham as posições que vão de uma perspectiva de conservação do património *genético* da cultura portuguesa e culto da(s) idade(s) de ouro passadas até abordagens ferozmente críticas do subdesenvolvimento político, económico, científico, social e cultural do país, só ultrapassável com um vigoroso programa de aproximação à civilização moderna. Este é, porventura, o eixo-mestre, a partir do qual se declinam os restantes como variações subsequentes.

A primeira dessas variações é a que percorre o eixo entre a *exotopia* e o *realismo*. O conceito de exotopia está originalmente ligado aos estudos literários (Bakhtin e Todorov) e adquire aqui o sentido que Isabel Allegro Magalhães (1995: 193) lhe associou na análise que fez dos elementos estruturantes da identidade nacional na literatura portuguesa: a experiência de ser/estar de fora. Neste sentido, a realidade nacional é avaliada a partir de "uma continuada nostalgia e de um insistente desejo de outra coisa. (...) um constante sentido de permanecer num limiar, na sensação de nunca chegar onde se quer, de nunca atingir o que se deseja, de nunca chegar lá: a experiência de ficar de fora, ou aquém, do que verdadeiramente se deseja" (*idem*: 192). As versões exotópicas da definição nacional têm carácter projectivo, isto é, projectam no passado e no futuro, em simultâneo, a essência do ser nacional, como se houvesse que resgatar o passado feito de genuinidade e glória e converter o futuro num espelho que reflectisse esse esplendor perdido. É nesta lógica que, no presente, nunca se está onde se devia e desejaria estar – e porque o presente é uma degeneração, a evolução futura não deve ser uma continuação histórica linear, mas uma retro projecção que permita repor e, se possível, levedar o brilho puro do passado. O sebastianismo resume bem a condição exotópica. A esse

propósito, diz Eduardo Lourenço (1988: 22): "o viver nacional (...) orienta-se nessa época para um futuro de antemão utópico pela mediação primordial obsessiva do passado. Descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, *nós começámos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado*²¹". As interpretações exotópicas da nação portuguesa fazem parte daquilo que o mesmo autor designou de "descentragem dos portugueses da sua própria realidade" (*idem*: 73).

No outro extremo deste eixo, opondo-se à exotopia, situo as posições realistas, que procuram fazer uma leitura objectiva e crítica da condição do país, da sua história e do seu futuro. Não significando que tais posições sejam isentas de pressupostos ideológicos, a verdade é que procuraram colocar, com a objectividade possível, Portugal no seu lugar, ou seja, procuraram compreender as forças, internas e externas, que no fluxo histórico influenciaram na formação e no desenvolvimento do país. Quando noto a atitude crítica presente nesta perspectiva, refiro-me ao facto de nela ser patente o esforço de não sacralizar a gesta passada e mesmo uma certa tendência para a derrisão, o sarcasmo e a vituperação. Há, de modo explícito ou implícito, a ideia de que um futuro melhor para o país passa por garantir que os erros do passado não voltam a ser cometidos e que está nas mãos dos contemporâneos acertar a agulha pelos padrões de desenvolvimentos dos países que são para Portugal *outros significativos*. Não deve supor-se que está por detrás deste tipo de interpretação alguma forma de anti-patriotismo; pelo contrário, há da parte destes autores um visível afecto pelo país, em simultâneo com uma escassa estima pelos que o dirigem e dirigiram nos séculos anteriores. Precisamente, é o seu patriotismo que os insta a levantar a voz para denunciar os males do país e apontar o caminho da revolta e da regeneração.

A segunda variação desenvolve-se sobre o eixo *providencialismo* — *voluntarismo*. Aqui contrastam duas visões relativas à responsabilidade última pelo destino e desempenho do país. Na perspectiva providencialista, o

²¹ Sublinhado meu. Que melhor exemplo deste sonho que funde os tempos do que a obra do Padre António Vieira intitulada *História do Futuro*?

conceito fulcral é o de destino – um destino ou vocação outorgado ao país por forças extraterrenas que podem identificar-se com Deus, ou variantes como o Espírito Santo e a Providência. Portugal é tomado como uma nação eleita, protegida e depositária de um carácter especial que remonta a tempos em que o divino se revelou aos portugueses²². Deste ponto de vista, o presente corresponde a uma suspensão do destino que fundou o passado e se espera seja retomado no futuro. O presente é ainda o momento em que é necessário combater as tentações de modernização que ameaçam a preservação do carácter nacional e arrastam a degeneração, mesmo a perdição, do povo português. No pólo oposto do *continuum*, estão posições voluntaristas que se definem simplesmente por explicarem e interpretarem o devir nacional a partir de dados da história e não remeterem os sucessos e fracassos do país para forças intangíveis. Nesta perspectiva, o desempenho do país dependeu e depende da vontade dos seus homens e da capacidade de gizar uma estratégia, mobilizar os concidadãos, combater os atavismos e valorizar os recursos. É porque nada depende de determinismos divinos, mas da acção humana que é necessário denunciar o imobilismo e abrir o país à experiência que países mais desenvolvidos têm. Ao contrário dos providencialistas, para quem a missão é resgatar a idade de ouro, os que crêem na acção humana crêem também na mudança, na revolução, na capacidade de a nação portuguesa superar o seu atraso secular.

A terceira variação envolve a discussão do lugar de Portugal no mundo, que alguns definiriam como missão e outros como interesse estratégico. Neste eixo, assinalam-se duas posições em divergência: a *estratégia marítima* e a *estratégia europeia*. A primeira define o país para além fronteiras, isto é, Portugal não é só o território que os reis da I Dinastia conquistaram, mas é todo o espaço que foi tocado pela cultura portuguesa. Esta é a visão mais ampla possível, porque não se limita a identificar o país com a metrópole + colónias, nem sequer com os sucessivos impérios que fomos tendo, mas com a ideia de portugalidade e, sobretudo, com a ideia

²² O milagre de Ourique, em que a aparição de Cristo a Afonso Henriques prenuncia a sua entronização e antecipa o papel central de Portugal num futuro império divino, e as aparições de Fátima, anunciando um Portugal a salvo da guerra e em cujas orações está a conversão das nações pecadoras, são os acontecimentos-chave da protecção providencial do país.

actual de lusofonia, que fica perfeitamente traduzida na célebre frase do poeta "A minha Pátria é a língua portuguesa". A esta opção marítima extremada está ligada uma forte carga simbólica: o império não é entendido primordialmente como um recurso, mas como sinal da maneira de ser do português: aventureiro, dialógico, admirado pelo Outro, sentindo-se em casa onde "no vasto mundo pôde criar a sua horta e o seu jardim" (Lourenço: 1994b: 22).

Na visão oposta, o império é tido como um devaneio da capital macrocéfala ou como um apêndice da história, mas não como opção estratégica. Nesta perspectiva, o *rectângulo* encerra nas suas fronteiras o centro da atenção e da reflexão. É em função das necessidades do país que se defende estrategicamente a opção europeia como modelo de desenvolvimento e de *civilização*. Neste contexto, é de toda a pertinência que se discuta o alcance da abertura à Europa, admitindo-se duas possibilidades: a Europa como paradigma do que se quer ser e a Europa como interlocutor privilegiado e via para o desenvolvimento. O que distingue as duas é o facto de, na primeira acepção, a Europa corresponder à própria identidade nacional, definindo-se Portugal antes de mais como um país europeu, e, na segunda, a Europa constituir a garantia de que o país pode continuar a ser o que é, porém mais avançado nos padrões de progresso material.

Uma última variação diz respeito à condição epistemológica das reflexões produzidas e oscila entre a forma *especulativa e lírica* e a forma *objectiva e crítica*. Embora secundária, esta dimensão tem alguma importância, porque revela a condição do modo de produção dos discursos em análise. Assim, há que destringer entre aqueles que cumprem fundamentalmente uma função lírica e estão, por isso, despreocupados com a confrontação com o real e os que, para lá da expressividade da linguagem, manifestam uma ancoragem no estudo e análise da realidade acerca da qual falam. Antecipo que este é o eixo onde é mais difícil separar as posições, na medida em que em causa estão produções de carácter não científico – portanto, sem exigências epistemológicas e metodológicas de objectividade e

causalidade – cujo contexto e objectivos conduzem a que seja sublinhada a índole poética, retórica e especulativa.

Apresentados os eixos estruturantes na análise das definições identitárias nacionais, e antes de avançar no sentido de neles dispor os discursos mais salientes sobre o tema, quero sublinhar que cada eixo deve ser entendido como um *continuum* cujos extremos foram acima enunciados sob a forma de polarizações. Neste sentido, os pólos apresentados aproximam-se do conceito de tipo-ideal, não constituindo posições particulares e concretas encontradas nos discursos em causa, mas abstracções tipificadas que permitem avaliar cada uma dessas posições em termos de distância e proximidade e situá-las num ponto determinado do *continuum*. Além disso, os eixos não são independentes – pelo contrário, recobrem-se e cruzam-se –, daí resultando uma teia bastante complexa de sentidos de que tentarei dar conta ao longo deste capítulo. Vejamos, pois, como se distribuem nestes eixos algumas reflexões sobre o *id* nacional, isto é, aquelas que passaram o crivo do tempo e são hoje reconhecidas como condensando pontos de vista que à época se exprimiram. Neste sentido, elas tornaram-se portadoras das "cristalizações imaginárias" que pontuam o firmamento da definição identitária nacional.

2. O passadismo lusocêntrico

Encostados ao pólo designado preservação-passadismo, com um forte pendor anti-cosmopolita, encontram-se o saudosismo nacionalista de Teixeira de Pascoaes, o paracletismo quinto-imperialista de Agostinho da Silva e o lusitanismo dos autores ligados ao Movimento da Filosofia Portuguesa. A unir estas três visões está a premissa básica de que Portugal e o seu povo possuem uma forma de ser singular e original (a *alma lusa*), assim como um destino e uma vocação na história do mundo que lhes foram conferidos por via de uma relação particular com o sagrado. Nesta perspectiva, o *segredo* da *alma lusa* está no passado, no estado de pureza que foi o dos heróis da grande gesta nacional: os reis conquistadores, o rei-encoberto e o bom povo, humilde e desconhecedor das tentações da era moderna. É importante recordar que estes autores trabalham sobre a herança deixada pelo cruzamento das ideologias romântica e nacionalista, que desde a segunda metade do século XIX estimularam o trabalho de *escavação* da cultura nacional e, particularmente, da de origem popular. São disso exemplo os levantamentos etnográficos e arqueológicos que se intensificaram neste período, mas também a incorporação de motivos populares de índole patriótica em obras eruditas, como é o caso do compositor Vianna da Mota com a sua *Sinfonia à Pátria* e várias peças inspiradas no folclore.

Teixeira de Pascoaes (1877-1952), recolhido nos granitos do Marão, produziu a mais poética versão da *essência* nacional. A sua versão é, antes de mais, a que se opõe à ideia dominante em finais do século XIX da decadência inexorável do país, ao mesmo tempo que se opõe aos que crêem que a salvação está no progresso, na modernização e na europeização. Para Pascoaes, este é um raciocínio inquinado por não ter em conta o valor intrínseco da cultura portuguesa e sua capacidade de renascimento e refundação. Pascoaes deixa-nos as suas principais obras no início do século XX, quando em Portugal se vive a viragem da monarquia decadente para as esperanças da república e, em consonância, muda o tom dos que se dedicam

a pensar sobre a pátria. O assomo patriótico pós-*Ultimatum* estava ainda fresco e deixou um desejo de salvação, de potência e de orgulho, infundados, mas socialmente poderosos. O mesmo Guerra Junqueiro que escrevera *Finis Patriae* escreve depois, em exaltação, o poema *Pátria*. É o tempo de Fernando Pessoa, replicando a épica camoniana em modo místico, e de o sebastianismo messiânico e o saudosismo se aninharem nos primeiros modernistas, em grande tensão com os pressupostos deste movimento estético e cultural. Para trás, parecem ter ficado os lamentos e agoiros dos descrentes, dos *vencidos* pela modorra doméstica. Alheios às convulsões de todo o género em que a república foi profícua, Teixeira de Pascoaes e companheiros fundavam um movimento a que com delirante propriedade chamaram *Renascença Portuguesa*.

A tese do saudosismo de Teixeira de Pascoaes – "culto da alma pátria ou da Saudade erigida em Pessoa divina e orientadora da nossa actividade literária, artística, religiosa, filosófica e mesmo social" (1991: 118) – é uma concepção complexa, simultaneamente de ordem filosófica, poética, mística e programática. O *mitema* da saudade parece obsidiar toda a história cultural de Portugal. Afonso Botelho (1990) traça-lhe o rasto, das cantigas de amigo ao tempo de D. Dinis, à poética de Pessoa e Pascoaes. A saudade aparece-nos vivida, cantada e teorizada em inúmeros nomes maiores da história nacional: Pedro e Inês, D. Duarte, Frei Agostinho da Cruz, Camões, Bernardim Ribeiro, Francisco Manuel de Melo, António Patrício, António Sardinha, Leonardo Coimbra, António Nobre... Não é com surpresa que vemos nascer no início do século XX um movimento filosófico e cultural que procura abranger e codificar essa herança, mobilizando-a para a análise e intervenção nas questões pátrias. Diz Afonso Botelho (1990: 132) que "a história cultural do Saudosismo constitui um longo exemplo do defluir da alma lusíada". Está ligado, por um lado, ao messianismo sebástico, porque a saudade é a esperança no Desejado e no resgate do país para um novo esplendor²³, e, por outro lado, às "qualidades" do carácter português,

²³ "A saudade, com a sua face de desejo e esperança, é já a sombra do Encoberto amanhecida, dissipando o nevoeiro da legendária manhã. A Saudade, que chorou depois de Alcácer-Quibir, (...) mostra agora (...) o primeiro sorriso de esperança, porque ela, definindo-se, definiu também o nosso sonho nacional de Renascença, o alto destino imposto a Portugal pela Tradição e a Herança" (Teixeira de Pascoaes, 1991: 119).

nomeadamente o "génio da aventura" e o "sentimento de independência e liberdade" (Teixeira de Pascoaes, 1991: 89-93) que orientaram o país na preservação da sua soberania política, na originalidade da sua existência (incluindo a forma do seu cristianismo e do poder político nas duas primeiras dinastias) e na sua obra maior, as Descobertas, "filha da nossa iniciativa aventureira, do nosso poder de raça em actividade" (1991: 19).

Para Pascoaes, o futuro do país depende da sua *Renascença*²⁴, da revitalização da sua força passada e da assunção de que a alma lusíada pode gerar uma nova Civilização, tendo que evitar encaminhar-se no sentido da uniformidade fria e sem alma da civilização moderna "que evoca imediatamente metálicos ruídos de máquinas. (...) Nós queremos renascer e não apenas progredir" (*apud* Real, 1988: 54). Esta rejeição liminar do progresso, do moderno e da influência estrangeira antecipa o que Teixeira de Pascoaes dirá sobre o seu projecto de nação lusitana. Nesse projecto de renascimento *espiritual*, está a consciencialização da singularidade como povo – explanada na sua obra *A Arte de Ser Português* – e a renovação do ímpeto nacional inflado pela esperança em repor a glória do passado e, mais, pela certeza de que, refundado, Portugal haveria de fazer-se farol e fermento de uma nova civilização inspirada no Espírito lusíada e "pela segunda vez dar alguma coisa de novo à civilização europeia" (Teixeira de Pascoaes, 1988: 44). Eduardo Lourenço (1988: 103) assinala que em Pascoaes, "ao contrário do mero empírico cântico 'nacionalista', a *diferença* que nos separa e nos une a tudo o resto é cantada como natural e valiosa presença própria, sem exaltação egoísta, nem rebaixamento. A visão que Pascoaes teve de Portugal é uma das raras que, entre nós, nos tempos modernos, escapa à envenenada tentação do *ressentimento cultural*, para não falar do mais

²⁴ "Mas não se imagine que *renascimento* significa simples regresso ao passado. Renascer (...) é tirar das fontes originárias da vida uma nova vida. As pequenas nações só podem opor às tendências absorventes das grandes nações, como defesa da sua independência, o carácter, a originalidade do seu espírito activo e criador, a autonomia moral. (...) A decadência que sucedeu ao período épico ou camoneano (anterior a Camões) apagou, por assim dizer, o espírito português, preparou a invasão do *estrangeirismo* desnacionalizador que revestiu vários aspectos, religioso (Inquisição no tempo de D. João III e o Jesuitismo); literário e político (Constitucionalismo e livros franceses). (...) De maneira que, hoje, a *alma pátria* encontra-se verdadeiramente soterrada e adormecida sob as más influências estranhas. Chega a parecer estrangeira na própria terra natal, tão desconhecida é dos portugueses!" (Teixeira de Pascoaes, 1988: 44). "A Pátria Portuguesa viveu; atravessou depois alguns séculos de morte; por fim, numa alvorada heróica que fez erguer do sepulcro a sombra de Nun'Álvares, acordou do seu profundo sono, levantou-se num ímpeto sofrêgo de vida (...). É preciso, portanto, chamar a nossa Raça desperta à sua própria realidade essencial, ao sentido da sua própria vida, para que ela saiba quem é e o que deseja. E então poderá realizar a sua obra de perfeição social, de amor e de justiça, e poderá gritar entre os Povos: *Renasci!*" (*idem*: 35-36).

doloroso complexo de inferioridade, fácil e constantemente transmutável no seu contrário". Ou seja, para Teixeira de Pascoaes não faz sentido mendigar no clube das nações europeias um lugar que é seu por direito, nem desprezar a nação portuguesa porque nela se evidenciam o declínio e o atraso. Bem pelo contrário, o direito de Portugal a um lugar de eleição não deriva do seu grau de modernização, da sua capacidade política, económica ou militar, mas da sua qualidade cultural superior, da sua capacidade de síntese das grandes heranças étnico-culturais europeias (produto do cruzamento do sangue ariano e semita) (Teixeira de Pascoaes, 1991: 56) e da sua voz original traduzida no sentimento lírico e sublime da Saudade. Não há nisto sinais nem de ressentimento, nem de altivez, mas tão-só um centramento absoluto aquém fronteiras, num processo de insularização que negligencia e obnubila o que sobra para lá do *corpo luso*.

Ao mesmo tempo que personaliza as noções de raça e de pátria²⁵, produzindo uma ontologia lusitanista, Pascoaes fá-las sair da realidade para as colocar num lugar nostálgico onde o desejo da origem e da autenticidade pudesse permitir o reencontro com o verdadeiro ser português, com a "*verdade portuguesa*" (Teixeira de Pascoaes, 1991: 6 e 124). Para além de passadista – e por isso também –, a teorização de Teixeira de Pascoaes é visivelmente exotópica, ao desenraizar a nação no tempo e no espaço. Eduardo Lourenço observou isso mesmo, dizendo que "Teixeira de Pascoaes subtrairá a *pátria à História*, enquanto aventura guerreira e política, passada ou próxima, para a instalar definitivamente no seu ser *ideal* que é simultaneamente a transmutação idealizante e idealista mais genial que o tema *pátria* acaso inspirou" (1988: 100). Portugal lido por Pascoaes é a "potência dos desejos"²⁶ de que fala Hans M. Enzensberger, pátria insularizada, concentrada em si mesma, mas de um modo absolutamente

²⁵ É muito curiosa a descrição que Pascoaes faz das paisagens portuguesas e como nelas se dá a "reflexão da paisagem no homem": "o doloroso drama transmontano e o bucólico idílio minhoto fundem-se, na região do Tâmega, numa paisagem original que é o próprio busto panteísta do génio dos lusíadas. Se exceptuarmos as planícies do Alentejo, monótonas, como que anoitecidas de um vago e antigo sonho mourisco, e os desnudos planaltos transmontanos de uma hostil e amarela aridez judaica, a paisagem portuguesa é quase toda igual à banhada pelo Tâmega. Entre-Douro-e-Minho é o coração de Portugal casado ao sentido ingénito da raça" (Teixeira de Pascoaes, 1991: 54)

²⁶ Diz Hans Magnum Enzensberger (1989:166) que, se existisse uma Europa dos desejos, "Portugal não seria um mero apêndice periférico, mas uma autêntica superpotência".

irrealista²⁷ porque des-historicizada, ou seja, fora da realidade contemporânea – ou servindo esta apenas como trampolim para ir da decadência e fragilidade de hoje para a genialidade que habitou o passado.

Encostada aos pólos do passadismo e da exotopia nos eixos em apreciação, a descrição que Teixeira de Pascoaes faz do país está também encostada ao lado do lirismo e do pensamento especulativo, fortemente imbuído de uma metafísica de índole poética. No pensamento de Teixeira de Pascoaes, está dispensada a ancoragem na história e mesmo na realidade; os factos só contam quando turvados pela apreciação mística da pátria – Alcácer Quibir nunca representa a batalha perdida que deixou o reino sem rei e às portas de ser engolido pela arqui-rival Espanha, mas o vórtice do mito messiânico de D. Sebastião. A Pascoaes é indiferente a história das estruturas e dos acontecimentos, porque ele vai em busca do seu sentido invisível e oculto, da dimensão onírica que não está registada nem pode ser cientificamente explicada, mas que se exprime no mito e na lenda – "é no mito que nos é dada a verdade divina da história e, nela, o seu genuíno sentido" (Coutinho, 1995: 360). Por isso, é no messianismo sebastianista que reside a chave da compreensão do devir de Portugal, nele se sintetizando a saudade portuguesa, declinada na estrutura binária da *alma lusa*: lembrança e esperança, ausência e desejo, memória e projecto, decaimento e reanimação, sono e sonho, tristeza e alegria, morte e vida, terra e mar. O sebastianismo é, assim, "promessa de futuro irrompendo das raízes do passado" (Coutinho, 1995: 350), anunciando um novo reino espiritual para o mundo, de que Portugal será o mediador, fazendo vencer a humanidade e a fé em Deus sobre o progresso e o materialismo (*idem*: 365).

Nesta mesma linha, Pascoaes tem uma visão providencialista da história e do destino de Portugal. O destino, a missão e a história do povo português resultam menos da acção humana, dos seus sucessos e desvarios, do que de um *princípio constitutivo* que contém em potência todos

²⁷ Pascoaes (1991: 124, 76-77) é muito claro a apresentar a orientação filosófica portuguesa: "o nosso Idealismo é religioso e anti-intelectual"; "O génio lusíada é mais emotivo que intelectual. Afirma e não discute. Quando uma ideia se comove, despreza a dialéctica, e é *sendo* e não *raciocinando* que ela prova a sua verdade. (...) E assim, corresponde à nossa superioridade poética, uma grande inferioridade filosófica. O português não é nada filósofo (...). O português não quer interpretar o mundo nem a vida, contenta-se em vivê-la (...)". Voltarei ao tema da inépcia do português para a filosofia a propósito das reflexões do grupo da Filosofia Portuguesa.

os dados do devir do país. É Deus quem guarda e dirige o trajecto histórico de Portugal, garantindo que para lá do abatimento se mantém a lealdade ao desígnio divino do povo português. O Saudosismo, como doutrina, é, nas palavras de Teixeira de Pascoaes (1988: 78), equivalente ao *Panteísmo lusitano*. Para Pascoaes, a fonte última da saudade portuguesa é a lembrança e esperança de Deus, o desejo de regresso a Ele.

Esta visão providencialista da história de Portugal virá a ser retomada e ampliada por Agostinho da Silva (1906-1994). O providencialismo de Agostinho da Silva, de ordem teológico-filosófica, assenta na ideia de "um plano divino de criação e destino", um "determinismo sagrado" (Real, 1998: 21) a reger o sentido da história nacional. A tese de Agostinho da Silva é, de forma mais particular, a do *paracletismo quinto-imperialista*, que se baseia em duas ideias: a de que há uma relação de privilégio entre o povo português e a Terceira Pessoa da Trindade, o Espírito Santo, e a de que é vocação de Portugal instaurar um novo e último império, o império espiritual que irá arrastar a humanidade para a luz do Paraclete (ou Espírito Santo). No seu estilo chão e lunático ao mesmo tempo, Agostinho da Silva diz o seguinte: "O Espírito Santo é sempre definido na teologia como imprevisível. É algo que voa por onde quer. Ninguém pode prever o que vai suceder. Então, entende-se muito bem que o Português tenha tido uma paixão, não pelo previsível Pai ou pelo previsível Filho, mas por aquela coisa, aquela pomba errante que vai para onde quer, como ele, português" (*apud* Real, 1998: 32).

Para Agostinho da Silva, o Portugal autêntico foi o da I Dinastia e o das Descobertas. A partir do momento em que passámos de exploradores a comerciantes, corrompeu-se o português e iniciou-se a decadência. É nesse momento que Portugal se deixa tocar pela modernidade que fermenta na Europa e põe em causa a sua "missão divina de unificação espiritual da humanidade" (Real, 1998: 37). Tal como para Teixeira de Pascoaes, também para Agostinho da Silva a Europa, com os seus avanços económicos, científicos, políticos e secularizadores, constitui uma ameaça à ontologia portuguesa. Tal como Pascoaes, Agostinho da Silva (1988: 15) acredita que *há-de cumprir-se Portugal*: "Deus não pode abandonar o seu outro povo

eleito (...) e, passando o domínio da Europa²⁸, quando a técnica tiver esgotado todas as suas possibilidades, quando a economia protestante se verificar plenamente anti-humana, quando a centralização estatal se revelar estéril, Portugal virá de novo construir o seu mundo de paz (...); paz que se realize antes de tudo nas almas (...); Reino de Deus que surja pela transformação interior do homem". É nítido que, para os dois autores, a tese a sustentar pode resumir-se a uma curva descendente-ascendente que traduz um movimento que vai da fundação à decadência e da decadência ao ressurgimento. É tal a sua crença mística no papel destinado a Portugal na condução da Humanidade rumo a uma Nova Civilização ou a um Quinto Império, não da técnica ou do poder, mas da espiritualidade, que Agostinho da Silva chega a aceitar a integração de Portugal na Comunidade Europeia imbuído da crença de que um dia será a Europa a seguir os passos de Portugal, e não o contrário, como esperavam os que fizeram o país embarcar nesta nova aventura. Não é, pois, de desenvolvimento económico, político e social que Portugal necessita, não é na Europa desenvolvida que deve inspirar-se, mas na riqueza espiritual e no despojamento de que deram exemplo os heróis e os valores do passado.

Se a Pascoaes não podemos situá-lo, nem do lado da *estratégia marítima* nem do lado da *estratégia europeia* (embora mais próximo da primeira) por nele o império ser marginal e apenas pretexto para consagração do carácter português, já Agostinho da Silva é aberto ao império histórico – e particularmente ao Brasil – onde julga resistir ainda o espírito português autêntico, o das gentes da I Dinastia, onde se enraízam "as inabaláveis bases daquele religioso amor da liberdade que caracteriza Portugal como grei política" (Silva, 1988: 29). Mas, para Agostinho da Silva, o Império português é, sobretudo, outra coisa; é, em primeiro lugar, a fecundação do ser português com o mundo, a semente cultural que deixou por onde passou: "o

²⁸ "O que permitiu à Europa dominar Portugal, chegando ao extremo de lhe apresentar o que há de mais estrangeiro, de mais alheio à índole nacional como inteiramente nacionalista, foi o pecado de ter levantado como valores supremos de vida humana os do adulto, o saber, o trabalho e aquela separação de sujeito-objecto que permite a filosofia, a ciência e a técnica. A Europa se vendeu ao Diabo e o dinheiro que nisso ganhou lhe serviu para comprar Portugal" (Silva, 1988: 86-87). Para Agostinho da Silva, a Europa subtraiu a inocência de Portugal ao desviá-lo da sua missão profética, mística e cultural nos quatro cantos do mundo e ao forçá-lo a trocar a liberdade pela razão, o improvisado pelo cálculo.

Portugal dos nossos dias, já não é de modo algum, o continental, mas o Portugal dos cinco continentes, de que o outro é, apenas, a dependência ou província europeia. Portugal está hoje em toda a parte (...) o Portugal mais autêntico e de maior vitalidade não é o País cuja capital é Lisboa, mas o do Brasil, ou de Angola, ou da Índia. É um Portugal que não tem o seu centro em parte alguma e cuja periferia será marcada pela da expansão de sua língua e cultura" (*idem*: 30). A ideia de Império para este autor é, sobretudo, "esse Império que não tem lugar marcado nos mapas" (*idem*: 90), o Quinto Império, de que Vieira foi o grande arquitecto na sua *História do Futuro*, mas que, do ponto do vista do mito, vem de longe, do momento da fundação quando, em Ourique, Cristo revela a Afonso Henriques o seu desígnio para o novo reino – 'Eu Sou o construtor e dispensador dos Impérios... Quero fundar, na tua pessoa e nos teus descendentes, o Meu Próprio Império'. Como refere Gilbert Durand (2000: 213), "de um extremo ao outro da sua história, Portugal permaneceu fiel à promessa de Ourique, considerando-se, com um orgulho tenaz, como o único lugar onde o Espírito Santo constrói o seu Império". O Quinto Império – o Reino do Espírito na Terra, súpula do plano espiritual e do plano temporal, incorporando num império mundial de concórdia todas as raças e nações, convertidas à fé universal – seria trazido e liderado por um príncipe português, o *Encoberto* de que muitas profecias falavam, desde a Bíblia a Bandarra, o sapateiro de Trancoso que deu voz ao mito do sebastianismo.

No milenarismo do Quinto Império encontram-se muitas faces do que são as quimeras arquetípicas de Portugal, mas sobretudo a da universalidade, que residindo no Espírito Santo residia também na *forma mentis* portuguesa. E disso deu conta o jesuíta António Vieira, assim como aqueles que lhe foram no encalço: Agostinho da Silva, como vimos, e Fernando Pessoa, que, talvez mais do que um *super-Camões*, foi um *super-Vieira*. Diz José van den Basselaar (1983: 8) que "o Quinto Império era um sonho de patriotismo exaltado e, ao mesmo tempo, de ecumenismo universal". É, precisamente, este o nó do mito quinto-imperialista: o que começou como fio de esperança para um país que cai na desgraça de perder

a independência ao ver desaparecer o rei sem descendência, acaba sendo a mensagem profética do que a esse país estava reservado, nada menos do que a salvação e unidade espiritual do mundo – "A missão de Portugal não poderá ser outra senão a de resgatar o que a Europa fez e de a salvar a seus próprios olhos" (Silva, 1988: 18).

A concepção providencialista e espiritualista que Agostinho da Silva apresenta de Portugal é coerentemente exotópica e especulativa. Neste autor, como naqueles que a propósito dele foram citados, a essência e a vocação do país não reside no "provinciano e acanhado" (Silva, 1988: 31) rectângulo do Minho ao Algarve. A grandeza de Portugal não está dentro de portas; a sua missão e lição foi transcender-se, expandir-se, ausentar-se de si e operar a alquimia da matéria ao espírito, da fragilidade à superioridade moral. Não muito diferente é a análise que Gilbert Durand (2000: 88-98, 47) faz dos *mitologemas* do povo português: "o herói fundador vindo de fora", a "vocação nostálgica do impossível", "o salvador oculto que espera a hora do regresso", tudo se resumindo à "paixão do *além*, o absoluto 'ex-otismo' do imaginário" português, que é o de "uma face humana de olhar obstinadamente fixo no horizonte oceânico, ignorando altivamente o continente europeu, incluindo a Península Ibérica".

O tom usado pelos autores que discorrem desta forma sobre Portugal, claramente especulativa e poética, elucida sobre as tendências reificantes para que alertei no capítulo anterior. Nestas análises, opera-se por redução, selecção e simplificação, retirando de elaborações míticas os elementos que servem de base à hermenêutica sobre o ser nacional. Não há nelas outra sustentação que não a especulação, por vezes mesmo o delírio. Mas este procedimento seria totalmente inócuo se se ativesse ao domínio do lirismo poético; o facto é que estas, e outras, leituras essencializadoras do país obtiveram um reconhecimento social considerável e serviram de argumento na doutrinação política da ditadura de 1926-1974, a ponto de se terem instalado duravelmente no discurso comum e consensual sobre a pátria que os portugueses produzem. Não quero com isto dizer que há um verdadeiro Portugal que terá ficado soterrado sob as interpretações irrealistas que dele

foram feitas e que se lhe colaram como uma segunda pele. Sem que vá em busca desse país-objecto occultado pelo nevoeiro das exegeses especulativas, compete-me, de um ponto de vista sociológico, levantar as camadas de transmutação e perceber como se infiltraram no pensamento nacional erudito e popular.

Se houvesse que formular a síntese do conteúdo das visões apresentadas, ela seria a trilogia saudade-sebastianismo-quinto-império. Aqui estão contidos os mitemas basilares de toda a construção teórica destes autores. Na verdade, o que fazem, essencialmente, é retomar e sistematizar dados que percorrem a história filosófica e literária portuguesa; como diz Joaquim Domingues (2002: 355), "em rigor, o mito não nasce nem morre, apenas se actualiza sucessivamente, mesmo se essa actualização não passa de todo indemne às circunstâncias". Na primeira metade do século XX – germinando no período anterior e continuando no posterior –, são incontáveis as manifestações da trilogia referida. De Sampaio Bruno a Fernando Pessoa, de Leonardo Coimbra a Manuel Alegre e Dalila Pereira da Costa, não há prosa ou poema²⁹ que não mencione D. Sebastião ou a ideia de saudade, de regeneração e de missão redentora e messiânica destinada a Portugal. O mito percorre, pois, quadrantes vários da sensibilidade cultural do país e entranha-se na mais conseguida forma ideológica, isto é, como se de um dado universal e incontestável se tratasse. Traduzido nos textos com esta orientação (patriótica, passadista, mística), Portugal assume-se como um país eleito, mas *não cumprido*, mortificado pela nostalgia da promessa de grandes feitos, confrontado com a desilusão da realidade, reenviando ao passado para antever o futuro, hipotecando o projecto à memória.

Com uma filiação ideológica muito próxima da dos autores acabados de analisar, o Movimento da Filosofia Portuguesa agrega vários nomes que se distinguiram na produção filosófica orientada para a ideia de uma idiossincrasia do pensamento português. O Movimento iniciou-se

²⁹ Lembro a filmografia de Manoel de Oliveira alusiva ao tema : "O Quinto Império – Ontem como Hoje" (2004); "Non, ou a vã glória de mandar" (1990); "Palavra e Utopia" (2000), sobre o Padre António Vieira. Não é só nas produções mais eruditas que encontramos manifestações da "trilogia"; são várias as canções pop em que se mencionam as figuras-padrão da saudade e do sebastianismo.

formalmente em 1957, com base no livro de 1943 de Álvaro Ribeiro, *O Problema da Filosofia Portuguesa*, e prolongou-se através da publicação de diversos periódicos até aos anos noventa, embora o período mais intenso de actividade tenha ocorrido nos anos cinquenta e sessenta. Alguns dos seus principais mentores e animadores foram, para além de Álvaro Ribeiro, António Quadros, José Marinho, Pinharanda Gomes, Brás Teixeira, Cunha Leão, Afonso Botelho. Os propósitos deste Movimento foram explicitados nos seus "Manifesto 57" e "Manifesto sobre a Pátria", publicados no primeiro número da revista *57*: retomar e ampliar as orientações da *Renascença Portuguesa* e de todos aqueles nomes que pugnaram pela ideia de uma especificidade e excepcionalismo português – Sampaio Bruno, Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra...

Tal como em Pascoaes e Agostinho da Silva, nas interpretações que estes autores fizeram do país encontramos um forte pendor para o pólo que designei de preservação-passadismo no eixo de análise que me serve de referência. Nestes autores, porém, a raiz a preservar é a da originalidade do pensamento filosófico português. A assunção de partida é a de que o Espírito ou a Razão não se manifestam universal e aleatoriamente, mas antes se particularizam nas várias pátrias, e, neste sentido, são defendidas as filosofias nacionais por oposição a uma filosofia de sentido universal³⁰. Radicar o pensamento filosófico ao nível da nação (da pátria, na terminologia dos autores) implica a rejeição das influências estranhas das correntes estrangeiras. António Quadros (*apud* Gama, 2004: 274-275) vinca que "não pode haver autonomia política sem autonomia mental e cultural" e Portugal, na sua opinião, corria um forte risco de ver a vivacidade do seu espírito absorvida pelo pensamento estrangeirado e por um imperialismo vestido de universalismo, nomeadamente o que era transmitido na "nossa Universidade positivista, materialista e estrangeirada". Opondo-se a esta vaga ameaçadora da singularidade do pensamento português, vinda já de tempos recuados, o Movimento avança com a proposta de revitalização do ser nacional, por

³⁰ Vários foram os pensadores nacionais que se opuseram à Filosofia Portuguesa. Por exemplo, José Mattoso e o Padre Manuel Antunes insurgem-se contra a ideia de filosofias nacionais e, em sequência, da filosofia portuguesa, contra-argumentando que a marca da filosofia é a universalidade e não a particularidade – "a filosofia não é uma *weltanschauung* (...) pretender nacionalizar a filosofia é um acto que se designa por ideologização" (*apud* Real, 1998: 141).

forma a ser capaz de se preservar como pátria autónoma e cumprir com a sua superior missão no mundo. Havia, pois, que contrariar a descaracterização do pensamento português, resultado da importação e adopção de ideias estrangeiras corrosivas da genuinidade do ser português. Em *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Álvaro Ribeiro afirma mesmo que foi para nós uma vantagem a nossa situação marginal em relação aos progressos da Europa por assim se ter preservado "uma qualidade oculta, mas original". A nossa originalidade foi, pois, a de termos recusado a modernidade e nisso nos tornámos singulares e receptáculo de uma estrutura cultural e filosófica imaculadamente verdadeira.

Uma das vozes mais críticas do Movimento da Filosofia Portuguesa foi a de Eduardo Lourenço, que denunciou o "culto patológico da lusitaneidade"³¹ (1988: 37) e o nacionalismo cultural a raizar o "integrismo nacionalista" (2004: 97). Para Eduardo Lourenço, o objectivo da Filosofia Portuguesa foi o de impor uma "contra-imagem cultural da realidade portuguesa (...) de tipo místico-nacionalista", que invertesse a da "mitologia cultural de tradição liberal e iluminista" que a Geração de 70 representara (1988: 36). Esta contra-imagem teria, supostamente, o efeito de anular o ressentimento intelectual sentido no país em virtude da indiferença do olhar estrangeiro sobre a cultura nacional e, nesse sentido, a "exaltação (...) delirante do que é nosso por ser nosso" (2004: 119) não é mais do que a reacção serôdia a um sentimento de inferioridade cultural. Eduardo Lourenço (2004: 124) apresenta, muito lucidamente, dois argumentos para rebater as teses da Filosofia Portuguesa: 1. a injustiça e indiferença a que a cultura portuguesa se julga sujeita resulta mais da desatenção nacional³² do que da estrangeira; 2. a condição cultural nacional não tem nada de excepcional – "o 'caso' de Portugal é o caso de dezenas de nações ou áreas culturais. (...) no campo da violência cultural que é o Mundo inteiro (...) essa é a situação de quase todas as nações. Só lhe escapam (...) duas ou três nações

³¹ Há nesse culto do portuguesismo mais do que uma insistência patológica, há mesmo indícios sólidos de um sentimento de superioridade nacional totalmente cego à realidade objectiva da história mundial, como ilustra a afirmação de António Quadros (s.d.: 214): "pelo papel primordial que desempenhou na história e na evolução da humanidade, pela dispersão e extensão do seu lugar no mundo, não pode pensar-se Portugal em identidade de posições com as restantes nações do orbe".

³² "A grande questão (...) é outra. Não a de que os outros nos vejam ou não, mas a de que nós nos vejamos a nós mesmos. Ora se há no mundo cultura distraída de si mesma é a nossa" (Lourenço, 2004: 127).

culturalmente dominantes". Com esta argumentação, Eduardo Lourenço coloca a questão fora das efabulações do patriotismo ferido no orgulho para a recolocar no âmbito da análise sociológica e demonstrar que a tese de "uma espécie de 'excelência' e exemplaridades 'divinas' conferidas à nossa Cultura" (2004: 96) é comum a muitas mitologias nacionais e que os messianismos e cultos da singularidade são a matéria-prima da retórica dos nacionalismos.

Não é, pois, surpreendente a orientação do Movimento da Filosofia Portuguesa no eixo que vai da *estratégia marítima* à *estratégia europeia*. Nos anos de 1950 e, sobretudo, depois de 1960, quando no país as elites já debatiam se Portugal deveria definir-se essencialmente como nação europeia ou como nação atlântica (colonial), os autores ligados a este movimento não tinham dúvidas em sustentar a segunda opção. A Europa, como quadro de integração de nações díspares em muitos sentidos, ameaçava ser um factor de desfiguração cultural e de dominação pelos economicamente mais fortes. Mas o principal argumento para refutar a possibilidade e defensabilidade da integração europeia de Portugal era de outra ordem, em coerência com a leitura teleológica e ideologizada que o Movimento fazia do país. Nesta perspectiva, a Europa era insuficiente para Portugal, isto é, era uma amarra claustrofóbica para um povo que tinha casa em todos os continentes. Ora, fundear Portugal na Europa era tolher-lhe uma das suas energias vitais, a transcontinentalidade. De um mesmo golpe, a Europa significava o fim da herança imperial e da herança de independência e soberania do país, reduzindo-o a um estatuto de menoridade provincial – "A qual delas vamos pertencer? Àquela a que desde sempre por força de imperativos irreduzíveis – geográficos, históricos, civilizacionais – pertencemos, ou à outra? Para pertencermos à primeira, temos de continuar a ser uma pátria. Para pertencermos à segunda, teremos de deixar de ser uma pátria?" (José Marinho *apud* Gama, 2004: 278). A Europa significava, assim, um revés na superior missão de Portugal³³ que era a de garantir a permanência da cultura portuguesa, de matriz cristã, no mundo e de, deste modo, revelar o caminho

³³ "No mundo de hoje, nenhum ideal está mais apetrechado do que o português (...) para promover a evolução humana, no sentido alto e profundo." (Quadros, s.d.: 227).

certo para os povos que, em nome do progresso e da civilização moderna, se desviaram dos valores tradicionais. Por todas estas razões, haveria que assegurar o reenaminhamento do povo português às suas constantes e valores, nomeadamente repudiando "as fórmulas educativas europeias", revalorizando "os princípios e fins espirituais, da sabedoria, em oposição com a ciência" e propalando uma educação assente "no estrutural messianismo futurante do ideal português, do homem português, da filosofia portuguesa" (Quadros, s.d.: 221). Como afirma Luís Machado de Abreu (2001: 23), "o projecto da 'Filosofia Portuguesa' tende a enquistar-se na proclamação de uma singularidade exclusivista e fechada, contente consigo mesma, autista".

Nos conceitos e argumentação da Filosofia Portuguesa encontramos recorrentemente a *razão teleológica* e o providencialismo que presidem aos destinos do país. Diz António Quadros que "o povo português (...) teve um projecto, ou melhor, guarda nos seus arcanos, no seu inconsciente arcaico, na cifra da sua língua e cultura, na sua memória inconsciente, no seu imaginário, no seu pensamento implícito e por vezes explícito, um projecto, a que chamamos um *projecto áureo de realização da humanidade*. (...) Quem inspira um ideal a cada povo? É Deus" (1986: 17). Ouvíramos já esta conjectura a Teixeira de Pascoaes e Agostinho da Silva: há uma estrutura profunda da identidade, da história e da cultura nacional em risco de ser subvertida pelas *quimeras* modernas, positivistas e materialistas, que ignoram a matriz da tradição, o arquétipo espiritual e simbólico da nação e, particularmente, o desígnio divino, o destino supratemporal, o *telos* incrustado na carne da pátria desde a fundação.

Quando se propõe esboçar uma "arqueologia da tradição portuguesa", António Quadros recusa a historiografia positivista, que não dispensa os documentos, e segue o conselho do mentor Álvaro Ribeiro (1986: 21): "diante de uma tradição perdida (...) não há outro recurso senão adivinhá-la". Ir em busca do *mistério* de Portugal dispensa que se faça história política ou sociológica; o mistério é do domínio da efabulação e não da análise objectiva³⁴. É nessa perspectiva que destaca os ciclos em que se encadeou a

³⁴ "O erro da historiografia positivista (...) tem sido o de cingir-se à letra dos textos escritos, que não só têm enormes lacunas, como silenciam o essencial. (...) Por outro lado, os factos em si próprios são mudos, se não interpretados

história de Portugal: atlante, lusitano, templário, dionisíaco, imperial, sebastianista e saudosista, perfazendo o arco que vai da emergência no seio da civilização megalítica e dolménica da Atlântida (onde repousa a semente do nosso arquétipo marítimo) ao saudosismo coevo, que, na saudade do período áureo, ora entra em negação da pátria e clama pelo que é estrangeiro, ora assume a renascença do *projecto áureo* nacional. E é na mesma linha alegórica que enuncia as dez palavras-chave do ideal português – mar, nau, viagem, descobrimento, demanda, oriente, amor, império, saudade e encoberto – como se a poesia das palavras bastasse para encerrar o sentido do desenrolar histórico de uma nação e como se a cada uma delas não pudéssemos associar o seu lado menos luminoso: viagem-emigração, império-colonialismo, saudade-passadismo, encoberto-cabeças de avestruzes enterradas nas areias de todos os Alcáceres-Quibires...

As teses que o Movimento da Filosofia Portuguesa sustenta, mais do que as de Teixeira de Pascoaes e Agostinho da Silva, que se mantiveram arredados do bulício político nacional, tiveram uma repercussão política que deriva da proximidade com as premissas ideológicas e doutrinárias do salazarismo sobre Portugal e o seu lugar no mundo, ultrapassando-as por vezes no radicalismo. Além disso, os nomes que se associaram ao Movimento da Filosofia Portuguesa constituíam a nata da *intelligentsia* nacional com aprovação e reconhecimento por parte do regime. As descrições de Portugal como um país orgulhoso da sua resistência à modernidade, um país de costas voltadas para o seu continente por ser transcontinental, com a água do mar a correr-lhe nas veias, um país marcado pelo desígnio divino para servir de contraponto e guia às nações desviadas do caminho do Espírito, surgem-nos como ecos ou réplicas, burilados pela retórica, do discurso salazarista, sistematicamente veiculado pelos aparelhos ideológicos, sejam os manuais escolares ou a política externa e colonial. Acresce ainda que os filósofos do Movimento revelam uma oposição

por uma filosofia da história que os ordene segundo uma lógica que não pode ser a contemporânea com seus preconceitos cépticos, utilitaristas ou materialistas. Decerto, na falta de documentos escritos, não podem o historiador ou o hermeneuta enveredar pelos caminhos da subjectividade, da arbitrariedade ou da fraude (...). Contudo avançaremos um grande passo se (...) acrescentarmos a leitura dos signos emblemáticos (...) das metáforas, dos mitos ou mesmo das tradições populares ou rituais remanescentes, cuja eloquência se impõe precisamente onde a paleografia se cala" (Quadros, 1986: 28-29).

diametral ao que designam como pensamento estrangeirado, positivista e materialista, corporizado no movimento neo-realista, de inspiração marxista, a quem acusam de distorcer a imagem do homem português, reduzido a uma peça das estruturas sócio-económicas. Ora, o combate às ideias marxistas esteve no centro dos esforços repressivos da ditadura salazarista, e, neste sentido, havia na argumentação da Filosofia Portuguesa – firmada na ideia de um pensamento original português que não deveria deixar-se corromper por ideias exógenas – um factor de legitimação intelectual.

Do mesmo modo, quando a Europa preparava a sua unificação, o Movimento argumentava ao lado do regime: "o afundamento ou o desaparecimento da Pátria portuguesa, na supra-nação Europa, não apenas fica aquém do universalismo supra-continental que é a nossa constante histórica, como nos arregimentaria a um tipo de vida e pensamento" (Quadros, s.d.: 218). E é no mesmo tom que é denunciada "a falência da Europa e o desfazamento entre a missão portuguesa e o continente a que volta as costas, num gesto, simultaneamente, de defesa e de esperança" (*idem*: 215). Não admira, pois, que, em 1986, António Quadros (1986: 85) tenha um desabafo revelador do sentimento de derrota para estes pensadores: "Vivemos hoje um período de menoridade e de adolescência regressiva em que (...) as pessoas se auto-satisfazem e auto-iludem com os lugares-comuns ideológicos, com os discursos demagógicos e com as ideias convencionais de gerações que, para repudiarem um certo tipo histórico de nacionalismo, perderam a própria identidade e já não sabem quem são ou para que são, como portugueses". Claramente, deste ponto de vista, os portugueses só são genuinamente portugueses se incluírem na sua auto-definição um exacerbado sentido patriótico e se conceberem a pátria como um espaço de insularização espiritual, que nos risca do mapa da realidade e nos instala num domínio onde o tempo parou e a Providência substituiu a vontade dos homens.

Desejo, agora, encaminhar a análise dos discursos e imagens produzidos sobre Portugal para o domínio das ciências sociais, usando para tal os trabalhos desenvolvidos pela sociologia e pela antropologia, nos anos 40-60 do século XX, que ficam, no que a esta investigação diz respeito, bem representados por Gilberto Freyre e a sua tese do luso-tropicalismo e pelos estudos de Jorge Dias sobre os traços do homem português e da cultura portuguesa. Retomando os eixos que servem de carris nesta análise, diria que estes autores não são, como os anteriores, tão consistentes na sua ancoragem junto do extremo que contém as vertentes de passadismo, exotopia, providencialismo, atlantismo e especulação. Em Gilberto Freyre e Jorge Dias encontramos a marca do pensamento científico – mesmo se, como veremos, permeável à ideologia – e, por isso, não perpassa nas suas obras o radicalismo lusitanista de Teixeira de Pascoaes e Agostinho da Silva. Se, por um lado, as suas perspectivas se aproximam mais da *preservação passadista* do que da *modernização crítica* e partilham indubitavelmente da visão de Portugal como país essencialmente atlântico, por outro lado, a dimensão exotópica é muito moderada, assim como desaparece o providencialismo que sustentava as teses anteriores. A raiz da diferença entre uns e outros está, contudo, no próprio ponto de vista tomado na produção de conhecimento sobre o país. Para os autores abordados acima, a filosofia é a linguagem de interpretação, enquanto Jorge Dias e Gilberto Freyre se movem no campo das ciências sociais, que despontavam, ainda que consideravelmente condicionadas, no mundo de língua portuguesa e, como tal, a sua reflexão é precedida de recolha de dados etnológicos no terreno, procurando obedecer ao ditame da objectividade científica. Esta é uma distinção muito significativa, mesmo se os autores partilham posições como a transcontinentalidade de Portugal, a necessidade de conservar a herança da cultura portuguesa ou o postulado numa especificidade do ser português e mesmo se, uns mais do que outros, partem de um lugar ideológico na leitura e construção da definição nacional.

Jorge Dias (1907-1973) foi um nome determinante da antropologia portuguesa de meados do século XX. Dedicou várias obras, baseadas em

conferências realizadas no estrangeiro durante a década de 50, à tentativa de demonstrar o carácter único e inconfundível do povo português. Ao jeito da corrente culturalista da antropologia norte-americana, Jorge Dias vai em busca do *padrão cultural* português onde se define a *personalidade base* ou *fundo temperamental* nacional. Esse *fundo temperamental* releva menos da estrutura material e institucional de um povo e mais da *constante espiritual* que o constitui e que se forjou na longa duração histórica. No caso português, sobre a heterogeneidade cultural das regiões naturais, sem antagonismos profundos, formou-se uma cultura nacional una e paralela à unidade política da nação (Dias, 1971: 39). Embora ciente da multiplicidade de contributos para a cultura portuguesa – os regionalismos, as condições ecológicas, a diversidade étnica, as manifestações populares da cultura –, Jorge Dias não se detém em explicações sobre como dessa amálgama resultou *um padrão cultural*. Apesar de alertar para a necessidade de "abandonar as intuições mais ou menos brilhantes e os juízos superficiais ou apriorísticos e seguir um caminho penoso de análises sucessivas e de interpretações e sínteses parciais" (2004: 6), o autor acaba por avançar para generalizações acerca do carácter do país e do seu povo, alinhavando uma psicologia nacional que é um misto de inspiração romântica, leitura superficial dos dados históricos e etnográficos e desvio ideológico. Na verdade, Jorge Dias leva a cabo uma exaustiva descrição de traços de carácter nacional (de modo bem mais concreto do que Pascoaes o fizera) de uma forma encantadora, onde facilmente nos reconhecemos como portugueses se não estivermos na disposição de contestar a superficialidade com que tais traços aparecem enumerados.

Previsivelmente, J. Dias enfatiza o espírito marítimo do país, a força centrífuga do Atlântico arrastando os portugueses para Sul, Oriente e Ocidente. Nas suas palavras, "a unificação e a permanência da Nação deve-se ao mar" e "foi com ele que se escreveu a história de Portugal" (Dias, 2004: 9 e 16) – o que é imputar muito à condição ecológica de um país. Não tendo sido Portugal a única potência marítima, foi aqui que aconteceu a osmose perfeita de um povo com a imensidão do seu oceano – tudo desagua nele, da

capital precocemente litoral à temática da prosa e poesia nacionais. A influência marítima parece impregnar o português, orientando-lhe desde os destinos de tráfico e emigração à sensibilidade estética, traduzida nesse barroco *primeiro e único* que foi o manuelino. É nesta ligação umbilical que surgem muitos dos traços do carácter nacional, segundo este autor. Desde logo, o ideal expansivo (e não conquistador, como foi o de espanhóis, ingleses...), a plasticidade que permite a adaptação a todas as situações e a superação improvisada dos obstáculos, o ecumenismo ou tolerância face a outros povos³⁵ e culturas que culmina na miscigenação e numa colonização singular, manchada por vezes por formas de administração que imitámos de outros e que não correspondiam aos nossos princípios...

Jorge Dias acrescenta à pulsão marítima o carácter idealista, emotivo e despojado do português. Segundo o autor, no português, a afectividade, a imaginação e o sonho sobrepõem-se à racionalidade ("o coração é a medida de todas as coisas") e, por isso, nele o cálculo e a reflexão são substituídos pela acção espontânea e prática e pelas "soluções de última hora" (Dias, 2004: 52). Da mesma forma, "a sobreposição dos valores humanos ao lucro e ao utilitário", "a negação do espírito capitalista" conduzem a uma atitude contemplativa e idealista – "o Português gosta de fazer projectos vagos, castelos no ar que não pensa realizar. Mas no seu íntimo alberga uma certa esperança de que as coisas aconteçam milagrosamente" (Dias, 2004: 50 e 51). Outras características do povo português surgem nos textos de Jorge Dias sob a forma de "síntese de contrários", nas palavras de Luís Cunha (2001: 54). Jorge Dias assinala a personalidade complexa e feita de antinomias profundas e são disso exemplos paradigmáticos a incapacidade para lidar com regras sociais gerais e abstractas e o carácter individualista, *mas*, ao mesmo tempo, o seu carácter solidário, comunitário, bondoso e humano. Ou, ainda, a tendência pendular para o desânimo, a mediocridade, a apatia e a melancolia nos momentos depressivos e o entusiasmo, a coragem, a euforia nos momentos de regeneração.

³⁵ "Ninguém pode negar – se houver um pouco de imparcialidade – que, sobretudo nos séculos XV e XVI, o sentimento de admiração, compreensão e respeito pelos outros povos era um elemento fundamental do carácter nacional português. Basta ler a carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel, de 1500, para se ver a extraordinária simpatia humana, compreensão e interesse que os Portugueses revelavam por novas gentes e seus costumes" (Dias, 1971: 40).

Apresentados os traços do carácter português (sem a exaustividade que o autor nos fornece, porque não é esse o propósito neste trabalho), e para que melhor se entenda a posição que Jorge Dias ocupa no quadro interpretativo sobre o país, parece-me relevante abordar as suas reflexões sobre a ambiguidade vivida pelo país para em simultâneo se manter fiel ao seu radical em termos de história e cultura e lidar com as mudanças do mundo moderno. No seu estudo sobre o carácter nacional, é patente a inquietude diante das transformações exteriores que nos afectam e que podem pôr em risco a permanência do *fundo temperamental* português. A emigração, o turismo, a cultura americana, o primado do dinheiro e os novos luxos como a televisão, o cinema, o automóvel, são citados como elementos perturbadores da estabilidade cultural da nação.

Jorge Dias está ciente do dilema que, desse ponto de vista, se coloca ao país: preservar-se como cultura, repudiando os progressos e transformações do mundo moderno ou, ao contrário, modernizar-se, enfeitando o seu carácter singular. O problema é assim colocado: "estou crente que os factores basilares da permanência do carácter nacional estão seriamente ameaçados. (...) se nós quisermos preservar algumas das feições do nosso carácter nacional (...), embora sendo homens da nossa época e procurando desenvolver o nosso nível de vida de acordo com as necessidades reais e com aquelas que surgem do confronto com outros povos, temos de estruturar planos de educação que vão de encontro às transformações que o futuro nos vai necessariamente impor" (Dias, 1971: 48). Ou seja, o dilema pode resolver-se conciliando as duas exigências, mas isso implicaria um forte trabalho de doutrinação através da inculcação ideológica de valores patrióticos orientados para uma *certa* organização social, cultural e política. Essa sociedade portuguesa deveria ter como bastião de resistência a cultura popular tradicional, capaz de opor-se à uniformização rasteira da cultura moderna. Sob a visão idílica e romântica do passado e da tradição que atravessa a etnologia de Jorge Dias, encontramos uma injunção normativa: o que o português e a sociedade portuguesa devem ser, procurando legitimar

um conjunto particular de valores³⁶. É também esse o sentido implícito da obra de Jorge Dias: a enunciação de uma identidade nacional que, ao afirmar-se, se instala duradouramente como norma a opor às influências externas ameaçadoras. No fundo, trata-se da mesma lógica de enquistamento na ideia de original, genuíno e singular: tal como em Teixeira de Pascoaes, em Agostinho da Silva e nos autores da Filosofia Portuguesa, também em Jorge Dias não se encontram referências à Europa senão para a associar aos efeitos nefastos do mundo moderno. É isso que desperta o sentido de resguardo da cultura portuguesa; qualquer um destes autores poderia ter dito, como Jorge Dias (1971: 49), que é imperioso "ajudar a inevitável transformação das gerações futuras, sem a perda de tudo aquilo que, dentro da nossa cultura, pode ter um valor humano universalmente superior e digno de ser preservado para bem dos Portugueses futuros e para bem dos homens".

A vocação universalista e marítima que Jorge Dias atribui aos portugueses não é um dado novo nas interpretações identitárias do país. No caso, ela surge por inspiração no trabalho de Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo brasileiro que formulou o conceito de luso-tropicalismo e, com ele, a tese de que o povo português, em função das suas capacidades de miscigenação, mobilidade e aclimatabilidade, desenvolveu uma "amorosa identificação com o meio tropical"³⁷ (Freyre, 1961: 34) que nenhum outro povo europeu conseguiu. Essa predisposição singular para a hibridação com os trópicos terá tido como causa a própria composição étnica matizada do

³⁶ Luís Cunha (2001: 57) traduz bem esta ideia: "A sociedade portuguesa não pode já 'mergulhar' na vivência comunitária, mas deve preservar tanto quanto possível os valores positivos que aí se inscrevem. É nessa medida que falamos de um 'projecto utópico' que mergulha as suas raízes na autenticidade de um viver 'pré-moderno' e numa história formadora de carácter. Nesse projecto a comunidade não mais pode ser uma enorme família (...), mas pode viver sem conflitos de classe; não mais pode ser comunitária, mas pode ser corporativista, conservando ainda assim o essencial dos valores 'autênticos' que não se podem perder".

³⁷ Gilberto Freyre (1961: 34) desenvolve de seguida esta ideia, revelando de forma transparente a sua "sociologia" ideologizada: "Em contraste com o esforço de outros europeus, o do Português tem sido quase sempre, nos Trópicos, um esforço em profundidade (...). Consciente de uma missão cristã, não apenas de boca e de sinal da cruz ou de dia de domingo, mas prática, cotidiana recorrente. E como já tem sido destacado por mais de um observador, franciscana: sociologicamente franciscana. Consciente, portanto, de que essa missão não significava subjugar culturas, valores e populações tropicais para sobre eles reinarem, pelo menos superficialmente, homens, valores e culturas imperial e exclusivamente europeias, mas importava em obra muito mais complexa de acomodação, de contemporização, de transigência, de ajustamento. De interpretação de valores ou de culturas, ao lado da miscigenação quase sempre praticada. Daí vir vencendo o Português em zonas de actividade nos Trópicos em que outros europeus têm fracassado".

povo português, desde sempre mistura da Europa com a África, do cristão com o judeu e o muçulmano. Por luso-tropicalismo, entende G. Freyre o conjunto de sentimento e cultura que o português foi capaz de criar nos territórios e povos que colonizou, aí desenvolvendo novas sociedades que sintetizaram elementos da cultura portuguesa e das culturas autóctones. O exemplo paradigmático de sociedade luso-tropical é o Brasil, fusão recíproca e com *valor acrescentado* do colono português com os ameríndios e os escravos africanos. O sucesso na construção destas sociedades híbridas, na América, em África e na Ásia, deveu-se, essencialmente, a dois factores interligados: a miscigenação e a tolerância cristã. O primeiro diz respeito à propensão do homem português para o relacionamento sexual com as nativas que, por não ser toldado por considerações rácicas, reconhece e incorpora o seu fruto, o mestiço. O segundo remete para a atitude que o português teria mantido nos seus encontros com outros povos e culturas: em lugar do domínio, a humanidade; em lugar da superioridade, o abraço fraterno; em lugar do menosprezo, a tolerância; em lugar da aniquilação, a missão ecuménica. De tudo isto resultou, nas palavras de Adriano Moreira (*apud* Castelo, 1998: 13), "o modo português de estar no mundo", distinto do de todas as outras potências coloniais europeias³⁸ e, por assentar em pressupostos de harmonia racial e interpenetração de culturas em vez de exploração e domínio, legitimador da vocação colonial do país.

O conceito de luso-tropicalismo³⁹ só é cunhado nos inícios da década de 50 do século XX, mas a ideia vem sendo gerada desde *Casa-grande e Senzala*, de 1933. Nos anos 30 e 40, o trabalho de Gilberto Freyre é recebido de forma ambígua em Portugal. Por um lado, louvava-se-lhe ter demonstrado o carácter singular da colonização portuguesa e a extraordinária plasticidade revelados pelo português nos trópicos. Por outro lado, a apologia que o autor fazia da mestiçagem colidia com o quadro ideológico do Estado português e

³⁸ Muito elucidativa desse "modo português de estar no mundo" é a seguinte fórmula de Gilberto Freyre (s.d.: 99): "o português soube em tempo extra-europeizar-se e tropicalizar-se ele próprio. (...) Confraternizou com os povos de cor, em vez de procurar dominá-los (...). Assimilou desses povos valores que salpicaram de orientalismos, americanismos, africanismos o próprio Portugal, dando à cultura e, em certas áreas, à própria gente lusitana, uma espécie de vigor híbrido de que o estilo manuelino e a arte indo-portuguesa são exemplos expressivos. Criou um mundo de valores aparentemente contraditórios mas na verdade harmónicos: um mundo novo, uma civilização nova, uma cultura nova".

³⁹ António Ferro (1949), ideólogo do Estado Novo, fala em *Estados Unidos da Saudade* para designar o laço cultural que une Portugal e o Brasil.

dos intelectuais de matriz integralista ou nacionalista. Faziam parte desse quadro ideológico a ideia de império (e ainda não de ultramar) e de superioridade da raça branca⁴⁰, pelo que a mestiçagem biológica e cultural era vista com repugnância e a mistura racial era desaprovada por trazer a ameaça da degenerescência da raça superior (cf. Castelo, 1998: 84-87). Com o final da Segunda Guerra Mundial e as consequências que teve na reorganização macro-política do mundo, tal discurso tornou-se insustentável. Portugal, resistindo ao espírito do tempo, manteve-se firmemente imperialista, quaisquer que fossem as designações dadas ao facto, e, nesse sentido, o regime absorvia todos os argumentos que sustentassem a legitimidade da potência colonial. Sem ser plenamente assumido, o trabalho de Gilberto Freyre foi apropriado e manejado pelos intelectuais e ideólogos do regime⁴¹, tendo para mais a caução do estatuto de Freyre, amplamente reconhecido pela comunidade científica internacional. Como bem demonstrou Cláudia Castelo, a tese do luso-tropicalismo serviu como matéria de legitimação da política externa e colonial portuguesa nos anos 50 e 60, ainda que de forma oblíqua.

No périplo que faz por Portugal e pelas colónias, a convite do ministro do Ultramar português, entre Agosto de 1951 e Fevereiro de 1952, Gilberto Freyre vai contactar com os mais destacados políticos e intelectuais do país, incluindo Oliveira Salazar, e apresentar em inúmeras conferências os seus estudos de luso-tropicologia. Dessa intensa jornada pelo mundo português resulta o livro *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, onde fica claro o apoio do autor à política colonial protagonizada pelo regime salazarista (cf. Castelo, 1998: 25). Em 1961, no âmbito das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, publica *O Luso e o Trópico*, versão desenvolvida e acabada da teorização luso-tropicalista. Sobre a apropriação do regime português destas obras, diz C. Castelo (1998: 37): "o Estado Novo utiliza estes livros, supostamente científicos, como instrumento de propaganda e de legitimação da sua política colonial. Se a manipulação

⁴⁰ Sobre a imagem do negro no Estado Novo, ver Cabecinhas (2003).

⁴¹ É importante recordar que a política colonial não era motivo de grande divergência entre o regime e a oposição. Com a excepção do Partido Comunista e do MUD-juvenil, o direito à auto-determinação dos povos das colónias portuguesas só foi reconhecido pela oposição em 1969. A tese do luso-tropicalismo conseguiu ser consensualmente aceite por quase toda a *intelligentsia* nacional.

político-ideológica é exterior aos textos, no interior dos textos radica a sua possibilidade. O autor não deixa de ser conivente com esse processo". Ainda que seja clara a politização *à la carte* da ideia de luso-tropicalismo, a tese de Gilberto Freyre não foi plenamente aceite – "apesar de tudo, o luso-tropicalismo (...) nunca foi adoptado como discurso oficial do Estado Novo. Este nunca deixou de ser profundamente nacionalista, limitando-se a veicular uma versão simplificada e manipulada da tese gilbertiana" (Castelo, 1998: 139). Desde logo, a política colonialista do regime esbarrava contra a concepção culturalista que enformava o luso-tropicalismo: para Gilberto Freyre, a comunidade de sentimento e cultura que eram as sociedades luso-tropicais era compatível com a independência dos territórios colonizados, já que a configuração política mais ajustada seria transnacional, dando forma a uma federação cultural.

Vimos que um dos trunfos da politização instrumental do luso-tropicalismo levada a cabo pelo regime de Salazar era o seu estatuto de produção científica. Comparando-se as interpretações fabricadas por Teixeira de Pascoaes ou Agostinho da Silva com as que Jorge Dias e Gilberto Freyre forneceram, não se pode deixar de situar as primeiras no campo da especulação lírica e as segundas a meio caminho entre esta e a análise objectiva e crítica. Há, de facto, uma feição científica no pensamento destes autores, que comungaram do quadro de referência das ciências sociais deste período. Mas há também uma contaminação ideológica que igualmente partilharam com as condições políticas objectivas do seu tempo. Aos olhos treinados de um sociólogo não escapa, na leitura das obras de Freyre (como de Jorge Dias), a concepção essencialista e idealista, o pendor mais político do que sociológico, o tom propagandístico, o programa doutrinário, a tentação para generalizar abusivamente e de partir de e formular apriorismos e lugares comuns sobre os povos e culturas de que trata. Alguns destes aspectos estiveram na base das críticas dirigidas a Freyre nos anos 1950 e 1960 por Mário Pinto de Andrade, Charles Boxer e António Sérgio, entre outros, onde se denunciava a fantasia da reciprocidade cultural, sem relação de dominação entre cultura colonizadora e colonizada, da ausência de

preconceitos raciais que a miscigenação fazia supor e da plasticidade como traço de carácter do português (que aparentemente só funciona nos trópicos, abandonando-nos quando se trata de triunfar no ambiente europeu, segundo a ironia de Sérgio) (cf. Castelo, 1998: 42-43 e 78-80).

O que acaba de ser dito tem o propósito de ajudar a entender de onde vem a ideia tão arreigadamente entranhada no imaginário colectivo português de que, como povo, tivemos uma especial capacidade e vocação para a missão colonizadora, deixando nos territórios que ocupámos mais do que o rasto de exploração e violência que outras potências carregam consigo. O que deixámos pelo mundo que percorremos foi fazermos de cada um dos seus cantos um novo lar, aceitando a humanidade do Outro, amando os filhos mestiços, criando culturas inéditas, fruto da hibridação biológica e cultural entre a Europa quente e os trópicos. É precisamente este mito que sustenta os discursos que se prolongaram até hoje sobre os laços afectivos e culturais que nos ligam aos povos de língua portuguesa e que exigem relações especialmente próximas e cooperativas com eles, bem como a ideia de Portugal como interlocutor privilegiado junto desses países, servindo de ponte entre o Norte e o Sul. Não será por acaso que a comunidade de sentimento e cultura de que falava Gilberto Freyre cai hoje na denominação de *lusofonia*. Não se trata aqui de negar que, após séculos de colonização e contacto cultural, não devam países com a proximidade linguística que têm os da Comunidade de Países de Língua Portuguesa valorizar esse passado comum e estabelecer alianças de cooperação prioritárias face a outras áreas culturais (como fazem outras ex-potências coloniais de forma bem mais intensa, de que é exemplo a Commonwealth britânica). Trata-se de entender que o luso-tropicalismo não foi apenas uma pseudo-teoria do pensamento social de meados do século que *reagiu* bem com a ditadura colonial portuguesa. No que o conceito tem de mais vulgarizado (plasticidade, miscigenação, contacto humano, tolerante e cristão), a ele aderiram tanto os adeptos do regime salazarista como os que se lhe opunham; tanto antes como depois do 25 de Abril, apenas com variações terminológicas. Com base nessa *vulgata*, perdurou no Portugal democrático a crença na bondade da colonização

nacional, intrinsecamente ecuménica, e a sua mobilização como elemento ideológico de legitimação no estabelecimento de relações – tendencialmente mais paritárias, mas ainda paternalistas em muitos casos – com as antigas colónias. Os acontecimentos em Timor em Setembro de 1999 e a reacção que desencadearam em Portugal são disso um primoroso exemplo. O facto é que o luso-tropicalismo contribuiu para formatar e propagar uma certa representação mítica da identidade nacional, que encontramos ainda instalada no quadro de representações dos portugueses.

3. O futuro é a Europa

Embora pareça simplista, não há de facto outra forma de expor o pensamento dos autores nacionais sobre a pátria senão assinalando o contraste entre posições e mostrando como, em cada um dos pólos, as grelhas de leitura e os princípios axiológicos se vão derramando de geração em geração. Na verdade, as análises e interpretações produzidas no último século e meio sobre Portugal dispõem-se em dois extremos, ainda que algumas posições sejam mais matizadas. Na maior parte dos casos, não se perfilaram, na altura, tentativas de síntese entre um Portugal europeu e um Portugal genuíno e peculiar, como hoje as encontramos. Por sobre as variações de estilo e ideário individual, encontra-se um fundo coerente que associa os autores a um lado ou a outro. Não deixa de ser útil avaliar os seus trabalhos com base num *continuum* de que os eixos mencionados dão conta. Todavia, são escassas as posições centrais nesses eixos: as posições polarizam-se porque quem pensou sobre o país neste período só contemplou uma de duas soluções, o passadismo ou a modernização. Vimos, até agora, através de algumas vozes que se moveram entre a filosofia, a literatura e o ensaio, em registos que vão do científico ao poético, como sucessivas gerações da elite cultural insistiram em certos traços da mentalidade e cultura portuguesa: o messianismo (na sub-forma do sebastianismo) e a ideia de um quinto-império paraclético com origem em Portugal como signos da eleição divina; o exclusivismo da história, da cultura e do modo de ser português, plasmado na ideia de saudade; o apelo marítimo e o talento para fazer de todo o mundo o ninho doméstico como destino e vocação inalienáveis, ignorando e desprezando o *acaso* de fazermos parte do continente europeu.

Veremos, de seguida, na mesma lógica de destacar autores e textos fundamentais, tanto por terem sobrevivido à passagem do tempo, como por condensarem as ideias que foram expressas por muitos outros, de que forma o país é diagnosticado *do outro lado*, ou seja, por aqueles que criticam os que esperam que venha do passado a salvação do presente e do futuro, e

que optam pela modernização e europeização de Portugal como única solução para a sobrevivência digna do país. Curiosamente, sobre o mesmo país, uns dizem que *estamos muito à frente* e outros que *estamos muito atrás*.

A mais linear oposição à perspectiva-opção passadista, messiânica e singularista é, porventura, a de António Sérgio (1883-1969). O racionalismo crítico de Sérgio não lhe permite descobrir Atlântidas em cada onda, nem Messias em cada discurso inspirado⁴². Em contraste absoluto com os autores *passadistas*, e particularmente os que fizeram da especificidade da cultura portuguesa a bandeira de um movimento filosófico, António Sérgio (1980, tomo VII: 112) afirma duvidar da "realidade de uma maneira de ser portuguesa, unitária e indiscutível" e alerta para os perigos de reificação que tal princípio coloca, uma vez que "a mente de cada cidadão português me não parece uma *coisa* rígida (...) mas sim uma *actividade* em evolução contínua, que se modifica com a sua experiência, com o novo saber que ganhou". O autor distingue duas acepções de cultura: a folclórica ou etnográfica, onde pode falar-se de *cultura portuguesa* como o conjunto sedimentado dos modos de vida desse povo, e a cultura numa acepção espiritual ou universal, como processo dinâmico de apuramento intelectual. A primeira acepção encerra equívocos que só uma abordagem racionalista pode travar. Sérgio (1980, tomo VII: 111-112) enuncia-os e rebate concisamente, ponto por ponto, os argumentos do singularismo nacional: "a) prevalece o vício das generalizações abusivas, de enunciar fórmulas muito gerais, em que se subsumem os factos à viva força, deturpando uns deles, esquecendo outros, etc., etc., e palavreando à toa (...); b) para decidir que uma característica é especificamente portuguesa cumpre conhecer previamente as características dos outros povos; c) existem, talvez, várias

⁴² São de Manuel Laranjeira (1877-1912), mas poderiam ser de António Sérgio as seguintes palavras: "Um dos aspectos mais típicos da vida portuguesa e um dos seus males mais funestos é a sua prodigiosa fertilidade messiânica. A casa passo surge um homem que se sente com envergadura e ventre de messias. Por cada messias que aborta, pululam inesgotavelmente centos de messias, toda uma falperra de messias" (*apud* Calafate, 2006, vol. IV: 31-32). Sérgio (1980, tomo I: 241) é ainda mais iconoclasta quando diz "O sebastianismo! Condensado sobre o vulto de um romântico pedaço de asno – desse inexcedível pedaço de asno que foi o senhor rei D. Sebastião (...)".

culturas folclóricas nas diferentes regiões do nosso país, consoante as suas condições geográficas, económicas, sociais, etc.".

Do mesmo modo, não está de todo convencido que o passado glorioso e exorbitado por alguns dos seus contemporâneos sirva ao país como garantia do que quer que seja; ao contrário, tem a clara noção de que a história se escreve da frente para trás, escolhendo no passado as causas do presente e do futuro: "não se granjeiam energias no passado, é esse um erro de cronologia e uma reversão da ordem lógica: as energias vêm primeiro do presente; e quando sentimos energias novas criamos um Deus ou herói (...), criamos um mito projectado no passado ou na eternidade. (...) A carcaça do passado vem sempre a reboque" (*apud* Calafate, 2006, vol. IV: 227). É também António Sérgio quem, na polémica que travou com Teixeira de Pascoaes nas páginas da revista *A Águia*, entre 1912 e 1914, dirige as críticas mais cerradas e contundentes aos autores do saudosismo, denunciando o seu intuicionismo, os argumentos etéreos e a debilidade do programa para a renascença da nação. Não resisto a transcrever algumas frases reveladoras do delicioso sarcasmo que Sérgio (*in* Teixeira de Pascoaes, 1988: 111 e 115) dirige ao lirismo estéril de Teixeira de Pascoaes: "os seus comentários (...) são de um espírito celeste que nada tem de comum com a minha humana natureza; parece-me que o meu amigo me refutava com uma sonata de Beethoven. (...) As suas palavras têm a doçura e a insubstância do voo espiritual dum silfo"; "Pois não é um absurdo que por esse mundo – em gabinetes, universidades, bibliotecas –, se continue a trabalhar, a discutir e a comentar? Que lhe resta a fazer à humanidade senão gastar dois tostões, e comprar um dos seus livros?". Na origem do irrealismo do poeta estaria "esse horrível isolamento que V. louva e eu maldigo" (*idem*) e uma visão do mundo distorcida pelo idealismo paroquial: "A Europa, o mundo civilizado da electricidade, não é tão suja, bronca, céptica, encarvoada, como lhe parece em Amarante" (*idem*: 116).

Sérgio é certo no diagnóstico que faz de Portugal: inspirado em Ribeiro Sanches, chama-lhe *Reino Cadaveroso da Estupidez*, e ao dizê-lo não o faz como um insulto, mas para eleger o maior dos inimigos do

progresso nacional: a ignorância, a fraquíssima educação do povo⁴³, mantido na iliteracia por séculos de governação distraída, inoperante ou intencionalmente obscurantista. Não é o povo que não aprende, é a elite dirigente que prefere um povo ignorante, dócil, alheio aos seus direitos e deveres de cidadania e que, por isso, deixa o país chegar ao século XX com três quartos de analfabetos. A batalha de António Sérgio será pela educação cívica, a democracia socialista (social-democrata e não marxista) e a modernização. São disso testemunho as suas palavras entusiasmadas: "(...) qualquer indivíduo de verdadeira cultura é um amante férvido da liberdade, e a aptidão de um homem para atingir a cultura é proporcional à aptidão para sentir de facto o valor supremo da liberdade cívica. (...) Amar a liberdade, ser culto, são duas frases que se equivalem" (Sérgio, 1980, tomo III: 39-40). Por detrás destas bandeiras está a sua convicção de que o atraso do país resultou de ter seguido a *via errada* e ter-se enredado na retórica literata, na escolástica, na Inquisição castradora e no olhar perdido nas funduras do próprio umbigo, quando os países europeus que viriam a ser os expoentes do desenvolvimento apostaram no racionalismo, no espírito crítico, na revolução científica, no pensamento livre, na inovação e na modernidade – temas em que Portugal foi pioneiro no período renascentista.

Nada que outros não houvessem dito antes (Antero de Quental e os *estrangirados*, que denunciaram a paralisia nacional, e que Sérgio gosta de citar), mas, no caso de António Sérgio, o racionalismo crítico é assumido por inteiro, como formatação básica do pensamento. É imbuído desse racionalismo que Sérgio desmonta o velho edifício das tradições e des-sacraliza a história e a cultura nacionais, e a própria ideia de nação, para pôr em seu lugar a procura objectiva do conhecimento, a vontade de transformação e progresso e o cosmopolitismo – tudo valores que a Europa

⁴³ É a mesma queixa de Manuel Laranjeira: em Portugal não há coesão cívica, não há consciência nacional, os interesses individuais sobrepõem-se aos gerais porque "na imensa maioria da sociedade portuguesa não se formou um carácter cívico em harmonia com a vida moderna" (*apud* Calafate, 2006, vol. IV: 33). O autor descreve assim a nossa relação com a modernidade: "Somos um país civilizado... na aparência, porque a negra realidade é que quatro quintos da população portuguesa nem sequer sabem ler e escrever. Vestimos à moderna, pretendemos viver à moderna, e pensamos e sentimos à antiga. Somos um povo pertencendo pelo aspecto aos tempos dos Direitos do Homem e pertencendo, na verdade, pelo espírito aos tempos da pedra lascada" (*idem*: 27). Por isso, "o nosso pessimismo quer dizer apenas isto: que em Portugal existe um povo em que, devoradas por uma polilha parasitária e dirigente, uma maioria que sofre porque a não educam e uma minoria que sofre porque a maioria não é educada" (*idem*: 37).

encarnava. Por isso, crê que há futuro para Portugal, desde que trilhe o caminho que outros fizeram com sucesso: a universalização da educação (e o ensino das ciências, em particular), o desenvolvimento económico (base indispensável para o progresso moral, cultural e cívico) – e retome o espírito moderno de descoberta e empreendedorismo interrompido desde Seiscentos. Afinal, antes da era da ciência na Europa, já Duarte Pacheco afirmava que "a experiência é a madre de todas as cousas".

Se António Sérgio foi inequivocamente um espírito europeu, o facto é que se manteve alheado do processo de construção europeia que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial. O silêncio que reservou para a unificação europeia é, aliás, consonante com o da maioria dos opositoristas a Salazar, que só tardiamente se opuseram à política externa do regime e despertaram para a questão europeia. Sérgio Campos Matos (1999) aponta várias razões para tal: a ideia de Europa em António Sérgio é fundamentalmente de ordem cultural e não se reduz a um ordenamento político e económico (a sua *interpretação da história de Portugal* é marcadamente europeísta); nesta acepção vasta de cultura de Sérgio, o universalismo e o humanismo ultrapassam o europeísmo (mais interesse lhe despertaram as organizações mundiais como a Sociedade das Nações e a ONU); o processo de construção europeia, situado ao nível dos governos dos vários países, não respeitava a matriz política sergiana, democrática e cooperativista. Acresce que a situação de Portugal no campo europeu era de tal modo desfavorável que quase não merecia discussão a participação do país nas novas instituições europeias. Ainda assim, a ausência de reflexões deste autor sobre a unificação europeia é significativa: o que dizer da relação de Portugal com a Europa quando os que a apontam como meta e modelo permanecem indiferentes aos primeiros passos da *paz perpétua*?

Esta breve apresentação do pensamento de António Sérgio, no que a Portugal diz respeito, mostra um posicionamento que se coloca no pólo que designei por *modernização crítica*. Encostada a esse lado, achamos uma perspectiva realista e voluntarista do povo e do país – sem os arroubos exotópicos ou o providencialismo dos *passadistas*. Isto quer dizer que, para

Sérgio, como para outros próximos da sua posição, o futuro do país depende de uma avaliação objectiva que diagnostique os seus maiores problemas e prepare uma estratégia de desenvolvimento. Para Sérgio, essa estratégia deve passar necessariamente por uma aproximação aos valores e padrões de progresso europeus, sendo os mais relevantes o pensamento racional e livre, a educação do povo e a prosperidade económica. Mas se é límpido o programa racionalista e modernizador de António Sérgio, é também flagrante a dimensão utópica da sua aposta. Diz-nos António José Saraiva (1996: 111-112): "Sérgio (...) confunde a realidade com os seus desejos. O seu alvo era um Portugal europeu, racionalista, 'científico': por isso amputou o outro Portugal, cavaleiresco, jesuítico, aventureiro, sonhador, batalhou com o furor de um D. Quixote contra D. Sebastião (outro Quixote). (...) claro que era preciso eliminar mais de metade da nossa história".

Se comecei a ilustrar a posição da *modernização crítica* com as teses de António Sérgio foi por este autor representar a forma mais *pura*, mais extremada desta visão sobre o país. Mas a linhagem dos cépticos, dos que criticaram as opções do país e propuseram que retomasse o curso europeu do desenvolvimento, na verdade, vem de longe. É a linhagem dos que se ausentaram, percorreram a Europa, aí foram reconhecidos e que, olhando para o seu país, lamentavam vê-lo como água estagnada, arredado das transformações que moviam a Europa, fechado nos seus costumes rudes, louvando a ignorância, o obscurantismo, o dogmatismo, vivendo um fausto estéril. Os *estrangeirados*⁴⁴ eram exilados culturais que gostariam de ver Portugal acertar coordenadas com o mundo moderno que a Europa representava e integrar-se autenticamente na cultura europeia (daí a depreciação e censura dos homens ligados ao Movimento da Filosofia Portuguesa). Os mais célebres estrangeirados do século XVIII, António Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís António Verney (1713-1792), denunciaram incansavelmente os vícios do país (a desvalorização do

⁴⁴ Segundo Eduardo Lourenço (2004: 140), os estrangeirados manifestavam "não só uma predilecção por um modelo cultural diferente do nacional, como, quase por consequência, uma *aversão* ou, pelo menos, um distanciamento *crítico* em relação àquele que encarna ou simboliza a tradição nacional".

trabalho, os privilégios do clero e da aristocracia, a tendência para viver acima das possibilidades), o despotismo (e com ele a castração da liberdade cívica e religiosa) e o ensino minado pela escolástica e pela vacuidade retórica. Dos seus exílios, de onde nunca regressaram, propuseram medidas reformadoras que introduzissem em Portugal os novos ideais iluministas, a revolução racionalista e científica e uma política de educação que privilegiasse o estudo das ciências. Nesse sentido, foram fonte de inspiração para aqueles que, no século seguinte, se debateram também com a impotência de ver o país seguir um rumo que julgavam errado.

O último quartel do século XIX traz consigo a mais intensa manifestação de avaliação crítica e impulso modernizador, corporizada na que ficou conhecida como *Geração de 70*. No âmbito desta pesquisa, é tarefa ingrata e exigente abordar os autores que compõem esta geração de fim de século. Por um lado, são muitos os nomes e as obras que poderia mobilizar para esta análise – facilmente poderia convocar uma dezena de autores que se desdobraram em escritos de literatura, ensaio, crónicas em periódicos, conferências, etc. Por outro lado, a sua prosa é tão encantadora que é tentador multiplicar citações e desejar ser mais exaustiva do que aquilo que a economia deste trabalho permite. A Geração de 70 representou o *aggiornamento* e a intensificação das vozes críticas que se tinham ouvido um século antes. Rejeitando vigorosamente a estética romântica, este grupo rejeitou também o que no romantismo era exacerbação nacional (e nacionalista), busca e desejo das raízes e patriotismo ingénuo; em contrapartida, os seus escritos são perpassados de um patriotismo estremecido, sentindo-se a cada frase a dor pelo "país perdido" – e, por isso, são, por vezes, instáveis as suas convicções, basculando entre o iberismo e o nacionalismo, entre o messianismo e o cientismo, entre a desistência e o combate. É curioso encontrarmos nestes autores o mesmo fenómeno muitas vezes atribuído à *psicologia nacional*: a bipolaridade, a alternância entre euforia e desânimo, entre decadência e regeneração. De um modo ou de

outro, todos proferiram sentenças de derrotismo, de *Finis Patriae*, e sentiram esperanças pueris no despertar da pátria, imaginando-se cavaleiros andantes da ressurreição nacional (como quando, no final da vida, Antero assume a presidência da Liga Patriótica do Norte, em resposta ao *Ultimatum* de 1890).

O século XIX repercutiu em Portugal o que o século anterior tinha lançado na Europa: as invasões napoleónicas, a revolução e guerras liberais, a perda do Brasil, as crises governativas e o atraso económico agudizaram o sentimento de decadência e de distância em relação à Europa. Em dois séculos, deixou-se de dizer "Para nascer Portugal, para morrer o mundo" (Padre António Vieira) para passar a lamentar ter de viver neste país, como disseram António Nobre ("Que desgraça nascer em Portugal") e Alexandre Herculano ("Isto dá vontade de morrer"). Neste século, Portugal deixou de ver-se como o umbigo do mundo, para passar a ser um problema, uma interrogação, um objecto de reflexão e desmistificação. Passou-se da promessa do Quinto Império à questão da viabilidade do país.

O tom que encontramos na Geração de 70 ainda não é o da análise rigorosa e racional que António Sérgio procurou estabelecer cinquenta anos depois; também está longe da especulação lírica e do intuícionismo detectado entre os *passadistas*. Há um apurado sentido crítico na análise, mas não podemos dizer que esta seja sempre objectiva ou sequer procure sê-lo. O que há é um forte senso do real, uma abordagem realista à cena nacional. Assim como um trunfo em relação a outros momentos de auto-reflexão nacional: o uso da ironia, da caricatura e do sarcasmo. Os autores que ficaram identificados com esta Geração foram, em muitos aspectos, devastadores na sua crítica implacável ao país e às suas figuras públicas. Eça de Queirós, por exemplo, multiplicou nas suas páginas literárias personagens ideal-típicas que retrataram caricaturalmente sectores sociais como a burguesia lisboeta, o grupo dos políticos e a aristocracia decadente. Em toda a história da literatura portuguesa não serão muitas as obras tão contundentes, provocadoras e realistas (uma realidade exorbitada pela sátira) na descrição do país como *As Farpas* de Eça e Ramalho Ortigão. O encanto dos textos destes e de outros autores está no prazer de ler sobre Portugal e

os portugueses sem o peso daqueles que se levaram demasiado a sério. Não encontramos nas suas páginas exegeses míticas do destino de Portugal, não encontramos cauções transcendentais ou messiânicas, nem loas ao portuguesismo. Curiosamente, encontramos um patriotismo intenso e sofrido, traduzido em instantes de amor-ódio pela pátria⁴⁵. Em cada crítica, ironia ou caricatura, podemos ler também um incentivo à dignificação do país. Na verdade, em todos estes autores se percebe o combate íntimo entre as suas convicções ideológicas e a condição de portugueses convictos – e daí resultam, porventura, as oscilações de opinião e credo que lhes são conhecidas. Ao mesmo tempo que eram fortemente influenciados por pensadores e escritores como Michelet, Renan, Proudhon, Flaubert e Zola, denunciavam o "francesismo" da sociedade portuguesa como imitação ridícula de práticas estrangeiras – "Portugal é um país traduzido do francês", diz Eça⁴⁶.

O programa da Geração de 70 estava delineado, mas era de uma ambição desmesurada; no fundo, todos sabiam que, sem passes de mágica, Portugal não passaria de "país eunuco", como lhe chamou Antero, a nação europeia civilizada. Eduardo Lourenço (1994b: 30-31) enuncia assim o projecto nacional destes homens: "o que [a Geração de 70] exigia era um *Portugal-outro*, um Portugal onde se actuasse, se vivesse, se pensasse e se inventasse como na Inglaterra, na Alemanha, *na França*, em suma, na única Europa que merecia esse título que desde então designa menos uma entidade geopolítica, uma história comum, do que *um mito*, o da Civilização, do Progresso, da Cultura como espelho e instrumento regenerante do destino humano. *Europeizarmo-nos*, nesse preciso sentido, tornou-se então obsessão quase unânime da *élite* portuguesa e toda a nossa cultura se vai inscrever no espaço dessa distância que nos separa da Europa em função do objectivo de a apagar". Neste sentido, também a Geração de 70 foi exotópica

⁴⁵ Augusto Santos Silva (1994: 112) refere que "o agudo envolvimento afectivo, cultural e cívico com a realidade portuguesa e o seu destino (...) confere aos vultos principais da geração de 70, Antero, Martins e Eça, uma imagem ambivalente de destruição e de celebração, de repulsa e de dedicação, de estrangeirismo e de nacionalismo, de que nunca mais nós, os seus vindouros, nos libertaríamos e que eles próprios em larga medida forjaram, configurando assim uma relação turbulenta, ambígua e trágica com o país".

⁴⁶ Eça disse-o também n' *Os Maias*: "Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custa-nos caríssima, com os direitos da Alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas..." (*apud* Silva, 2005: 24).

nos seus desejos para o país. Mas enquanto Pessoa, Agostinho da Silva ou Pascoaes viam o lugar de Portugal situar-se em tempos e impérios míticos, para os companheiros de Eça, Portugal aspirava a um lugar real – a Europa moderna e desenvolvida de que nos afastávamos por termos ficado na estação a ver partir o comboio.

A Europa funcionou para o Portugal do século XIX como um estímulo fascinante para o exercício de auto-reflexividade⁴⁷. O facto é que, de tão agudo o estímulo, serviu mais para retalhar as carnes internas, do que para fazer crescer o país e emancipá-lo do passado. Termo-nos descoberto *não-europeus*, quando não víamos mais o que pudéssemos querer ser, foi um golpe apoplético numa sociedade bloqueada. No momento em que "a nova Europa da máquina a vapor" chega a Lisboa, é quando "uma nova geração (...) descobre que não é europeia, isto é, que não sente, nem conhece, nem pensa, nem cria como podia fazê-lo se estivesse 'realmente' nessa Europa que lhe envia as suas criações e os ecos reais ou fantásticos do que toda uma juventude vai nomear a 'vida superior', a da Civilização"; "Decididamente, a Europa do último quartel do século, essa Europa de onde esperávamos o Messias, em vez de nos estimular, melancolizava-nos ou humilhava-nos simbolicamente. O pior de tudo é que isto nada tinha que ver, em geral, com a Europa efectiva, no positivo ou negativo dela, mas com o psicodrama puramente onírico que nós vivíamos a sós connosco e que a dita Europa nem sonhava" (Lourenço, 1999: 36 e 55). Direi, num aparte, que não há nisto nada de original: outros países europeus, igualmente periféricos, padeceram, ainda que noutros termos, do mesmo *fascínio e ressentimento* de que fala Eduardo Lourenço (cf. Malmberg, 2002).

Os autores que pertenceram a esta famosa Geração não foram monolíticos nas suas produções. Quase todos divulgaram o seu pensamento em diversos canais e vaguearam entre o texto literário, o artigo de opinião e o ensaio. Dois nomes se distinguiram pela profundidade e complexidade do

⁴⁷ António Martins da Silva (2005: 23-24) esclarece bem o género de europeísmo das figuras mais destacadas da Geração de 70: "São todos *europeístas* no sentido em que se afirmam como europeus de espírito e de cultura e expressam uma consciência regida por critérios materiais e morais europeus que pretendem fazer valer para modernizar Portugal. Mas a Europa que os seduz resume-se a três ou quatro grandes nações (...) verdadeiros pólos intelectuais e civilizacionais do mundo. (...) A ideia de Europa, como vontade ou projecto político de união dos povos europeus, não parece ter receptividade credível na Geração de 70". Ainda que conhecedores e admiradores dos manifestos pan-europeus, como o de Victor Hugo, nunca fizeram deles bandeira no panorama nacional.

pensamento: Antero de Quental, de orientação filosófica, e Oliveira Martins, pela História. Eça de Queirós foi mais ligeiro do que estes seus companheiros, mas dele nos ficaram algumas das mais brilhantes páginas da literatura nacional, em particular pela capacidade de retratar contextos e tipos sociais da época. Na mesma linha se apresentam os escritores Ramalho Ortigão e Fialho de Almeida. Outros, como Teófilo Braga, Andrade Corvo e Augusto Fuschini, revelaram-se pelas carreiras políticas e pelas análises apuradas que fizeram da situação política e económica do país.

A Geração de 70 não teria, provavelmente, marcado tão fortemente a memória nacional se não fossem os escritores que dela fizeram parte. Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida souberam pôr a linguagem ao serviço das ideias e, com um estilo viperino, denunciaram um país tacanho e vetusto melhor do que o fariam muitas páginas de sociologia ortodoxa. Eça immortalizou-se pelos romances e personagens que criou, mas especialmente, diria eu, pela delícia que são as páginas em que ridiculariza os ademanos afrancesados da burguesia ociosa, a ignorância balofa de condes e bacharéis ou a verborreia *troca-tintas* dos parlamentares. Sob a maledicência bem-humorada, a mesma que juncava os cafés de Lisboa de galantes *intelectuais*, encontramos quase sempre o traço dos pintores de costumes e vícios de um país que descrevem, acima de tudo, como *uma farsa*. Não resisto a transcrever algumas frases de um texto intitulado "O luxo pelintra: em Portugal todos querem parecer aquilo que não são", incluído n' *Os Gatos*, de Fialho de Almeida – por sinal, rival e inimigo de Eça e Ramalho: "A merceeira da esquina aspira a fazer de sua filha uma madama. O lavrador do campo, em vez de educar os filhos no fetichismo da charrua, desadora os encantos da sua dinastia agrícola, e ei-lo preparando engenheiros péssimos, e burocratas enfezados. (...) Poucos têm o orgulho do seu lugar e do seu nome, e quase todos fazem por se atribuir as prerrogativas do posto imediato, e de irem macaqueando em público os superiores. (...) Pelo que respeita à imitação (...) e do operário ao monarca, o catitismo é a propendência natural. (...) Dêem uma vista de olhos pelas residências do operário e do pequeno empregado de Lisboa. Uma porcaria ignóbil nos quartos, as arcas sem roupa,

o pé de meia sem economias. Intimamente, as famílias comem carapau, usam peúgas rotas, deixam a pequenada lazarar de escrófula e de imundície. Mas quase todos têm *a sua sala*, e andainas da moda com que disfarçar em público a sua condição modestíssima de vida. (...) Por ocasião de casar o Sr. D. Carlos, grande número de famílias da corte foram obrigadas a enviar ao prego mobílias e talheres, por acudir à sua própria representação decoral na cerimónia; e detalhe horrível! Cinco casas ilustres empenharam mesmo os fogões de cozinha, o que deixa supor que todas vivessem, nesses dias de caudas e de plumas, do *menu* de bacalhau com grelos da taberna próxima" (Fialho de Almeida, 1986: 115-117). Generalizando um pouco mais, continua o autor, no seu tom desbocado, sobre os altos funcionários do Estado português: "o alto funcionalismo baixa entre nós terrivelmente, a ponto de as altas funções do Estado estarem entre mãos duma cretinagem que faz pejo, nos entreactos em que não é o asco a sensação dominante que ela inspira. (...) este nefando sistema tem enchido os quadros de sobrinhos e irmãos de ministros e directores gerais, quase tudo criaturinhas de gozo e de deboche, incapazes de estudo, sem vislumbre de cérebro, nem capacidade alguma de trabalho, e apenas dispostas a fazerem dos lugares que lhes dão, conezias rendosas e inactivas" (Fialho de Almeida, 1986: 157-158).⁴⁸

Começamos por Antero de Quental (1842-1891), porque da sua pena saiu o mais influente texto da sua geração, que haveria de moldar a auto-análise nacional e fornecer as orientações fundamentais para a mudança. Refiro-me à conferência que proferiu a 22 de Maio de 1871, no Casino Lisbonense, intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. As Conferências Democráticas nasceram da iniciativa de doze homens, entre os quais Antero, Eça, Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, e anunciavam ter o propósito de "investigar como a sociedade

⁴⁸ É deste modo que Fialho de Almeida (1986: 159) descreve o corpo diplomático português de fins de Oitocentos – vaidoso, preguiçoso, torpe: "Está em Bruxelas o Sr. Henrique de Macedo, que é uma espécie de tatu desentusiasmado de outra posição que não seja a horizontal, e doutra lucidez que não lhe venha das quebreiras digestivas, aos roncões, nas poltronas das casas de jantar. (...) Temos na Haia o Sr. Vicente Pindela, botas lindíssimas, olhos todavia um pouco menos penetrantes do que o verniz das gáspeas (...); e finalmente em Viena o nobre conde de Valenças, cujos méritos julgamos fixar, mencionando a única coisa que de positivo se sabe, acerca de S. Ex.^a, que é um mamífero".

é e como ela deve ser, como as nações têm sido e como as pode fazer hoje a liberdade; (...) ligar Portugal com o movimento moderno, (...) procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa" (Quental, 2005: 11-12). Com um programa ousado e provocador, as Conferências foram proibidas ao fim das primeiras cinco, das dez previstas.

Na segunda Conferência, discorre Antero sobre os três grandes erros históricos do país, e termina incitando à revolução, isto é, apresentando o antídoto para cada um dos três males. O diagnóstico que faz não é inovador: descende directamente do pensamento de Herculano e, se quisermos, podemos ouvir os ecos de Ribeiro Sanches. Mas a sua apresentação clara, precisa e eloquente guardou-lhe um lugar na história. Segundo Antero (2005: 44), Portugal e Espanha desviaram-se do caminho da modernidade logo após o terem encetado, no período áureo em que "a Europa tinha os olhos em nós" e os monarcas peninsulares eram influentes e respeitados. Da genialidade dos homens que abriram o mundo à indigência e acabrunhamento de todo um país, foram "50 ou 60 anos" (*idem*: 45) que produziram três séculos de decadência e de divórcio com a Europa moderna⁴⁹. O que aconteceu? Três fenómenos históricos concorreram para o desvio decadente: o catolicismo, o absolutismo e as conquistas. A reacção à Reforma, plasmada no Concílio de Trento, engendrou o maior dos obstáculos à modernidade: a intolerância e rejeição do espírito científico. Manietado pela Inquisição, Portugal tornou-se num país de fanatismo religioso, onde se imolavam as ideias novas, em nome de um catolicismo bafiento. Antero não tem dúvidas de que não foi por acaso que os países que mais se desenvolveram foram os que conquistaram a liberdade moral e de pensamento com a Reforma religiosa. O segundo erro foi o absolutismo, que veio impor a centralização e macrocefalia do Estado, cerceando as tradicionais liberdades municipais, as auscultações populares nas Cortes e o equilíbrio de poderes. A mais nefasta consequência foi, segundo Antero, ter impedido o desenvolvimento de uma autêntica classe burguesa, a que na Europa encabeçou todas as revoluções. O terceiro erro

⁴⁹ Sobre esse divórcio diz Antero (2005: 53 e 70): "enquanto as outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas, nós descíamos pelos vícios antigos"; "as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência".

foram as conquistas, que se na fase das Descobertas foram um feito catalisador do espírito moderno, redundaram pela política de conquista e exploração em atrofiamiento das forças económicas vitais. Desde então, Portugal passou a viver à custa de recursos externos, descuidando a produção⁵⁰. O "horror pelo trabalho e desprezo pela indústria" (Quental, 2005: 79) da fidalguia tornou-se exemplo para um povo miserável, mas ocioso. Sem empreendedores e sem classe trabalhadora, o país soçobrou na industrialização que transformou a Europa. Conclui Antero de Quental (2005: 80): "Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. (...) Oponhamos ao catolicismo (...) a consciência livre (...) a filosofia, a ciência, e a crença no progresso (...). Oponhamos à monarquia centralizada, uniforme e impotente, a federação republicana. (...) Finalmente, à inércia industrial, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo".

Antero de Quental é, talvez, o caso mais interessante de inconstância de convicções quanto ao futuro de Portugal. Na euforia da revolução espanhola de 1868, defende a solução federativa para a Península Ibérica como forma de ultrapassar as debilidades endémicas dos dois países, e particularmente de Portugal, através da democratização e descentralização política – "Para toda a Península não há hoje senão uma única política possível: a da federação-republicana-democrática" (*apud* Calafate, 2006, vol. III: 222). A proposta de Antero tem por base o sentido ideal do federalismo e da democracia enquanto mecanismos de libertação dos povos de um sistema político que durante séculos os manteve na miséria, na ignorância e na opressão, e deve ser lida à luz das convicções republicanas e socialistas do autor. Portugal deveria, pois, ir ao encontro da Espanha democrática. As objecções de ordem patriótica a tal união, Antero resolve-as com ligeireza, argumentando que o sentimento de amor à pátria está para lá da nacionalidade (soberana). Não hesita em dizer "caia a nação, mas sejamos

⁵⁰ "Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros!" (Quental, 2005: 74).

aquilo para que nos criou a natureza, sejamos inteligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens, muito embora deixemos de ser portugueses" (*apud* Calafate, 2006, vol. III: 226). Mas não haveria de permanecer fiel ao ideal da federação ibérica. Em 1872, em *Considerações sobre a Filosofia da História Literária Portuguesa*, já num tom muito diferente, exalta o poema épico nacional de Camões, fala do patriotismo como religião civil, diz-se esperançado num futuro melhor. É já um espírito voluntarista a inspirar o ressurgimento da nação: "Somos operários do nosso próprio destino, e desde já as nossas mãos o vão aperfeiçoando: terá a forma que lhe dermos"; "Sejamos nós mesmos! Tenhamos esse valor, e tudo se tornará possível. Antes de tudo, convém crermos em nós mesmos, no passado como no presente. (...) Se errámos e pecámos (e pecámos e errámos bastante), reformemo-nos corajosamente, mas seguindo sempre uma inspiração própria, consultando a nossa alma, não a dos outros, a voz da nossa consciência, não a da consciência alheia" (*apud* Calafate, 2006, vol. III: 267 e 271).

Antero foi ainda mais longe: em 1890, em reacção ao *Ultimatum*, manifesta um patriotismo pueril e uma crença despropositada no levantamento e renascimento da nação portuguesa. O ambiente que se produziu no país, profundamente ferido no seu orgulho nacional, foi propício a tais entusiasmos. António José Saraiva (1996: 140) descreve assim o momento⁵¹: "A excitação causada pelo *ultimatum* inglês de 1890 foi tão forte e tão extraordinária que espanta a facilidade com que foi esquecida. (...) Foi uma explosão de alaridos e de raiva como estamos habituados a ouvir nos países árabes humilhados pelos Estados ocidentais dos nossos dias.

⁵¹ A reacção popular ao *Ultimatum* inglês de 1890 foi muito intensa. Por entre o repúdio manifestado formalmente por instituições e autoridades de todo o país (rei e aristocratas resignam às condecorações britânicas), multiplicaram-se os protestos na rua, o cancelamento de actividades em sinal de luto, o corte de relações de estabelecimentos comerciais e industriais com congéneres britânicos, a renomeação de ruas das cidades com o nome de africanistas portugueses e, mais que tudo, os apelos e contribuições de todos os sectores para a Grande Subscrição Nacional (até o Jardim Zoológico contribuiu), que permitirá a aquisição de um couraçado para "defesa da Pátria". Alguns dos protestos são mais criativos: os alfaiates anunciam a supressão dos figurinos ingleses; há tabuletas a anunciar que não se compra nem se vende a ingleses; ingleses são despedidos de casas portuguesas e portugueses demitem-se de empresas britânicas; nomes de lojas e periódicos em inglês convertem-se para português; os alunos são dispensados do exame de língua inglesa; em Lisboa, os populares mudam o nome de certas ruas: a Travessa dos Inglesinhos passa a Travessa dos Ladrões e a Travessa do Enviado de Inglaterra passa a Travessa do Diabo que o Carregue. Quando ameaçam resvalar para uma revolta republicana e pôr em causa as negociações com Inglaterra, as manifestações são proibidas. A assinatura do Tratado entre Londres e Lisboa para a resolução do conflito haveria de desencadear reacção semelhante, desta vez dirigida à traição do "Bragança", de que sai reforçado o Partido Republicano (cf. Teixeira, 1987).

Manifestações e desfiles, apedrejamentos, panos negros velando a estátua de Camões, poemas violentos (entre eles 'A Pátria' de Guerra Junqueiro), subscrições nacionais, que deram para em pouco tempo adquirir um navio de guerra de primeira classe, com que se pretendia fazer frente à esquadra inglesa, um hino guerreiro no estilo da *Marsehesa*, musicado por um alemão nascido em Lisboa, hino que se tornou popularíssimo e que o público cantava em coro nos teatros – tudo isto, de facto, era a reacção de uma nação que se sentia colonizada no momento em que queria alargar o seu império colonial. As manifestações foram de tal ordem que homens de grande qualidade intelectual como Antero de Quental e os seus amigos imaginaram tratar-se da ressurreição do velho Portugal quinhentista". Antero de Quental aceita presidir à Liga Patriótica do Norte (onde estavam também Basílio Teles e Sampaio Bruno) e Eça avalia assim o arrebatamento do seu amigo: "Antero acreditou então, e com deslumbrado ardor, em coisas inacreditáveis: na mocidade iniciadora, na contrição dos velhos partidos pecadores; na alma quinhentista de Portugal ressurgindo; no despertar d'um povo, com a vontade bem consciente, e formulada em comícios, de ser novamente esforçado e grande!" (*apud* Saraiva, 1996: 143). O rescaldo da efusão foi, como se sabe, um país desiludido, apático e falho de energia. O poeta retira-se para os Açores e acaba com a vida.

Com qualidades de estadista e assumindo cargos que lhe exigiam essa dignidade, Oliveira Martins (1845-1894) revelou um perfil diferente do dos companheiros. Nele encontramos menos as frases irónicas e bombásticas, e mais o rigor académico com que se dedicou à História de Portugal e da sua literatura, à análise da "civilização ibérica" e das civilizações clássicas, à filosofia da história, assim como aos temas que marcavam o pensamento político do momento: socialismo, federalismo, republicanismo, teorias da raça (publicou a Biblioteca de Ciências Sociais, onde saíram pela primeira vez em português alguns dos mais importantes títulos das ciências políticas do século XIX). Antero de Quental não foi o único a oscilar no que respeita às

virtudes do federalismo ibérico. Oliveira Martins teve também posições vacilantes sobre o assunto. Tal como Antero, via no federalismo a resposta contra a centralização monárquica e o mecanismo político mais adequado à conciliação de poderes, numa base de liberdade e igualdade democrática. É neste sentido que ambos pugnam pela federação à escala da humanidade e não apenas como salvaguarda dos pequenos países diante das potências hegemónicas. O federalismo de Oliveira Martins foi reforçado pelo facto de ter acompanhado de perto a revolução espanhola de 1868, por se encontrar em trabalho na Andaluzia entre 1870 e 1874, e pela sua tese de que os povos peninsulares constituem uma unidade cultural, apesar do dualismo político. Mais tarde, atenuará a sua convicção nesta solução por não ser seguro que a federação fosse capaz de garantir a igualdade junto com a liberdade dos povos – o princípio socialista sobrepunha-se ao federativo. Por fim, Martins argumentou que o federalismo não poderá ter uma aplicação extrapolável entre os povos, porque há que contar com o temperamento de cada povo – aos latinos, por exemplo, não convém o liberalismo da federação norte-americana, por ser nestes factor de desarmonia. Acaba por rejeitar a ideia de federações de afinidade étnica ou cultural, considerando que a sagração do socialismo não teria por base um modelo federativo, mas um "tipo sintético" que resultaria da hegemonia da nação mais forte e mais capaz, numa lógica de darwinismo social (cf. Cunha, 1994). Porventura mais do que em qualquer outro dos seus companheiros, as opiniões de Oliveira Martins acerca das vantagens e dos erros do federalismo, e em particular da liga ibérica, oscilaram à velocidade dos próprios acontecimentos do fim do século XIX, tornando-se impossível descrever rápida e claramente o seu posicionamento sobre tal tema (cf. Silva, 2005: 38-50).

Entre muitos outros aspectos, esta Geração teve em comum uma percepção volátil sobre o país e o seu futuro, que tanto permitia a esperança, como redundava em desespero. Mais ainda, o padrão parece ter sido para quase todos os seus vultos a tendência para o declínio da crença no país. A maturidade tornou-os mais cépticos quanto às reais capacidades de Portugal arrepiar caminho e transformar-se numa nação moderna. Talvez o epíteto

com que ficaram conhecidos – os "Vencidos da Vida" – não faça justiça à vida destes homens; na verdade, parecem antes ter sido vencidos pelo país, pela sua inércia, pela debilidade e oportunismo da elite dirigente, capazes de derrotar quaisquer tentativas de o resgatar à decadência. Oliveira Martins revela um pensamento mais complexo e mais matizado do que o dos seus companheiros. Nele, as posições não são a preto e branco, mas argumentadas em circunvoluções que nos confundem, por vezes. É assim que se, por um lado, enfatiza a necessidade do desenvolvimento económico e científico cujo modelo é o europeu e norte-americano, por outro lado, assinala que a Europa, e em particular o mundo anglo-saxónico, estão numa encruzilhada, enfraquecidos pela desordem do liberalismo. À "compreensão utilitária" destes povos, minados pelo "industrialismo de formiga" e pela "endeusação do dinheiro" (*apud* Calafate, 2006, vol. III: 186), opõe a "compreensão ideal da vida" dos povos peninsulares, a quem não coube a organização tecnicizada da sociedade, mas a quem poderá caber corporizar um sentido moral superior no mundo moderno⁵². Do mesmo modo, via como causa do colapso da estrutura moral e social do século XIX a recepção leviana das "ideias francesas" e a pretensão de substituir meteoricamente a organização moldada pelo catolicismo durante séculos.

Não achamos, pois, em Oliveira Martins a via aberta à Europa que Eça e mesmo Quental franquearam. Martins tinha com a história de Portugal uma relação íntima e profunda⁵³ que lhe travou a fé utópica numa Europa que via também em convulsão. Quanto a ter sido vencido pelo país – assim parece ter sido. No ano anterior à sua morte, inclui um texto introdutório à terceira edição de *Portugal Contemporâneo*, onde coloca sem reboços a questão da viabilidade do país: "Parece-me ter chegado o terceiro momento, em que, no

⁵² "Nós acreditamos firme e até piamente – exprimindo por este advérbio a nossa fé na Ordem universal – na futura organização das nações da Europa; cremos portanto em uma vindoura Espanha [entenda-se Península Ibérica] mais nobre e mais ilustre ainda do que foi a do século XVI. (...) quando através de todas as crises, no meio dos ambientes mais sistematicamente adversos, observámos que o heroísmo peninsular soube vencer tudo com a sua indomável energia, somos levados a crer que o papel de apóstolos das futuras ideias está reservado aos que foram apóstolos da antiga ideia católica. A independência dos caracteres individuais e a nobreza do carácter colectivo deram e hão-de dar a Espanha, quando os seus áureos tempos voltarem, esse aspecto monumental e soberano que a distingue no mundo" (Oliveira Martins, 1984: 303).

⁵³ Oliveira Martins, na senda de Herculano, mas de modo mais peremptório, veio, nos seus escritos sobre a história de Portugal, desfazer os equívocos lendários e ideológicos que uma visão idílica do passado fundeara na nossa consciência colectiva. Neste sentido, Carlos Maurício (2005) fala em "contra-história de Portugal" e no carácter iconoclasta do historiador.

decorso de dois séculos e meio, a Nação Portuguesa se encontra perante uma interrogação vital. Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para subsistir como povo autónomo, dentro das estreitas fronteiras portuguesas?" (Oliveira Martins, 1986: 10). Tanto no rescaldo da Restauração, em 1640, como na primeira metade do século XIX, onde se acumularam a guerra napoleónica, a perda do Brasil, as revoluções liberais e a guerra civil, Portugal viu-se sujeito a confrontar-se com a perda da sua autonomia a favor de potências protectoras estrangeiras. O drama desses momentos resolveu-se vivendo à custa de recursos externos (o ouro do Brasil, os empréstimos à banca estrangeira). Em finais do século XIX, a crise política e social, a bancarrota, o enorme desequilíbrio orçamental e comercial, a acrescentar à miséria e atraso endémico do país em todos os sectores, não permitiam a Oliveira Martins, conhecedor e interveniente dos *dossiers* nacionais, ser optimista quanto à *ressurreição* do país. A última nesga de esperança, diz-nos, é Angola, se vier a ser um novo Brasil. Mas embora não chegue a concluir, isso não seria mais do que o protelamento da queda final. O que diria se nos visse hoje, país soberano e a entender-se com o seu tempo, depois de mais umas vezes os sinos terem tocado a rebate pela aflição da nação?

Fora do perímetro da Geração de 70, é imprescindível fazer uma breve referência a um autor, menos notado, que elaborou uma análise muito lúcida do seu tempo. João de Andrade Corvo (1824-1890), diplomata e várias vezes ministro do reino, publicou, em 1870, *Perigos. Portugal na Europa e no Mundo*, onde discorre sobre as tendências hegemónicas e expansionistas que fermentam na Europa e põem em causa a sobrevivência das pequenas e médias nações. Antecipando as nuvens negras que haveriam de pairar décadas mais tarde sobre o continente, Andrade Corvo insurge-se contra as teorias da superioridade racial e aponta o perigo que representam ao legitimarem as pretensões germânicas. Ao contrário dos autores de 70, Andrade Corvo não constrói da Europa uma imagem idílica, mas antes uma

análise realista do ponto de vista da estrutura geo-política. Percebe que o continente está dominado pelas grandes potências, e particularmente pela Alemanha que planeia a "reconstituição de um grande império fundado sobre a identidade de raça" (Andrade Corvo, 2005: 167). Esse é, na sua opinião, um dos maiores perigos que assolam a Europa: os partidários das teorias da raça e das nacionalidades⁵⁴ que querem dividir a Europa em impérios étnicos (germânico, eslavo e latino), subjugando para tal as pequenas nações, pondo em constante risco o precário equilíbrio das forças europeias e conduzindo inexoravelmente ao derramamento de sangue. A Europa segregada em grandes impérios de raças distintas seria fértil em despotismo, opressão e conflitos sangrentos, de que a guerra franco-prussiana era já um sinal. Em oposição ao imperialismo e à "calamidade" que seria a "supressão dos pequenos estados" (*ibid.*: 170), advoga a defesa destes através de um "congresso" que seria a garantia de entendimento e de equilíbrio entre os povos europeus – "É pelas alianças, pelos pactos mútuos sobre os interesses políticos ou sociais comuns, pela simplificação e harmonia nas relações económicas e pelo respeito o mais completo à independência de cada uma, que as nações da Europa se devem unir entre si. Só assim se poderia chegar a diminuir, se não a extinguir, as eventualidades da guerra"; "A multiplicidade de interesses legítimos, manifestando-se livremente (...) deve necessariamente levar à criação de um direito que regule as relações dos povos." (Andrade Corvo, 2005: 172; 171). Ouvimos nestas palavras os ecos de *A Paz Perpétua*, como vemos o esboço das instituições europeias e mundiais que se ergueriam 80 anos depois⁵⁵.

⁵⁴ Andrade Corvo (2005: 209 e 169-170) argumenta contra a balcanização da Europa com base em duas premissas: a pureza racial é uma fantasia e a mistura étnica é mais profícua do que a separação – "A doutrina das raças é um imenso perigo, porque quer substituir à longa elaboração social que formou as verdadeiras nacionalidades, o instinto do sangue"; "A teoria das raças, aplicada à formação dos impérios na Europa, é uma singular fantasia, mas uma fantasia perigosa. Desde os tempos pré-históricos até à formação dos principais estados da Europa, quantas transformações, quantas aglomerações de povos (...) se têm sucedido? Quais são os verdadeiros limites das raças? (...) Como se prova a degradação de uma das raças e o aperfeiçoamento de outra ou de outras? Não vemos nós associarem-se e caminharem a par as nações da Europa nessa grande e majestosa elaboração da ciência, da arte e da indústria? (...) E não haverá por toda a Europa uma verdadeira mistura de raças, sem que seja possível indicar onde se encontra uma que se deva considerar pura? Não observamos nós o maravilhoso progresso dos Estados Unidos, desse grande povo nascido na liberdade (...) engrandecido pela democracia: e não estarão ali unidos representantes do que nós consideramos raças distintas na Europa? Qual é a nação que pode apresentar-se como genuína produção da unidade de raça?"

⁵⁵ "Aos grandes impérios é preciso opor as grandes alianças. Nessas alianças pode estar, talvez, um meio profícuo de limitar e restringir a perigosa tendência, que se manifesta na Europa, para a concentração e separação das raças. (...) É nas relações comerciais, nas liberdades económicas, e nas simpatias políticas e intelectuais, que se

Neste cenário de agressividade e ameaça que é a Europa das sucessivas guerras, qual é o lugar que o autor atribui a Portugal? Em primeiro lugar, descarta a hipótese sempre recorrente da união ibérica. Andrade Corvo nunca foi adepto da união ou da federação ibérica, monárquica ou republicana, por observar na história do país uma forte consciência nacional e um empenhamento decidido a manter a independência. Não foram sequer os monarcas e os aristocratas que seguraram a autonomia nos momentos cruciais de 1385 e 1640; foi a "vitalidade da acção popular" que deu a "prova cabal e completa de que [Portugal] era uma verdadeira nação" (Andrade Corvo, 2005: 121 e 126). Foi a solidez do sentimento nacional português que inibiu a Espanha da República de 1868 de avançar de imediato para a solução federativa, optando por respeitar a soberania mútua até que amadurecesse a ideia da República Federal Ibérica ou Estados Unidos da Ibéria. É também esta a posição do autor – o estabelecimento de relações de especial amizade e cooperação com o país vizinho, baseada na independência e no sentimento patriótico. Para Andrade Corvo, o federalismo ibérico era matéria de intelectuais e políticos dos dois lados da fronteira, mas tema alheio ao povo português e ao interesse da nação, que veria diminuída a sua liberdade. Defende, assim que as nações peninsulares devem manter "cada uma a sua absoluta independência, a sua completa individualidade política", alimentando, ao mesmo tempo, uma aliança sólida e leal, baseada na "livre permutação de serviços, de produtos, de ideias" (Andrade Corvo, 2005: 207). Fora do espaço da península, Portugal, "potência de segunda ordem", deveria orientar a sua estratégia de alianças para a esfera de influência anglo-saxónica: a Inglaterra e os Estados Unidos da América. Em primeiro lugar, pelo sistema político de matriz democrática e liberal que esses países representavam. Depois, porque a Inglaterra era o nosso mais antigo e consistente aliado na Europa, e os Estados Unidos vinham a revelar-se como uma nação preponderante. Com a posição geográfica privilegiada do arquipélago dos Açores, a meio caminho da travessia atlântica, Portugal estava em condições de ser a porta de entrada dos EUA na Europa.

devem basear principalmente essas alianças, cujo fim não pode ser outro senão manter a paz e a independência dos Estados" (Andrade Corvo, 2005: 215-216).

Se, entre os autores que evoquei para dar corpo à preocupação com a distância entre Portugal e o mundo desenvolvido e civilizado, a Europa surge sempre como modelo e paradigma, vemos que Andrade Corvo nos revela uma outra Europa, uma Europa que, para lá do progresso galopante da ciência, da indústria e das ideias, não é capaz de salvaguardar a autonomia dos pequenos Estados e onde se sucediam os massacres de exércitos e a ruína dos povos. Em contraponto a este estado de desastre do continente europeu, o autor apresenta o exemplo dos Estados Unidos, onde a prosperidade, a paz e a harmonia social vão a par da mistura de raças num ambiente de liberdade e democracia. Ou seja, apresenta-nos um modelo de desenvolvimento isento dos *perigos* que perturbam a Europa da segunda metade do século XIX.

António Quadros, na sua *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*, lembra que aqueles que fizeram as Conferências do Casino, e que aí expuseram os seus ideais socialistas, republicanos e positivistas, os mesmos que pugnaram pela europeização de Portugal e da cultura portuguesa, acabaram por reconhecer o valor do que é genuinamente português e, em trinta anos, inverteram as suas posições. Há razão no que diz Quadros. Para além das inflexões que vimos a propósito de Antero de Quental e Oliveira Martins, basta lembrar que Eça de Queirós começa a primeira das *Farpas* (1871) por dar conta de um país em atonia e miséria moral⁵⁶, para terminar a sua produção literária, em *A Cidade e as Serras*, com Jacinto empenhado em sintetizar nas margens do Douro as comodidades da civilização com a autenticidade e simplicidade da paisagem rural de Tormes. Pelo meio, faz-nos simpatizar com Gonçalo Ramires, aristocrata da província, colonizador do Império, alma caridosa,

⁵⁶ "Ninguém se respeita. Não existe nenhuma solidariedade entre os cidadãos. (...) A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O povo está na miséria. Os serviços públicos vão abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas ideias aumenta em cada dia. (...) O comércio definha. A indústria enfraquece. O salário diminui. A renda diminui. O Estado é considerado na sua acção fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo. (...) A ignorância pesa sobre o povo como um nevoeiro. (...) Parlamentos, ministérios, eclesiásticos, políticos, exploradores, estão de pedra e cal na corrupção. (...) Diz-se por toda a parte: o país está perdido! (...) E que se faz? Atesta-se, conversando e jogando o voltarete que de norte a sul, no Estado, na economia, na moral, o país está desorganizado – e pede-se cognac! Assim todas as consciências certificam a podridão; mas todos os temperamentos se dão bem na podridão!" (Eça de Queirós, 1948: 11-13).

temperamento volúvel, a quem os amigos comparam com o próprio Portugal. Menos conhecido é o seu conto *A Catástrofe*, onde coloca o país na situação-limite de uma invasão estrangeira, que, quebrando-lhe radicalmente a espinha, acaba por fornecer o alento para a redenção⁵⁷. Também Ramalho Ortigão faria uma curva ideológica, terminando por aproximar-se de nacionalistas e integralistas, em vésperas da Primeira Guerra Mundial, mantendo-se firmemente monárquico e feroz crítico do anti-clericalismo republicano (cf. Ramalho Ortigão, 1947). De Sampaio Bruno (1857-1915) virá, em 1904, *O Encoberto*. A obra retoma o tema do messianismo, que o autor considera um qualificativo da mentalidade colectiva nacional, de que o sebastianismo é um episódio singular. Na verdade, não é D. Sebastião o *encoberto*, mas o próprio país. Escorado num sistema filosófico entretecido dos valores da democracia, da liberdade e da humanidade, Bruno desencanta-se com a acção dos republicanos e continua ansiando por um "patriotismo esclarecido" para o seu país – a "nação [que] se ignora, que "não existe" (*apud*, Calafate, 2006, vol. III: 408-409).

Na verdade, parece que, sem propriamente negar o que a caracterizou, os homens da Geração de 70 findaram as suas vidas ora em amargurada desilusão e impotência, ora deslocando-se para posições mais conservadoras. De alguma forma, podemos dizer que na viragem do século começam a lavrar o terreno de onde germinará a geração oposta – a dos passadistas – que Pascoaes inaugura. Mas esta observação tem uma relevância muito relativa, porque o que sedimentou no tempo e contaminou a representação contemporânea da auto-definição nacional foram as suas tiradas estrondosas sobre a *vida portuguesa* e o seu empenho em contribuir para que o país se tornasse autenticamente *civilizado e europeu*, em vez de

⁵⁷ Sobre o que conduziu Portugal ao ponto de ter perdido a independência, diz Eça: "foi esta sonolência lúgubre, este tédio, esta falta de decisão, de energia, esta indiferença cínica, este relaxamento da energia e da vontade, que creio nos perderam. (...) O que não tínhamos eram almas... Era isso que estava morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, incerto... (...) Íamos para os cafés, para o Grémio, traçar a perna, e entre duas fumaças, dizer indolentemente: — Isto é uma choldra! Isto está perdido! Este é um país ignóbil... isto está caindo entre as mãos dos outros... E em lugar de nos esforçarmos por salvar isto – pedíamos mais cognac, e partíamos para o lupanar". A invasão estrangeira veio confrontar os portugueses com o que deviam ter feito: "trabalhar, crer e, sendo pequeno pelo território, ser grande pela actividade, pelo trabalho, pela liberdade, pela ciência, pela força da alma. (...) amar a pátria – em lugar de a desprezar como faziam outrora muitos" (*apud* Calafate, 2006, vol. III: 310-324). E é assim que Eça termina o seu conto, observando que há agora em cada rosto uma decisão valente e que em cada casa se canta o hino, se presta devoção religiosa à bandeira e se transmite um patriotismo vivo à geração que vai reaver a dignidade nacional.

se dar ares. Retomando os eixos de análise condutores desta reflexão, há que reconhecer que a dimensão exotópica não é prerrogativa dos autores do saudosismo e do quinto-império; em direcção oposta, é certo, mas *para fora* também, para o que não somos, nem talvez possamos ser, é onde nos querem estabelecer os que pugnaram pela europeização de Portugal. Reflectindo sobre a tendência para a ex-orbitação nacional, deparo com as palavras do historiador Vitorino Magalhães Godinho (1985: 283, 285-286): "este país que não se define internamente está sempre a definir-se sem o conseguir, a buscar fora de si a definição"; "E assim este país contraditório, foi uma nação sempre a buscar definir-se e nunca definida, foi uma sucessão de Impérios sempre entrecortados de descolonizações e de movimentos de expansão, foi a História de um povo a extravasar de todos esses quadros para se espalhar por todos os países. (...) Quer dizer que Portugal está constantemente a realizar-se fora de si próprio. (...) Viver fora de si próprio, definir-se no espaço em que não lhe cabe a definição, num percurso histórico que é também um percurso mítico, mas onde normalmente falta a perspectiva, o projecto, o olhar para o futuro. Somos um povo sem utopias (...) mas ficámos mais perto da Idade de Ouro do que de uma projecção no futuro".

4. Sócio-análise de um país

Aproximando-nos do presente, as reflexões sobre o país multiplicam-se e desdobram-se em tematizações especializadas. Nas três décadas que correspondem ao período da democracia, surgem obras de síntese sobre a cultura portuguesa (Leone, 2005), promovem-se debates (Martins, 2007; Silva, 1993), explora-se e sistematiza-se a questão da identidade nacional (Gil, 2004; Almeida, 2005, Bastos, 2000). Acresce que o país passa em trinta anos por transformações políticas, económicas e sociais como talvez em nenhum outro momento tão breve da sua história. Essas mudanças serão incorporadas nas reflexões sobre Portugal, ainda que alguns tópicos não sejam tratados com a amplitude que se esperaria (é o caso da guerra colonial e da perda do império, que foram minorizados nos estudos académicos; em contrapartida, a literatura e o cinema abordaram-nos mais intensa e desassombradamente). Mais recentemente, abundam edições que desenvolvem o tema da maneira de ser nacional numa perspectiva humorística e *ligeira*, com recurso à ironia e ao sarcasmo⁵⁸. Nestas, particularmente, deparamos com uma visão do país toldada pela *vulgata* que sobre ele se compôs ao nível do "senso comum". São assim acentuados traços e características reificados e mitificados de Portugal e dos portugueses que se reproduzem na prática social do discurso de forma não-consciente e implícita: o "desenrascanço", a "chico-espertice", a grosseria, o desprezo pelo saber, o desrespeito pela coisa pública, etc. Na literatura, o país continua a ser objecto de comentário, quando não é protagonista. Seria por demais longo elencar todos os romances e poemas que versam o ser nacional. Cito apenas *A Jangada de Pedra* de José Saramago, a poesia de Manuel Alegre, *As Batalhas do Caia* de Mário Cláudio (a partir do conto *A Catástrofe* de Eça de Queirós), *As Naus* de António Lobo Antunes, *Trilogia Lusitana* de Almeida Faria. De facto, em quase todos os grandes nomes da literatura portuguesa contemporânea há, em algum momento, a tentação de fazer do país

⁵⁸ Ver Cardoso (1986 e 1990), Barroso (2005), Gomes (2006).

personagem, dissecando-lhe a alma, as entranhas das gentes e seus modos; parece irresistível o comentário irónico ou amargurado acerca da pátria.

Por entre a *polifonia* instalada, tratarei de abordar as reflexões mais sistematizadas e reconhecidas sobre o assunto. Em 1988, é publicado *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Eduardo Lourenço condensa aí a auto-gnose nacional que é obsessiva nos seus escritos. Mas fá-lo-á a partir de um lugar epistemológico diverso dos que foram assumidos por outros autores. Para compreender *de onde fala* Eduardo Lourenço, ou seja, para situar a sua produção no eixo que vai da especulação lírica à objectividade crítica, é necessário ponderar três dados relevantes: 1. o ensaísmo é o seu *modus operandi*, pelo que está dispensado do rigor e academismo exigido no terreno das ciências sociais e são aceites os juízos de valor que permeiam os seus textos; 2. não há na sua obra o *parti pris* que temos visto nos autores abordados, o que quer dizer que Eduardo Lourenço não supõe nenhuma forma de singularidade inerente ao país que não possa ser deduzida da leitura objectiva da sua história, nem lhe profetiza um destino que não esteja contido nas margens das circunstâncias onde corre, como pode, o devir da nação; 3. Eduardo Lourenço não revisita a história de Portugal ou as interpretações dela feitas ao longo dos séculos para resumir ou seleccionar dados, mas para traçar uma genealogia do imaginário do país e, sobretudo, explicar que a forma como nos definimos como nação a cada momento releva radicalmente do efeito de espelho entre a realidade e as imagens dessa realidade, isto é, da retroacção permanente entre a superestrutura mitológica e onírica e o magma da vivência real e quotidiana.

Comecei por referir que, tratando-se de um filósofo que trabalha sob a forma do ensaio, Eduardo Lourenço pode exprimir ideias gerais que não tem que testar segundo os cânones da objectivação científica. Ainda assim, nos múltiplos textos em que aborda a questão nacional, contribui, porventura mais do que o que têm feito as produções científicas, para *normalizar* a pátria como objecto de análise. Em causa está o seu pressuposto de que Portugal

não tem que perceber-se como essencialmente diferente de outras nações, muito menos tomar-se por mais ou por menos do que é a sua condição histórica – ora, vimos como nos autores analisados, em proporções diversas, há uma propensão para sustentar a argumentação com base num sentimento explícito de superioridade ou inferioridade em relação a outros países. Situados ao lado de nações equiparáveis na dimensão e no poderio, e não comparando-nos obsessivamente com nações dominantes ou com o *terceiro mundo*, podemos ter de nós uma visão menos irrealista do que a que Lourenço detecta em quase todo o percurso auto-explicativo nacional, eivado de "preconceitos *passionais*" (Lourenço, 1988: 72). Contra a distorção de imagem que o "encarecimento ou denegrimiento" (*idem*) pátrio produziram, Eduardo Lourenço insta-nos a um diálogo simétrico, numa *relação normal* com a Europa. Para tal, é imperioso não perder de vista que os portugueses não são mais nem menos do que outros povos e que dilemas, qualidades e defeitos que imputamos com ufania exclusivista ao país são, afinal, experiências partilhadas noutras longitudes⁵⁹.

O seu propósito de desanuviamento da imagem nacional, e correlata real-ização, enunciou-o assim: "Chegou o tempo de nos *vermos tais como somos*, o tempo de uma nacional redescoberta das nossas verdadeiras riquezas, potencialidade, carências, condição indispensável para que algum dia possamos conviver connosco mesmo com um mínimo de naturalidade" (Lourenço, 1988: 76); "Portugal está agora em situação de se aceitar tal como foi e é, apenas um povo entre os povos. Que deu a volta ao mundo para tomar a medida da sua maravilhosa imperfeição" (Lourenço, 1999: 83). Correndo o risco de passar sem grande nota no conjunto da sua obra, esta enunciação é fulcral no processo de ruptura com o senso comum a que as análises da questão nacional têm de proceder. De facto, é uma espécie de *princípio da não-consciência e do primado das relações objectivas*, na terminologia de Pierre Bourdieu, aplicado ao objecto *discurso da consciência nacional*. À leitura de Portugal como país *normal*, Lourenço (1988: 11-12)

⁵⁹ Eduardo Lourenço (2004: 169) refere "essa obsessão singular, a de um comparativismo doentio com os outros, quer para nos flagelar-nos pela consciência da nossa inferioridade neste ou naquele aspecto, quer para nos exaltar sem limites com a singularidade da nossa cultura e do nosso papel no mundo". Tentando contrariar as falsas percepções de singularidade e exclusivismo, o autor compara por vezes certas características nacionais com as de outros povos, por exemplo, os sebastianismos.

associa a intenção de fazer a "imagologia da autognose colectiva", isto é, "um discurso crítico sobre as imagens que de nós mesmo temos forjado" e desta dupla tarefa surge uma das dissecações mais lúcidas e proveitosas do corpo imaginário e simbólico de Portugal. É neste sentido que podemos dizer que Eduardo Lourenço tem um olhar objectivo e crítico sobre o que foi poetizado e especulado acerca da imagem de Portugal. Não podemos, contudo, deixar de assinalar as armadilhas reificadoras em que o autor cai, de que são exemplo as generalizações sem base empírica; alguma tentação de singularismo quando afirma o carácter único de certos traços do país, sem a fundamentação de estudos comparativos; a afirmação superficial e essencialista de certos traços de *carácter nacional*⁶⁰ ou os conceitos psicanalíticos que força na sua interpretação do país.

Eduardo Lourenço desenvolve a sua reflexão circundando com alguma obsessão certas imagens-paradigma que Portugal se deu ao longo dos séculos. Destaco três: os traumatismos da história, o país-ilha e a relação ambígua com a Europa. Eduardo Lourenço sugere que a história do país foi pontuada por momentos de trauma agudo que se repercutiram como ondas após a pedrada no lago. Os traumas encadearam-se, cumulativos, perturbados apenas pelo momento dissonante que foi a glória de Quinhentos, e em redor deles podem desenhar-se as imagens com que o país enfrenta a sua história. O primeiro dos traumas, honrando a inspiração psicanalítica, foi o do nascimento – Portugal nasceu frágil e improvável, ao mesmo tempo que providencialmente amparado. É o milagre de uma existência que parece irreal no mapa da Península Ibérica (Lourenço, 1994b: 145), porque não se limitou a nascer, mas permaneceu frágil e ameaçado em todos os séculos da sua história, que é até a mais longa da Europa. Sendo milagre, é ao divino que prestamos contas pelo destino. Um dia o divino distrai-se e deixa perecer em terra de infiéis quem encarnou o espírito de cruzada que nos animou desde os primeiros passos. Passados de ilha a península, sem cabeça onde colocar a soberania, os portugueses descrêem do acto de eleição que os protegera –

⁶⁰ Como exemplo do que acaba de ser dito: "(...) verdadeiro *mistério* do nosso comportamento histórico: realizar o mais valioso de nós como colectividade e como indivíduos, não como agentes de propósitos maduramente pensados, estruturados, mas como actores de gestas que tudo parecem dever ao impulso da vontade, do desejo, do inconsciente" (Lourenço, 1988: 51-52).

segundo traumatismo, mas belo nesse volteio de fazer da tragédia um sonho messiânico. A partir de então Portugal bifurca-se: entra em decadência, despreza, amuado, o vigor europeu, fecha-se no seu território de ilha, redundantemente rodeado por mar, ao mesmo tempo que inicia a segunda gesta, a gesta espiritual que nos levaria ao poderio do Quinto Império. Quando já não há ilusões sobre a condição de povo arredado da modernidade e do futuro, o *Ultimatum* de 1890 vem querer tirar-nos o passado – terceiro traumatismo. Confrontados com a perda de um império que vem no mapa, nós que tivéramos um império do largo, da vastidão que só pode ser percorrida e não pode ser de ninguém, tornámo-nos imperialistas. Até ao desfecho involuntário da história, quando, finalmente, perder o império acabou sendo um não-trauma, talvez até o alívio de um fardo.

Eduardo Lourenço (1994b: 14) não chega a conseguir explicar esse enigma que foi a "insólita serenidade, quase pura indiferença" com que se fez o luto do império português: "Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar *um traumatismo profundo* – análogo ao da perda da independência – mas a um repensamento em profundidade da *totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo*. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar" (Lourenço, 1988: 42). O autor questiona se se tratará de um caso de "inconsciência colectiva" ou de uma "sageza exemplar, de adaptação realista aos imperativos mais fundos da consciência e interesses nacionais". Parece tratar-se de "uma segunda natureza, [a capacidade] de *integrar sem problemas de consciência* o que em geral provoca noutros povos dramas e tragédias implacáveis" (Lourenço, 1988: 42-43). A ausência de drama na perda de um império de quinhentos anos que julgávamos incrustado e imanente à nossa imagem e definição como nação mantém-se como uma interrogação da ordem do impensável. Apesar de alguns estudos realizados sobre o império português, emanados de um ponto de vista histórico, sociológico e antropológico, não amadureceu ainda uma análise de maior

fôlego que forneça uma interpretação geral sobre o momento da descolonização. É consensual que a perda do império significou o encerramento de um longo ciclo histórico e que, regressados à "pequena casa lusitana" (como disse Camões e Salazar desejaria ter dito), vivendo a última amputação colonial como um acto de festa e generosidade, os portugueses puderam sentir-se em renovação, como num pacificador e estranho segundo nascimento que os reconduzia ao útero protector. Ainda assim, manteve-se com um estatuto perene a imagem de um país que não tem fronteiras que o confinem porque a nação portuguesa está onde estiveram os portugueses, já que estar no mundo, no nosso imaginário, significou fecundá-lo com o material genético da nacionalidade: a língua, a religião, o "modo de ser"⁶¹. Como *comunidade imaginária*, Portugal tem uma auto-percepção que supera o conteúdo político do conceito a favor do seu conteúdo histórico – a "dimensão imperial imaginária" (Lourenço, 1994b: 21).

Um outro tema recorrente do imaginário português que Lourenço enfatiza é a ideia do país como ilha. Trata-se de uma construção simbólica – na verdade pouco sustentada na realidade histórica do país – determinante na compreensão da *forma mentis* do país. Ver-se e pensar-se como um território simbolicamente recortado daquilo que o rodeia, seguindo um caminho próprio, marginal e alheio ao curso do mundo, surge como um *topos* transversal à existência temporal da nação e que não parece hoje menos persuasivo. Trata-se daquilo que popularmente se diz: Portugal é *um cantinho do mundo*, ou seja, ninguém dá por nós e com isso mantemos uma existência sossegada, que foi um *leitmotiv* ideológico do regime salazarista, apostado em agudizar o fechamento do país. O Portugal-ilha é o mesmo que Eduardo Lourenço descreve como concentrado e definido em si mesmo numa forma superlativa de identidade. A insularização do país nunca foi factual, mas simbólica⁶², produzida ao nível do discurso cultural nacionalista, da apologia da lusitaneidade e da automarginalização. Desse processo de

⁶¹ "Em Portugal (...) temos uma superidentidade porque há um imaginário fabuloso que corresponde a uma época em que Portugal tinha um papel planetário. Isso ficou na nossa memória. Nós não somos apenas os habitantes de um pequeno país com 88000 km² de superfície, mas também um país imaginário que existe de Macau à Amazónia" (Lourenço, 1994b: 197-198). Com mais propriedade, de Timor à Amazónia, por ser mais longe e mais português, e cenário da última cruzada, diria eu.

⁶² "O Portugal medieval foi 'mais europeu' e sobretudo *menos ilha* do que o que será e se sentirá depois. Ilha simbólica, entenda-se, mas é isso que importa" (Lourenço, 1999: 15).

insularização deriva um sinal linguístico que Eduardo Lourenço (2004: 162-163) explica assim: "somos tanto o povo que se autodefine ou a si mesmo se situa em função desse 'lá fora' e 'cá dentro' que só raramente nos damos conta que uma só dessas fórmulas tem um autêntico *conteúdo*: a de *cá dentro*. A de 'lá fora', sendo em princípio tudo ou toda a parte, não é nada, nem parte nenhuma. (...) A expressão 'cá dentro' dá forma a esse conviver connosco, a esse estar connosco, *cercados de mundo*, que visto e sentido do interior da ilha que somos, ou da nossa *interioridade* simbólica, é um 'lá fora' que, em última análise, nada altera o sentimento de intimidade, de conforto, de plenitude que nos confere a ideia do *cá dentro*. (...) Não será o caso, senão de todos, da maioria dos povos com entidade bem definida, todos encerrados simbolicamente em si mesmos?"

Crucial nesse processo terá sido a interposição de Espanha como obstáculo entre nós e a Europa. Não sendo verdade antes, a meseta ibérica tornou-se para nós um deserto opaco desde 1640, o que agudizou a percepção de insularidade e acrescentou a automarginalização à anterior periferia. Com Espanha e com o restante mundo europeu não desenvolvemos uma relação de alteridade, mas de invisibilidade. Perdendo o *outro significativo* que nos espelhava a condição de europeidade⁶³, derivámos para uma construção imagética e identitária simultaneamente altiva e ressentida. De acordo com o autor, nunca quisemos – ou não o propiciou o curso das nossas histórias – conhecer "o outro lado da lua" e aceitar a Península como um todo, senão político, cultural⁶⁴. Passar por cima de Espanha foi uma forma de fazer da fronteira um fosso que nos colocasse a salvo da que era uma das potências europeias. Era do outro lado dos Pirinéus que estavam os aliados que garantiam protecção a esta pequena nação, joguete na dinâmica europeia. Só a integração europeia colocou lado a lado as nações ibéricas, ainda que não afastasse em definitivo fantasmas seculares.

⁶³ "Sem inimigos – desde a sua hora medieval –, Portugal teve sempre tendência a afogar-se em si mesmo. Nunca, a bem dizer, teve *outro* – um realmente *outro* com o qual se comparasse, combatesse e contra o qual se construísse. Nem o muçulmano, nem o africano, nem o índio do Brasil, nem o asiático, salvo em breves segundos e em paragens oníricas, lhe foram essa outra cultura próxima e viva, contra a qual ou com a qual a sua pudesse travar o diálogo criador, a polémica vital, que dentro de portas era exígua ou silenciada" (Lourenço, 1999: 72-73).

⁶⁴ Diz Eduardo Lourenço que "o antiespanholismo é a doença infantil do nosso nacionalismo" (*apud* Baptista, 2005: 62).

Ter desembarcado na Europa depois de 1975 não foi, seguramente, uma coincidência. É o fim do império que impõe que se regresses ao continente e que se retome a aproximação rogada no século XIX. Mas como se regressa à Europa e a que Europa se regressa? Eduardo Lourenço expõe longamente este tema, a que dedica quase exclusivamente algumas obras. Em nenhum outro autor nacional se encontra esta inquietação reflexiva focalizada na relação do país com a Europa. Lourenço quer confrontar Portugal com o seu *destino*, a sua posição no mundo actual. Começa por ler na história os movimentos de aproximação e afastamento entre o país e o continente. O momento inaugural é de imersão na cultura europeia, como vimos já. A *formação histórico-social* nacional é radicalmente europeia nas dimensões política, cultural, religiosa, mesmo se internamente o país vai incorporando culturas não-europeias. Isto quer dizer que o país que saiu para o mar no século XV levou consigo a matriz da Europa e expandiu-lhe simbolicamente as fronteiras. Portugal fez mais ainda, segundo o autor: foi Europa antes da Europa⁶⁵, porque as Descobertas implicaram um novo paradigma epistemológico que preludiava a modernidade: universalismo, racionalismo, experimentação, hibridação de culturas. Mas o que esse fogacho de liderança alcançou não foi capaz de impedir que o Portugal de Seiscentos caísse na armadilha da Contra-Reforma e sua ladainha de intolerância, fanatismo, castração do livre pensamento e desprezo pelas inovações técnicas, científicas e políticas. Assim se desenham as *duas Europas* de que fala Lourenço, a primeira, moderna, desenvolvida e em transformação imparável, enquanto a Ibéria estagnava, mortificada pela sua decadência e marginalidade.

Quatro séculos de desencontro – ou de equívoco – entre Portugal e a Europa (que abordei ao longo deste capítulo) encerraram-se com o acolhimento que a Europa fez ao Portugal recém-democratizado nos anos 80 do século XX. Eduardo Lourenço interpreta a acostagem à Europa de forma dupla. Por um lado, a integração europeia representou o banho lustral de um

⁶⁵ Diz Eduardo Lourenço (1994b: 27 e 36), "Na realidade não só fomos sempre mais europeus do que nós mesmos podíamos supor, como fora de nós nos tornámos hipereuropeus". Como mediadores entre a Europa e o mundo, "inventámos 'Europa' à margem da Europa".

país acabado de renascer, oferecendo-nos o privilégio de entrar para o grupo das nações desenvolvidas, ao mesmo tempo que nos garantia a transição dentro do modelo político democrático, o que não era um dado adquirido nos anos que se seguiram à Revolução de 1974. Embora a oposição ao regime do Estado Novo não fizesse da Europa uma bandeira, foi de facto a bandeira da Europa uma das que esteve presente na vitória do Partido Socialista em 1976. Por isso, diz Miguel Real (1998: 96), a propósito da reflexão lourenceana, que a Europa funcionou para Portugal como a "Grande Normalizadora, dando-nos a imagem simultânea da nossa pequenez enquanto país nela integrado, mas também da nossa grandeza enquanto a ela pertencente". Nisto se revelou factor de auto-equilíbrio, pacificação e reconciliação com o nosso secular ressentimento – ainda que também se possa fazer a leitura dessa normalização como espartilho do *espírito luso*. Por outro lado, Eduardo Lourenço salienta a ambiguidade dessa pertença: um estar como quem não está, uma identificação pragmática – de converso, diria eu – mas não vivida e sentida a um nível profundo. "A Europa não existe para Portugal (...) não ocupa no nosso imaginário um lugar de relevo" (Lourenço, 1994a: 137 e 150). Daí o que o autor designa por "euforia de um europeísmo aproblemático" (1994a: 178), que não implica o povo português nas decisões e responsabilidades inerentes à construção europeia, mas na qual é apenas arrastado, passivamente, para uma *exigência* de europeização que é representada como não-alternativa ou não-opção e superficialmente legitimada pelos benefícios que jorram da associação à Comunidade Europeia. Assim, continuamos "à espera que os outros nos 'europeízem'" (Lourenço, 1994a: 139), como se bastasse a outorga de um estatuto de membros do *clube europeu*, como se não houvesse que rever internamente a dimensão europeia e a própria ordem identitária. Além disso, deveríamos contar com o facto de que a Europa a que chegámos com retardo não ser a que imaginávamos, mas uma Europa em crise de identidade e em perda de poderio. Tal como Portugal, a Europa padece também, de acordo com Eduardo Lourenço (1994a), de uma imagem *irrealista*, vendo-se ainda com um estatuto que perdeu já na primeira metade do século XX.

Relendo as frases ditas nos grupos de discussão e citadas no início do capítulo, percebe-se agora melhor de onde vêm, porque são ditas e a amplitude (oculta) dos seus significados. Não é aqui intuito explorar com minúcia o *modo de ser nacional* que persistentemente espreita em cada expressão de teor generalizante. Interessa, sim, traçar a genealogia das imagens *mater* de Portugal que se cristalizaram no curso da história do país. Ora, a cristalização dessas definições identitárias não representaria mais do que um inócuo objecto académico, não fosse o facto de operarem como um poderoso laço simbólico entre a realidade objectiva e as construções sociais produzidas sobre a nação. Tomadas como representações sociais (cf. Jodelet, 1992) sobre uma matéria vastíssima como é a da consciência nacional, as excursões reflexivas sobre a identidade nacional apresentam-se como sintagmas de um texto que só adquire coerência e significado intrínseco se delimitadas as condições sociais de produção, circulação e consensualização. Dito de outra forma, trata-se de processos discursivos extraordinariamente permeáveis a mecanismos ideológicos e que nessa qualidade tiveram, e têm, uma influência determinante na auto-representação nacional.

Justifiquei inicialmente este capítulo com a necessidade de explorar o lugar onde se situaram os portugueses no último século e meio para, a partir daí, conseguir um esboço de compreensão histórica sobre o laço que une Portugal à Europa. Tratarei, pois, no capítulo que se segue, da *dobra* simbólica que acolhe a *dimensão europeia* da identidade nacional.

CAPÍTULO III

PORTUGAL EUROPEU: UM MAPA DE DISTÂNCIAS

*"Portugal europeu. Sem dúvida. Mas só europeu?
Mas que país europeu foi só europeu? (...) Alguma
vez a Europa foi só Europa?"*

Jorge Borges de Macedo, 1988

Em 2006 comemoraram-se os vinte anos da adesão de Portugal à Comunidade/ União Europeia. A data foi celebrada com uma multiplicidade de iniciativas que recordaram e reflectiram sobre esse momento crucial da história recente do país. Uma marca nacional de cafés lançou pacotes de açúcar que assinalavam o aniversário com a seguinte inscrição: *"Eternamente Portugal. A Delta Cafés comemora com Portugal 20 anos na Comunidade Europeia"*. Esta curta enunciação fala por si, transpondo para um *slogan* publicitário, de forma muito expressiva, a cartografia simbólica da relação entre Portugal e a Europa. É muito significativo que, assinalando a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, a expressão dominante (gravada com letra de tipo superior) seja *Eternamente Portugal*. Soa natural que Portugal surja destacado ao referir-se a comemoração do vigésimo aniversário da adesão; afinal, a união europeia é formada por nações, em respeito pela divisa "unidade na diversidade". É o advérbio que perturba, como se pretendesse fundear na intemporalidade a existência nacional e quisesse resguardar a nacionalidade de alguma ameaça de dissolução no todo europeu. A duplicidade da formulação espelha, de forma intuitiva, a auto-representação do lugar de Portugal na Europa. Vimos, também, no capítulo anterior que o posicionamento de alguns dos maiores pensadores sobre esta questão é, simultaneamente, extremado, contraditório e pendular. Se convoco para estas páginas este pequeno texto publicitário é porque nele é afirmada, num jogo de sentidos mais complexo do que parece, a tese que resume a relação de Portugal com a Europa como uma relação de

ambiguidade. Ao longo de séculos, e particularmente nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assegurado pela sua posição europeia, Portugal fez questão de vincar o seu *destino* sem paralelo.

Um olhar de relance pela história parece confirmar a força atractiva que o oceano exerceu sobre o povo português. Fomos os primeiros a sair para conquistar o desconhecido, em 1415, e os últimos a regressar à casa europeia, expulsos do império. Nesse período, que ocupou mais de meio milénio, mantivemos uma estranha relação de volatilidade e ambiguidade com a Europa: fomos, ao mesmo tempo e em tempos alternados, orgulhosos da nossa marginalidade, porque deslocámos a nossa centralidade para o ideal de império marítimo, e famélicos a rogar o reconhecimento das outras nações europeias e a aspirar ao seu nível de *civilização*. Acresce que a história do país parece ter-se subsumido no pico de glória de Quinhentos, declinando desde então. A atlanticidade com que nos definimos, aliada à condição periférica, condicionaram um *destino* extra-europeu muito marcado e onde nos mantivemos com sobrançeria até ao último quartel do século XX. Ao mesmo tempo, fomos alimentando a rede de alianças com as potências europeias e cultivando o seu modo de vida e cultura. Ao contrário de outras potências coloniais europeias, o investimento simbólico posto na auto-classificação nacional como país atlântico teve um custo elevado em termos de (auto)marginalização. Nunca a França, a Grã-Bretanha, a Holanda, a Bélgica deixaram de ver-se como *essencialmente* europeias em virtude da sua extensão imperial. Em Portugal, a questão tendeu a ser avaliada em termos dicotómicos e exclusivistas, particularmente quando, em 1890, a ameaça de as perder veio recordar aos portugueses as suas concessões marítimas e foi depois nodal na ideologia nacionalista do Estado Novo. Ficou incrustada na auto-representação nacional a equação entre Portugal e a sua vocação marítima, ecuménica e imperial. Isso não se explica por qualquer razão intrínseca ao ser nacional, mas pelas variáveis envolvidas nas grandes estruturas económicas, políticas e sociais presentes na história. Sem dimensão para jogar plenamente em dois tabuleiros, Portugal optou por uma estratégia defensiva no campo europeu e por uma outra de domínio na parte

do mundo onde podia reclamar alguma superioridade. Compensou, assim, a sua marginalidade europeia com o paradoxo de levar a Europa ao mundo. Ou seja, se, por um lado, houve um exercício de suspensão da condição europeia, houve, por outro, uma grande *dedicação* em europeizar espaços não europeus. Por isso, e por estar na linha de fronteira, Portugal foi considerado por alguns "a mais europeia das nações", por ser aqui que a identidade europeia é mais "vivamente sentida" no confronto com culturas, povos e modos de vida alheios aos europeus (cf. Pires, 1992: 139).

A distância entre Portugal e a Europa pode registrar-se a diversos níveis. Quero começar por referir o da experiência das fronteiras e da guerra. O facto de Portugal ter fronteiras definidas há séculos, que raramente foram violadas, o facto de não termos sofrido ocupação estrangeira apreciável, o facto de as dolorosas e seculares guerras europeias não nos terem atingido, o facto de não termos cemitérios e campos de batalha das guerras mundiais e não termos vítimas civis, o facto de não comemorarmos, como a quase totalidade da Europa, os primeiros dias de Novembro e de Maio, parece-me ser ilustrativo de como a nossa experiência, o nosso imaginário e os nossos símbolos estão pouco imbricados com o fundo simbólico, histórico e cultural do continente europeu. Lembro que, há alguns anos, a Noruega decidiu tratar como monumentos nacionais fortificações em betão que os nazis haviam plantado nas suas costas à custa de trabalho escravo. As estações do caminho-de-ferro de Estrasburgo e de Metz, esta última monumento nacional, foram obra dos alemães, durante a ocupação da Alsácia-Lorena, que associaram a obras grandiosas a função de cais de desembarque de grandes contingentes de tropas em caso de guerra com a França. A língua "oficial" da corte russa foi, por muito tempo, o francês. Na Europa central e oriental não deve haver um m² de terra que não tenha sido cruzado por tropas estrangeiras, para além de que o solo que hoje é pátrio foi ontem estrangeiro e vice-versa. Esta não é, de todo, a nossa experiência.

É muito complexa, pois, a trama de sentidos que liga o país à casa europeia; trinta anos depois do fim do império e vinte anos após a adesão à Comunidade Europeia, poderá dizer-se, sem risco de polémica, que Portugal

é europeu, mas não é só europeu. Aliás, como boa parte dos seus vizinhos. Mas, acima de tudo, o país basta-se a si próprio no que diz respeito ao sentido mais profundo de identificação e pertença. *Centrado e concentrado* em si, para retomar a imagem de Eduardo Lourenço, mantém nas fronteiras rectangulares, agora muito porosas, o projecto de vitalidade e sentido nacional. Não que esteja fechado ou queira manter-se distante – o facto é que é ainda pouco sólida a alternativa à pertença nacional. Na conceptualização de Castells (2003a: 5), a identidade europeia é uma forma de "identidade-projecto", muito vaga nos conteúdos que classicamente preenchem o sentido de identidade para as nações. Partir do pressuposto de que, nos países europeus, se devem acumular duas camadas de identificação e pertença, a nacional e a europeia, implica pensar sobre as modalidades em que tal se concretiza. No que diz respeito aos processos identitários, não me parece adequado falar em sobreposição ou acrescentamento de identidades, sem abordar os mecanismos de fusão que não podem deixar de verificar-se. Precisamente, o *lugar contraditório* de Portugal na Europa ajuda a pensar a articulação fina que se opera entre identidades nacionais e supranacionais.

Nesta tentativa de pensar o lugar da Europa na identidade portuguesa, há que rastrear os laços que liga(ra)m o país à sua âncora continental. Desse exercício resultará, espero, o mapeamento da relação de Portugal com a Europa, que será *medida* em termos de afastamento e de aproximação e, sobretudo, discutida no que diz respeito ao sentido e implicação envolvidos nas *trocas simbólicas* ocorridas. Dois curtos esclarecimentos se impõem. Em primeiro lugar, falar em mapa de distâncias não equivale a postular que Portugal esteve ou está distante da Europa – distância não corresponde a afastamento, mas ao espaço que medeia entre um ponto e outro. Em segundo lugar, dizer que se pretende avaliar a relação entre Portugal e a Europa pode ter uma leitura equívoca uma vez que a Europa é, num certo sentido, uma invenção recente. Naturalmente, não é a Europa enquanto continente e geografia que é objecto de análise, mas a Europa como construção política e cultural. Neste sentido, a Europa é uma

criação do século XX, quando são avançadas as primeiras tentativas institucionais de unir ou federar países europeus. Até ao século XIX, as relações de Portugal com a Europa são mais exactamente as suas relações com as nações – e particularmente as potências – europeias, num sentido mais estrito, e com a cultura europeia, num sentido mais amplo.

Tendo sido analisados, no capítulo anterior, os discursos e a imagética mítico-ideológica produzidos pela elite intelectual sobre Portugal, foi possível esboçar a constelação de sentidos atribuídos ao trajecto histórico do país e à *essência do ser português*, onde se cruzam modernização e passadismo, europeísmo e atlanticismo, realismo e exotopia, racionalismo e intuição. Nos seus esforços de decantação da substância da identidade portuguesa, os intelectuais nacionais envolveram-se numa batalha extremada: ora acantonados na fulgência do passado, convictos do destino excepcional do país, ora escrutinando a decadência do presente para apontar caminhos de futuro progresso – os primeiros, virados para o Atlântico, os segundos, para a Europa. É possível perceber o efeito de reificação que atravessa esses discursos na forma como "absolutizam o que é relativo, substantivam o que é relacional, fundamentam na natureza ou no mito o que é histórico" (Gonçalves, 2000: 328).

Interessa-me, agora, sobrepor a esta constelação de representações *ideais* do país os dados históricos e empíricos que a complementem. Em primeiro lugar, procurarei analisar como, desde o século XIX, se lidou em Portugal com as iniciativas políticas de abertura de Portugal ao exterior, designadamente, por via de projectos de carácter federalista, desde as propostas de união ibérica à constituição da Comunidade Económica Europeia. De seguida, tratarei de descrever o processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia, realçando as relações de força postas em campo nos trinta anos de regime democrático. Finalmente, regresso aos discursos produzidos sobre a relação de Portugal com a Europa, desta feita para analisar, a partir da informação recolhida nos grupos de discussão realizados, de que modo encontramos hoje, no discurso do indivíduo comum, os ecos das tematizações mítico-ideológicas que circulam há mais de um

século e de que forma os portugueses perspectivam a sua identificação com o país e com outros espaços de investimento identitário.

1. Portugal, Ibéria, Europa: a abertura aos projectos federalistas

A respeito das configurações identitárias de tendência pós-nacional, assume-se hoje um padrão de envolvimento e pertença designado de *círculos concêntricos da identidade*. Na verdade, tal padrão não constitui qualquer inovação teórica – sem que o conceito em si fosse usado, a ideia de agregar/dissolver concentricamente soberanias atravessou toda a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, propondo criar *círculos federativos concêntricos*. Tal concepção remete directamente para as teses federalistas que pulularam na teoria e doutrina política da época. No período em que a Europa enfrentava alguns dos mais graves conflitos da história (guerra franco-prussiana de 1870-71, duas guerras mundiais), no auge das convulsões nacionalistas e imperialistas, muitas foram as vozes que defenderam o federalismo como solução pacífica de entendimento entre nações e como antídoto contra a absorção dos países mais fracos pelos mais fortes – prosseguindo, aliás, o caminho que, no século, anterior fora iniciado por Immanuel Kant e pelo Abade de Saint-Pierre. Sob as teses do federalismo encontram-se propostas muito variadas e justapõem-se doutrinas que não pertencem à mesma matriz. É assim que, a par das ideias de federações progressivas concêntricas – por exemplo, à federação ibérica seguir-se-ia a federação europeia e, finalmente, a federação humana –, surgem projectos de molde intrinsecamente nacionalista e racial, como o pan-eslavismo, o pan-germanismo, o pan-latinismo, o pan-arabismo. Para lá das propostas de teor mais ou menos idealista e panfletário, despontam as primeiras tentativas de criação de algo como os *Estados Unidos da Europa*, inspiradas no sucesso da federação norte-americana e de outras, como a brasileira e a helvética. Qualquer que seja o modelo, a intenção é sempre a mesma: conseguir a paz nos territórios europeus, impedir a voragem imperialista e associar soberanias com afinidades históricas, culturais, linguísticas ou étnicas num percurso gradual e expectavelmente global. A federação, capaz de pôr em comum recursos alargados numa missão

universalizante, ao mesmo tempo que garante a autonomia e particularidade das suas partes, parece ser o remédio certo para as feridas da Europa. Acresce que, sendo tributária de valores como a democracia, os direitos individuais e a igualdade, pôde ser estandarte de posicionamentos ideológicos de índole vária: anarquismo, socialismo, republicanismo.

Em Portugal, as teses federalistas foram amplamente discutidas na segunda metade do século XIX e início da Primeira República, e poucos dos mais influentes intelectuais da época se eximiram de opinar sobre tais propósitos. Os projectos foram variados: federação de regiões do Estado português, federação ibérica, federação luso-brasileira ou luso-afro-brasileira, federação latina. Socialistas e republicanos estavam entre os defensores do federalismo, sob diferentes modelos e inspirações teóricas; de facto, as teses federalistas são indissociáveis das ideias de República e Democracia (Ventura, 1999: 137). Sob designações sinónimas, as grandes figuras do pensamento federalista, como Henriques Nogueira, Teófilo Braga e Magalhães Lima, defenderam a *República Federal da Ibéria*, que associaria Portugal às regiões espanholas como passo preliminar na formação da Federação das Nações Latinas, a que se seguiriam os *Estados Unidos da Europa*, que seriam uma etapa para chegar à *Federação Humana*. Por toda a Europa, sob a inspiração teórica de Proudhon, Victor Hugo, Pi y Margall, Littré, fervilharam os projectos que almejavam a *paz perpétua* por via do federalismo, procurando manter viva a alternativa ao duplo movimento de nacionalismo e imperialismo que cruzava o continente. Isto é, à formação de grandes impérios baseados em Estados fortes e à multiplicação de pequenos Estados fracos e vulneráveis, os federalistas respondiam com a possibilidade de se garantir a autonomia, a particularidade cultural e o orgulho nacional das pequenas nações, agregando-as em sucessivos pactos federativos negociados entre os povos, capazes de manter o equilíbrio de poder intra e inter-federações.

Os projectos que defendiam a federação peninsular têm de ser lidos à luz do iberismo que acompanhou toda a discussão política de Novecentos. Tanto na versão unitarista (que, de matriz monárquica e tradicionalista,

defendia a fusão ou a união dinástica), como na federalista, muitas foram as propostas de associação entre os dois países⁶⁶, ora mais arrojadas, visando a união política, ora mais contidas, sugerindo a união aduaneira e a cooperação económica. Mas a "questão ibérica", e particularmente a do federalismo ibérico, não deve ser entendida de forma monolítica; se havia genuínas (e ingénuas) versões de federalismo a fundamentar uma união entre Portugal e Espanha, também estava presente a preocupação com uma união dinástica ou a simples anexação por parte do vizinho mais forte – uma forma de darwinismo territorial a que a Europa assistiu durante o século XIX, em paralelo com os princípios da auto-determinação e da soberania popular. Neste cenário, as teses federalistas, opondo-se ao iberismo, serviam como garantia de um "contratualismo paritário" que "não se limitava a esconjurar o risco de absorção de Portugal (...) mas visava a emergência da pátria portuguesa como primeira potência ibérica [de entre o conjunto das várias nações ibéricas]" (Homem, 2001: 83 e 86). Escreve José Pereira de Sampaio (*apud* Homem, 2001: 86), em 1906: "Longe de renegar a nacionalidade portuguesa (...) nós queríamos que no feixe federativo das nacionalidades peninsulares Portugal fosse, precisamente, a nacionalidade preponderante". Se o federalismo é, na mente dos seus defensores em Portugal, uma posição política que releva das ideias de paz, fraternidade e soberania popular (a constituição de federações deveria sempre resultar da livre adesão e vontade dos povos) emanadas do socialismo, republicanismo, anarquismo e positivismo, filhos legítimos das Luzes, é muito curioso verificar como o articulam tão estritamente com o princípio da nacionalidade e o sentimento patriótico e mesmo nacionalista⁶⁷. A regra, entre os federalistas portugueses do século XIX e início do século XX, é pugnar, não por uma federação dual com Espanha, mas por uma federação multi-nacional, que implique a

⁶⁶ De acordo com Fernando Catroga (1985: 420), entre 1850 e 1880, foram dadas à estampa cerca de centena e meia de obras dedicadas ao tema do iberismo (ver também Martins, 1998: 26). Para o autor (*idem*: 420-423), o iberismo, tanto na forma federalista como na versão unitarista, fez parte do imaginário social da segunda metade de Novecentos, menos como "uma ideia imediatamente realizável" e mais como uma "utopia filosófica" e ideal iluminista e ecumenista de fraternidade (cristã) entre os homens, assim como salvaguarda da identidade nacional na perspectiva de unificações progressivas. Ver também, sobre Magalhães Lima, Fernandes (2004: 313).

⁶⁷ De acordo com Hermínio Martins (1998: 27), "os federalistas republicanos portugueses eram igualmente, e em geral, nacionalistas e um grande número de entre eles mostrou-se muito activo na promoção do crescimento da consciência cívica nacional (...) e desempenharam um papel preponderante na inauguração do nacionalismo secular".

fragmentação da Espanha nas suas nações "naturais" (Catalunha, País Basco, Galiza, etc.⁶⁸), criando-se assim as condições adequadas para que Portugal adquira uma posição hegemónica na Península (Martins, 1998: 28; Catroga, 1985: 459; Homem, 2001: 86; Matos, 2001: 90; Ventura, 1999: 138).

Sem pretender generalizar esta postura a todos os que se envolveram no debate das ideias federalistas, é um facto que este posicionamento instrumental face ao federalismo esteve presente, desta forma directa ou de modo mais implícito, em muitos dos nossos mais destacados intelectuais do socialismo e do republicanismo (Teófilo Braga, Oliveira Martins, Horácio Esk Ferrari, Antero de Quental, Henrique Trindade Coelho), que, na verdade, tiveram opiniões inconstantes relativamente ao assunto, como se viu no capítulo anterior. Num momento em que o continente europeu procedia a uma reorganização política e muitas pequenas nações corriam o risco de ser engolidas pelas novas grandes unidades políticas nacionais que se conglomeravam (a exemplo da Alemanha e da Itália), o federalismo tornava-se numa ideia romântica de paz entre os povos e respeito pelas especificidades culturais nacionais que servia bem os esforços de manutenção das soberanias dos pequenos países. A mesma leitura é feita por Sérgio Campos Matos (2001: 90): "o federalismo era entendido como um modo de resistência da nacionalidade portuguesa à hegemonia de Castela – ou seja, à ameaça iberista, identificada com a intenção de absorção ou fusão de Portugal e Espanha". Do mesmo modo, a defesa da união federal com Espanha é argumentada com base no carácter ilusório da independência do país, que, dadas as tendências imperialistas e a decadência económica da península, corria o risco de se transformar num protectorado de um grande império europeu (o inglês, por certo), sem capacidade de conduzir uma política soberana sobre os territórios ultramarinos. Neste contexto, a única forma de resgatar a Península Ibérica da marginalidade e subalternidade política e económica no espaço europeu

⁶⁸ Em 1851, Henriques Nogueira avança com uma proposta de federação ibérica, mais tarde secundada por Magalhães Lima e Teófilo Braga, que supõe que a República de Espanha se divida em 14 Estados autónomos (Fernandes, 2004: 321).

seria repor o estatuto de grande potência colonial, não separadamente como no passado, mas num projecto ibérico comum (cf. Catroga, 1985: 428-429).

Todavia, as sugestões de união ibérica não são acolhidas consensualmente; pelo contrário, são muitas as vozes anti-iberistas que acusam os partidários do iberismo de "fazer o jogo de Madrid" e de "hipotecar a independência nacional (...) ao serviço de conveniências estranhas" (Catroga, 1985: 429-430). Na opinião do historiador Fernando Catroga (1985: 431), se alguma coisa o iberismo conseguiu não foram "os apoios sociais e políticos necessários à sua viabilização", mas antes o "desencadear de uma intensa campanha anti-ibérica e pró-nacionalista". Precisamente, tal campanha haveria de ser decisiva na consolidação do nacionalismo português. Durante todo o século XIX, o liberalismo travou com os fantasmas do antigo Regime uma batalha pela emancipação do país como nação moderna: instituiu o culto de símbolos nacionais e de ritos cívicos, unificou o espaço económico, estabeleceu as bases de um sistema educativo universal nacionalizado. Nisto jogou parte da sua legitimidade, já que era crucial que o seu programa para o país se revelasse mais patriótico⁶⁹ do que o dos legitimistas. A inoculação do sentimento nacional e das ideologias nacionalistas provou ser bem sucedida nas manifestações populares de 1890. Do lado dos anti-iberistas, os argumentos da eterna ameaça espanhola e da glória do passado português parecem ter sido suficientes para que a população, em geral, não visse na união com Espanha a solução para a debilidade nacional. Conclui Catroga (1985: 436) que "a questão ibérica, embora se inserisse na polémica europeia das nacionalidades, não teve entre nós qualquer suporte social, limitando-se quase exclusivamente a projectar-se com grande intensidade no campo da luta ideológica".

Embora não tenham passado de esboços que se quedaram pelo debate doutrinário, longe de qualquer tentativa firme de concretização, os planos para edificar uma federação ibérica foram um passo crucial na aproximação entre os dois países. A meseta ibérica parece ter sido durante

⁶⁹ Fernando Catroga (1985:437) lembra que algumas das mais relevantes figuras do liberalismo, como Alexandre Herculano e Anselmo Braamcamp, foram membros activos da Associação 1º de Dezembro, fundada em 1861, claramente defensora da independência que havia sido restaurada em 1640 pondo fim à usurpação dos Filipes. O que foi dito em relação ao período do liberalismo vale também para o regime que se seguiria: o nacionalismo foi também bandeira do republicanismo e da República.

séculos obstáculo à passagem de Portugal para a Europa, o que, alegadamente, o fez derivar para o Atlântico. Porém, nos últimos cem anos, a Espanha transformou-se em aliado tácito ou mesmo *compagnon de route*, atenuando-se na memória nacional o anti-espanholismo acirrado desde 1580 e que perdurou longamente como símbolo da luta pela independência nacional. Se a história dos dois países ibéricos foi, desde o início, marcada por um paralelismo perturbado aqui e além, podemos dizer que, desde finais do século XIX, são já quase duas linhas sobrepostas⁷⁰.

Quando são formalizados os primeiros projectos de unificação europeia – a proposta de uma União Pan-Europeia de Coudenhove-Kalergi, em 1923, e o *Memorandum sur l'Organisation d'un Régime d'une Union Fédérale Européenne*, de Aristide Briand, em 1930, passa-se para um nível superior de discussão e decisão, que envolve os Estados no xadrez das relações externas e organizações políticas multilaterais. Em Portugal, a reacção ao *Memorandum...* de Aristide Briand foi de cepticismo diante de uma utopia. O Estado português, governado pela ditadura militar de onde saíria o regime salazarista, estava representado na Comissão que analisava a proposta do ministro francês e agiu com precaução e pouco entusiasmo. Henrique Trindade Coelho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, comenta o *Plano* da seguinte forma: "A ideia de uma união política entre os Estados da Europa, parece-me sob o ponto de vista prático assaz prematura. Mas uma união aduaneira, que pode encaminhar evidentemente para uma grande aproximação política, é uma concepção que incontestavelmente deve ganhar terreno" (*apud* Lopes, 2001: 136). No *Parecer da Direcção Política sobre o Plano Briand*, de 3 de Setembro de 1930, a instrução dada aos Delegados é que "deverão entender-se desde logo com a Delegação Inglesa", alinhando com a "velha aliança" em oposição à França. A *Resposta do Governo Português ao Memorandum Briand*, de 12 de Julho de 1930, foi clara nos limites que colocava à proposta federal: "não pode envolver a menor ideia de

⁷⁰ Sobre o iberismo cultural no século XX, vejam-se as obras literárias de autores como Natália Correia (1988), Miguel Torga (1965) e José Saramago (1986).

quebra ou diminuição de independência política, ou de delegação (...) dos direitos inerentes à sua integral soberania", incluindo os territórios coloniais "como elementos componentes da verdadeira estrutura de cada Estado" (*apud* Lopes, 2001: 146). Do mesmo modo, não se aceitava a perturbação das relações históricas e alianças que o país tinha com o Brasil e a Inglaterra, por exemplo, nem que a cooperação económica viesse a desembocar em compromissos de ordem política, designadamente os que implicassem formas supranacionais de governação, matéria em que os responsáveis do país eram totalmente descrentes (cf. Silva, 2000: 16).

Mas ouviram-se vozes discordantes deste alinhamento. Em editorial do jornal *O Século* lembrava-se que "sobretudo as nações pequenas, como Portugal, teriam muito a ganhar (...) dados os interesses materiais e morais que as ligariam, de futuro, às grandes nações, cuja cooperação, num campo de igualdade, constituiria uma enorme conquista". Na *Seara Nova*, Emílio Costa lamentava o "patriotismo de pé atrás (...) este sentimento de desconfiança e receio, o que mais tem alimentado a mística nacionalista portuguesa". E exortava: "Sejamos europeus para bem de nós próprios, pois que portugueses não deixaremos de ser" (*apud* Lopes, 2001: 142 e 150). Em conferência ocorrida em Dezembro de 1929, na Academia de Ciências de Lisboa, Francisco António Correia discursou sobre a "forma irresistível como se tem imposto o conceito dos Estados Unidos da Europa", particularmente na vertente económica. Reconhecendo que a ideia de união ou federação europeia não era nova, sublinhava que se tornara urgente e imperiosa depois do conflito de 1914-18: "perante as destruições causadas pela Grande Guerra, a ideia de solidariedade continental renasce como um clarão, entre os escombros sinistros das batalhas". Tal como os fundadores da Comunidade Económica Europeia, em 1957, também Francisco Correia considerava que haveria que começar pela unificação económica, de onde germinaria a união política – "impõe-se desde logo uma uniformidade da legislação fiscal e bem assim da que diz respeito à produção, à mão-de-obra, ao comércio e ao crédito. (...) a harmonia económica da Europa só pode ser

o produto de uma lenta evolução interna. (...) à racionalização económica vai corresponder uma racionalização política" (*apud* Ventura, 1999: 134-135).

Para demonstrar o carácter peculiar deste continente, George Steiner (2005: 43-44), no seu pequeno livro *A Ideia de Europa*, lembra que, entre Agosto de 1914 e Maio de 1945, pereceram de um extremo ao outro da Europa cerca de 100 milhões de pessoas devido à guerra, à fome e à chacina. Depois de tal sanha suicidária, nada poderia ficar como estava e a Europa onde se geraram os nacionalismos, os racismos e as ilusões péfidas de fazer o "homem novo", na contingência de ter atingido o grau zero da civilização, teve de reinventar-se. Fê-lo com a modéstia dos despojados e com o arrojo dos desesperados. À saída da guerra e do holocausto, o Congresso de Haia, em 1948, retomou planos ventilados desde há séculos, que não soavam já como utopias, mas que foram apresentados com desassombro, porque se tornou um imperativo que a ideia de guerra na Europa entrasse no domínio do impensável. Naturalmente, nesses dias, nada garantia que o novo rumo levasse a bom porto, nem que as boas intenções fossem suficientes para estancar a ferocidade dos interesses nacionais facilmente inflamáveis. Na verdade, após a Primeira Guerra, ensaiaram-se modalidades de contenção bélica a nível mundial (a Sociedade das Nações) e europeu. Em 1923, Richard Coudenhove-Kalergi publica o livro *Pan-Europa* e funda um movimento pela unificação europeia assente na união aduaneira, moeda única, cidadania comum e aliança militar. No seguimento do seu plano para erguer os Estados Unidos da Europa é organizado o Congresso de Viena de 1926, que entusiasma os intelectuais da Europa central e lança definitivamente o debate sobre a necessidade da unidade europeia, mas não desperta interesse a políticos e diplomatas e muito menos atinge as populações em geral (cf. Silva, 2005: 77-78). Em 1919, Konrad Adenauer, que viria a ser o chanceler alemão mais implicado na primeira fase da unificação europeia pós-1945, exortava os povos europeus à reconciliação e a um entendimento duradouro que salvasse a Europa de uma nova guerra.

Em 1923, pronunciou-se de forma mais concreta sobre o caminho a seguir: a união de interesses económicos entre a França e a Alemanha e os pequenos países-tampão entre as duas potências (cf. Becker, 1999: 59). Já depois da Segunda Guerra Mundial, em 1946, insistia que "os Estados Unidos da Europa são a melhor forma, a mais segura e duradoura garantia dos vizinhos ocidentais da Alemanha" (*apud* Becker, 1999: 60), secundando Winston Churchill, que vaticinara no mesmo ano que a Europa só teria futuro se se reconstituísse a "família europeia" sob a forma dos Estados Unidos da Europa. Este entendimento de fundo entre os líderes europeus, tanto do lado dos vencedores, como dos vencidos, assegurou que os pactos fundadores da união europeia vissem a luz do dia, mesmo se mediante enormes esforços diplomáticos, numa escala ainda limitada e alternando sucessos (CECA e CEE) e fracassos (CED). Do mesmo modo, se nos situarmos no contexto do projecto inicial da unificação europeia, percebemos que a Europa unida foi um desígnio político muito mais que económico e que foi o fruto desse entendimento político basilar e arrojado que permitiu os anos de paz e de prosperidade que fizeram com que os europeus, ao fim de umas décadas, esquecessem a missão política da Comunidade Europeia e passassem a identificá-la quase exclusivamente com a dimensão económica.

Diante das transformações em via de acontecerem na Europa, como se posicionou Portugal? Oliveira Salazar sustentou a neutralidade durante a guerra por estar Portugal "a um canto da Europa, quase desligado dela e projectado ousadamente sobre o mar, país atlântico por excelência (...) Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossego geral" (*apud* Silva, 2000: 18). Ao mesmo tempo, manteve uma atitude ambivalente e contraditória: parcialmente irmanado com os fascismos alemão e italiano, manteve simpatia pelos agressores, mas teve de colaborar com os Aliados na fase final do conflito. É assim que milhares de judeus têm abrigo ou passagem para a segurança em Portugal, ao mesmo tempo que o diplomata Aristides de Sousa Mendes é severamente punido por passar vistos aos que desesperavam por escapar à perseguição nazi; é assim que vem parar aos cofres do Banco de Portugal ouro alemão de origem suspeita, ao mesmo

tempo que são fornecidos bens essenciais ao esforço de guerra, nomeadamente volfrâmio, aos dois lados da contenda, e cedida a base aérea das Lages aos Estados Unidos da América. Nestas opções ziguezagueantes pode ler-se a estratégia de política externa de Salazar: manter o país arredado da turbulência que paira no contexto internacional, escapando a quaisquer constrangimentos, vindos da Europa, do lado americano ou do soviético, e mantendo-se auto-suficiente, escorado pelos recursos coloniais, por um lado, e pela aliança com a Inglaterra, a Espanha e o Brasil, por outro.

Terminada a guerra, o *puzzle* mundial refaz-se e é com essas peças que Salazar joga. Em primeiro lugar, a divisão do mundo pelas duas superpotências recentra a defesa do Ocidente no Atlântico – e o ditador português reconheceu-o rapidamente, mesmo se procurou sempre resistir ao imperialismo bipolar que se instalou. Em segundo lugar, na Europa, avançavam os planos de unificação, que Salazar continuava a ver como uma má solução – e que recusava terminantemente para Portugal. Entre os EUA e a União Soviética, a Europa Ocidental em escombros recebe dos primeiros a protecção militar, financeira e ideológica que lhe permitirá reconstruir-se e reafirmar-se. O Plano Marshall e o Tratado do Atlântico Norte vêm consubstanciar essa dependência. Em todo este processo, o regime português assume posições dúbias e relutantes: por um lado, rema contra a maré ao pretender que a Europa tinha nas suas colónias africanas os recursos que lhe permitiriam a reanimação sem o fardo da dívida de gratidão (e submissão) aos Estados Unidos⁷¹. Todavia, ao mesmo tempo que pretende um envolvimento mínimo e descomprometido nas concertações multilaterais que se compõem, quer assegurar um lugar nas organizações e pactos internacionais que se constituem⁷².

⁷¹ "Salazar considerava (em Novembro de 1947, note-se) que a Europa devia, em primeiro lugar, defender-se da hegemonia americana – perigo muito mais próximo e real do que o avanço soviético. Nesse sentido, e avaliando a crise que os países europeus atravessavam, 'não só passageira mas superficial', a Europa devia a sua estrutural solidariedade com o continente africano, onde encontraria todos os recursos que lhe fossem necessários, em vez de procurar no auxílio americano as bases para a sua recuperação. A alternativa, para a reconstrução da Europa devia, portanto encontrar-se em África. Ideia que, recorde-se, Salazar já avançara em Maio de 1944" (Rollo, 1998: 59-60).

⁷² "Ao longo de todo este processo, o comportamento do Governo português caracterizou-se por atitudes cautelosamente expectantes, ajustamentos às circunstâncias e conjunturas ocorrentes, feito de pragmáticas mudanças de rumo, procurando, no fundo, salvaguardar as aparências de uma autonomia que de facto não se veio a verificar" (Rollo, 1998: 57).

Exemplo claro de tal política é a participação de Portugal no Plano Marshall de ajuda à Europa. Num primeiro momento, em 1947, o Governo rejeita o auxílio norte-americano por estar o país em confortável situação económica (mantendo-se como país participante com estatuto de observador), mas a crise financeira e económica que se seguiu obrigou o Governo português a rever a sua posição e a solicitar o auxílio norte-americano. Entre 1948 e 1951, Portugal foi beneficiário do Plano Marshall, tendo voltado a recusar a ajuda no último ano em que este vigorou (Rollo, 1998: 61-63). Em 1948, Portugal assina a Convenção da OECE (mais tarde OCDE) e, em 1949, torna-se membro fundador da NATO⁷³. Um ano mais tarde adere à União Europeia de Pagamentos, que viria a ser renegociada, em 1958, com a designação de Acordo Monetário Europeu. A participação de Portugal nestas organizações internacionais teve efeitos muito vivos na sua economia: por um lado, traduziu-se em ajudas directas ou indirectas que permitiram o reequilíbrio financeiro, o fomento da industrialização e da construção de vias de comunicação e barragens de produção de energia eléctrica, e o estímulo às exportações; por outro lado, possibilitou a formação de especialistas na área do planeamento económico, treinados em organizações que coordenavam os novos sistemas monetários e financeiros internacionais.

Fica, assim, demonstrado o intuito programático (e pragmático) da política externa salazarista pós-guerra: estar presente nas novas organizações internacionais de onde pudesse advir um benefício directo para a economia do país, mantendo uma posição cautelosa e um envolvimento descomprometido sempre que tal cooperação pudesse atingir as margens da soberania nacional e, particularmente, no que dissesse respeito à política ultramarina e de alianças. Sinal disso foi a ausência do país no Congresso de Haia, tanto ao nível da representação governamental, como da própria oposição ao regime (cf. Silva, 2000: 26). De Haia saíram resoluções que encaminhavam a Europa para a sua unidade política, como as propostas de

⁷³ Segundo Nuno Severiano Teixeira, a assinatura do Tratado do Atlântico Norte não contou com o entusiasmo de Salazar, que a via a cooperação com os EUA como única solução, sem haver alternativa, e fez-se "menos por convicção do que por necessidade" de assegurar a cooperação económica e militar com a potência americana (*apud* Rollo, 1997: 65).

se constituir uma Assembleia Europeia, um Conselho da Europa e uma Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Não se tratando de distribuir fundos ou potenciar a economia, o Congresso de Haia não interessava à estratégia instrumental que norteou a política externa de Salazar. Na verdade, vários países e organizações se manifestaram a favor da adesão de Portugal ao Conselho da Europa, mas, quando ficou claramente estabelecido que aí só teriam lugar governos que se pautassem pelo princípio democrático, percebeu-se que tal era incompatível com o regime autoritário português. Por outro lado, ao contrário do que sucedera aquando do Tratado do Atlântico Norte, a posição geo-estratégica de Portugal era irrelevante numa organização com objectivos essencialmente políticos e com uma considerável orientação federalista. Não admira, também, que Salazar, e com ele a opinião pública, menosprezasse essas "magnas ilusões" (cf. Silva, 2000: 34-37). Como disse Augusto Castro, numa conferência sobre *A crise internacional da Europa e a política externa portuguesa*, ocorrida em 1949, "a nossa projecção é atlântica e não europeia (...). A Europa para nós é mais paisagem do que vizinhança" (*apud* Silva, 2000: 42). O país foi, pois, excluído do Conselho da Europa.

Nos anos seguintes, em que se assistiu à aceleração do processo de unificação europeia, Portugal permaneceu no limbo europeu. Como vimos, Salazar, ao contrário do que possa fazer pensar uma leitura superficial, defendia a matriz civilizacional intrinsecamente europeia, porque cristã, de Portugal⁷⁴, assim como assumia os interesses da Europa em oposição à *colonização* vinda tanto dos EUA, como da URSS e privilegiava a ligação com o continente africano, que via como uma espécie de despensa da Europa. É nesta perspectiva que apoia os movimentos tendentes a consolidar a solidariedade e cooperação na Europa ocidental, na expectativa de ser contrariada a lógica bipolar, insistindo, por exemplo, contra a vontade dos grandes países europeus, na integração de Espanha em várias das organizações internacionais formadas na época. Mas a isso sobrepunha-se,

⁷⁴ Norberto Cunha (2001: 165) cita Moura e Sá: "o carácter europeu da nossa história, mais europeia do que nenhuma, contendo tanto europeísmo que todos os povos de que nos aproximávamos ficavam para sempre contagiados de Europa". Era comum a visão de Portugal como charneira entre dois mundos, que pela condição fronteiriça se definia como guarda avançada da civilização europeia, demarcando o espaço da *pureza* europeia, fosse cultural, étnica ou religiosa.

em primeiro lugar, o seu projecto ideológico para Portugal – um país absolutamente soberano, autárquico, fechado às perfídias da modernidade, como a democracia, a descolonização, a urbanização, a educação, etc. – e, em segundo lugar, a descrença no sucesso do formato que a Europa encontrou para se refazer. Não pode dizer-se que, dentro dos pressupostos ideológicos do Estado Novo, a estratégia internacional de Oliveira Salazar não tenha sido hábil. Na verdade, foi sempre conseguindo que Portugal fosse observador e beneficiário das organizações internacionais surgidas, como se, do lado de fora do aquário europeu e mundial, pudesse aceder a tudo o que se passava sem ter de molhar-se. Com esta política simbiótica e parasitária assegurou um lugar na cena mundial e a aceitação de um regime colonialista e ditatorial no contexto ocidental (com muito mais sucesso do que a Espanha franquista), que só viria a ser seriamente contestado nos anos 1960, e ainda assim de forma mitigada e permissiva, assegurando a participação em organizações europeias e internacionais. O grande desaire da política externa salazarista foi a entrada tardia na ONU e as consecutivas condenações aí sofridas em virtude da recusa em descolonizar⁷⁵. Ao mesmo tempo, evitou a marginalização do país no quadro do sistema internacional, conseguiu ceder apenas quando forçado pelos factos e preservando o princípio nacional. As consequências de tal política para o país não serão inócuas, como se sabe.

Com a intensificação da construção europeia nos anos 1950, o Governo de Salazar vê-se constrangido a assumir posições mais claras, porque estavam já em causa projectos supranacionais, que Salazar designava de "experiências" em que não descortinava utilidade e que repugnavam ao sentimento nacional do povo português, "muito apegado à sua independência" e à soberania que exercia sobre as suas províncias ultramarinas (Silva, 2000: 31). Portugal insistia em afirmar-se como país de vocação atlântica, voltado para o seu império colonial e afastado das

⁷⁵ Na década de 60, assistiu-se a um crescendo de censura da política colonial portuguesa. Em 1961, ocorreu a votação contra Portugal na ONU, e foi nesta organização que Portugal sofreu os maiores embaraços e isolamento pela sua resistência em descolonizar. Os EUA foram-se alheando do processo, envolvidos noutros objectivos da guerra fria. Mesmo assim, nas votações referentes às colónias portuguesas, 48% da Europa ocidental votou de acordo com Portugal e 32% contra, entre 1956 e 1965, e no círculo de aliados da NATO a votação era ainda mais favorável, 55% contra 23%, onde, apesar do incómodo, os EUA, a Inglaterra, a França e a RFA se mantiveram leais ao parceiro da aliança contra a crescente oposição dos países nórdicos (cf. Pinto, 2005: 26-28).

questões centro-europeias. Com a formalização da Comunidade Europeia – primeiro do Carvão e do Aço, em 1951, depois a tentativa frustrada de instituir a Comunidade Europeia de Defesa, em 1954, e finalmente a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que fundava a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica –, o Estado português foi arredado do processo, ao mesmo tempo que quis estar fora de tal empreendimento. Em documento dirigido às missões diplomáticas, em 1953, Oliveira Salazar desfiava os argumentos de oposição ao projecto europeu. Resumiam-se a duas ideias: 1. os perigos que uma federação entre os estados europeus podia constituir, dado o facto de ser uma forma de organização alheia à sua história secular e imposta repentinamente, com fonte ideológica nos EUA, cujos malefícios ameaçavam superar as vantagens económicas que prometia, por tender, em última instância, para um Estado unitário; 2. o total desajuste entre o projecto europeu e o destino português, cujos interesses políticos, económicos e afectivos não estavam na Europa, mas nas colónias africanas e no Brasil, para além do facto de o princípio federalista colidir com a arreigada vontade de independência do povo português. Mas por esta altura Portugal não era já desejado: a CEE formava-se no coração da Europa, longe ainda de se estender aos países periféricos, e era fiel ao princípio do Estado de direito democrático, pelo que uma ditadura colonialista não tinha lugar nas suas fileiras.

Se as posições do ditador português não causam surpresa, já a omissão da oposição ao regime relativamente à unificação europeia revela algo mais sobre a real indiferença do país quanto ao assunto. A Europa não era para os portugueses uma prioridade, nem uma referência central. A reacção nos jornais à assinatura do Tratado de Roma revela que o assunto tem uma importância relativamente limitada, que remete para a Europa e para os europeus como se nada disso dissesse respeito a Portugal, ainda que seja assinalado o carácter grandioso do projecto, que envolverá seis Estados e 160 milhões de pessoas, e as repercussões económicas trazidas por uma zona de comércio livre tão vasta (cf. *Diário Ilustrado*, 25 Março 1957; *Diário Popular*, 25 Março 1957).

Auto-limitado no âmbito da unificação europeia, são avançadas em Portugal propostas pouco mais que inconsequentes que pretendiam estreitar e otimizar a ligação entre Portugal, as colónias africanas e o Brasil, que poderia mesmo incluir a Espanha e a América Latina numa espécie de bloco ibero-americano de cooperação económica que se posicionasse junto do mercado comum europeu. Com mais modéstia, estabeleceu-se o Espaço Económico Português: reunia metrópole e colónias, era coerente com a matriz do salazarismo, mas constituía uma alternativa muito limitada face aos desenvolvimentos da cooperação económica na Europa e no mundo.

A realidade, porém, ultrapassava largamente os travões ideológicos que o regime lhe opunha. A economia portuguesa estava cada vez mais dinâmica, dependente e ligada ao espaço europeu. O nacionalismo imperial económico foi sendo corroído pela mudança da realidade nas relações económicas, cada vez mais centradas na Europa, em coincidência com o desvio da emigração portuguesa do continente americano para o europeu. Nos anos 1960, uma parte dos homens do regime estava bem ciente deste facto e apostou em contrariar as teses isolacionistas com que Oliveira Salazar moldara a política nacional⁷⁶. Iniciar-se-ia o debate ideológico, contido e condicionado, entre ultramarinistas e europeístas, os primeiros percebendo o risco que era para a política colonial a integração do país nas instituições europeias, os segundos procurando assegurar uma estratégia de desenvolvimento que privilegiava o espaço europeu em lugar da política africanista, que anteviam condenada. Na iminência de ficar de fora das duas grandes associações de cooperação económica da Europa, a diplomacia portuguesa faz um esforço hercúleo para conseguir a integração na EFTA⁷⁷, tendo granjeado condições especialíssimas para Portugal, dado o seu subdesenvolvimento face aos restantes países membros. Ao contrário da CEE, a

⁷⁶ Em reunião ministerial da EFTA, ocorrida em Lisboa, em Maio de 1960, Salazar afirmou o seguinte: "Podemos considerar-nos, pelo maior peso de territórios e populações noutros continentes, quase uma nação extra-europeia". Metamorfoseando a sua atitude pragmática diante das vantagens económicas deste tipo de associação, argumenta, no mesmo discurso, a adesão de Portugal com base na "salvaguarda de altos interesses morais" por não querer assumir a "responsabilidade de enfraquecer e dividir ainda mais (...) o pouco que as calamidades das guerras deixaram intacto" (*apud* Silva, 2000: 54-55).

⁷⁷ De acordo com António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira (2005: 25), a EFTA foi uma solução encontrada, por 3 razões: 1. permitia conciliar a integração económica na zona europeia de comércio livre com as opções políticas e coloniais do regime; 2. tinha um carácter intergovernamental e não supranacional, ao mesmo tempo que conferia alguma legitimidade internacional ao regime; 3. permitia manter a orientação estratégica virada para o Atlântico, a aliança inglesa e as colónias.

EFTA tinha objectivos de cooperação estritamente comercial e económica que não colidiam com a impossibilidade de partilha de soberania. Além disso, associávamo-nos à Inglaterra, também ela potência marítima, também ela não desejada na CEE. A adesão à EFTA, nas condições vantajosas em que foi conseguida, foi determinante para o desenvolvimento económico português da década de 60 e um passo essencial de aproximação à Comunidade Europeia. Quando, em 1961, a Grã-Bretanha pede a abertura de negociações com vista à adesão à CEE, os restantes países da EFTA seguem-na e fica iminente a dissolução da Associação do Comércio Livre. Isso vem pôr em causa a estratégia da política externa nacional que parecia ter atingido a estabilidade com a integração na EFTA. Ainda que contrariado, Salazar cede a pedir negociações que levem a alguma forma de associação entre Portugal e a CEE, que não seria a adesão por não se adequar à linha doutrinária do regime, nem ser aceite pela Comunidade Europeia. O problema resolveu-se por si quando a França vetou a entrada da Inglaterra. Portugal recuou imediatamente no pedido de negociações e só o retomou quando, finalmente, o terceiro pedido de adesão britânico foi aceite. Nessa altura, já com Marcelo Caetano, foi negociada uma fórmula de associação a partir de um cenário triplo: a adesão, a associação ou o acordo comercial. A decisão recai no Acordo Comercial, a mais descomprometida das possibilidades. Em Julho de 1972, são assinados os Acordos Portugal – CEE/CECA. Estes acordos viriam a ser decisivos para a futura adesão ao fazer pender a orientação estratégica do país para a Europa, em alternativa e não complementaridade a África (cf. Pinto, 2005: 31-32).

A governação de Marcelo Caetano, apostado no lema da *continuidade e renovação* face ao seu predecessor, teria sido ainda mais hesitante e ambígua do que a de Oliveira Salazar não tivesse sido a força da realidade económica e social que a cada instante se punha fora do controlo governamental. Tal como Salazar, Caetano foi também empurrado para uma política de aproximação à Europa sem convicção, movido pela escassez de alternativas e pelo imperativo de liberalizar a economia nacional como condição do seu crescimento. Fiel à estratégia ultramarina, Marcelo Caetano

teve de enfrentar já uma oposição informada e bem menos contida, que exigia a abertura à Europa, mesmo se num estatuto complementar a África. A Ala Liberal⁷⁸ eleita para a Assembleia Nacional, em 1968, refrescou o debate político, com os seus jovens deputados imbuídos da esperança de acelerar a desejada transição democrática do país e o seu desenvolvimento económico. Acabaram desiludidos e muitos abandonaram a Assembleia.

Dentro do próprio governo tornam-se nítidas as opções em causa, com ministros ultra-conservadores e intransigentemente ultramarinistas e outros pugnando pela liberalização económica e formas mais sólidas de integração europeia. No primeiro caso, conta-se Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que, sobre a Comunidade Europeia, afirmava: "é o mito da integração europeia: se nós lhe sacrificássemos o Ultramar, seríamos colonizados pela Europa, e esta colonizaria depois o Ultramar português". E acrescenta: "É no momento em que a nossos olhos se começa a desintegrar o sonho inviável da integração europeia que alguns erigem a Europa em obsessão a que deveríamos confiar o nosso desenvolvimento, a nossa riqueza, o nosso futuro" (*apud* Castilho, 1998: 83 e 90)⁷⁹. Opondo-se radicalmente a qualquer forma de aproximação à Europa e de renúncia ao império ultramarino, fala em "sebastianismo da Europa e do Mercado Comum" para designar os "ingénuos" (*idem*, 1998: 90) que crêem estar no continente a salvação de Portugal. Por seu lado, o Ministro da Economia, Dias Rosas, e o Secretário de Estado da Indústria, Rogério Martins, demonstraram uma convicção diferente: diligenciaram pelo investimento estrangeiro em Portugal, pela revisão da política industrial e pelo ajustamento da economia portuguesa aos padrões europeus, o que se traduziu num impulso no sentido da liberalização económica. Sobre o reequacionamento a fazer diante do esvaziamento da EFTA, Dias Rosas demonstra que a aproximação à CEE é a única solução viável, já que, numa economia cada vez mais estruturada em grandes espaços económicos, a hipótese de

⁷⁸ Alguns dos mais destacados nomes, uns deputados, outros compondo o governo, formaram a elite política democrática pós-1974: Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, João Cravinho, João Salgueiro.

⁷⁹ Acerca de "quatro ou seis ministros" que tomam posições de maior abertura quanto à Europa, diz Franco Nogueira: "Entregar o país nas mãos dos imperialismos e das multinacionais, e deixá-lo colonizar por uns e outros; perder a independência de decisão, mesmo no que respeita à metrópole, vender o país aos bocados; diluir e perder a identidade nacional tudo isso é indiferente a esses tais desde que, na nova ordem das coisas, mantenham os lugares, o prestígio, os benefícios" (*apud* Castilho, 1998: 120, n.r. 8).

isolamento seria fatal, ainda mais pelo facto de as transições comerciais externas de Portugal se fazerem em mais de 50% com os países da Comunidade. O Ministro, que teve um papel decisivo nas negociações dos anos 1970, afirma mesmo que preferia um acordo de cooperação económica e política mais vasto do que o acordo comercial que estava em preparação. Mas vai ainda mais longe ao sublinhar a génese e matriz europeia de Portugal, cuja derivação atlântica constituiu, precisamente, uma versão da europeidade (cf. Castilho, 1998: 91-93). Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros que esteve na assinatura do Acordo, anunciou-o ao país em sessão televisiva em termos menos entusiásticos, sublinhando que se tratava de um imperativo para a economia nacional, mas que mantendo como impreterível o interesse nacional não significa qualquer cedência na "definição nacional dos rumos da política portuguesa", nem afectaria as relações entre as várias parcelas da nação (*apud* Castilho, 1998: 95). A propósito da aproximação à Comunidade Europeia que o Acordo de 1972 renunciava, surge explícita a fractura que tal opção produzia na sociedade portuguesa: fosse na Assembleia Nacional, entre os grandes grupos económicos portugueses ou entre os intelectuais e técnicos que se debruçavam sobre o assunto, era notória a cisão entre europeístas e ultramarinistas, com alguns a tentar uma terceira via de conciliação.

A vocação atlântica do país não era posta em causa pela oposição e, de facto, só tarde, sobretudo na governação de Marcelo Caetano, a questão europeia é trazida a debate por parte dos opositores democráticos. Nessa altura, a Ala Liberal, através de José Pedro Pinto Leite insiste na *opção europeia*: "Portugal, para além da sua vocação universal, que não é meramente atlântica, (...) tem também uma inegável, uma patente vocação europeia. Mais tarde ou mais cedo teremos de entrar em qualquer tipo de relação íntima com a Comunidade Económica Europeia. Bom é que não se espere pelo último momento"⁸⁰ (*apud*, Magalhães, 1997: 23). A sensibilidade

⁸⁰ O discurso de Pinto Leite continua e vale a pena recordá-lo: "A Europa é o berço de Portugal. (...) A nossa Universidade é europeia, a nossa língua é europeia, os nossos costumes são, inegavelmente, europeus. Em nada diminuímos os méritos da nossa epopeia ultramarina reconhecendo que a mesma foi preparada e continuada dentro do contexto europeu, e não fora ou contra ele. Por que não relembrar que nos séculos XV e XVI, em plena aventura ultramarina, a sociedade portuguesa era uma sociedade uma sociedade amplamente aberta não só aos povos do mundo, mas também à Europa. (...) A decadência inicia-se quando Portugal se começa a isolar da Europa. (...) A

das oposições (CDE, CEUD, por exemplo) ao regime não se centrava, porém, na questão europeia; bem pelo contrário, só esporadicamente as exigências de democratização, de respeito pelas liberdades fundamentais e mesmo de auto-determinação para os territórios ultramarinos eram ancoradas na aproximação à Comunidade Europeia e na garantia que a integração europeia poderia dar de sustentação de tais valores no nosso país. Além do mais, a doutrina socialista de que estavam imbuídos os movimentos de oposição democrática via com alguma desconfiança o bloco ocidental europeu, tanto pela sua aliança política e militar com os EUA, como pela orientação económica capitalista que ameaçava colonizar a frágil economia nacional. Tal como para o regime, também para os opositores a Europa representava, antes de mais, uma alavanca económica e financeira, na mesma lógica pragmática, e só secundariamente era entendida como uma matriz cultural potenciadora de direitos e liberdades políticos em Portugal. Quanto ao Partido Comunista Português, a sua posição quanto ao movimento de abertura à Europa traduzido na adesão a modelos de cooperação cada vez mais estreita é de violenta rejeição por neles ver a hipoteca da independência nacional, fazendo da economia portuguesa um joguete dos interesses dos monopólios do capitalismo internacional, apostado em conseguir o máximo de exploração e opressão da massa trabalhadora. Ao Acordo de 1972 chama um "acto de traição aos interesses nacionais" (*apud* Castilho, 1998: 113).

Marcelo Caetano tentou conciliar as diversas posições e seguiu a mesma política sinuosa das décadas anteriores. Percebeu a necessidade de liberalizar a economia portuguesa e aceitou a revisão do condicionamento industrial, mas foi de opinião férrea quanto à política colonial, quando a guerra estava já num total impasse, e à ideia de que a cooperação internacional teria de ser sempre submissa ao princípio das pátrias. Manteve, pois, a atitude ambígua de manter Portugal contraditoriamente dentro e fora da cooperação europeia e mundial, distinguindo com toda a precisão entre o

integração económica não é mito. É uma realidade bem patente (...). Tem tido um caminho por vezes difícil e penoso, para vencer certos egoísmos nacionais injustificados, (...) mas um caminho certo em direcção à meta final" (*apud* Magalhães, 1997: 24 25).

entendimento económico e o movimento de integração política, já que, na sua opinião, Portugal ganharia muito com o primeiro e perderia tudo com o segundo. Apesar da hostilidade do regime português, no período entre 1945 e a Revolução de Abril, Portugal manteve um grau mínimo de envolvimento e abertura à Europa e ao mundo, que foi progressivamente reforçado dentro dos limites inultrapassáveis – a manutenção da política colonial, a soberania nacional e a correlativa recusa a associações de carácter supranacional que visassem a união política. Mesmo se o nacionalismo político e económico de Salazar, associado à natureza autoritária do seu regime, limitou enormemente as oportunidades do país beneficiar por inteiro de uma participação íntegra nas organizações europeias e internacionais emergentes, o facto de se ter aberto a economia introduziu um potencial de crescimento económico que o país há muito desconhecia. Naturalmente, isso produziu transformações sociais que se repercutiram no domínio dos valores, dos modos de vida, da cultura e da cidadania política⁸¹. Usando uma fórmula simplificada da teoria marxista, pode dizer-se que as forças de produção estavam em contradição com as relações de produção. A estrutura económico-social portuguesa tornara-se excessivamente complexa e dinâmica para caber no molde de um corporativismo arcaizante. A estrutura económica em mudança reflectiu-se na superestrutura política e ideológica, transformando-a por via revolucionária. Com a substituição de regime, viria também a rotação que nos recentraria.

⁸¹ No estertor do regime, o General António de Spínola publica *Portugal e o Futuro*, onde defende uma solução política de natureza federativa para a guerra colonial. Mas não deixa de afirmar que "é hoje reconhecido pela maioria lúcida voltada para o futuro o facto de não podermos ser deixados à margem da Europa, correndo o risco de comprometer o bem-estar social e a ordem e tranquilidade internas se nos forem fechadas as portas do Mercado Comum Europeu" (Spínola, 1974: 86).

2. Portugal e a Comunidade Europeia: um laço de protecção

Quando em 1957, os Seis assinaram o Tratado de Roma, fizeram-no imbuídos de puro idealismo federal e europeu ou forçados pela situação-limite a que levaram as guerras na Europa? Por certo, ambos os propósitos estiveram presentes, reforçando-se e legitimando-se mutuamente. Como quase tudo na realidade social, há latência nas funções manifestas e revelação nas funções latentes. Na mente dos fundadores e dos mais empenhados líderes europeus esteve sempre a coesão política da Europa, respeitando a diversidade cultural das nações que aceitavam partilhar a soberania. Mas, para impedir a guerra e iniciar a construção europeia, foi necessário começar por pôr em comum a matéria bélica de base: a energia do carvão e o aço. E foi como união aduaneira e económica que a Comunidade Económica Europeia se instituiu e nessa condição permaneceu nas primeiras décadas. Cabe, pois, perguntar a que Comunidade Europeia queria Portugal juntar-se quando optou pela adesão nos anos 1980 e esclarecer que não entrámos na Comunidade Europeia para evitar guerras, mas para nos pacificarmos simbolicamente como país.

A adesão à CEE, formalizada em Tratado em Junho de 1985, pela mão do primeiro-ministro Mário Soares, e com efeito a partir de 1 de Janeiro de 1986, foi um dos momentos mais determinantes da história recente do país. O contexto em que a adesão é negociada e acordada resulta directamente das transformações radicais que a revolução de 1974 trouxe ao país e da conjuntura política instalada durante o processo revolucionário, quando o país oscilou em permanente incerteza entre a ameaça de guerra civil, a reacção dos simpatizantes do regime anterior e a transformação em Cuba da Europa. Os excessos revolucionários levaram ao colapso da economia portuguesa, que se tornou altamente vulnerável. A instabilidade social agudizou-se num alvoroço constante de manifestações e contra-manifestações, greves, escassez de bens e escalada da inflação e dos salários. Nesses dias de turbulência extremista, nada era menos certo do

que a democracia pluralista e a consolidação do país como aliado da Europa ocidental⁸². A partir de 1976, no âmbito do programa que o Partido Socialista apresenta às eleições, a questão da adesão à CEE entra no debate político e público e colhe opiniões favoráveis nos partidos democráticos de direita, PPD e CDS. Os partidos da extrema-direita e da extrema-esquerda opõem-se: os primeiros, por verem na Revolução e na opção europeia uma traição à vocação imperialista do país; os segundos, por considerarem a aproximação à CEE uma deriva contra-revolucionária que deixaria o país às mãos do imperialismo capitalista. Esta era também a posição do PCP.

No período de pré-adesão, a perspectiva de integração europeia foi invocada pela elite política como factor crucial de estabilização económica e política do país. A descolonização havia já sido efectuada e com ela o *regresso à Europa* tornou-se uma realidade irreversível. Forçado pela história, o país via-se acantonado no pedaço de continente que havia deixado cinco séculos antes. Mas esse parece ser o menor dos problemas; como vimos anteriormente, a perda do império colonial português não se revelou de consequências traumáticas e, para boa parte da população, foi o alívio de um fardo que se tornara excessivamente pesado com a guerra colonial. Nesses anos pós-revolução, o país debatia-se, sobretudo, entre a radicalização revolucionária de perfil comunista e a consolidação de uma democracia pluralista. Para os adeptos da adesão europeia só por essa via poderia conseguir-se a normalização do país, designadamente através do triplo D que traduzia os objectivos cruciais do movimento militar que iniciou a revolução e dos partidos do centro do espectro político: democratização, descolonização e desenvolvimento.

Quando, em eleições livres, os portugueses sinalizam claramente que querem ser governados em democracia, votando maioritariamente no PS e no PPD, abre-se caminho a que se iniciem as negociações, que serão conduzidas pelo líder socialista. Em Setembro de 1976, Portugal é admitido

⁸² Quando era ainda incerto o desfecho do processo revolucionário, perfilavam-se, na opinião de José Magone (1998: 134-135) três possíveis modelos políticos: a democracia popular, inspirada nos países da Europa de Leste e defendida pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves; a democracia de poder popular, apoiada pelos pequenos partidos de extrema-esquerda (maoístas, trotskistas, etc.) e por Otelo Saraiva de Carvalho; a social-democracia ou socialismo democrático, de matriz genuinamente democrata, liberal e pluralista, defendidos pelo PPD e pelo PS.

no Conselho da Europa e é assinado o Protocolo Adicional Portugal/ CEE, tendo sido manifestada a intenção de Portugal solicitar o pedido de adesão. No início do ano seguinte, o primeiro-ministro faz uma ronda pelas capitais dos países-membros para sondar as suas sensibilidades ao pedido português e, em 28 de Março, é formalmente pedida a adesão à Comunidade Económica Europeia. Sobre o momento da fundação da Comunidade Europeia recordava acima como o processo teve uma intenção política e um fulcro económico. Em condições muito diversas das de 1957-58, as adesões das franjas da Europa do sul nos anos 80 ao projecto económico europeu tiveram igualmente um fim de natureza política a recobrir a abertura aduaneira e económica. Tal como acontecera já com a Grécia e viria repetir-se com a Espanha, a entrada para a CEE almejava enterrar definitivamente o regime ditatorial e sustentar a democracia frágil saída da revolução.

Se os Governos Provisórios revelaram tendência para privilegiar a relação com as ex-colónias no âmbito de uma política terceiro-mundista, com o I Governo Constitucional, formado em 1976, ficou claro que a prioridade da política externa portuguesa seria a Europa, o que não significava descurar o flanco atlântico, desde logo por via dos aliados norte-americanos e da NATO. Para lá da dimensão política da opção europeia, esse era, igualmente, o caminho para travar a socialização da economia nacional efectuada em 1975 pela facção pró-soviética e a garantia de retomar a abertura económica. É unânime entre os especialistas que a adesão à CEE incluía um programa duplo de ajuda ao desenvolvimento económico e de salvaguarda firme da transição democrática. É, todavia, discutível se a democracia não conseguiria ter-se imposto em Portugal sem o escudo protector da Comunidade Europeia (cf. Pinto, 2005: 37). Sem dúvida, no mínimo, facilitou todo o processo por duas ordens de razões que se enfatizaram mutuamente: 1. a adesão à CEE envolvia exigências de ordem constitucional, de respeito pelos padrões democráticos e pelos direitos e liberdades fundamentais, de subordinação do poder militar ao político, o que implicou a extinção do Conselho da Revolução na Revisão

Constitucional de 1982; 2. o afluxo de apoio financeiro ao país traduziu-se rapidamente na melhoria das condições de vida da população e consolidou a abertura económica que propiciou o considerável crescimento da economia nacional durante a primeira década de adesão – se em 1980-82 só cerca de um quarto dos portugueses considerava a adesão uma coisa boa para o país, logo após a adesão, entre 1986 e 1990, esse valor salta para quase dois terços e continua a subir nos anos seguintes.

Pode perguntar-se se na falta do impulso económico que a adesão trouxe não teria a opinião pública sido mais receptiva a modalidades menos democráticas de governo, que chegaram a perfilar-se. Mas o facto é que o país superou os momentos mais extremados do ponto de vista do curso da revolução ainda sem um suporte financeiro considerável vindo do exterior. Porventura, terão sido determinantes na estabilização do país factores internos, como ficou revelado em dias cruciais como o 25 de Novembro de 1975, não querendo com isto dizer que as forças políticas em disputa não tivessem de cada lado um forte apoio diplomático e até logístico⁸³ da parte dos seus aliados naturais. José Magone (1998: 135) defende a tese de que "a Comunidade Europeia e os países da Europa ocidental, e em particular as organizações socialistas e democratas-cristãs, foram cruciais no apoio que deram ao modelo de uma democracia liberal pluralista". A revolução portuguesa não foi um assunto meramente interno. Tendo sido o ponto de partida da terceira vaga de democratizações, de acordo com Samuel

⁸³ Juliet Antunes Sablosky (1996) defende que as ligações estabelecidas entre os partidos políticos democráticos portugueses, especialmente o PS, e os partidos socialistas e sociais-democratas dos Estados-membros da CEE foram cruciais na forma como foi conduzido e negociado o processo de adesão com a Comissão e o Conselho Europeus. Dos contactos entre os socialistas portugueses e os vários partidos socialistas da Europa, bem como com os parlamentares europeus, resultaram relatórios, declarações públicas, debates e um programa intenso de visitas bilaterais que permitiram reunir informação actualizada sobre os acontecimentos da revolução portuguesa, forneceram apoio moral e logístico aos democratas portugueses e conseguiram influenciar a Comissão e o Conselho no sentido de aceitarem as negociações para a adesão de Portugal, tendo por condição necessária o estabelecimento de uma democracia pluralista. A ligação entre os socialistas portugueses e os europeus foi de particular relevo, porque, tanto no âmbito do Grupo Socialista do Parlamento Europeu e da Internacional Socialista, como dos muitos governos socialistas que estavam no poder em meados de 1970, houve uma tomada de posição forte e coesa a favor da entrada de Portugal, tendo a democratização do país como argumento principal (simultaneamente como requisito e resultado). É assim que a primeira ajuda financeira de urgência só é decidida pelo Conselho quando há sinais de que as forças moderadas estão em ascensão, em 1975. Também do lado português, a integração europeia é apresentada como catalisadora da democratização e modernização económica do país, sendo o pedido de adesão apoiado pelo PS, PPD-PSD e CDS. Um dos efeitos mais importantes da mobilização dos democratas nacionais e do apoio que encontraram nos partidos congéneres europeus foi a influência que a exigência de democracia teve nos dirigentes militares que comandavam o processo revolucionário, ao fornecer aos moderados um forte argumento para rejeitarem o extremismo de esquerda e visarem uma solução que conduzisse a um regime democrático.

Huntington, ela poderia ter aberto as portas, num efeito de dominó, ao domínio dos Partidos Comunistas na Europa do Sul (Espanha, Itália e Grécia) e, com isso, ao desequilíbrio das forças bipolares da guerra fria. Por esta razão, o que ia acontecendo no palco nacional era atentamente seguido nas instâncias internacionais, cientes do impacto que o processo de transição democrática poderia ter no sistema de relações internacionais (cf. Magone, 1998: 134 e 130). O inverso era igualmente relevante: o xadrez internacional seria determinante na consolidação democrática. Foi da Europa que veio o mais importante apadrinhamento, reforço e supervisão da consolidação democrática, ao delinear o novo sistema político português segundo o das democracias europeias. Logo após a revolução, o Ministro dos Negócios Estrangeiro do I Governo Provisório, Mário Soares, estabelece contactos com a diplomacia europeia, buscando apoios para manter o rumo democrático. Desde logo a CEE fez depender a ajuda económica a Portugal – entrado em crise aguda com uma acentuada travagem da produção industrial, o desemprego nos 10% e as importações a dispararem – da condição de avançar para uma solução política que passasse pela democracia parlamentar, como era exigido pelo Tratado de Roma. As conclusões do Conselho Europeu de Julho de 1975 não deixam dúvidas a este respeito: "o Conselho Europeu reafirma que a Comunidade Europeia está preparada para iniciar discussões sobre uma cooperação económica e financeira mais estrita com Portugal. Salienta igualmente que, de acordo com as suas tradições históricas e políticas, a Comunidade Europeia apenas poderá apoiar uma democracia de natureza pluralista" (*apud* Magone, 1998: 137). Após os acontecimentos de 1975 e a aprovação da Constituição em 1976, estavam reunidas as condições para que se firmasse um Estado de democracia multipartidária. A ajuda financeira começa a chegar em várias tranches de milhões de ecus, cruciais para debelar a crise e preparar a modernização da estrutura económica e social do país, em antecipação da adesão plena. Recorde-se que o financiamento do Fundo Monetário Internacional, em 1978-79 e 1983-84, acudiu

decisivamente à crise nacional, mesmo se obrigou à tomada de medidas de austeridade com um forte impacto social.

As negociações com vista à adesão, que fora solicitada em Março de 1977, só se iniciaram efectivamente a partir de Outubro do ano seguinte e prolongaram-se até 1985. A delonga do processo ficou a dever-se à complexidade em adequar a arquitectura institucional e de direito do país à exigências colocadas por Bruxelas, mas sobretudo ao facto de, contra a vontade portuguesa, que desejava ser pioneira peninsular, a Comissão ter reunido num único processo as adesões de Portugal e de Espanha, ambos saídos de longas ditaduras isolacionistas. Por este facto, os dois países tiveram de aproximar-se e entender-se, formando uma aliança tácita pela defesa dos seus interesses. Por seu lado, tanto a arquitectura institucional democrática, como a economia e a sociedade adquiriram a maturidade necessária à incorporação de um país sub-desenvolvido saído de um regime autoritário de meio século no clube das democracias ricas.

A 12 de Junho de 1985, no Mosteiro dos Jerónimos, é assinado o Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, pela mão de Mário Soares, Jacques Delors e Giulio Andreotti. A Espanha assinaria o seu Tratado nessa mesma tarde. A 10 de Julho, a Assembleia da República ratifica o Tratado com os votos favoráveis dos deputados do PS, PSD, CDS, ASDI e UEDS e os votos contra do PCP e de Os Verdes. Esta configuração de apoio ao projecto europeu vai manter-se até à actualidade, com as forças partidárias centrais da esquerda e da direita (PS e PSD), que foram também as que ocuparam os governos desde então, a assumirem-se como europeístas e os partidos de menor peso eleitoral a manifestarem reservas ao envolvimento de Portugal na Comunidade Europeia. O PCP foi, dos partidos com assento parlamentar relevante, o que mais se opôs à adesão, com base no argumento de que a economia nacional, e no seu seguimento a própria soberania, ficava ameaçada de servidão aos interesses dos grupos económicos, multinacionais e monopolistas que seriam os manipuladores de bastidores das instituições comunitárias. Com a concretização da adesão portuguesa e, sobretudo,

com as primeiras eleições para o Parlamento Europeu, o discurso dos comunistas suavizou-se, aceitando já a participação do país, mas mantendo um tom enfático na defesa dos interesses dos pequenos agentes da economia nacional e da preservação da condição soberana do país⁸⁴. O CDS foi o partido com um percurso mais matizado na relação com a Europa. Os seus fundadores e líderes até 1992 (Diogo Freitas do Amaral, Francisco Lucas Pires) contam-se entre os mais destacados europeístas. Com as presidências de Manuel Monteiro e de Paulo Portas, o partido altera significativamente a sua linha ideológica e da sua *popularização* fez parte a conversão a um discurso anti-europeu de cariz nacionalista⁸⁵. Quando, em

⁸⁴ Em 1994, já com a moeda única em andamento, o PCP faz a defesa do seu posicionamento céptico relativamente aos avanços da UE, argumentando que não se trata de sustentar um princípio anti-europeu, mas de pôr em questão o rumo concreto que estava a ser dado ao projecto europeu: "É um vício do debate político em Portugal chamar 'anti-europeu' a quem se opõe a um certo rumo concreto da Comunidade Europeia, a certas opções dos Governos e dos órgãos que em nome dela decidem. (...) Este tipo de conduta, adoptada em particular pelos adeptos de um certo terrorismo federalista europeu, é marcadamente totalitário, visa intimidar, iludir o debate, inviabilizar o balanço dos rumos da integração europeia, a denúncia das injustiças e situações absurdas e o debate das prioridades e dos rumos alternativos que poderia assumir", "*A verdade é que Portugal está hoje integrado na Comunidade Europeia e esse é um dado de facto que não está para nós em discussão* (Sá, 1994: 26-27, 13). De entre as principais preocupações que a construção europeia desperta aos comunistas, estão: 1. o défice democrático nas instituições comunitárias e a burocratização e elitização das decisões, de que deriva o distanciamento dos povos, raramente chamados a pronunciar-se por referendo sobre matérias decisivas; 2. a sobreposição da convergência nominal à convergência real, que ameaça o emprego e conduz ao desmantelamento do aparelho produtivo nacional; 3. "a Europa clandestina em gestação" (Sá, 1994: 47), isto é, o encaminhamento da UE para um modelo federal, sem que essa meta seja explicitada perante a opinião pública, de que é um dos mais evidentes sinais as graduais perdas de soberania nacional, nomeadamente "a política monetária única, despojando-se os Estados de qualquer prerrogativa própria neste domínio. Os bancos centrais nacionais constituem-se como autênticas sucursais do Banco Central Europeu" (Sá, 1994: 63). Em conclusão: "A Comunidade Europeia não pode ser tentada a uniformizar o que é diferente e a não respeitar as situações específicas das várias economias e dos vários países. Menos ainda pode ter a tentação de criar um directório de grandes potências, que submeta os países mais pequenos e fracos com maior ou menor arrogância. (...) As fugas para a frente federalistas e centralizadoras, ainda por cima à margem da opinião pública e dos povos, dos seus interesses e da sua participação, estarão condenadas" (Sá, 1994: 206). Álvaro Cunhal (1998: 187-190) lamenta, igualmente, a "renúncia" de Portugal às "imposições externas", que o tornaram "um Estado apendicular e periférico submetido ao estrangeiro". Para o líder dos comunistas, "na União Europeia, a independência e a soberania de Portugal (valores inalienáveis) da Nação e do Estado), estão a ser gravemente comprometidas (...). Uma Europa política com órgãos supranacionais dominados pelos países mais desenvolvidos, e pelos interesses dos grande grupos económicos e das transnacionais, atinge profundamente os interesses de Portugal, trava o seu real desenvolvimento, agrava o desemprego e as condições de trabalho e de vida do povo. (...) A União Europeia não apaga nem pode apagar a identidade das nações, antes cria novos motivos para reforçar, particularmente nos países cujos interesses são sacrificados, o amor pela sua nação, pela sua pátria e a consciência da sua identidade e dos seus direitos. (...) A União Europeia não põe termo às pátrias nem ao patriotismo, antes pelo contrário, nomeadamente no que respeita a Portugal, coloca a necessidade imperativa para os portugueses de afirmar o seu patriotismo e lutarem na defesa dos interesses nacionais, para garantir a independência e a soberania do nosso Estado-nação, da *nossa pátria, da pátria portuguesa*".

⁸⁵ Também em 1994, os dirigentes do CDS-PP publicam um texto conjunto que tem muito em comum com o que os comunistas publicaram nesse mesmo ano e que referi em nota anterior. No rescaldo do Tratado de Maastricht, Manuel Monteiro publica *Viva Portugal. Uma nova ideia para a Europa*, com a participação de Adriano Moreira, Paulo Portas, Jaime Nogueira Pinto, Jorge Ferreira, Vasco d'Orey e Vítor Aguiar e Silva, entre outros. Esses textos ilustram a crítica dos políticos populares às tendências federalistas que o Tratado de 1992 incorporou e repetem a tese soberanista segundo a qual Portugal tem tudo a perder com o rumo que a UE assim adquiriria. Os argumentos pela defesa dos interesses nacionais no quadro na sua integração europeia e de repúdio pela matriz federal consolidada no Tratado da União Europeia alinham-se nos seguintes pontos: 1. o sacrifício da vocação atlântica e africana no altar europeu, nomeadamente pela abertura a uma federalização da política externa dos Estados-membros; 2. o "método furtivo", a "estratégia do ocultismo europeu" com que se disfarçam os "pequenos passos" em direcção à federação e ao Governo europeu, dados à socapa dos povos; 3. a substituição da unanimidade pela maioria como regra para a decisão de matérias vitais (política monetária, por exemplo) para os Estados nacionais, no quadro dos órgãos comunitários, com a consequente federalização da Comunidade Europeia e formação de um directório dos grandes países; 4. a abdicação de prerrogativas de soberania contidas no Tratado da União Europeia, como a "pura ficção" que é a cidadania europeia, a "europeização do território" que impede que cada país defina

2002, se tornou um partido de governo em coligação com o PSD e o seu líder assumiu uma pasta ministerial, as circunstâncias institucionais obrigaram a que atenuasse o seu discurso anti-europeu e tem, desde então, acompanhado, em geral, as posições socialistas e sociais-democratas.

1986 marcou o início das grandes transformações que viriam a mudar a paisagem política, económica, social e cultural do país. Os doze anos anteriores serviram para enterrar uma ditadura, sobreviver a uma revolução e ensaiar o que fazer com a soberania popular e as liberdades fundamentais. Aos tropeções, em sucessões alucinantes de tomadas de posse e demissões de governos, entre a auto-gestão e a nacionalização do aparelho produtivo, o país amadurecia gradualmente e rotinizava práticas democráticas. É a partir desta data que se torna irreversível a diáde democratização-europeização, cada um dos termos provocando o outro. A adesão de Portugal e Espanha ocorre precisamente quando a Comunidade Europeia, com Jacques Delors na presidência da Comissão, ganha novo fôlego após a estagnação das décadas de 1970 e 80, marcadas pelos alargamentos que duplicaram o número de Estados-membros. Logo no segundo mês após a adesão era assinado o Acto Único Europeu que consagrava o Mercado Único, a concretizar-se em 1993. O atraso dos países ibéricos relativamente aos restantes membros tornou necessária uma política de apoio que garantisse a sua preparação para o momento em que fossem removidas todas as fronteiras comerciais entre os Doze. O fluxo contínuo de fundos estruturais canalizado do orçamento europeu para Portugal (parte dele com destino duvidoso, antes da CE normalizar o seu controlo) foi determinante para o desenvolvimento sustentado da sua economia. Dirigidos essencialmente à construção de infraestruturas

quem pode ou não entrar nas suas fronteiras, o direito dado aos estrangeiros "cidadãos europeus" de elegerem e serem eleitos nas eleições locais e europeias e a importação de legislação comunitária que se sobrepõe à nacional, sem qualquer controlo democrático; 5. os perigos encerrados pelo Tratado de 1992, pelo que não diz mas permite, como o federalismo militar e a desnacionalização da política externa; 6. a conivência anti-patriótica e irresponsável dos partidos do "bloco central de Maastricht" na depauperação da soberania nacional, numa clara "tendência para a abdicação que existe na classe política indígena", segundo Paulo Portas (*in* Monteiro, 1994. 161). Finalmente, a artilharia pesada é apontada em força à política monetária e, em particular, à moeda única que se anuncia. Curiosamente, os argumentos apresentados sobrepõem-se com exactidão aos expostos pelos comunistas. Diz Paulo Portas, que enquanto director do semanário *O Independente*, conduziu a mais devastadora campanha contra o Tratado da União Europeia: "Merecem algum perdão os que se dedicaram laboriosamente, a defender e executar uma política económica que teve um feito de *napalm* sobre o aparelho produtivo português, liquidando empresas e postos de trabalho, tudo em nome do dogma da moeda única e do zelo pelos critérios de convergência? Não merecem perdão" (*idem*: 142). E continua: "a moeda única é sinónimo de federalismo. (...) aceitar a morte do escudo é ser cúmplice de um violento ataque à soberania" (*idem*: 146-147).

(sobretudo vias de comunicação), à correcção de disparidades internas, à formação dos recursos humanos e à modernização dos sectores da indústria, pescas e agricultura, os milhões de ecus que suportaram esses projectos relançaram a economia portuguesa, libertando-a da crise que se arrastava desde a revolução de 1974, e tornaram-na atractiva ao investimento estrangeiro. Por outro lado, contribuíram para a modernização do sector público administrativo, que teve de adaptar-se às normas impostas na gestão dos fundos comunitários (cf. Magone, 1997: 161-163), assim como ao ajustamento do ordenamento jurídico. Terá contribuído para o sucesso desta primeira fase de modernização a estabilidade proporcionada pelos dois governos maioritários de Cavaco Silva e o carácter tecnocrático e economicista que lhes imprimiu.

Nos primeiros anos de adesão, Portugal manteve uma posição discreta e prudente nos órgãos comunitários. Cavaco Silva, primeiro-ministro entre 1985 e 1995, alinhava na altura pela posição céptica que era a da Grã-Bretanha de Margaret Thatcher no tocante aos avanços na união política e concentrava as manobras diplomáticas na obtenção de condições o mais favoráveis possível à economia nacional, designadamente ao nível das cláusulas de transição e na negociação dos fundos estruturais e de coesão dos Quadros Comunitários de Apoio. A primeira presidência portuguesa do Conselho Europeu⁸⁶, entre Janeiro e Junho de 1992, provocou uma mudança substancial nesta orientação *low profile* de Portugal na Comunidade Europeia. Para além do grande esforço posto em superar as expectativas dos parceiros europeus, garantindo uma organização cuidada do acontecimento e um empenho profundo na resolução dos *dossiers* que estavam sobre a mesa⁸⁷, ter assumido a presidência parece ter outorgado ao país e aos seus dirigentes um estatuto de maioria e

⁸⁶ É interessante analisar como nas três presidências europeias assumidas por Portugal é possível fazer uma leitura sobre a *imersão* do país na *comunidade europeia* a partir dos símbolos escolhidos para representar cada uma delas. Em 1992, foi escolhido um astrolábio, desenhado a verde e vermelho, com a legenda "Portugal 92". Na segunda presidência, em 2000, como o primeiro-ministro António Guterres, mantêm-se as cores nacionais, mas num grafismo de natureza mais universal (ervas a crescer do solo). Em 2007, com José Sócrates, o símbolo já não remete em aspecto algum para o país (trata-se de uma flor branca sobre fundo azul, cor da Europa, por excelência) e é acompanhado, num estilo *high tech*, pela legenda "EU2007.PT".

⁸⁷ Entre muitas outras matérias em tratamento, foram particularmente espinhosos os tópicos ligados à renegociação da PAC, ao conflito nos Balcãs, à representação europeia na Conferência sobre o Ambiente do Rio de Janeiro (ECO 92), à ulitimação do processo do Mercado Único e, sobretudo, ao voto negativo dos dinamarqueses no referendo sobre o Tratado da União Europeia.

participação plena nas instituições comunitárias. É nesta altura que Cavaco Silva se distancia do euro-cepticismo britânico e assume o interesse que Portugal tem numa Europa unida e forte, de que a moeda única seria a melhor tradução. Sobre os efeitos da presidência europeia exercida em 1992, diz José Magone (1997: 170): "foi um importante ponto de viragem na europeização do governo português. Valorizou a imagem internacional de Portugal e melhorou a auto-confiança dos seus líderes. (...) Este maior envolvimento e empenho na CE teve impacto no quadro institucional português".

Em Dezembro de 1992, o Parlamento português ratifica o Tratado da União Europeia por larga maioria, após um debate público que trouxe para a ribalta a integração europeia, os seus efeitos na soberania nacional e a participação do povo português na aprovação do Tratado através de referendo. O Partido Comunista e o CDS de Manuel Monteiro votam contra. No mês anterior, tinha sido aprovada a terceira revisão da Constituição de 1976 com o propósito de conformar a lei fundamental à nova arquitectura institucional e política da UE. Com isto, as políticas públicas nacionais estavam cada vez mais interligadas ou mesmo dependentes de um nível supranacional de decisão. Atingida a estabilidade e maturidade democrática com os governos de Cavaco Silva e António Guterres, com o crescimento económico sólido dos anos 1990 e o *milagre* do controlo das contas públicas, Portugal europeu entrava em velocidade de cruzeiro e sentia-se ombro a ombro com outros países na corrida para a meta da moeda única. Vítor Martins, Secretário de Estado para os Assuntos Europeus entre 1985 e 1995 e um dos políticos portugueses mais envolvidos no processo de integração europeia, resume assim os efeitos de tal processo: "A adesão às Comunidades Europeias significou uma opção irreversível do nosso país pela democracia, pelos direitos do homem, pela liberdade e pelo modelo de economia de mercado e de justiça social. Significou o retorno de Portugal ao primeiro plano da vida europeia. (...) Portugal foi chamado não só a adaptar-se às exigências da adesão, mas também a participar nas decisivas negociações que foram aprofundando a integração europeia. (...) Colhemos

muito da nossa adesão: maior afirmação externa, mais confiança nos nossos valores, mais desenvolvimento económico, mais iniciativa empresarial, mais modernização de infra-estruturas. Contribuímos com outro tanto: fomos um parceiro estável na fronteira atlântica, defendemos a coesão política, económica e social da União (...). Não há que ter complexos, nem sentimentos de culpa. A nossa participação na União Europeia não é inibidora da nossa vocação e do nosso carácter; pelo contrário, é potenciadora das nossas capacidades e da nossa projecção no mundo. O que devemos evitar é qualquer tendência de automarginalização – que em momentos passados foi típico do nosso comportamento colectivo" (AA.VV., 1996: 9-10).

O século XX deixou demonstrado o que é a aceleração da história e como, depois de um primeiro impulso, as mudanças se exponenciam embaladas por uma espécie de lei da inércia. As últimas décadas da história portuguesa corroboram na perfeição esta ideia. O país que éramos nos anos 1960 estava já a agitar-se, mas, a partir da década seguinte, precipitou-se em Portugal uma revolução que vai muito para lá da substituição de regime político em 1974. Diz Maria Filomena Mónica (1997: 228), referindo-se ao pós-25 de Abril, que "em dois anos, os portugueses viveram cinquenta anos de história". Daí em diante, as transformações deram-se em todas as frentes, fazendo de Portugal um país que nem sequer fora sonhado. Ao nível da estrutura económica, do sistema político, das relações internacionais, dos indicadores demográfico-sociais, dos valores e da cultura, a nação refez-se a alta velocidade. De tão precipitado, o processo teve os seus custos – nem tudo se fez bem, nem todas as expectativas se cumpriram, nem todos ficaram satisfeitos, mas o país desejou e apressou uma metamorfose admirável. Seria fastidioso e inapropriado no âmbito desta pesquisa multiplicar as referências aos trabalhos desenvolvidos nos campos da sociologia, da economia e da politologia sobre as mudanças que aconteceram no país nas últimas quatro décadas. Abstendo-me de tal, volto a dar a palavra a Maria Filomena Mónica (*idem*: 230) que resume, de modo muito expressivo, o

movimento de modernização ocorrido na sociedade portuguesa: "Pode ser que continuemos a figurar em último lugar no *Eurostat*, mas isso pouco afecta os portugueses, para quem a memória da miséria ancestral é mais forte do que os números. Há ainda, e mais importante, coisas que não se podem medir. Qualquer português pode hoje escolher o partido em que votar, reunir-se com quem lhe apetecer, rezar abertamente ao deus que entender, ter acesso a uma justiça livre de pressões políticas, resistir ao poder sem represálias. Em 1974, o país obteve o que outros, há anos, há séculos, tinham conseguido. (...) O mais importante não é tanto o sentido da evolução partilhada com outros países, mas o ritmo a que tudo aconteceu. Com a provável excepção da Espanha, nenhum outro país europeu conseguiu liquidar o campesinato, alterar a taxa de fecundidade, mudar os padrões de consumo, diminuir a mortalidade infantil, instaurar o sufrágio universal, transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras a pessoas e bens, escolarizar a população, liquidar um Império, à velocidade a que o fez Portugal. Na economia como nas almas, o país está irreconhecível".

3. O apoio à integração europeia: sim, mas...

Se houvesse que começar por uma fórmula esclarecedora do tipo de envolvimento do povo português com as questões europeias, não seria desadequado dizer-se que se resume a *apoio e indiferença*. Como os termos encerram uma forte contradição, há que explicar o que se entende por tal. Na generalidade, trata-se da conjugação de uma parte maioritária, que apoia vincadamente a integração europeia em si e a participação do país no projecto de construção europeia, e de uma parte considerável, que permanece ignorante e indiferente às questões relacionadas com esse processo. Durante quase todo o século XX a questão europeia não suscitou mais do que reacções limitadas, mesmo entre as elites políticas e intelectuais. Quando, nos anos 1980, a Europa entra de rajada no país, julgaríamos que a indiferença não seria já possível. Todavia, se me é permitida uma certa personalização do país, o povo recebeu a Europa como se despedira do império: como algo irrelevante, que não merece um arregalar de olhos, com a serenidade passiva dos que não têm nada a ganhar ou a perder. Focando mais o olhar, percebe-se que o país é empurrado por parte da sua elite dirigente, que muito activa e empenhadamente consegue a adesão. Em Outubro de 1981, com o processo negocial para a adesão a correr há três anos e a aguardar-se a entrada para breve, apenas 13% dos portugueses se consideravam muito interessados nas questões da Comunidade, 14% não estavam nada interessados e 54% não sabiam. Nessa altura, só 20% dos portugueses apoiavam a unificação europeia, contra 36% dos espanhóis. Mais significativo, ainda, é ver que só 19% dos portugueses consideravam a adesão como uma coisa boa; em Espanha, esse valor era de 52%. A essa questão, 62% dos portugueses respondiam que não sabiam. No ano seguinte, passados dois anos da assinatura do Acordo de pré-adesão, os portugueses são inquiridos sobre a avaliação que fazem dessa possibilidade: 4% respondem que a adesão será "uma coisa boa", para 14% "não será boa

nem má" e 7% acreditam tratar-se de "uma coisa má". A maior fatia é a dos que não sabem responder à pergunta: 55% (*Eurobarómetro* n° 17).

Depois de se efectuar a adesão, os números reveladores do *apoio* vão crescer consideravelmente até atingirem algum entusiasmo, no início dos anos 1990, com valores superiores aos da média europeia, e mantendo-se, desde então, em redor dessa média. Os portugueses têm estado também entre os que sustentam uma opinião mais favorável nos momentos críticos do aprofundamento da integração, como ocorreu com a introdução da moeda única, como se verá com mais detalhe adiante.

O outro lado da opinião pública nacional, o lado opaco e dúctil, é-nos dado pelos valores *anormalmente* elevados de não-respostas nos inquéritos sobre as questões europeias⁸⁸. Quase sem excepção, mesmo na Europa a 27, as respostas portuguesas são das que assumem valores mais elevados na categoria residual "não sabe/ não responde". Para o nosso país, por vezes, essa categoria não é de todo residual e chega a ultrapassar as categorias de conteúdo concreto. Nas primeiras sondagens à opinião pública portuguesa incluídas no *Eurobarómetro*, esses números são assustadores. Em 1981, questionados sobre o interesse que têm em matérias comunitárias, 54% dos portugueses responde que não sabe (19% em Espanha e 3% nos Dez). Quando a pergunta é sobre o apoio à unificação europeia, 67% dos portugueses inquiridos dão a mesma resposta (Espanha: 32%; média dos Dez: 13%). No *Eurobarómetro* n° 17, de 1982, 78 em cada 100 portugueses dizem não saber se a última palavra nas decisões deve ser dada aos governos nacionais ou aos órgãos de governo europeu. A mesma categoria vale 58% para Espanha e 20% para os Estados-membros. Depois de 1986, há um decréscimo acentuado das não-respostas, mas, ainda assim, é recorrente ser em Portugal que essa categoria assume valores mais elevados. Acresce que, em questões que avaliam o nível de conhecimento dos cidadãos europeus sobre determinadas matérias, os portugueses estão

⁸⁸ É, também, a constatação de Marina Costa Lobo (2005: 143): "O primeiro facto que se destaca em todas as questões relacionadas com a União Europeia é o grande número de sem-respostas entre os inquiridos portugueses. Portugal é quase sempre um dos países da UE onde é mais alta a percentagem dos que não sabem ou não respondem".

também entre os povos que se dizem menos informados⁸⁹. Essa auto-percepção de desconhecimento traduz-se, muitas vezes, em não-respostas ou respostas erradas. É neste sentido que falo em indiferença, mas sublinhando que aí se inclui a ignorância, o desinteresse, o desconhecimento e a falta de esclarecimento. A *indiferença* que é revelada pelos números do *Eurobarómetro* encontrei-a também nos grupos de discussão que conduzi. Nesse contexto de discussão de questões que ligavam o país à União Europeia e à Europa em geral, foram raros os participantes que abordaram espontaneamente matérias basilares da construção europeia, como os Tratados, as instituições comunitárias ou a possibilidade de uma Constituição europeia. A excepção foi precisamente a moeda única, que surgiu sempre nos discursos produzidos antes de eu a introduzir. Outro sinal claro da indiferença dos portugueses é a sua participação nas eleições para o Parlamento Europeu e que, exceptuando-se a primeira eleição, em 1987, tem estado sistematicamente abaixo da média e progressivamente mais próxima dos países com maior abstenção, o Reino Unido e a Holanda, como se constata no quadro a seguir.

⁸⁹ No Eurobarómetro nº 52, de 1999, foi pedido aos europeus que se situassem numa escala de 1 a 10, em que o 1 representava um conhecimento nulo sobre a UE e o 10 um conhecimento elevado. A média das respostas dos portugueses foi a segunda mais baixa, com 3,58, tendo sido a média UE 15 de 4,24.

Quadro1 – Taxas de participação nas eleições para o Parlamento Europeu

Estados	1979	1984	1987	1989	1994	1995	1996	1999	2004
DE	65.7	56.8		62.3	60			45.2	43
FR	60.7	56.7		48.7	52.7			46.8	42.75
BE	91.4	92.2		90.7	90.7			91	90.81
IT	84.9	83.4		81.5	74.8			70.8	73.1
LU	88.9	88.8		87.4	88.5			87.3	90
NL	57.8	50.6		47.2	35.6			30	39.3
UK	32.2	32.6		36.2	36.4			24	38.9
IE	63.6	47.6		68.3	44			50.2	59.7
DK	47.8	52.4		46.2	52.9			50.5	47.9
EL		77.2		79.9	71.2			75.3	63.4
ES			68.9	54.6	59.1			63	45.1
PT			72.4	51.2	35.5			40	38.79
SE						41.6		38.8	37.8
AT							67.7	49.4	42.43
FI							60.3	31.4	41.1
Média UE	63	61	-----	58.5	56.8	-----	-----	49.8	45.6⁹⁰

Fonte: Parlamento Europeu, disponível *online*: http://europarl.europa.eu/elections2004/ep-election/sites/pt/results1306/turnout_ep/turnout_table.html, 20.09.2006.

Interessada em auscultar a opinião pública europeia, a Comissão Europeia realiza, desde 1974, inquéritos em todos os países membros, que publica duas vezes por ano sob a forma do *Eurobarómetro* e em relatórios temáticos de natureza quantitativa ou qualitativa. A cada momento, consoante a conjuntura e os debates que animam a União, são colocadas e analisadas questões dirigidas à medição da sensibilidade dos cidadãos europeus sobre tais temas. Desde há longos anos mantém-se um conjunto de questões sobre a atitude dos europeus perante a CE/ UE, o que permite uma descrição e análise longitudinal da opinião em cada Estado-membro. A partir desses dados, é possível perceber a evolução da opinião pública portuguesa e compará-la com a de outros países e com a média europeia, de modo a esboçar-se uma sequência de "mapas" que cartografam a postura dos portugueses perante a construção europeia. A leitura desses dados será articulada com os dados recolhidos através dos grupos de discussão.

⁹⁰ A média do ano de 2004 inclui os dez países que aderiram nesse ano; as taxas de participação para esses países variaram entre 20.87%, na Polónia e 82.37%, em Malta. Na Bélgica, Grécia e Luxemburgo o voto é obrigatório.

É curioso que, se associarmos os dados obtidos nas sondagens do Eurobarómetro à opinião expressa pelos participantes nos grupos de discussão, conseguimos obter a explicação para a impressionante curva ascendente nos valores de apoio à adesão do país à Comunidade Europeia. A explicação parece residir na própria adesão, isto é, se até finais dos anos 1980 a Europa não era mais do que uma opção dos dirigentes políticos parcamente esclarecida junto da opinião pública, a partir do momento em que os telejornais abrem com notícias sobre os milhões de contos que entram na economia nacional sob a forma de fundos de apoio ao desenvolvimento, é dada uma outra atenção a essa Europa que dá pelo nome de CEE. Para os portugueses, nas palavras de Jorge Wemans (1990: 253), a Europa torna-se uma "concretização económica e social diariamente noticiável". Da mesma forma, a CEE é noticiável pelas exigências que arrasta atrás de si, ao impor regras, directivas e modos de fazer que, ao mesmo tempo que são vistos como ingerências ao modo nacional de fazer, são também tidos como o padrão da modernidade ("como se faz na CEE"), a "garantia da elevação do nosso limite mínimo de qualidade, humanidade e rigor" (*idem*: 255).

O que explica que em 1985 menos de 30% dos portugueses considerassem a pertença à Comunidade Europeia "uma coisa boa" e em 1991 ascendessem quase a 80% é a própria experiência da adesão, ou seja, o facto de o país ter experimentado um crescimento económico e uma estabilização política inegavelmente imputáveis à sua participação na Comunidade Europeia. A aceleração do país foi fulgurante e ninguém pôde ser-lhe indiferente: o país mudava em cada quilómetro de auto-estrada aberto, em cada centro cultural ou desportivo que alterava a paisagem de vilas e aldeias, em cada impresso de candidatura a subsídios à agricultura ou à formação profissional. Por isso, vinte anos depois da adesão, o que ficou registado como opinião unânime nos grupos de discussão que realizei é o milagre da transmutação do país, traduzido em frases exclamativas que não deixam dúvida sobre a importância desse momento que foi a adesão:

"Se não fosse a União Europeia, onde nós estaríamos?!" [Sérgio, Grupo (G) 1];

"O que seria de nós sem a nossa integração na União Europeia!" [Bernardo, G1];

[A entrada de Portugal para a CE] "foi a melhor coisa que podia haver. (...) Se não tínhamos entrado, como é que nós estávamos? Entravam os outros e nós ficávamos sozinhos, valíamos alguma coisa, com uma moeda fraca, aqui fechadinhos? Não, não podia ser, de maneira nenhuma" [Domingos, G5].

A intensidade com que estas frases foram proferidas e o tom usado para as enfatizar permitem deduzir o receio pelo país no caso de não ter acontecido a adesão. Além disso, mesmo quando a ideia não é enunciada com esta firmeza, ela está sempre presente como um dado adquirido e implícito; mesmo os elementos que revelaram posições mais euro-cépticas e inclinações nacionalistas afirmaram a necessidade de Portugal estar incluído na União, como é o caso da pessoa que proferiu a segunda afirmação. Posso, pois, avançar que a principal conclusão a retirar dos grupos realizados é o apoio dado à integração europeia. Naturalmente, há múltiplas *nuances* nesse apoio e podem, mesmo, detectar-se contradições e sentidos opostos nas posições de alguns participantes, de que se dará conta adiante. Mas, claramente, sobrepôs-se à discussão o carácter benévolo da integração de Portugal na Comunidade Europeia, a ponto de essa condição ser tomada como dado adquirido e indiscutível.

Vejamos com mais rigor que resultados são apresentados pelo órgão de sondagem pública da Comissão Europeia sobre a posição dos portugueses relativamente à adesão e à unificação europeia. No período entre 1981, data da primeira recolha de dados em Portugal para o *Eurobarómetro*, e 2006, o apoio que os portugueses dão à integração europeia foi dos 24 aos 47 pontos percentuais, atingindo o pico de 79% na Primavera de 1991. Como pode verificar-se no gráfico 1, o número daqueles que consideram a pertença à UE como "uma coisa má" nunca foi muito significativo, tendo sido residual nos primeiros seis anos da adesão e

passando a rondar os 10% após 1993, no rescaldo da campanha anti-Tratado de Maastricht dos partidos mais extremistas do Parlamento, PCP e CDS. Para uma parte considerável da população, oscilando entre os 20 e os 40% desde 1993, a pertença à UE "não é boa nem má". O gráfico mostra com clareza que, desde o ano da adesão, a maior parte dos portugueses vê como positiva a pertença à União Europeia, com valores que quase invariavelmente estão acima da média dos países-membros e que só excepcionalmente ficam abaixo dos 50%. Permite também ver que a opinião é mais positiva em períodos de prosperidade económica e de maior envolvimento do país nas instituições comunitárias (caso das Presidências do Conselho da UE assumidas por Portugal em 1992 e 2000) e tende a declinar ou a oscilar em períodos de crise económica, o que tem acontecido desde o ano 2000. Dados mais recentes do que os usados no gráfico, mostram que em 2007 se verificou uma subida no apoio à integração do país na UE.

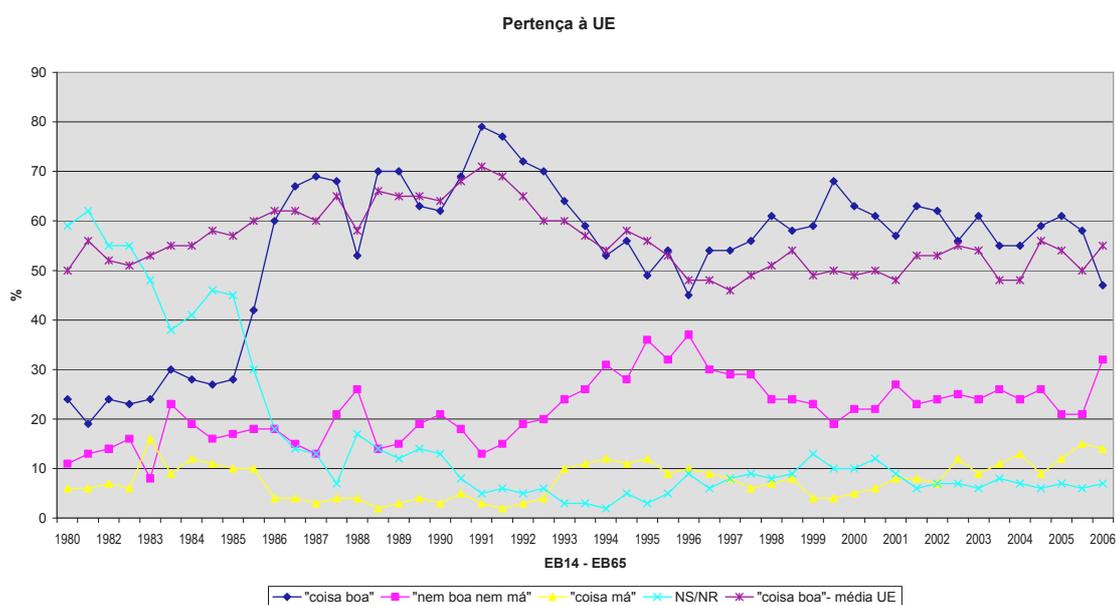


Gráfico 1

Fonte: Eurobarómetro 14 a 65

Se estes números nos dizem bastante sobre a posição dos portugueses face à UE, a verdade é que não dizem tudo; sobretudo não dizem que significados e motivos sustentam a adesão maioritária à integração europeia.

Outros países europeus disporão de níveis de apoio e rejeição não muito diferentes dos nossos e, todavia, por detrás da semelhança dos números, reconhecemos realidades muito diversas, sustentadas por lastros históricos irrepetíveis e formas identitárias e de auto-percepção dos povos que lidam com sentidos muito específicos da relação com a Europa (v. Jáuregui, 2002; Törnquist-Plewa, 2002). No caso de Portugal, pude escutar tais sentidos às pessoas que entrevistei, quase nunca de forma explícita, mas através de enunciações que demonstravam haver sentidos amplamente partilhados acerca da adesão de Portugal à UE. É necessário começar por fazer a pergunta mais simples: por que apoiam os portugueses a integração do seu país na Comunidade/ União Europeia? Que representação têm desse vínculo e que valor lhe atribuem?

É seguindo as sondagens de opinião da UE que surge uma importante pista de resposta. Desde há décadas que o *Eurobarómetro* procura saber junto dos europeus se consideram que o seu país beneficiou com a integração europeia. O gráfico 2 reporta os dados relativos a Portugal e à média dos Estados-membros.

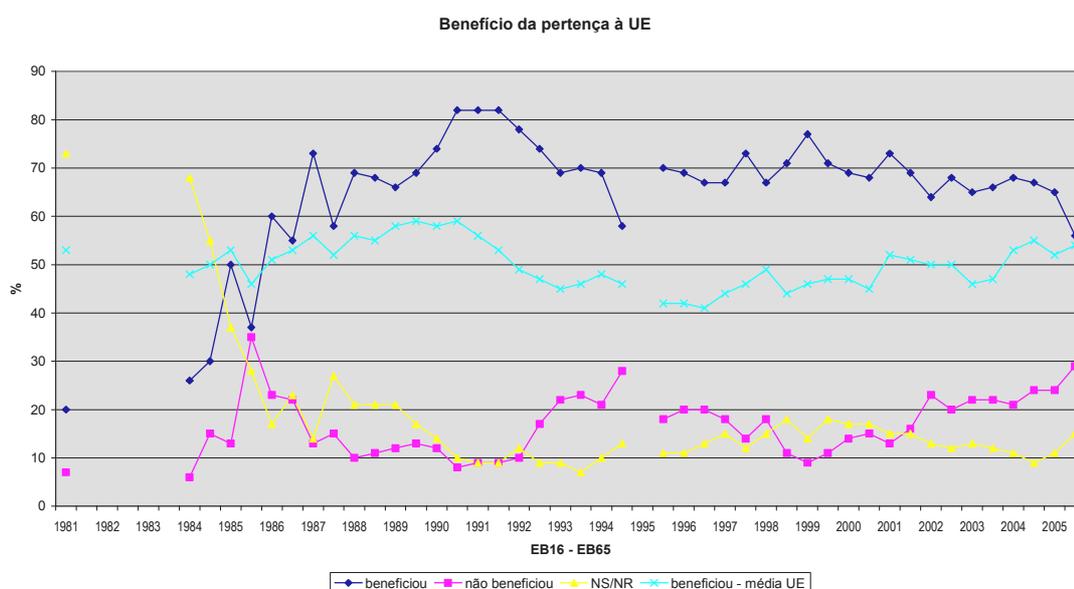


Gráfico 2

Fonte: *Eurobarómetro* 16 a 65.

Não restam dúvidas de que, para a grande maioria do povo português, a adesão à Comunidade/ União Europeia se traduz em benefícios para o país. Se no período pré-adesão são muito poucos os que conseguem expressar uma opinião sobre o assunto (em 1984, perto de 70% não respondem), logo em 1986 dispara o número dos que consideram que Portugal beneficiou com a adesão e desde então os valores mantêm-se na ordem dos 70%, com um pico de 82% em 1991-92. Ainda assim, em geral, entre 10 e 20% dos portugueses pensam que não houve benefícios com a adesão e outros tantos não respondem. Um dado de relevo é que, desde 2001, tem subido de forma consistente o número daqueles que pensam que Portugal não beneficiou por pertencer à UE; concomitantemente, tem declinado a percentagem dos que pensam ter havido benefícios. Não será alheia a estas posições a crise económica prolongada que acompanha o país nos últimos anos. Mais recentemente, segundo dados preliminares do *Eurobarómetro*, as curvas inverteram-se, passando a situar-se perto dos 70% aqueles que consideram que o país beneficiou com a integração europeia. O gráfico mostra um outro dado interessante: a percentagem dos portugueses que responde ter havido benefícios para o país com a integração europeia é muito superior à média dos restantes povos, chegando a diferença a situar-se nos trinta pontos percentuais em vários inquéritos levados a cabo nos anos 1990.

Sobrepondo a interpretação acabada de fazer dos dois gráficos, isto é, da apreciação do carácter positivo ou negativo da pertença europeia e da opinião quanto aos benefícios retirados dessa pertença, pode concluir-se que são mais os portugueses que acham ter beneficiado com a integração europeia do que os que vêem nela uma coisa positiva. Pode até dizer-se, forçando um pouco a leitura, que para os portugueses a União Europeia é mais uma fonte de benefícios do que uma coisa boa em si. Poder-se-á afirmar que os portugueses apoiam a integração europeia porque daí retiram benefícios? Sem dúvida tal proposição estaria em consonância com a atitude de *apoio indiferente* acima referida, mas, antes de avançar com tal conclusão,

é necessário perceber o que não pode ser dito nas respostas às sondagens do *Eurobarómetro* – o que é a integração europeia vista do lado português, que concepção de Europa está presente nos discursos nacionais, em que sentido se diz que o país beneficiou ou não da pertença à União Europeia. Para ultrapassar a opacidade das respostas dadas nas sondagens à opinião pública sobre as questões europeias é necessário atender aos discursos que não são redutíveis a percentagens e considerar como úteis e esclarecedoras a ambivalência e a complexidade que a expressão qualitativa das opiniões implica. Foi precisamente com a ambivalência que me deparei ao longo da recolha empírica realizada através de grupos de discussão e, longe de constituir um entrave, esse traço revelou-se crucial na análise da relação que os portugueses mantêm com a Europa na actualidade.

Voltando à questão acima formulada – será o apoio dos portugueses à integração europeia sustentado pela percepção de que têm bastante a beneficiar da pertença à UE? –, diria que os dados empíricos confirmam esta hipótese, mas de forma matizada. De um modo geral, descreveria as representações dos entrevistados como de consenso relativamente à importância de Portugal estar integrado na União Europeia, mas o fundamento desta adesão manifesta mais uma preocupação de índole patriótica do que uma ambição em participar no *projecto europeu* entendido como programa histórico, axiológico e cultural de unidade da Europa. Quero com isto dizer que o que parece mover os portugueses rumo à Europa é o facto de ela se ter tornado a via sem alternativa no momento em que o país clamava desesperadamente por estabilidade política e económica e que representa, desde aí, o trilho seguro para o desenvolvimento e a modernização, cansados que estavam da *fatalidade* do atraso nacional. A Europa surgia, assim, como veículo e instrumento de salvação nacional, mesmo se de muitos lados se ouviam vozes a alertar para os riscos de perda de soberania ou de colonização económica. Creio que os portugueses sentiram, em 1986, que davam um passo no escuro – poderíamos continuar a defender os nossos interesses, seria a economia portuguesa capaz de

prosperar em ambiente de forte concorrência? –, mas que esse era um risco inevitável.

No momento em que se realizaram os grupos de discussão, cerca de 20 anos depois da integração, a situação era já muito diferente. As maiores incertezas e angústias haviam sido dissipadas. Portugal estava irreconhecível: o crescimento económico permitira encurtar a distância face aos países desenvolvidos e acabáramos de passar por um tempo de sucessos assinaláveis da sociedade portuguesa, como foram a Expo 98, a participação na moeda única e o Euro 2004. Não há dúvida de que este panorama propiciou aquilo a que vários participantes nos grupos referiram como "motivos de orgulho nacional", "levantar a auto-estima", "capacidade de atingir objectivos" e "admiração dos estrangeiros pela nossa capacidade de organização". Apesar da crise económica vivida desde os primeiros anos do século, parece consensual que Portugal vencera na Europa – e que a Europa vencera em Portugal. O que é curioso é perceber que a europeização de Portugal é maioritariamente vista como um sinónimo de modernização – prosperidade económica, abertura de fronteiras, moeda única. Neste sentido, o que a Europa trouxe a Portugal nos últimos anos foi uma forma do *Cumprir-se Portugal*, um meio de resgatar o país que se retardara na história e negara prolongadamente ao seu povo as vantagens materiais e civilizacionais de *ser moderno*. É neste sentido que apontam os discursos produzidos pelos participantes nos grupos de discussão. De uma forma complexa e recheada de contradições e ambivalências, expressam reiteradamente um forte vínculo patriótico (que não impede o desfiar de críticas, nem o sentimento de mágoa pelos fracassos), ao mesmo tempo que há uma aceitação implícita do presente e futuro europeu do país, com o reconhecimento realista de que não poderia ser outro o nosso lugar no mundo de hoje. Para que melhor se compreenda, diria que se detectam duas concepções do sentido da Europa para os entrevistados: como projecto cultural e simbólico de unificação de um continente e como almofada onde repousa o bem-estar nacional. A primeira acha-se escassamente mencionada nos discursos em análise, enquanto a segunda atravessa a generalidade das opiniões.

Concluir, como acabo de fazer, que para os portugueses a Europa é, sobretudo, um fornecedor de prosperidade, modernização e reconhecimento internacional exigiu sintetizar numa sinopse compacta aquilo que, nas discussões tidas em grupo, surge de modo esparso, diluído e em enunciações ambíguas ou contraditórias feitas em réplicas sucessivas. Na verdade, as frases acima reproduzidas são a demonstração sucinta de que é positivo estar na Europa pelos benefícios que ela nos trouxe – de outro modo, poderíamos estar noutro lado qualquer ou sozinhos. Quando é dito "se não fosse a União Europeia, onde nós estaríamos?!", é dito também o preço cobrado:

"Obedecer aos Vinte e Cinco" (...) "estamos inseridos na União Europeia, é certo, mas é cheia de contrariedades, traz muitas dúvidas" [Virgílio, G2];

"Eu não sou defensor daquela famosa frase de Salazar, 'orgulhosamente sós', não. A União Europeia ajudou-nos muito, o que seria de nós sem a nossa integração na União Europeia! Mas acho que foi tudo demasiado rápido" [Bernardo, G1].

Ao longo das conversas, repetem-se as frases de apoio à integração de Portugal na UE, mas são sempre acompanhadas da ideia de *opção inevitável* ou falta de alternativa e acrescidas da referência ao facto de que nem tudo é positivo:

"Embora muita gente possa discordar da forma como as coisas se têm desenrolado, acho que não tínhamos outra opção que não fosse aderir à União Europeia" [Manuel, G3];

"A União Europeia, estou de acordo que estejamos lá integrados, vamos lá ver como é que fazem as coisas. Acho que é muito importante, nem tínhamos solução sem lá entrar" [Adelaide, G3];

"A União Europeia, também concordo, acho que ótimo para muitas coisas, talvez não tenha sido tanto para outras, tem os seus prós e contras" [Odete, G3];

"Se logo a seguir ao 25 de Abril não começamos com o programa de adesão culminando em 85, nós hoje em dia em vez de estarmos dez ou quinze anos, ou mais, atrasados relativamente à Alemanha, à França, à Inglaterra, estaríamos trinta, quarenta, cinquenta anos atrasados relativamente a esses países. Acho que não tenho qualquer dúvida acerca disso" [Alexandre, G4].

Para a totalidade dos participantes nos grupos de discussão, a equação entre Portugal e a Europa só fica completa com o factor *benefícios* ou *vantagens*. É indiscutível que é este o campo semântico privilegiado nos discursos sobre a europeização de Portugal. De uma forma bastante apurada, uma das participantes põe em relevo a indiferença da população em geral acerca da unificação europeia e dos seus efeitos sobre o país que ficam para lá das condições de vida quotidianas:

"(...) as pessoas nem pensam nisso, só pensam 'o que eu quero é melhores condições', é uma sociedade de consumo que nem sequer tem a ver nada com a Europa (...). E, então, as pessoas nem sequer ligam a essa divergência que pode haver entre identidade nacional e a identidade europeia. Para elas tanto lhes faz, o que elas querem é ter aquele determinado nível de vida. Isto é uma discussão mais para intelectuais, mais para pessoas que (...) é só para quem já tem a barriga cheia. Para quem tem de sobreviver, que lutar para ter de comer, para manter a família e os filhos... as pessoas não têm tempo para este tipo de discussões e, por isso, não há uma onda nacional... Eu não posso dizer que eu sinto que as pessoas têm conhecimento suficiente sobre o assunto para se pronunciarem e nem sequer que tenham uma ideia formada sobre isso, acho que não existe, simplesmente" [Mónica, G1].

É possível ler neste excerto uma tendência que os estudos comparativos internacionais sobre os valores têm revelado: o peso dos valores materialistas, por oposição aos pós-materialistas, na sociedade portuguesa, em consonância com um nível de desenvolvimento semi-periférico. Dados de 1990, apresentados por Jorge Vala (1993: 222-227), mostram que, em comparação com a média dos países da Comunidade Europeia, em Portugal são mais salientes os valores materialistas, associados à satisfação de necessidades básicas (crescimento e estabilidade económica, ordem social) do que o tipo de valores sociais que Ronald Inglehart (1977) designou de pós-materialistas e que remetem para preocupações sociais, de cidadania e de realização pessoal, que pressupõem que as necessidades económicas e de segurança estão asseguradas. Jorge Vala (*idem*: 226) assinala, ainda, que na ausência de dados diacrónicos para o nosso país, é talvez possível supor a partir daqueles que temos disponíveis para outros países da Europa, nomeadamente Espanha, "que, também em Portugal se esteja a verificar uma orientação para a saliência do pós-materialismo", num percurso semelhante ao percorrido nas últimas décadas pela maioria dos países europeus no sentido do desenvolvimento económico propiciador do pós-materialismo. Um estudo mais recente, integrado no *European Values Study*, avalia a evolução dos valores materialistas, pós-materialistas e mistos nos países europeus, entre 1990 e 1999. Há, em todos os países, um predomínio de indivíduos que se apresentam com valores mistos e, em geral, há entre as duas datas um decréscimo daqueles que apresentam valores pós-materialistas (o que pode ser explicado pelo momento de recessão económica que se vivia na Europa à data da recolha dos dados). Portugal constitui um dos poucos países em que se mantém estável o número de pós-materialistas e há um ligeiro declínio dos que manifestam valores materialistas, a favor do número dos que apresentam valores simultaneamente materialistas e pós-materialistas. Mas o dado fundamental a reter da análise comparativa que André Freire (2003: 302-303) elabora a partir de seis países mais a média da Europa é que o nosso país é

aquele onde é mais elevado o número de materialistas e mais escasso o de pós-materialistas. Já a Espanha apresenta uma configuração valorativa muito mais alinhada pela dos países mais desenvolvidos. André Freire (*idem*: 304-305) avança com a hipótese de tais diferenças se ficarem a dever ao facto de, no período pré-democracia, o desenvolvimento de Espanha ter sido mais significativo, na medida em que o crescimento económico no período marcelista foi, em boa parte, absorvido pelo esforço da guerra colonial, para além de que treze anos de guerra colonial nas décadas de 1960 e 70 contribuíram para que nas gerações que atravessaram esse momento tivessem ficado incrustados valores de ordem materialista. Isso mesmo se pode concluir da análise por gerações que mostra que em Portugal só a geração nascida entre 1971 e 1981 apresenta, e apenas nos dados de 1999, uma percentagem de indivíduos pós-materialistas que ultrapassa a de materialistas; na Europa, isso já acontece há quatro gerações (a partir dos que nasceram no ano de 1941) e em Espanha há três gerações e, em ambos os casos, com um diferencial percentual superior ao português. Para André Freire (*idem*: 309), "estes resultados evidenciam o atraso português no processo de mudança de valores rumo às 'sociedades pós-modernas'", apesar dos indícios de que a situação tende a transformar-se entre os mais novos.

Na esteira da conceptualização dos valores sociais de R. Inglehart e de S. H. Schwartz, e com base nos dados do *European Social Survey* de 2003, é possível distinguir dois conjuntos de países europeus, agrupados pela adesão a dois eixos de valores que recobrem a tipologia dos valores materialistas/ pós-materialistas: autotranscendência-autopromoção e abertura à mudança-conservação⁹¹. Esquemáticamente, pode dizer-se que nos países da Europa Central e do Norte há uma orientação axiológica dirigida para a autotranscendência e abertura à mudança, enquanto nas sociedades do

⁹¹ S. H. Schwartz (*apud* Ramos, 2007) estabelece uma estrutura bidimensional dos valores, baseada em relações de incompatibilidade, em que ordena duas dimensões bipolares: uma opondo valores de autotranscendência a valores de autopromoção e a outra opondo valores de conservação a valores de abertura à mudança. Na primeira, a incompatibilidade estabelece-se entre valores de matriz societal (universalismo, preocupação com o bem-estar dos outros) e valores de matriz individualista (prossecução do sucesso individual, domínio sobre os outros). A segunda dimensão opõe valores de obediência, estabilidade e preservação da tradição a valores de autonomia, liberdade e mudança.

Leste e Sul europeu se constata uma maior aproximação a valores de autopromoção e conservação, mesmo se, no contexto geral da Europa, são os valores de autotranscendência e conservação que se salientam. O facto de as sociedades com mais disposição para a abertura à mudança e à autotranscendência corresponderem às mais ricas da Europa, ao mesmo tempo que é nas menos prósperas que encontramos maior saliência de valores ligados à autopromoção e à conservação leva a "pensar que uma causa primordial da diferenciação e do predomínio de determinadas orientações axiológicas das sociedades repousa no grau de desenvolvimento económico" (Ferreira, 2007: 311).

Manuel Villaverde Cabral (1992: 944) sustenta que "a maior parte das diferenças que separam, actualmente, Portugal do resto da Europa, em especial os países da Europa do Norte, podem ser operatoricamente construídas como *diferenças de grau* – e não de *natureza* – numa espécie de contínuo comum aos países que partilham o essencial de valores culturais". Ou seja, as diferenças empiricamente observadas entre os diversos países, e nomeadamente Portugal, devem ser explicadas pela história nacional e pela configuração demográfica, social e económica e, muitas vezes, também, pelo facto de as médias nacionais não reflectirem a diversidade regional dentro de cada país. Continua o autor: "tais conclusões destroem em boa medida as ideias feitas acerca dos 'temperamentos' e das 'identidades nacionais'. Em contrapartida, levam a pensar que, *et ceteris paribus*, uma evolução semelhante das estruturas culturais (*maxime* os níveis de instrução), sociais (*maxime* profissionais) e económicas (*maxime* os níveis de rendimento e a sua distribuição) tem toda a probabilidade de arrastar consigo uma aproximação gradual das atitudes e comportamentos de todos os Europeus, incluindo os Portugueses" (*idem*: 945-946). No mesmo sentido vão as conclusões de Alice Ramos (2007: 215), que, partindo dos dados do *European Social Survey* de 2003 sobre a estrutura e saliência dos valores nas sociedades europeias, afirma que "os resultados (...) indicam que entre os europeus são mais os pontos de contacto do que as diferenças: estas serão, principalmente, de *grau* e não de *natureza*. (...) a variabilidade situa-se

maioritariamente ao nível individual, podendo isso significar que as diferenças ocorrem sobretudo dentro dos países e não entre os países: são mais as semelhanças que aproximam os europeus, do que as diferenças que os distinguem".

Para uma parte dos participantes nos grupos de discussão, o custo mais elevado de ter integrado a União Europeia diz respeito à perda da identidade nacional e ao risco de que uma política europeia de unificação dos símbolos acarrete a perda dos símbolos nacionais, como aconteceu já com a moeda. Do mesmo modo é assinalada a impossibilidade prática de o *ser nacional*, num sentido essencialista, permanecer alheado das transformações a acontecer intra e extra-fronteira. A posição mais patriótica não é unânime e há elementos nos vários grupos que se opõem à sua argumentação. Vejamos o seguinte passo da discussão no Grupo 1:

"Célia – Estamos a perder um bocado o valor da nossa identidade, da identidade do nosso país. Nós não somos a União Europeia, nós não partimos da União Europeia, nós somos portugueses, somos Portugal, fazemos parte de um grupo europeu, mas temos identidade própria (...) além de que cada Estado-membro tem a sua história, a sua bandeira. (...) daí eu achar triste perdermos o valor da nossa identidade, perdermos o valor sentido da nossa bandeira.

Bernardo – Sim, sem dúvida nenhuma. (...) Eu acho que isto é um seguidismo em relação aos Estados Unidos da América. Caminha-se para os Estados Unidos da Europa e não comparemos a história americana com a história portuguesa. (...) E agora se nós perdermos a nossa identidade, a nossa história, bem, já perdemos a moeda. (...) A nossa história é belíssima, é lindíssima a nossa história, as nossas conquistas, Portugal deu novos mundos ao mundo (...) e é como eu digo, é triste perdermos tudo, porque é para isso que caminhamos, nós perdermos a nossa própria identidade.

Filipe – Eu creio que essa perda da identidade não tem a ver tanto com a nossa história ou com a adesão à União Europeia. (...) Os Estados Unidos, com duzentos

anos de história, valorizam muito mais e conseguem uma união muito maior em torno da sua história (...) do que nós. Eles festejam o 4 de Julho como nós não festejamos o 5 de Outubro ou o 1º de Dezembro (...). Nunca seremos absorvidos totalmente pela União Europeia. (...) Agora em termos (...) das coisas que fazem uma nação, já perdemos a moeda, se nos levarem a bandeira, não vejo que alterará muito a nossa maneira de sentir a nação. A língua, muita gente já tem duas línguas ou três. (...) No dia em que se conseguir um patamar de desenvolvimento idêntico para todos os países da União Europeia, tanto nos faz trabalhar em Portugal como em Malta, viver na Alemanha ou na Dinamarca.

Sérgio – Posso? Para se equacionar o peso que a União Europeia tem a nível da identidade nacional de cada Estado eu penso que primeiro é preciso definir o que vai ser a União Europeia, não é? (...) Mesmo que se avance para um caso de integração mais profunda, ou seja a federação (...) não implica necessariamente a perda da identidade. (...) Eu acho muito difícil que [a bandeira de Portugal] acabe até porque ela é hasteada sempre junto daquela [da União Europeia]. (...) Mas eu acho que não terá necessariamente a ver com a diluição daquilo que é a identidade nacional. (...) o percurso histórico é isso mesmo e nada o muda. (...) mas a mudança de comportamentos e certo tipo de mudança, de alterações da forma como se olha para determinado tipo de identidades, determinado tipo de valores tradicionais (...) podem ter mais a ver com a globalização, com uma certa abertura relativamente a determinado tipo de hábitos de consumo, etc. Eu não acho que tenha a ver, francamente com a União Europeia, até porque (...) se não fosse a União Europeia, onde nós estaríamos?!

Filipe – Tínhamos tido uma revolução [risos].

Sérgio – Eu penso que temos que sopesar todos estes factores. (...) qual é o lugar de Portugal? Portugal pode ficar isolado? Acabou-se o Estado Novo, acabou-se o império e a guerra colonial, Portugal ia ficar ali um rectângulo (...) de costas viradas para toda a gente, a olhar para o Atlântico? Agora, de que forma, claro que isso pode ser discutido."

A "perda da identidade" é uma preocupação transversal aos grupos. Com a expressão enfática dessa preocupação, percebe-se que a sociedade portuguesa assumiu reflexivamente um elemento de discussão que tem ocupado o espaço público desde o início do processo de adesão e que extravasa mesmo a integração europeia por se situar na ordem do dia das opiniões sobre a globalização. Do mesmo modo, é nítido que já não é possível abordar a pertença nacional sem incluir pertenças contíguas (como a regional e a europeia), mesmo se quase sempre para destacar a primeira:

"Os valores, infelizmente, não é só Portugal que os está a perder... a Europa toda... (...) Mas somos da Europa, claro. Quer dizer, somos sempre portugueses, nem eu quero deixar de ser portuguesa, por esse facto" [Mariana, G2];

"[sobre o regresso de um dos participantes do país de emigração] Domingos – Não queria que os meus filhos ficassem lá (...) Então viemos juntos, senão eles ficavam e eu vinha sozinho.

Graça – E por que é o senhor queria vir? Lá está, é o chamamento da pátria.

Domingos – É, é isso. A Suíça é país muito bem organizado, é tudo muito bonito, mas... o cheirinho das nossas plantas aqui é outro. [risos] E muitas coisas mais (...) O nosso país é o nosso país.

Moderadora – E a Europa [

Domingos – Ah, isso se não tínhamos entrado, como é que nós estávamos? Entravam os outros e nós ficávamos sozinhos, valíamos alguma coisa (...) aqui fechadinhos? Não, não podia ser de maneira nenhuma. O passado, os reis que descobriram isto e aquilo, isso passou, deve-se recordar de vez em quando, mas isso já passou. Agora temos que [

Helena -] que ir em frente.

Domingos – Olhar em frente.

Graça – Mas foi pena perdermos aquilo que tanto custou a conquistar.

(...)

Helena – Agora, o nosso Portugal, que ninguém venha cá tomar conta dele" [Grupo 5].

É interessante que em momento nenhum é perceptível que algo como uma *identidade europeia* pudesse, de forma espontânea, compensar a anunciada perda de identidade nacional. Só quando questionadas as pessoas mencionam que se sentem europeias, mas esclarecendo quase sempre que a sua identificação primeira é a nacional – o que é coerente com as informações dadas pelo *Eurobarómetro*, que mostram que cerca de 40% da população se vê exclusivamente como portuguesa e outro tanto como portuguesa e europeia. Aparentemente, o sentimento de pertença europeia esgota-se na condição efectiva de cidadão de um Estado-membro; para além disso, redundando numa definição nebulosa:

"Nós estamos inseridos na Comunidade Europeia, mas (...) eu nunca me senti uma cidadã europeia. Gosto do nome, cidadão europeu, é bonito... mas eu ajo como uma cidadã portuguesa. Se eu for a outro país, obviamente, vou agir como cidadã portuguesa, mas sabendo que estou na minha Europa, digamos assim, fazemos todos parte, é a minha Europa, entre aspas. (...) porque tudo o que condicionar a Comunidade Europeia vai condicionar o nosso país. (...) o que é que eu serei enquanto cidadã europeia, não tenho bem essa noção. (...) É um conceito giríssimo de ser explorado, ser cidadão europeu. Uma pessoa poder olhar para os outros, espanhóis, gregos, cada um tem a sua identidade própria, mas somos cidadãos da mesma Europa. Pessoalmente, ainda não sinto, sinto-me apenas portuguesa, lá está, um bocadinho de patriotismo, não sei, mas eu sou portuguesa. No entanto, acho que ninguém, por ser cidadão da Europa, perde a identidade do seu país, aliás, nem deve. Há pessoas que dizem 'quem me dera ter nascido na Inglaterra, porque é um país desenvolvido e...'. Não, gosto de ser portuguesa. Agora, se eu tiver oportunidades fora, claro que as aproveito, aproveito um bocadinho ser cidadã europeia. Se calhar aí é que vou começar a pensar o que é

ser cidadã europeia, as vantagens e tudo. Mas aqui, como eu lido com portugueses, eu não me lembro que sou cidadã europeia" [Renata, G2];

"Eu entendo que ser-nos-á a todos bastante difícil considerarmo-nos cidadãos da Europa, porque, de facto, nós estamos ainda muito fechados no nosso cantinho. E a Europa, para nós, para além dos subsídios enormes que nos foi trazendo e da queda das fronteiras, pouco mais nos trouxe... Mas ainda não estamos... só temos o euro, só que, quando vamos ao estrangeiro, os nossos euros são tão poucochinhos que ainda nos sentimos mais pequeninos" [Conceição, G2].

No Grupo 6, formado por estudantes portugueses que participaram no Programa de intercâmbio universitário Erasmus, as opiniões revelam a mesma tendência:

"Álvaro – Quer dizer, não há fronteiras, não há nada... é um bocado... criou-se a União Europeia neste sentido, embora eu, pessoalmente, embora tenha feito Erasmus, continuo a achar que, embora exista a União Europeia, ninguém se considera europeu.

Moderadora – Ia perguntar-vos isso. Vocês sentem-se europeus?

Álvaro – Eu chegava lá e ninguém dizia, ou se eu for aos Estados Unidos, não vou dizer 'eu sou europeu', vou dizer 'eu sou português', e se não souberem onde é digo então que é na Europa, e um alemão certamente vai dizer 'eu sou alemão', não vai dizer 'eu sou europeu'.

Flávio – Pois, exacto.

Moderadora – Mas vocês sentem-se europeus?

Flávio – Primeiro somos portugueses.

Rafael – Exacto, primeiro somos portugueses".

Há, nos discursos em análise, uma manifesta distinção entre o sentimento de pertença nacional e a reacção tida à ideia de se pertencer à Europa. Em primeiro lugar, a escolha das palavras que se associam a uma

ou outra forma de identificação decalca a divergência de representações. Se quanto à identidade portuguesa é sem surpresa que vemos que combina com sentimentos de orgulho e lealdade, já no que respeita à identificação com a Europa transparece uma ligação mais distante. De forma muito nítida, a referência ao facto de se ser português desencadeia emoções positivas e declarações entusiasmadas do vínculo afectivo que se mantém com a pátria. Quase todos os participantes revelam, de forma mais ou menos explícita, esse *estremecimento*, mesmo se o balanceiam com o desencanto pelas condições reais do país, como se dissessem *Não sei porquê, não tenho propriamente motivos para isso, mas gosto muito de ser português*. Alguns exemplos do que acabo de dizer, suscitados pelas apreciações acerca da bandeira nacional:

"Esta bandeira [de Portugal] faz-me sempre arrepiar e, às vezes, até chorar. Eu amo o meu país, adoro o meu país, adoro ser portuguesa, tenho muita pena de muitas coisas que se cá passam com as quais eu não concordo, mas adoro..." [Esmeralda, G3];

"Quando se vê de fora que mostram a nossa bandeira, a gente fica logo... até parece que o corpo nos dá sinal. Ficamos orgulhosos" [Helena, G5];

"Ah, é verdade que nós às vezes comentamos e criticamos o facto de sermos portugueses, de sermos um país com um nível de desenvolvimento muito baixo, com os problemas que todos nós conhecemos no dia-a-dia, e quando vemos, por exemplo, aqui os nossos vizinhos, com uma das economias mais competitivas da União Europeia, dá-nos a sensação de que não gostávamos de ser portugueses, mas, ao mesmo tempo, quer dizer, quando estamos ausentes do país, realmente quando vemos a bandeira, é um símbolo nacional e aí pensamos de outra maneira, que realmente somos portugueses e devíamos continuar a ser portugueses e defendermos a pátria. Quer dizer, é este misto de sermos portugueses e querermos ser e não ser que a bandeira muitas vezes nos traz" [Xavier, G4].

A menção à pertença europeia é, por seu lado, muito menos espontânea. Quando é reconhecida, é-o sempre secundariamente, quase como uma declaração *politicamente correcta*. Sobretudo, a representação da Europa surge aliviada de qualquer carga emocional e particularmente associada à dimensão material e prática:

"Eu sinto-me essencialmente portuguesa, depois, o europeu vem a seguir" [Odete, G3];

[depois de afirmar que a bandeira portuguesa a faz chorar] "E esta, da União Europeia, claro, também tenho muito respeito. Oxalá que a nossa união, enfim, seja para bem de todos e com mais igualdade" [Esmeralda, G3];

"Alexandre – "Esta é a bandeira do meu país e... quando a vejo, quando ando lá fora, é um orgulho e é reconfortante em qualquer lado que vá ver uma bandeira portuguesa ou alguém a falar português, que me traz um bocadinho de volta ao meu país. Relativamente à bandeira da União Europeia, para mim, é um símbolo de... uma região ou de uma zona do globo onde nós estamos inseridos e onde nós temos mais interacção com os países que compõem essa bandeira, cada uma das estrelinhas que ela representa.

Rui – Eu concordo com o que diz aqui o colega, só acrescentava, de facto... a grande diferença é que a bandeira nacional afectivamente nos diz qualquer coisa, gera-nos essa emoção, a outra bandeira, a bandeira da União Europeia, não nos gera esse sentimento de afectividade, nem de emoção. Se calhar, reconhecemos ali a vantagem de estar incluídos numa união de países e pensamos sempre como um motivo mais de ordem económica, não tanto de ordem afectiva, não nos reconhecemos como sendo europeístas. A bandeira nacional, a mim, faz-me lembrar sempre o Carlos Lopes ou a Rosa Mota, esta não, faz-me lembrar sempre a economia" [Grupo 4];

"Domingos – Somos europeus, não estamos aqui sozinhos num canto.

Helena – Agora já somos mais lembrados... em todo o mundo.

Domingos – Agora somos conhecidos, antes nem isso" [Grupo 5].

A ausência de um vínculo afectivo a uma Europa *política* é legível também nas sondagens europeias quando se averigua o significado da UE. No Relatório referente a Portugal do *Eurobarómetro* 65, de 2006, só 18% e 17% dos portugueses identificam a Europa com a paz e a democracia, respectivamente, quando a média europeia é, nestes itens, de 33% e 24%. Ainda assim, 56% dos portugueses dizem identificar-se com a Europa e 46% com a União Europeia (média UE de 63% e 50%, respectivamente). Como se infere das afirmações citadas, o eco primordial da construção europeia é para os portugueses o da sua dimensão económica e de desenvolvimento. Podem ser avançadas duas ordens de razão para este facto. Em primeiro lugar, no período recente, a ligação de Portugal à Europa fez-se pela sua adesão à Comunidade Económica Europeia, de onde jorraram os planos de apoio ao desenvolvimento, alimentados por milhões de milhões de escudos. O próprio esbanjamento de subsídios concedidos contribuiu para que a Comunidade Europeia fosse vista como um poço sem fundo no auxílio económico, como uma entidade que, ao submeter-nos a imposições, teria a obrigação de assegurar que tínhamos meios para atingir o nível mínimo de desenvolvimento – quase nunca como uma associação política de Estados sustentada por laços recíprocos. Esta visão acentuou a disposição para a menorização e dependência⁹² do país diante da Comunidade Europeia, que só é ultrapassada nos períodos de maior vigor económico ou de realizações excepcionais da sociedade portuguesa.

⁹² Nas entrevistas, surge a ideia de que a União Europeia é mais do que um modelo para Portugal, funcionando como uma espécie de tutor de um adolescente rebelde: "as imposições da Europa, creio que vêm beneficiar a nossa política interna, porque algumas medidas que a Europa obriga a tomar se queremos (...) acompanhar os países mais desenvolvidos (...) portanto os nossos políticos são obrigados a lançar medidas que levem a isso. E muitas vezes o que a Europa nos impõe é para o nosso bem e, portanto... algumas imposições, a maior parte delas, infelizmente só actuamos assim, são para o nosso bem e não o contrário" (Alexandre, G4). "O ideal para Portugal neste momento seria demitir o governo e enviar para cá uma comissão de delegados europeus para governar isto durante uns tempos, para pôr isto nos carris, a andar" (Filipe, G1).

Em segundo lugar, Portugal não podia comungar das ânsias de unificação europeia porque esteve historicamente arredado dos acontecimentos que fizeram da Europa matéria de sangue e de esperança. Portugal tem, em tantos séculos de história, uma experiência muito escassa de confronto bélico, de que são exemplo as guerras de fronteira com Espanha, as invasões napoleónicas e a guerra colonial. O país nunca conheceu o massacre de milhões de civis, nem as deportações em massa, nem a ruína total de cidades inteiras no seu território. Para os países europeus que constituíram a Comunidade Europeia, os primeiros Seis, a unificação europeia foi uma questão de preservação que implicou um movimento desesperado e profundo de adesão a um ideal político de paz e partilha de soberania. Ernst Jünger (2005 [1922]: 47) diz que "a guerra é o mais forte encontro dos povos. Enquanto comércio e circulação, competições e congressos só fazem com que se reúnam as pontas avançadas, a guerra empenha toda a equipa com um só e único objectivo: o inimigo". Ora, Portugal não teve essa experiência de partilhar as entranhas com os inimigos. Naturalmente, este alheamento das intempéries europeias, foi ao longo do século XX, acentuado pelas sucessivas vagas ideológicas de nacionalismo, colonialismo e atlanticismo. Dito de outro modo, parece que a Europa não nos dizia respeito e quando começou a dizer-nos alguma coisa identificámo-la primeiramente com o estímulo e a ajuda ao desenvolvimento económico-social e à estabilização do sistema político pós-revolução. Nas palavras de um dos entrevistados,

"A parte económica, que é isso que nós mais associamos à União Europeia"
[Alexandre, G4].

Mesmo entre os participantes do Grupo 6, constituído por alunos portugueses que estudaram em universidades europeias ao abrigo do Programa Erasmus, essa é a associação mais proeminente. É significativo que as suas primeiras palavras sobre a Europa remetam para a dimensão

económica, e não para a abertura de fronteiras ou a cooperação política de que haviam beneficiado recentemente, tanto mais quanto a *geração Erasmus* é muitas vezes dita ser a primeira a fruir da experiência da Europa Unida e a desenvolver um genuíno sentimento de pertença europeia:

"Hélder – A União Europeia surgiu como um conceito económico acima de tudo [

Flávio – Exacto.

Rafael – E não [

Hélder – ... e não nacionalista e continua o seu desenvolvimento com base em ideias económicas e não no sentido do nacionalismo europeu, de uma nação europeia [

Álvaro – E eu não acredito que qualquer pessoa da União Europeia, seja de que país for, considere primeiro aquela bandeira [da UE] e depois esta [nacional]" [Grupo 6].

O debate sobre a vertente económica da ligação à Europa foi mais intenso no Grupo 4, formado por gestores e comerciantes. A opinião dominante é de que é globalmente positivo o balanço da participação do país na UE, dadas as vantagens económicas que trouxe, num contexto histórico em que não se colocava outra possibilidade realista que não fosse a aproximação à Europa. Curiosamente, são também feitas afirmações, sobretudo por um dos membros do grupo, que salientam que a Europa, como prioridade nacional, é uma forma de amputação do destino do país, não apenas pela sua *biografia* histórica, mas também pelas oportunidades perdidas junto das economias dos países lusófonos:

"Rui – Obviamente, nós abdicámos de algumas coisas, mas as contrapartidas que recebemos foram muito superiores [

Alexandre – É evidente.

Rui – Podem ter sido bem ou mal aproveitadas e, se calhar, não foram bem aproveitadas, a grande maioria, mas, para países como Portugal, que são países

que recebem fundos, não são dos que contribuem, não há, numa óptica económica, não houve grandes desvantagens, houve, sim, grandes vantagens. Eu não consigo pensar o que era do país se não tem aderido à União Europeia. Mas, se calhar, estou um bocadinho aqui pelo diapasão do Alexandre, se calhar, em vez de estarmos na cauda da Europa, estávamos na cauda do mundo junto a alguns países de África. (...)

Carlos – A questão da imposição, muitas vezes, é simples: quando nós só temos um caminho para escolher, claro [

[risos]

Carlos – Claro, é imposição, não temos nenhum poder negocial. A imposição torna-se secundária porque a alternativa não existe. Creio que não soubemos foi construir, não soubemos conquistar na Europa o espaço que nos era devido, que, enfim, com algum atraso, ainda podemos recuperar, que era o de ser, até por questões geográficas, por um lado, e por questões históricas, por outro, um país de interface entre dois mundo, quase diria três.

Xavier – Sim, sim...

Carlos – A Europa, com o desenvolvimento que tem, e claramente tem vindo a perder competitividade a uma escala global, e depois com duas realidades completamente diferentes: a realidade africana, de povos colonizados por nós e com quem temos uma relação muito mais do que afectiva, uma relação histórica, que podia projectar e podia puxar por esses povos, a que estamos unidos pela língua, acima de tudo. E a América do Sul, nomeadamente o Brasil. Portugal não soube, e considero que isso é um erro estratégico muito grave, porque poderíamos ter tirado muito mais benefício da Europa, mais do que conseguimos tirar através dos fundos estruturais e de coesão. Podíamos ter tirado muito mais benefício da relação com esses dois continentes, até porque nunca estaríamos numa posição de subsidiodependência, estaríamos numa posição de, enfim, marcar um bocado o ritmo, coisa que nunca fizemos. Não tenhamos a mínima dúvida que a Europa, numa perspectiva futura de competitividade, não vai contar para o equilíbrio entre os blocos. O fiel da balança vão ser as economias emergentes, nomeadamente da América do Sul, a América hispânica, latina, e, daqui a mais umas décadas, de

África, porque a Europa está estagnada em termos de desenvolvimento. (...) Só para concluir a questão se valeu ou não valeu a pena. Mais do que olharmos o que é que se fez há vinte anos e se nós há vinte não tínhamos trilhado este caminho, como disse o Alexandre, e bem, se calhar, estaríamos a disputar ali com a Albânia... isto é um bocadinho pessimista, mas eventualmente estaríamos numa situação difícil. O que de facto me preocupa é ver que nestes vinte anos não aproveitámos a oportunidade que nos foi concedida e que trinta anos depois de uma revolução... inevitável, mas mal feita, não conseguimos perceber que a nossa vocação foi, é e sempre será atlântica muito mais do que europeia. E aí é onde nós temos as vantagens competitivas. Portugal, pegando um bocadinho na história, foi o primeiro país a implementar a globalização. Foi o primeiro país que descobriu novos mundos, foi o primeiro país que começou a transaccionar mercadorias, pessoas entre esses mundos, portanto, há quinhentos anos nós descobrimos a globalização e de repente houve um *black out* nas nossas cabeças e esquecemo-nos de que podemos ser um *player* importante nesta globalização" [Grupo 4].

Nesta última intervenção, Carlos objectiva, de um modo surpreendente, uma das "cristalizações" mais ponderosas do nosso imaginário histórico: a vocação atlântica (por oposição à europeia). Habitualmente, o tema é abordado com o intento de frisar a afinidade electiva entre Portugal e os trópicos, versando-se a intimidade racial, a herança linguística e os laços histórico-culturais. A associação da persistente "vocação atlântica" às "vantagens competitivas" dela decorrentes é uma linguagem nova que funde reflexivamente dois planos da sócio-análise nacional usualmente desconexos. Não é novidade que os países de expressão portuguesa têm sido um dos alvos do investimento nacional, embora se ouçam vozes críticas pelo facto de escassear uma estratégia que oriente e estimule essas acções. O que é interessante é ver defender uma putativa *predisposição nacional* com o argumento dos proveitos económicos e de competitividade que estariam ao nosso alcance no Brasil e na África de língua portuguesa. A língua é precisamente apontada como uma "vantagem competitiva", económica e

política, embora pareça aos participantes do Grupo 4 que Portugal está a perder essa batalha por manifesto desinvestimento neste âmbito:

"Xavier – Estes povos o que querem é ajuda e técnica, querem que lhe leve o ensino, toda a tecnologia que eles não têm. Se não forem portugueses, são italianos, ingleses [

Alexandre – Mas é que nós temos uma vantagem competitiva relativamente a eles: é que nós não precisamos de aprender a língua... e provavelmente os dirigentes [

Xavier – Eu li uma reportagem há pouco tempo... fala-se já mais inglês do que português [

Carlos – Mas a culpa é nossa, isso está a acontecer porque nós preferimos investir em coisas efémeras e fúteis, algumas delas que dão prémios de arquitectura, mas não dão sustentabilidade a médio prazo. E a língua é um investimento, a língua cria laços e cria proximidade que se estende por gerações e gerações e é uma plataforma de entendimento entre os povos que se projecta não só em termos sociais e políticos, mas também em termos económicos e Portugal não investe nisso (...). E portanto, nós não investimos na língua com esses povos, porque se o tivéssemos feito nós estávamos a abrir portas para cinco ou dez anos depois termos um fluxo de gente de Portugal para lá e de lá para cá que criava as relações entre países muito mais fluidas e, mais do que isso, criava barreiras à entrada de novos. Nós hoje vemos que, em Angola, a China abriu linhas de crédito ao governo angolano (...) A única coisa que eles queriam era sacar o petróleo a Angola e, em contrapartida, põem lá as empresas chinesas a fazer a reconstrução do país. Ou seja, para além de começar a pôr chineses no terreno, está a tapar a entrada de outros, nomeadamente os portugueses. Portanto, muitas vezes, a estratégia (...) não é conquistar o terreno, é marcar o terreno para evitar que os outros avancem, e foi o que nós nunca fizemos. E voltando à questão europeia: claramente o país mais adequado para fazer essa ponte é Portugal, e Espanha com os países da América Latina, e Espanha tem-no feito [

Xavier – E bem.

Rui – Tem crescido à custa disso.

Carlos – (...) Portugal não fez isso. E como Portugal e Espanha, até por questões geográficas, são os países que melhor poderiam fazer a ponte com esses dois mundos, mas enquanto que a Espanha só o podia fazer com a América Latina, Portugal podia fazer com a América Latina, com África, tínhamos mais aquele cantinho de Timor que nos dá um jeitinho na Ásia. De facto, nós não aproveitamos isso e não conseguimos canalizar esses fundos para tirar vantagens a esse nível e vamos pagar essa factura, porque não são estes planos tecnológicos ou investimentos de milhões que nos vão tirar da crise.

(...)

Rui – (...) Agora, uma coisa que eu acho que é uma grande verdade é, de facto, a questão linguística. A língua tem uma importância tremenda e Portugal, se calhar, é um dos maiores erros estratégicos de Portugal. Nós costumamos dizer que Espanha, eu não sei os números, existem não sei quantos países no mundo que falam espanhol, mas em Portugal nós, ao dizermos que falam não sei quantos milhões de pessoas português, não é verdade. Esses países podem ter a língua oficial portuguesa, mas não falam português. Em África não se fala português em lado nenhum, não sei percentualmente, há uma minoria que fala. Nos países da América Latina não é assim, fala-se espanhol. Fala-se português em Portugal e no Brasil. Nos países africanos deixou-se de falar e é uma oportunidade que não estamos a aproveitar" [Grupo 4].

Quando, no decurso da conversa ou solicitados a tal, os entrevistados abordam a questão da identificação com a Europa, emerge sempre a manifestação da ideia de que há uma conexão necessária com a identificação nacional, seja no sentido da sobreposição, da exclusividade ou da hierarquização das duas. Por um lado, percebe-se que à Europa é atribuído um significado especial, na medida em que representa uma posição geográfica próxima e é sentida como "da família". Por outro lado, é sistematicamente mencionada alguma forma de *distância*, que traduz a forma ambivalente como os portugueses se reconhecem na Europa:

"Margarida – Claro que, a nível cultural, temos grandes diferenças, temos verdadeiras diferenças. A nível da União Europeia, sabemos mais ou menos as regras pelas quais nos regemos, mas a nível cultural não, somos completamente diferentes. Conseguimos adaptar-nos aos hábitos uns dos outros, conseguimos partilhar, mas não há homogeneidade.

Moderadora – Indo ao fundo da questão, sentem-se europeus ou portugueses?

[vozes sobrepostas] – Portugueses.

Moderadora – Se olharmos para estas bandeiras, esta [da União Europeia] não significa muito para vocês enquanto esta desperta alguma emoção?

Rafael – Significar, significa, mas não a podemos sobrepor [

Álvaro – Eu não a considero como minha...

Lígia – Eu podia fazer uma comparação: entre estas duas bandeiras, sentimos muito mais emoção a olhar para a nossa bandeira, mas se pusermos a bandeira da União Europeia com a bandeira da América [

Rafael – Oh, claro!

Lígia – ...esquecendo Portugal, temos logo uma união muito mais forte com aquela [da UE] (...) Claro que cada país... independentemente de sermos uma União Europeia, é o nosso país, temos as nossas raízes.

Rafael – O que é certo é que se estivermos um tempo fora do continente europeu, se me meterem esta bandeira à frente, claro que vou sentir qualquer coisa, vou sentir uma emoção.

Álvaro – Mas acho que isso foi uma coisa criada; quando a bandeira da União Europeia foi criada não havia nenhum sentimento[

Rafael – Pois não.

Moderadora – E agora há?

Álvaro – Essa é a questão que tem de se pôr, se calhar, há países mais europeístas que outros. A minha visão pessoal é, se calhar, eu sou um bocado nacionalista, às vezes, parece que há uma certa tendência, até com a Constituição europeia, certas regras europeias, a moeda europeia, que é um bocado tentar fazer um bloco rival ao bloco Estados Unidos, não vale a pena andar com meias palavras, e depois arrastando por aí todas as nacionalidades... nem se chama

países dentro da União Europeia, e eu sinto-me revoltado com isso, não se chamar países, mas sim Estados-membros. Isto a mim irrita-me, não me considero um Estado-membro, considero Portugal um país da União Europeia" [Grupo 6];

"Rui – Eu acho que a nacionalidade europeia, nós dificilmente nos vamos reconhecer, porque aquela bandeira não representa [

[vozes sobrepostas]

Moderadora – Sentem-se cidadãos europeus?

Rui – Eu sou um cidadão europeu, mas, mas...

Carlos – Mas primeiro sou português.

Rui – Mas a minha nacionalidade é portuguesa, não europeia.

Moderadora – Portanto, sentem-se primeiro portugueses e depois europeus?

Xavier – Mas nós podemos ser mais europeus do que o que somos [

Carlos – Português até à morte [

Xavier – Nós podemos ser mais europeus [

Carlos – Eu sou português, disso não tenho a mínima dúvida.

Xavier – Aquilo que eu dizia ao princípio, se Portugal, pelo tipo de país que é, pequeno, com esta dimensão, se tivéssemos políticos à altura para fazermos disto uma segunda Suíça ou uma Finlândia, seríamos hoje mais europeus.

Carlos – Com um estatuto diferente.

Xavier – Com uma economia... portanto, pujante, e então seríamos mais europeus, teríamos mais riqueza, mais qualidade de vida, teríamos, digamos, mais identificação com a Europa, que, no fundo, é a Europa com que nos identificamos, a Alemanha, a França, a Inglaterra, países ricos, essa é que é a nossa Europa, não é a Europa dos países que entraram agora" [Grupo 4].

No excerto retirado da reunião do Grupo 4, expressam-se duas ideias que condensam bem os sentidos identitários que têm vindo a ser

discutidos nesta tese. Carlos, que ao longo da conversa teceu críticas muito acesas ao país, ao seu povo e dirigentes, proclama de forma radical a sua identidade nacional, dizendo-se "português até à morte", enfatizando, assim, a precedência absoluta da nacionalidade sobre a europeidade. Por sua vez, Xavier assimila a Europa ao padrão económico dos países europeus mais desenvolvidos e poderosos, salientando que é com esses que nos identificamos e não com os que, mais a Leste, são, desse ponto de vista, equiparáveis ao nosso próprio país. Ou seja, a Europa é uma meta económica, um patamar de desenvolvimento, e um Portugal europeu seria aquele que abandonasse os últimos lugares que geralmente ocupa nas tabelas que cotejam os Estados-membros numa série de indicadores.

4. Um patriotismo em forma de oximoro

Qualifiquei, acima, as opiniões expressas nos grupos de discussão realizados como complexas. Tal deve-se ao facto de, no decurso das conversas, os participantes em cada grupo expressarem ideias em contradição e de se poder dizer que mantêm posições ambíguas, hesitantes e flutuantes a propósito de certos tópicos. Uma leitura que tenha por unidade os sujeitos permite perceber que, por um lado, o processo de comunicação dentro do grupo influencia as opiniões individuais, quer no sentido da concordância, quer no da contraposição. Por outro lado, os próprios sujeitos sustentam juízos que tendem para a antinomia, produzindo-se quadros globais de opinião que se caracterizam pela ambivalência. Neste cenário, é possível colocar duas hipóteses: as pessoas nunca pensaram nestes assuntos, menos ainda os verbalizaram e não sabem o que pensar deles de forma sólida; as pessoas têm com os tópicos em discussão uma relação intrinsecamente ambígua, em boa parte derivada dos processos de socialização e doutrinação, particularmente quando ocorridos ao tempo do Estado Novo. Sobretudo, é curioso perceber, ao longo dos grupos de discussão, o discurso de amor/ ódio que identificámos na Geração de 70 – as mesmas oscilações de opinião, o mesmo orgulho nacional ferido, o mesmo desespero pelo atraso irremediável do país e pela lentidão dos seus progressos. Tal discurso basculante pode assumir duas formas: ora é legível na própria discussão intra-grupo, com elementos que sistematicamente desferem críticas e destilam desprezo pelo país, em contraste com os participantes que revelam um ufano e irrevogável patriotismo; ora diz respeito às variações que estão presentes ao nível do discurso individual, onde se observam camadas sucessivas de orgulho patriótico e despreço pelo *ser português*. É inegável que a quase totalidade dos participantes revela o que pode designar-se de sentimento patriótico e é em consequência dele que surgem, muito amiúde, afirmações de lamento pelo estado de letargia do país e afirmações de orgulho, incentivo e confiança no futuro. Apreciando o

conjunto dos participantes nos grupos de discussão, é possível distinguir três perfis, em função do discurso produzido sobre o país: 1. os patriotas, que declaram amor e orgulho pela pátria, 2. os críticos, que denunciam as fraquezas de Portugal e dos portugueses e não deixam entrever nenhuma relação afectiva intensa com o país e 3. os patriotas sofridos e ressentidos, em quem se percebe a mágoa pelo facto de o Portugal de hoje não corresponder às suas aspirações, e que revelam essa atitude de forma sobretudo implícita.

Vejamos o que é dito por cada um dos "tipos", a começar pelos irredutivelmente patriotas, que reiteram a crença no futuro de Portugal e na sua capacidade de se levantar dos tropeções da história:

"A bandeira nacional, essencialmente, para mim, é um marco: de cidadania, de nacionalidade, de tudo que pode representar ser portuguesa, que eu gosto de ser, tenho orgulho em ser. É a pátria-mãe. Ainda me lembro que, na instrução primária, a primeira coisa que se fazia era cantar o hino português. Para mim, é o hino mais bonito do mundo" [Odete, G3];

"Eu amo o meu país, adoro o meu país, adoro ser portuguesa (...) Ser português é querer que isto vá para a frente, queremos o bem de todos" [Esmeralda, G3];

"Não estamos ainda a brilhar muito porque nós viemos de um processo de ditadura, enquanto a maior parte dos países já não vivia assim. Porque, nestes últimos trinta anos, o trabalho político não foi desenvolvido da maneira que devia ter sido. Portugal não tem formação de escola política (...). Não é em vinte e cinco anos ou em trinta que se cria uma boa escola política para que tenhamos bons políticos que se interessem pelo país que é Portugal, o nosso país, e não se interessem tanto pelos seus aspectos pessoais. (...) Agora eu penso, e isto está mais nas vossas mãos [dirigindo-se aos participantes mais jovens] do que nas minhas, que com uma geração interessada, activa, trabalhadora o país vai crescer de certeza e vai chegar... pode, entre os vários Estados da Europa, ser um país

importante e não ser aquele cantinho que tem muito sol e que é muito bom para ir para a praia, mas não interessa para mais nada. É evidente que, para isso, todos nós temos, de alguma forma, de trabalhar e de implementar esta nossa vontade. (...) Mas há-de crescer, obviamente que sim, e eu tenho imensa esperança que os meus filhos, os meus netos encontrem, daqui por trinta anos, um Portugal bem melhor, bem integrado na Comunidade Europeia" [Conceição, G2];

"É o menosprezo que nós temos por aquilo que é nosso. Custa-me, às vezes (...), mas vocês têm uma relutância em que aquilo que é nosso... só o que é de fora é que é bom, nós não somos capazes. Nós somos capazes, já provámos, na Expo, no Europeu, nós somos capazes de fazer o que os outros fazem. Não podemos estar a desvalorizar tanto aquilo que é nosso" [Bernardo, G1].

Vejamos os críticos e desprezados, parcos em benevolência e tacitamente cientes das armadilhas do vínculo emocional à nação:

"Nós não somos muito nacionalistas, muitas vezes só somos nacionalistas de boca, na prática... chegamos à prática e não somos porque... somos muito desligados. (...) quando nós entramos em aspectos práticos, nós falhamos rotundamente. (...) Falta-nos uma determinada cultura, falta-nos a cultura do trabalho. Falta-nos tudo... (...) Nós somos capazes de organizar as grandes coisas, mas depois não somos capazes de organizar as pequenas coisas. Fomos capazes de organizar o Europeu daquela maneira, tivemos presidências da União Europeia que foram das melhores presidências e depois, quando é para nos organizarmos cá dentro, não somos capazes de organizar um hospital, uma escola, uma colocação de professores, o trânsito, isto porquê? (...) Nós somos pouco exigentes para connosco próprios. Andamos todos nós a tentar chegar sempre mais à frente, não cuidando minimamente de respeitar quem está ao lado. (...) Nós, portugueses, somos afáveis, somos atenciosos, somos prestáveis. O que depois somos é pouco exigentes, acomodados, queremos o céu e a terra sem fazer nenhum... (...) Desresponsabilizamo-nos de todo o tipo de obrigações,

obrigações sociais, obrigações com os outros. Queremos manter os empregos, mas consumimos produtos estrangeiros, queremos melhor saúde, mas fugimos aos impostos. (...) Nós, historicamente, sempre andámos a desperdiçar oportunidades, desde as Descobertas até hoje fomos maus gestores da causa pública" [Joaquim, G3];

"Ser português é uma... analisemos o sentimento. Por exemplo, quando fiz o serviço militar, quando se canta o hino, uma companhia inteira, sente-se algo, mas se estivéssemos num concerto a cantar outra música qualquer sentiríamos o mesmo, portanto, não é tanto o que se canta, mas o sentimento de união, seja pelo que for, é uma reacção em massa. A bandeira, os símbolos, não os sinto propriamente, o hino também não, a moeda já foi, o governo não votei nele. Por isso, começo a pensar o que é que resta e aí, sim, sinto-me portuense" [Filipe, G1].

E a categoria mais interessante, os profundamente patriotas, que se dizem portugueses até à morte, mas que evidenciam um enorme ressentimento pelo fracasso da pátria:

"Temos é falta de liderança, falta de líderes. (...) Nós temos provado que somos os melhores trabalhadores, quando bem geridos. Por exemplo, em termos de investigação científica nos Estados Unidos, nós é que nem sabemos os valores que lá temos e por essa Europa fora, pessoas de muito valor, portugueses. O Siza Vieira, antes de nós olharmos para o Siza Vieira, há quantos e quantos anos era considerado no estrangeiro e há muitos Siza Vieiras... o Sobrinho Simões. (...) Um dos nossos grandes defeitos, também, é imitarmos aquilo que não se adapta a nós dos outros (...). Tentamos (...) importar determinados modelos que não se nos ajustam e depois, aliado a isso, é a tal falta de liderança e a pouca exigência da classe política. E somos um povo brando... A classe política faz promessas e depois, no momento certo, não somos capazes de exigir. Aqui na vizinha Espanha o indivíduo [José María Aznar] falhou quando disse que era um atentado da ETA [atentado de 11 de Março de 2004, em Madrid] e imediatamente o povo espanhol

não admitiu e se mobilizou e pôs o outro lá. E nós não, queixamo-nos e criticamos, mas vamos ficando. Porque não exigimos, esse grau de exigência, nós não temos. (...) É, é um paradoxo, nós termos sido um povo corajoso e que descobriu... O que é que exactamente aqui falhou para, à medida que avançamos de século para século, ter havido essa perda de entusiasmo, essa perda de capacidade de conquista, essa perda de unidade, o que é que falhou nisto tudo? Isso é que tem de ser investigado" [Rosa, G3];

"Eu considero que nós não somos os analfabetos na cauda da Europa, porque a maior parte da inteligência que nasceu cá, hoje em dia, trabalha nas grandes multinacionais, no estrangeiro. Aqui em Portugal não se apoia o desenvolvimento dessa parte, a criação de empregos para essas pessoas. Aqui em Portugal, se uma pessoa é um crânio, dificilmente encontra trabalho, ela tem que ir para as grandes multinacionais, para os Estados Unidos, para a Alemanha. Não há a preocupação em criar alternativas de emprego para essas pessoas (...) Aqui em Portugal as cunhas continuam a funcionar e as pessoas continuam a não ser escolhidas pelas competências, pelas capacidades reais, pela vontade de melhorar o país, mas por se acomodarem ao que existe, a este ritmo de deixa andar. (...)

[O Euro 2004] Foi como que um grito... Olhem, nós estamos aqui. Nós somos capazes. Já fomos capazes na Expo 98. Nós somos pequeninos, mas somos bons naquilo que fazemos. (...) Somos pequeninos, mas gostamos de ter ideias grandes, gostamos de mostrar aos outros que somos capazes que... quando trabalhamos, trabalhamos bem. Não houve nenhum ataque [terrorista] (...) não houve nenhum problema com as Selecções. Acho que mostrámos que conseguimos controlar os *hooligans*, mostrámos que temos alguma capacidade. Claro que houve falhas, isso é normal... mas todos os portugueses se empenharam em mostrar que éramos capazes, (...) que a Selecção era só um ponto de referência, que nós é que íamos mostrar o que é que são os portugueses e o que é que... e chegámos ao fim e perdemos [risos]. Íamos mostrar que éramos capazes e que afinal não somos um pontinho apenas, que podem passar-nos por cima, que afinal nós somos realmente bons, no seguimento daquilo que eu já disse em relação às capacidades intelectuais e de imaginação e de visão

de progresso, que nós também temos dentro de portas e queremos transportar para fora" [Mónica, G1];

"Eu digo muitas vezes [mal do país]. Quando os nossos governantes só sabem falar e não fazem nada e as coisas são mal feitas. Às vezes eu digo que antes queria ser espanhol, mas não, é só por dizer. (...) Os outros países não roubam nada a Portugal. Portugal é que tem que se orientar, os outros países não roubam. Aqui, nem copiar sabem, ver como é que funciona nos outros países. (...) Lá [na Suíça], não há nada que falhe, funciona tudo. (...) O nosso país é o nosso país. (...) Não há que chegue ao nosso país. (...) É uma alegria quando um dos nossos ganha, a gente ver a bandeira..." [Domingos, G5].

Outros excertos poderiam servir de ilustração do *modo sofrido de ser português*, mas interessa-me, antes, realçar que me deparei com um grupo em que todos os participantes, com amplitude variável, podem ser incluídos nesta categoria. Trata-se do Grupo 4, realizado na Associação Comercial de Braga e formado por quatro empresários. Este revelou ser um grupo peculiar pelo facto de os seus membros terem posições muito semelhantes, tendo daí resultado que se ganhou em profundidade o que se perdeu em variedade. O facto de terem todos experiência de trabalho/ negócios a nível internacional situa-os num lugar privilegiado na análise do país. A visão que expuseram sobre os vários temas focados na conversa é eminentemente ambivalente, lembrando um jogo de pingue-pongue no que à imagética do país diz respeito: nem só Europa, nem só Atlântico; piores do que os outros, mas também melhores; com um evidente sentimento de humilhação nacional e com um indisfarçável desejo de superação da *apagada e vil tristeza*. Carlos é, neste sentido, paradigmático da ambiguidade que percorre o discurso do grupo, algo que só se percebe completamente tendo testemunhado o tom das vozes, as entoações expressivas, o brilho nos olhos, o desalento e o entusiasmo dos gestos. Carlos sumaria tudo isto ao afirmar-se enfaticamente "português até à morte", não se cansando, todavia, de dizer que Portugal não

tem uma estratégia orientadora do desenvolvimento e dos valores e que o nosso país é a terra das oportunidades perdidas, como pôde verificar-se em citações anteriores. E ao agradecimento da moderadora do grupo responde:

"É o nosso espírito de missão. Nós também contribuimos com alguns dos nossos recursos, e o tempo é um deles, [sem isso] não podemos depois vir reivindicar qualquer coisa. Temos que dar um contributo ao país, seja ele qual for. Aquela velha frase do Kennedy de facto faz todo o sentido, nós devemos fazer alguma coisa pelo nosso país e aí ninguém nos pode substituir".

Não se trata de uma quarta categoria, já que é uma posição isolada, mas não posso deixar de dar voz ao português realista que, ao longo da conversa, procura depurar os discursos sobre o país, sublinhando a sua inserção histórica e o manto ideológico que os recobre:

"No caso do campeonato de futebol, parece-me que foi mais uma demonstração de que Portugal é um país pequeno com o complexo de ser grande e rico. Teve outros... teve com a Expo, teve com a Exposição do Mundo Português, em 1940. (...) os portugueses têm exagerado um bocadinho esta imagem negativa que os outros constroem de Portugal. Haverá, de certo, imagens negativas, mas, por exemplo, no Verão passado, com algumas pessoas que vieram aqui fazer o curso de português-língua estrangeira, alguns desses alunos ficaram... Um deles era espanhol, ficou impressionado com as condições da Universidade do Minho, que eram muito superiores, em geral, às da universidade de onde ele vinha na Espanha. Portanto, lá está, eu penso que não é muito correcto concebermos Portugal estaticamente, Portugal é muitas coisas que vão mudando e, como tal, eu volto sempre àquela questão, temos de perceber a identidade nacional e a forma como nós nos vemos e os outros nos vêem a nós próprios numa perspectiva dinâmica. E é engraçado que todos nós estamos um bocadinho influenciados pelo

grande escritor Eça de Queirós e outros que diziam que a cultura entrava em Portugal pelo Expresso vindo de Paris, que na altura poderia ser verdade, e em parte isso é verdade, no entanto, também existe muito de exagero nisso. (...) a própria existência de homens como Eça de Queiroz, que eram particularmente críticos relativamente àquilo que era Portugal, também é um reflexo, penso eu, de que nem tudo aqui é estéril. E sim, de facto, os outros pensam que Portugal é Espanha, os americanos dizem isso, bem... mas eu penso que a culpa é dos americanos" [Sérgio, G1].

Em todos os grupos, surgiu nas conversas um tópico que suscitou o interesse e a participação enérgica dos presentes: o Euro 2004, Campeonato Europeu de Futebol organizado em Portugal, e que estava ainda muito fresco na memória dos participantes à altura das entrevistas. Foi a propósito deste assunto que foram proferidas muitas opiniões esclarecedoras do sentido dado pelos entrevistados ao patriotismo. O momento de efervescência social e simbólica que Portugal viveu por ocasião do Euro 2004 despertou nos portugueses sentimentos de comunhão, efusão e solidariedade que provavelmente desde o 25 de Abril não eram tão vividamente exteriorizados. Neste sentido, ocorreram a ritualização, celebração e hipostasiação da pátria e do próprio vínculo de pertença de modo muito intenso⁹³, promovendo um sentido de unidade e afirmação nacional que raiou a transcendência. Esse período sedimentou-se na memória nacional como um tempo extra-ordinário, uma suspensão que abarcou a quase totalidade da sociedade portuguesa e de que ficou a imagem da exaltação patriótica e do abraço fraterno que não foram maculados pelo epílogo futebolístico:

⁹³ "Na reprodução e consolidação de identidades colectivas, os rituais têm um importante papel. Os rituais reavivam a memória e o sentido, organizam a visualizam o conjunto, o estar-juntos, e expressam uma re-afirmação mútua, reafirmação da colectividade. Por isso os rituais constituem um importante meio empírico de entrar na identidade colectiva de uma população. Na construção de identidade colectivas, esta auto-referência ou auto-imagem pode ser elaborada como uma origem comum ao potencial colectivo, como uma *competência* ou tarefa comum – seja a de falar a mesma linguagem (...) ou possuir certos valores" (Therborn, 1995: 230-231).

"Os portugueses tiveram um jogo todos em conjunto" [Joana, G2];

"Eu acho que o país nunca esteve tão unido como durante o mês de Junho, Julho, na altura do Euro. E claro que é bom saber que conseguimos unir-nos, nem que seja por uma causa como o futebol, pode ser até triste, visto por este lado, não é? Mas nunca vi o país tão unido como numa altura destas. A única conversa era só futebol. Era uma ideia de patriotismo, de identidade nacional, nessa altura, incrível, reflectido obviamente pelas bandeiras também. Mas creio que foi a altura mais... em que as pessoas, o facto de as pessoas irem todas para a rua ao fim, mesmo quando Portugal perdeu, as pessoas uniram-se todas na mesma, todas em solidariedade ..." [Célia, G1];

"Eu acho que nós, os portugueses, não nos lembramos muitas vezes que somos portugueses (...). E eu acho que o Euro (...) foi positivo, eu acho que aí os portugueses lembraram-se... 'eu estou em Portugal, vamos chamar Portugal, vamos fazer com que Portugal ganhe' e foi aí que toda a gente viveu... As pessoas começaram a pensar 'eu sou português, vou lutar pelo meu país, vou apoiar os jogadores que estão lá a falar por nós, a dar a nossa imagem'. Eu acho que os portugueses tiveram um jogo todos em conjunto, não só os jogadores, mas nós também no passivo – 'nós estamos com vocês, vocês os jogadores' e pusemos a bandeira e andávamos com os cachecóis nos carros, enfim... Acho que nós reflectimos um bocadinho que somos portugueses. Pela primeira vez pensámos... Eu acho que foi a primeira vez que vi Portugal a ter uma imensa... Nós olhávamos para as janelas e víamos só as bandeiras de Portugal e eu nunca vi e acho que foi positivo porque as pessoas tinham orgulho em ter a bandeira de Portugal na janela" [Joana, G2].

Para além das emoções vividas colectivamente, o Euro 2004 é também recorrentemente avaliado de forma positiva pela "boa organização" do evento e pela imagem do país que foi transmitida "para o estrangeiro", o que encheu os portugueses de "orgulho" e lhes elevou a "auto-estima". Estas são

palavras que são invariavelmente usadas pelos participantes nos grupos de discussão para enfatizar o efeito do acontecimento no país:

"Eu, para mim, acho que nos deu um bocadinho de orgulho de sermos portugueses, porque até conseguimos portar-nos bem, talvez até... ultrapassou um bocadinho o que esperávamos, porque estávamos numa fase muito negativa. Eu falo por mim, mas via pelas pessoas à minha volta... Conseguimos portarmo-nos minimamente bem e saímos bem, vá lá, e isso deu-nos orgulho de sermos portugueses e levantou-nos a nossa auto-estima que andava muito por baixo" [Mariana, G2];

"Nós, portugueses, vibrámos com aquilo. Íamos na rua, víamos uma bandeira, dávamos um sorriso. Acho que isso foi muito importante, as pessoas andavam com outra alegria, porque nós estávamos todos muito em baixo" [Joana, G2].

O orgulho em ser português materializou-se na exibição massiva da bandeira nacional. O Euro 2004 foi referido por alguns participantes como um momento de reconciliação com os símbolos nacionais que, conotados com a propaganda do regime salazarista, nomeadamente por via da obrigatoriedade de reverência nas escolas, desde 1974 pareciam confinados ao cerimonial protocolar do Estado. São os mais velhos que evocam mais frequentemente o tempo em que havia "respeito" pela bandeira:

"(...) o tempo (...) em que chegavam à escola e a primeira coisa que faziam era cantar o hino [nacional]" [Célia, G1];

"Hoje não, hoje (...) não se faz uso dela, só se faz uso dela para o desporto, para a vestir, para se pôr embrulhado nela, fazer camisa. Acho que isso é uma coisa que não entendo que esteja bem" [Virgílio, G2].

Esta é, contudo, uma visão que não colhe simpatia entre a maior parte dos participantes, que vêm nas práticas salazaristas no que aos símbolos nacionais diz respeito um patriotismo superficial, ritualista e propagandista. Respondem, portanto, que

"O que nós fazíamos era só cantar o hino nacional nas escolas, daí este chamado patriotismo, entre aspas, não é isso que é o patriotismo" [Conceição, G2];

"Vocês cantavam o hino [dirigindo-se aos mais velhos] não era só porque o hino português é bonito ou porque Portugal é um país muito bonito, é porque aquilo também convinha ao regime. Nós temos que perceber que, muitas vezes, não se está a lutar por um país, (...) está-se a lutar por aquilo que alguém que está no poder quer" [Sérgio, G1].

O facto de no Euro 2004 terem sido resgatados os símbolos nacionais teve, para os participantes, um significado muito positivo:

"Nem nunca houve tanto sentimento pela bandeira como nesse ano. Não se ligava muito à bandeira, pois não? [Graça, G5];

"Pelo menos hoje quase todos os portugueses têm uma bandeira em casa, o que antes era difícil" [Adelaide, G3];

"Foi preciso termos um brasileiro a treinar a selecção para termos orgulho de mostrar a nossa bandeira. Porque vê-la no estrangeiro, de facto, é reconfortante e agrada-nos a todos, mas em Portugal sentíamos talvez um bocado envergonhados e foi preciso vir um brasileiro, um estrangeiro, para toda a gente meter a bandeira na janela e ter orgulho na bandeira que tem. E a bandeira ganhou um significado que já não tinha há alguns anos" [Rui, G4].

Todavia, o facto de o país se ter coberto de verde e vermelho desencadeou em alguns dos grupos um debate interessante acerca do significado do patriotismo em Portugal. Com alguma distância já do momento de euforia, vivido com grande intensidade emocional, alguns elementos produziram uma reflexão sobre o valor de tais manifestações, apontando criticamente a vacuidade do fenómeno que lhes parece ter redundado numa forma inconsequente de patriotismo fátuo e de contágio. Isso é muito claro quando é dito que "quando o Euro acabou, acabou tudo" [Renata, G1] e que o engalanar das fachadas com a bandeira nacional resultou de um processo de imitação:

"Só cantar o hino nacional e pôr a bandeira, isso não é patriotismo nenhum. E, fazendo a ponte para o Euro 2004, há duas coisas: uma que eu considero boa e outra má. Foi excelente e era uma emoção... toda a gente se levava pela emoção de termos a bandeira. (...) Para mim, o aspecto negativo é ser patriota por um dia. O aspecto positivo é, ao mesmo tempo, e não querendo entrar em contradição, os momentos que foram vividos em conjunto como país. Foi pena ter acabado, mas também foi bom o que aconteceu, em si. Pode parecer uma contradição, mas, para mim, são duas faces da mesma moeda e que eu gostei de ver, apesar de achar que muita gente levava as coisas pela emoção pelo país e acho que ser patriota não pode ser só emoção, é o que também falou a Conceição, é uma questão também de raízes" [Renata, G2];

"Joaquim – Mas basta só a bandeira? A bandeira só não chega [

Manuel – Eu francamente também vi alguns inconvenientes nisso. Vi vantagens na altura, mas a determinada altura deveriam ter retirado as bandeiras. Por uma razão muito simples: talvez se tivesse banalizado um bocado a bandeira.

Joaquim – Mas o maior problema não é esse, é que, quando nós entramos em aspectos práticos, nós falhamos rotundamente. Os ingleses passaram uma crise

económica e desemprego há quinze anos, bastou porem-lhes um anúncio que era 'Consuma nacional para dar emprego ao seu vizinho', os espanhóis fizeram a mesma coisa. Nós já fizemos campanhas e campanhas e ninguém liga nada. Nós borrifamo-nos para o vizinho que está ao lado. Por isso, quando estamos a olhar para a bandeira, eu digo que é pouco e que é preciso fazer muito mais, porque a bandeira é um símbolo, é um símbolo que tem de levar a determinado tipo de coisas e não leva.

Odete – A bandeira não pode ser apenas um pedaço de pano que se põe em qualquer lado, acho que a bandeira tem de estar essencialmente no nosso coração e na nossa cabeça e nos nossos actos, no dia-a-dia, no contacto com os amigos, com a família.

Manuel – Há bocado estava a falar, e não sei se era isso que queria dizer, que os americanos são mais patriotas só porque tinham mais respeito pela bandeira. Eu acho que aí há um certo patrioteirismo porque os americanos...

Joaquim – Não, não eles são patriotas por outro tipo de motivo, não é só por respeitarem a bandeira [

Manuel – Pois era aí que eu queria chegar, estamos de acordo" [Grupo 3].

No Grupo 4, a argumentação é muito semelhante:

"Carlos – E se nós pensarmos (...) no exemplo espanhol, que têm um nacionalismo que eu acho que está relativamente equilibrado [

Xavier – É. Mas isso vê-se no dia-a-dia.

Carlos – Exactamente. Isso nota-se porque eles preferem produtos espanhóis a estrangeiros (...). Tudo. Preferem comprar um carro espanhol, ou pelo menos um carro feito em Espanha a um carro da mesma marca feito noutra país, e assim sucessivamente. E isso ajuda a puxar pelo país [

Rui – Isso acontece em países chauvinistas. Há o *lobby* dos produtos nacionais.

Carlos – Pronto, o chauvinismo é já um exagero...

Rui – Isso é verdade em Espanha, em França é verdade, em Inglaterra é verdade, na Itália [

Carlos – Na Alemanha, nos Estados Unidos e noutras coisas. Agora, eu não vou ao ponto... Agora, de facto, fazia-nos falta um bocadinho de espírito nacional [

Rui – Fazer *lobby* dos produtos nacionais.

Carlos – E isso tinha reflexos na sociedade [

Xavier – E na economia.

Carlos – ... na economia. O Euro 2004 puxou um bocadinho pelo nosso sentido [

Xavier – Só faltou dizer 'Comprem bandeiras portuguesas. Made in Portugal' [tinha sido referido o facto de as bandeiras expostas serem de produção chinesa]".

Do mesmo modo, defende-se no Grupo 1 que o patriotismo de que os portugueses se reivindicaram por ocasião do Euro 2004 não é compaginável com a sua prática como comunidade:

"Cá em Portugal cada um governa-se a si próprio e quem foge aos impostos não está a pensar que está a afectar o país e isso é... Os interesses deles estão primeiro do que os interesses do país e o bem-estar dos outros; (...) não vêem que o bem-estar deles hoje pode ser o mal-estar deles amanhã, quando alguém que não tem dinheiro para comer os assaltar. Portanto, todos os problemas sociais associados à falta de providência do Estado (...) mais tarde vão-nos cair em cima. Não pagar impostos é anti-nacionalista" [Filipe, G1].

Para os estudantes que passaram uma temporada a estudar no estrangeiro ao abrigo do Programa Erasmus, o Euro 2004 permitiu, acima de tudo, "colocar Portugal no mapa". Uma boa parte deles teve a experiência de ver a sua nacionalidade e língua confundidas com as da vizinha Espanha (assunto que abordaram com detalhe na conversa, mostrando-se sobre isso um pouco indignados), pelo que realçaram quão benéfico o Euro 2004

poderá ter sido como *marketing* de Portugal, mesmo se, na sua opinião, esse efeito ficou circunscrito ao futebol:

"Rafael – Foi bom para mostrar a independência de Portugal, a identidade de Portugal. Não percebo como é que há países que ainda têm a noção que Portugal é parte de Espanha.

Álvaro – Não sei como é que foi as campanhas lá fora, se calhar, deviam ter sido mais fortes. Já ouvi várias pessoas a dizer que se devia ter aproveitado melhor, na altura, para as campanhas publicitárias lá fora terem focado mais o elemento nacional.

Lígia – Porque eles têm... eles conhecem o nome Portugal, só que eles associam... Portugal é como se fosse uma província de Espanha. O Euro foi em Portugal, ok, é como se Portugal... Eles associavam Portugal como alguma coisa que pertencia a Espanha.

Rafael – Mas eu acho que se devia ter feito cá o Euro para realçar um bocado a existência...

Álvaro – Eu, quando encontrava pessoas lá fora, era assim um bocado agressivo...

Moderadora – Diga lá.

Álvaro – Era um bocado agressivo. É mais lógico para um alemão conhecer Portugal do que um português conhecer a Lituânia.

Lígia – Mas porquê? Essa lógica é que eu não entendo.

Álvaro – É assim, à partida, dentro da história europeia, Portugal sempre teve uma história mais forte, Portugal já foi a maior potência mundial, ou ali perto [

Lígia – Mas perdeu-a.

Margarida – Isso já foi...

Flávio – Mas ficou a história.

Álvaro – Eu sou português e chego a um mapa da Europa e sei identificar cada país e sei que são independentes. Se um alemão me vem dizer que um país a três ou quatro mil quilómetros e ele não sabe se é diferente de Espanha ou não, isso [

Hélder – Tu não dizes que a Áustria é alemã. A Áustria é a Áustria e a Alemanha é a Alemanha.

Álvaro – Exactamente, é isso que eu estou a tentar dizer. Eu tinha uma posição um bocado... não digo agressiva: 'Então, não tens um mapa em casa? Não tiveste geografia?'

Hélder – Mas o Euro, acho que contribuiu para pôr Portugal um bocado no mapa. As pessoas ficaram a saber onde é que ficava a Grécia e onde ficava Portugal. (...) Os alemães lá davam-me na cabeça: 'Vocês não têm vergonha, perder com a Grécia na final?', 'Não me fales nisso' " [Grupo 6].

Tomados os dados no seu conjunto, é possível concluir que os discursos produzidos nas reuniões dos grupos de discussão revelam que há um sentido claro de pertença e identificação nacional. Tal sentido de identidade não exclui que uma minoria dos participantes se apresente como *consciência crítica* da nação. Assim como não impede que os mais fervorosos patriotas manifestem uma forma de desconforto cognitivo e emocional ligada ao facto de o país que dizem amar não corresponder ao país que queriam que Portugal fosse (o que, reforço, não os impede de declarar a sua afeição). Finalmente, verifica-se que, tanto ao nível dos indivíduos, como dos grupos, é empiricamente detectável ambivalência e ambiguidade a respeito de quase todos os tópicos abordados, o que indicia, por um lado, uma considerável capacidade reflexiva, que obsta a uma visão simplista e monocromática das matérias, mas, por outro lado, acusa a presença de representações trémulas da pátria.

Pode dizer-se, então, que há várias formas de ser patriota, o que vai ao encontro do padrão de vínculos à pátria acima referidos. O facto de o país, o Euro 2004 ou a integração na Europa não serem vistos a *preto e branco*, mas questionados e apreciados em matizes diversos, sinaliza que as opiniões dos entrevistados não ficaram vinculadas ao conteúdo emocional e/ou ideológico da sua relação com os objectos em discussão, mas que foram elaboradas com base numa reflexão aberta e empenhada, mesmo se, provavelmente, limitada ao contexto da conversa do grupo.

Tentar perceber o lugar da Europa em Portugal exige que, no quadro dos seus *mitemas*, se aborde o *outro lado* da tessitura simbólica nacional – o império. Vimos como, na trama com que se urde o sentido da identidade portuguesa, é recorrentemente jogada a bipolaridade da vocação atlântica e da matriz europeia. Na tentativa de avaliar como os entrevistados se posicionam face a tal bifurcação do destino pátrio, foi perguntado aos grupos como viam a possibilidade, meramente fictícia, de Portugal ter constituído com as suas antigas colónias uma "União Lusófona", em lugar de ter aderido à Comunidade Europeia. As reacções mais imediatas e mais frequentes são as que expõem a inviabilidade dessa hipótese, por manifesta falta de condições políticas e económicas à altura (temporalmente, os entrevistados situaram essa possibilidade entre as últimas décadas do Estado Novo e o pós-25 de Abril). O primeiro obstáculo apontado é o facto de a estocada final no império ter sido uma guerra colonial e um processo de descolonização controverso. É, igualmente, referida a imaturidade política e económica desses países, que exigiria que Portugal se assumisse como motor do desenvolvimento dessa "União", e o risco de que isso redundasse numa forma de neo-colonização:

" Alexandre – Eu creio que na altura que se pôs a situação de nós entrarmos para a Europa ou... não tínhamos condições políticas para isso.

Xavier – Nem económicas.

Alexandre – Já dou de barato a questão económica, porque era uma questão secundária, quanto a mim, nessa altura, relativamente à questão política. Estávamos a sair de uma descolonização violenta e, portanto, não tínhamos... E o Brasil também estava lá com a ditadura, não tínhamos interlocutores à altura, nem em África [

Xavier – Depois da independência há um período de rejeição [

(...)

Rui – É que a questão é que não era grande alternativa, porque se assim fosse Portugal e o Brasil iriam ter de assumir o papel da França, da Inglaterra e da Alemanha [

Carlos – Financiadores" [Grupo 4];

"Teria sido muito mau. Eles ver-nos-iam sempre como os colonizadores. (...) Uma comunidade de países de língua oficial portuguesa, lusófonos... comunidade económica? Posso lançar aqui uma ideia um bocado aparvalhada... O ideal para Portugal, neste momento, seria demitir o governo e enviar para cá uma comissão de delegados europeus para governar isto durante uns tempos, para pôr isto nos carris, a andar. Eu acho que, se nós formássemos uma comunidade de países lusófonos, seríamos nós a enviar para lá uma comissão para pôr aquilo nos eixos, não é?" [Filipe, G1].

É também argumento recorrente, contra a possibilidade de se ter formado um "União Lusófona", a distância cultural entre Portugal e esses países, traduzida em diferenças de "mentalidade" e de desenvolvimento. Mas esta não é uma perspectiva consensual: enquanto alguns elementos consideram que Portugal está culturalmente mais próximo dos padrões europeus, outros vêem na comunidade lusófona uma "família" que, lamentavelmente, não soubemos manter unida:

"Graça – Eu não concordava.

Domingos – Eu também não.

Helena – Eu acho que sim.

Domingos – Porque a mentalidade da África é muito diferente da nossa, da da Europa, e não ia dar certo; a mentalidade deles é muito diferente da nossa aqui da Europa.

Graça – Eu também concordo.

Domingos – Não estava bem. Está bem que sejamos amigos e que os ajudem e que nós vamos para lá trabalhar e que eles venham trabalhar para aqui, eu não sou racista... de acordo, mas com limites, porque eu já fui emigrante, mas a gente tem de ter limites, não se passar aqui o que se passa na França e pode-se passar aqui em Portugal, também, se não houver ordem, em Lisboa e Porto" [Grupo 5];

"Odete – Eu achava bem. Era muito diferente, mas acho que seria uma ideia muito, muito espectacular, mas diferente economicamente.

Adelaide – Se vamos voltar para trás, isso seria talvez o que Salazar queria, possivelmente, a união da língua. Só que, a meu ver, a dificuldade será na distância, enquanto que a Europa é tudo aqui ao lado, e as culturas...

(...)

Manuel – Não concordo, nem por sombras e vou dizer porquê. Repare-se, se ele quisesse isso, não exigia que as pessoas para irem para Angola tivessem uma carta de chamada, para ir para o Brasil, nem pensar. Claro que hoje eu achava isso uma coisa linda, mas era do coração [

Odete – Era uma questão mais emocional.

Manuel – Eu achava bonito, mas... (...) Aquilo foi sempre uma quintinha, lamentavelmente, uma quintinha de meia-dúzia de indivíduos, nós nem sequer chegámos a tirar partido nenhum, afinal de contas, das nossas colónias.

Adelaide – O que foi pena, porque aquilo era rico que chegasse para todos e os que vieram de lá perderam e ninguém ganhou, toda a gente perdeu.

Manuel – Ah, eu também acho que foi pena. O problema é que nós não podíamos lutar contra os ventos da história.

(...)

Moderadora – E em termos culturais, estamos mais perto dessa comunidade lusófona ou da Europa?

Adelaide – Eu penso que estamos mais perto da Europa, por todos os motivos.

Joaquim – Há muita distância para a língua vencer essa... não é suficiente.

Adelaide – Acho que não, embora eu tenha muita pena. Eu vivi muito tempo em Angola.

Manuel – Não é suficiente, não.

Joaquim – Há outros interesses muito mais fortes. (...) Agora nós, historicamente, sempre andámos a desperdiçar oportunidades, desde as Descobertas até hoje (...) Nem nós nos desenvolvemos, colocava-se todo o tipo de entraves ao desenvolvimento daqui e de lá. Digamos que era falta de visão" [Grupo 3].

Como se vê já no excerto acima, a própria colonização portuguesa é também apontada como uma das razões porque uma União com as ex-colónias não poderia ser bem sucedida. O tema é também abordado noutros grupos, que enfatizam o facto de o Governo português não ter promovido o desenvolvimento desses países, nem sequer desviado a emigração do século XX para África:

"Eu acho que seria pouco viável, sob todos os pontos de vista e sobretudo do ponto de vista económico. Enquanto que a Europa, temos todos possivelmente os mesmo princípios, mais coisa menos coisa, somos todos, isto não é racismo, da mesma cor, enquanto que, se formos para um país africano, tem outros princípios, tem outras doutrinas completamente diferente. (...) Eu acho que essa comunidade de países... era muito difícil de a fazer por uma razão muito simples: nós colonizámos Angola, Moçambique e outras tantas terras por esse mundo de Cristo fora e nunca soubemos deixar-lhes o que tínhamos de bom. Fizemos uma colonização que, no meu entender, não foi uma colonização, foi uma exploração a favor de meia dúzia deles. Angola e Moçambique, que são países extremamente ricos, o que é que nós lá desenvolvemos? O que é que fizemos por aqueles países? A não ser uma ou outra cidade, de resto, são países que estão praticamente na mesma, culturalmente, economicamente, tudo isso. (...) Por conseguinte, nós não preparamos terreno para podermos com eles fazer uma comunidade económica, como é o caso da Europa" [Henrique, G2].

Mas o reconhecimento dos obstáculos e desvantagens objectivos vai a par com o apelo emocional, "do coração", que uma putativa "União Lusófona" ecoa. Se, por um lado, é mencionado o fracasso da colonização, por outro, recorda-se que Portugal mantém boas relações com os povos que colonizou, apesar de a ideia de haver por parte desses povos uma ligação especial a Portugal não ser consensual:

"Xavier – Mas foi humilhante para os outros povos também [

Carlos – Hum... Não há nenhum que tenha sido colonizado por nós que não goste de nós [

Alexandre – Sim, é verdade, nenhum.

Carlos – Mesmo aqueles em que estivemos envolvidos no passado em questões de escravatura, porque nós fomos senhores de escravos, não é, mas nem esses nos cospem na bandeira. Não estou a falar dos tempos da guerra colonial porque isso são questões... claro, ódios recalcados, muito mal geridos.

Alexandre – Vê-se que... Ainda esta semana o Canal 1 promoveu um programa, durante o dia todo, em Cabo Verde e que nós, em Cabo Verde (...), somos muito bem vistos, e o que eles querem é... não querem lá os italianos, parece que estão lá a invadir aquilo com o turismo, eles queriam era lá os portugueses.

Xavier – Não sei se é. Neste momento, em Angola e em Moçambique, quem está lá não são os portugueses [

Alexandre – Os angolanos e os moçambicanos também vêm com bons olhos o investimento português e... eu perfilho esta ideia de que nós, para crescer, teremos que começar a deslocalizar para esses países. Não deslocalizar para Marrocos, a Argélia, nem para os países de Leste, mas deslocalizar para esses países. Barreira da língua: zero. Somos considerados... somos bem-vindos, um país amigo.

Xavier – São bem-vindos todos. Todos são bem-vindos em Angola ou Moçambique. Tenho dúvidas de que o governo se vá impôr em Angola ou Moçambique, tenho dúvidas. (...) Estes povos o que querem é ajuda e técnica,

querem que lhes leve o ensino, toda a tecnologia que eles não têm. Se não forem portugueses, são italianos, ingleses [

Alexandre – Mas é que nós temos uma vantagem competitiva relativamente a eles: é que nós não precisamos de aprender a língua" [Grupo 4].

O que parece bem mais consensual é o facto de haver uma base de entendimento preciosa que é a partilha da língua e de como esse facto poderia ser potenciado por Portugal tanto a nível económico, como cultural e simbólico:

"Portugal não é suficientemente atractivo para isso [constituir uma *União Lusófona*]. (...) Mas (...) há um elo comum a essa imaginada comunidade de Portugal e das suas ex-colónias que é a língua. Ora, a língua talvez seja o único elemento sobre o qual valha a pena ter alguma esperança, não como instrumento de colonização ou de domínio (...). Eu julgo que, se Portugal quiser defender ou ter alguma influência, por simbólica que seja, actualmente terá por passar, não por estratégias de tentar dominar geograficamente seja o que for, ou economicamente, mas sobretudo através de um instrumento que se utiliza todos os dias que é a língua" [Sérgio, G1];

"Eu, culturalmente, achava muito mais rico, agradava-me muito mais. Economicamente seria um grupo mais pobre, talvez por não estar tão organizado, mas culturalmente achava muito enriquecedor, tínhamos um elo muito forte, não importava a distância em quilómetros, mas tínhamos a língua que enriquecia a comunidade, tínhamos um diálogo mais aberto e mais compreensivo e acho que seria fantástico, do meu ponto de vista. (...) Era capaz de ser uma comunidade bem boa. Eu ... agradava-me" [Mariana, G2].

Não porque uns preferissem uma opção e outros uma outra, mas porque, de novo, se percebe o debate interno entre o que é o desejo e o que são os constrangimentos da realidade, a verdade é que a abordagem deste

tema nos permite concluir que os portugueses vêem o passado colonial como um capítulo fechado da história do país, apesar de nele sentirem enraizado um certo sentido da identidade nacional, nomeadamente pelo lastro deixado pela "vocação atlântica" de quinhentos anos. Percebe-se que, para a maioria dos participantes, o sentido pragmático se sobrepõe à *afinidade electiva* que invocam a propósito da ligação de Portugal com a África de língua portuguesa, o Brasil e Timor. Mas, por reconhecerem quão volumosos seriam os obstáculos e desvantagens de uma união política e económica com esses países, aceitam tranquilamente que não há mais a esperar do chamamento ultramarino. Mas há mais a esperar da pátria. A este respeito, são eloquentes as palavras de Renata, do Grupo 2:

"Não temos a mesma cultura, estamos em continentes diferentes e a cultura definitivamente não é a mesma. Poder-nos-ia acontecer duas coisas: nós, neste momento, fazemos parte dos países desenvolvidos, mas dentro desses somos o menor, quase. O que acontecia, se neste momento, formássemos essa comunidade? Tanto podíamos ajudar, com o que temos, os outros a erguerem-se e a tornarem-se países desenvolvidos, como podíamos não o fazer, deixarmo-nos ir abaixo e ainda ficarmos pior. Agora, talvez falte a Portugal um objectivo assim de epopeia, falta a Portugal um objectivo de grandeza que ponha a auto-estima em cima. É um projecto interessante, agora eu acho que nesta altura... se calhar identificava-nos melhor, pela língua, mas a cultura é diferente e tinha que se pesar muito bem se era para o nosso desenvolvimento ou se era para nos afundarmos. Estando na Europa, sempre temos oportunidades de subir e com o nosso esforço talvez a tal epopeia, o tal objectivo não esteja fora das... pronto, nos países de língua portuguesa, mas dentro, dentro do país, a epopeia de chegar mais além. (...) Agora no momento em que estamos, a União Europeia é o melhor, apesar de sermos os coitados" [Renata, G2].

Ao ouvir os participantes nos grupos de discussão debater a possibilidade de se ter formado uma "União Lusófona", fica-se com a ideia de que, assim como parecem resolutos a fechar a porta ao passado colonial,

também não perdem tempo a assinalar a direcção do futuro. Sistemáticamente, a conversa encaminha-se para o novo desafio que se pôs ao país com a descolonização, a democratização e a integração europeia. Naturalmente, aquilo que hoje os portugueses opinam sobre a opção europeia (e, contiguamente, a opção atlântica) foi sujeito ao efeito de vinte anos de integração na Comunidade Europeia e do consenso produzido nacionalmente acerca da irreversibilidade desse processo. O que justifica essa escolha convicta é, em consonância com os dados apresentados acima, vislumbrar-se a Europa como porto seguro, o último encontrado nos oceanos desassossegados da nossa história. A Europa aparece nos discursos vazia de conteúdo: não há nenhum sentido especial da dimensão europeia da nossa história, não há convicção na Europa. Mas há a ideia de que a Europa comprou a hipoteca do nosso futuro e, com isso, mantém-se a esperança de que haja Portugal na Europa. Uma esperança crédula, mas sobretudo funcionalista e instrumental, como é dito com todas as letras no último excerto e no seguinte diálogo:

"Domingos – Já não vamos para a África.

Graça – Também acho que não.

Domingos – O futuro, agora, é a Europa, é a Europa.

Graça – É, é.

Domingos – Mal de nós se nos vamos dar mal com a Espanha ou com a França [

Graça – Pois, o problema é esse, temos de olhar pelo nosso bem.

Domingos – Se não estávamos com eles, que é feito de nós?! Nós temos de ser amigos [

Graça – De quem precisamos. [Grupo 5]".

Quando se equaciona a relação de Portugal com a Europa nos últimos trinta anos, o ponto de vista mais comum é o que aborda essa conexão no âmbito das Comunidades Europeias. De facto, foi tão intenso o impacto da adesão que o laço de Portugal à Europa parece esgotar-se nessa pertença a uma associação de Estados. Mais raramente, em análises de maior profundidade orientadas pela filosofia e pela história, procura-se o vínculo que está para lá da ligação mercantil e pragmática que surge sempre no primeiro relance sobre o assunto. O que essas análises enfatizam é o facto de Portugal ser intrinsecamente europeu, mesmo se fora da Comunidade Europeia, porque tal condição diz respeito ao fundo cultural que define a Europa muito para lá da geografia e dos Tratados. Sobre isto, num tom provocatório, o historiador Borges de Macedo (1988: 13) acrescenta um outro ponto de vista: "É quase constante a atitude hossânica, quanto ao que chamamos, com tanto entusiasmo como de autoflagelação, 'entrar na Europa'. E acrescentamos, em modos de pobreza agradecida, que isso é uma grande coisa para Portugal e que devemos estar gratos à CEE e ao Parlamento Europeu, de sermos ou termos sido recebidos como membros de pleno direito. A tónica é, pois, o devermos ser nós a estarmos gratos à 'Europa' pelo acolhimento que, digamos assim, acabou por nos 'conceder'. Quer-me parecer, porém, que a atitude mais correcta deve ser outra. Se tem algum sentido falar-se em Europa e se tem algum significado falar-se no seu espírito, quem deve estar grato pela nossa participação, juntamente com a Espanha, deve ser essa mesma Europa por termos entrado, ainda que tarde, numa instituição a que, para ser Europa, faltávamos indiscutivelmente, pelo menos, nós, os peninsulares". Vista deste ângulo, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia assume contornos bem diversos. Deixa de lado um certo senso de inferioridade que perpassa implicitamente a nossa relação com a Europa desenvolvida e reverte a argumentação de que Portugal não estaria completo sem a sua dimensão europeia para dizer que, se isso é verdadeiro, também o era a incompletude da Europa na ausência da Península Ibérica – um "pecado de *lesa-espiritualidade*, de *lesa-história europeia*", nas palavras do autor (*idem*: 13-14).

Por parte dos entrevistados, a questão nunca é enunciada nestes termos. Se, por um lado, a pertença de Portugal à Europa é tomada como um dado adquirido, por outro, não é claro que cordão umbilical liga o país ao continente. É como se, culturalmente, Portugal não tivesse filiação e a Europa não fosse mais do que a *vizinhança rica*. Permanece a expressão da inferioridade nacional – os "pobres", "coitadinhos", "últimos" – face aos parceiros europeus, num desfiar de humilhações e fracassos. Porém, a honra pátria acaba salvando-se, porque alguém lembra sempre as virtudes do povo português – criativo, afável, desenrascado – e os seus mais remotos ou recentes feitos, daqueles que não nos envergonham. Lançados à Europa, os portugueses não têm como desviar-se dela – nem querem –, mas isso não quer dizer que esperem ou sequer desejem ser Europa, embora também não admitam não o ser.

CAPÍTULO IV

PORTUGAL PROJECTADO: A EUROPA NOS NOSSOS BOLSOS

"Ser português é querer que isto vá para a frente! (...) É ter orgulho em mim e em todas as pessoas que existem neste país por sermos portugueses."

Esmeralda, Grupo 3

A identidade é uma injunção. Para que serve? Para classificar e mobilizar. Numa esquadria disciplinada, os interesses e os seus homens cristalizam-se segundo linhas de fronteira que são alavancas de acção. Neste sentido, as identidades constroem-se como projectos dinâmicos e transformadores que respondem à indagação, individual ou colectiva: o que queremos ser? Portugal passou os últimos dois séculos a revolver-se nesta questão. Ter-lhe-emos, como nação, respondido? Aparentemente, nas últimas duas décadas, há um rumo traçado a grosso pelas elites dirigentes e aquiescido pelo povo português, o que significa que sabemos para onde queremos ir e onde queremos estar. Na Europa, indubitavelmente. Mas estar na Europa equivale a querer ser Europa? E, para esgotar as incertezas, o que é e o que quer ser a Europa?

Por que queremos estar na Europa? Porque é um abrigo, uma amarra protectora. Diz Eduardo Lourenço (1994a: 146-147) que "a Europa, uma certa realidade entrevista como Europa, é o barco que ninguém, minimamente realista ou cínico, *deseja perder*. (...) É por demais evidente que *estar dentro*, mau grado a imprecisão ou os temores que esta nova situação representa para as velhas nações europeias, é um *privilégio*". Como estamos na Europa? A palavra, de novo, a Eduardo Lourenço (1994a:149-150): "A Europa como temática, como destino ou mesmo a própria construção empírica da Europa a que queremos aderir e cuja adesão nos interpela e responsabiliza *não ocupa no nosso imaginário um lugar de relevo*."

Pragmáticos, aceitamos a Europa como uma fatalidade, não como uma opção que profundamente nos implique".

Estar na Europa e ser Europa exigiu ao país, nos finais no século XX, um grande esforço de normalização e modernização. Embora a transição para o Portugal *moderno* se tivesse iniciado ainda nos anos de 1960, foi com a adesão à Comunidade Europeia que o processo acelerou e se consolidou. Esse processo foi feito de bifurcações, escolhas, erros e retrocessos. O país não se refez de uma vez; foi-se desejando, projectando e edificando. Não atingiu todas as metas, mas fala já a linguagem dos países ricos. O que nos moveu, então, nos últimos trinta anos? Como nos imaginámos? Com que valores nos identificámos? Que âncoras fixaram a imagem que nos atribuímos? Como nos projectámos como comunidade? Que identidade re-inventámos?

1. O euro como "costura" entre a identidade nacional e a pertença europeia

No momento em que Portugal aderiu à Comunidade Europeia, consumando o *regresso* à Europa, esperava-se que isso facilitasse a normalização e ascensão do país. Mas a Europa estava prestes, ela própria, a sofrer a maior aceleração histórica desde que o sistema mundial deixara de ser eurocêntrico. Depois da estagnação dos anos de 1970, o projecto europeu reanimou-se e sucederam-se os processos de aprofundamento e alargamento com que se tem erguido o edifício da actual União. A Comunidade Europeia abre-se ao Sul com a entrada da Grécia (1980), Portugal e Espanha. Ainda em 1986 é assinado o Acto Único Europeu. A queda do muro de Berlim, em 1989, e o colapso do bloco soviético precipitam as mais drásticas mudanças, a começar pela reunificação alemã. Seguem-se as revisões ao Tratado fundador assinadas em Maastricht (1992) e Amesterdão (1998) e com elas, para além da agilização das instituições comunitárias, abre-se o debate sobre a federalização que se divisa por entre a união monetária e a cidadania europeia. Em 1995, aderem a Suécia, a Finlândia e a Áustria. Entre 1991 e 1996, o espectro da guerra retorna à Europa com a desintegração violenta da Federação Jugoslava. Depois de décadas de avanços e recuos, o Sistema Monetário Europeu dá o seu fruto: a moeda única europeia nasce em 1999 como moeda escritural e entra em circulação, em doze países, em 2002. Em 2004, fechando um ciclo histórico, aderem dez países do Leste europeu, recompondo a geografia da União e anulando as fronteiras que vão de Portugal ao Báltico. Hoje, a União Europeia compõe-se de vinte e sete Estados-membros e o euro é a moeda de 15 desses países. Neste cenário, deixou de ser possível indagar o projecto de Portugal sem o inscrever no projecto europeu. A identificação do país com os padrões (políticos, económicos, culturais) europeus foi surgindo, cada vez mais, como alavanca de mobilização: só seremos melhores se formos europeus, só seremos europeus se formos melhores.

Engolida no turbilhão da construção europeia, a política portuguesa de compromisso europeísta foi pouco menos do que uma inevitabilidade. Os dois partidos políticos que, desde 1975, constituíram governos e negociaram a adesão partilhavam a "opção europeia" como desígnio nacional. Nesta matéria, o PS, com o seu líder Mário Soares, mereceu o momento histórico da assinatura do Tratado de Adesão, a 12 de Junho de 1985, mas o seu governo foi afastado nas eleições seguintes. Foi o Governo do Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva, do PSD, que ocupou o poder executivo na década que se seguiu à entrada na CEE.

A propósito dos vinte anos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, António Goucha Soares (2007) aponta três fases na relação do país com a integração europeia. Um primeiro momento, de euro-cepticismo, vai de 1986 até 1991, com os portugueses a aceitarem com cautela e desconfiança as promessas de desenvolvimento económico, assustados pelos perigos que a integração traria ao frágil sistema produtivo português, enquanto o Governo temia pelas ameaças à soberania nacional. A segunda fase é de euro-entusiasmo e corresponde ao período que vai da primeira à segunda Presidência portuguesa do Conselho europeu. É nesta altura que o país se sente a acertar o passo com a Europa, com taxas de crescimento que permitem uma convergência com a média europeia dos principais indicadores de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, Portugal assume posições de vanguarda ao nível da construção europeia e o país começa a abandonar a velha (auto)imagem de atraso e fechamento (inclusivamente, a questão colonial fecha-se de vez, mesmo para os partidos de direita, tradicionalmente mais nacionalistas). Acontecimentos como a *Expo 98*, o *Euro 2004* ou a entrada para a moeda única foram o rosto desse Portugal moderno e competente que tinha na europeização uma missão nacional. É neste período que Portugal atinge o ponto máximo de convergência, com o PIB *per capita* a cotar-se nos 75% da média da UE. Não é surpreendente, também, que estes sejam os anos em que a opinião portuguesa é mais favorável à unificação europeia, de acordo com os dados do *Eurobarómetro*.

A partir de 2001, há um retrocesso generalizado nas condições política e económica nacionais, que contribuirá para o que Goucha Soares designa de fase euro-realista. Desde então, o país é afectado por um forte abrandamento do crescimento económico, que inclui períodos recessivos. A degradação do panorama económico traduziu-se na queda acentuada do PIB (com o PIB *per capita* a passar para 70% da média da UE, em 2005), um elevado défice orçamental, a ultrapassar largamente o limite estabelecido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, e um elevado nível de desemprego, derivado, sobretudo, da falta de competitividade dos sectores exportadores nas novas condições impostas pela adesão à moeda única e pela abertura dos mercados europeus aos produtos asiáticos. Justificadamente, ocorre uma quebra dos níveis de confiança dos agentes económicos e um desânimo generalizado na população portuguesa. Acresce à crise económica alguma instabilidade política doméstica, com a saída de três Primeiros-Ministros antes do término dos mandatos, que só será ultrapassada com a eleição por maioria absoluta do Governo liderado por José Sócrates, em 2005. No que respeita à relação de Portugal com a Europa, produzem-se também algumas alterações significativas. Entre 2002 e 2005, nos Governos liderados pelo PSD, em coligação com o PP, ocorre uma re-orientação da política externa, que passa pelo alinhamento com os Estados Unidos e o Reino Unido na questão do ataque militar ao Iraque. Por seu lado, o alargamento a Leste, em 2004, veio reposicionar o eixo europeu, dissolver a importância dos pequenos países e integrou concorrentes directos de Portugal, tanto na captação de fundos de apoio ao desenvolvimento, como ao nível dos mercados de produtos e mão-de-obra. É com base na conjuntura de 2000-2006, que Goucha Soares (2007: 469) fala em "arrefecimento" da "euforia" que se havia vivido na década anterior de integração europeia. Superado o encantamento do *eldorado*, tudo indica que Portugal entra agora numa "nova fase de relação com a União, caracterizada por um entusiasmo frouxo. Em certo sentido, esta evolução pode significar que o laço com a União está a tornar-se mais realista, como resultado do facto de Portugal ter

interiorizado as vantagens da adesão e ser já capaz de atingir um certo grau de maturidade como Estado-membro da União Europeia".

Vejamos de que forma Portugal acomodou as transformações ocorridas na Europa e como a ligação à Europa, por via da integração na Comunidade Europeia, produziu uma identificação mobilizadora. Nos primeiros anos de Governo, Cavaco Silva põe em marcha uma política prudente e pragmática em relação à integração do país na Comunidade Europeia. Diz Teresa de Sousa (2002: 104-105) que, "se Mário Soares tinha uma ideia global sobre a Europa e sobre a sua importância política vital para o país, Cavaco começou por ver nela apenas um instrumento importante para a modernização da economia nacional. (...) Mas Cavaco Silva vai aprender rapidamente que a solidariedade económica e social que espera dos seus parceiros tem um preço – a aceitação da união política europeia que os acontecimentos de 1989 vão colocar no cerne da agenda política da Comunidade. (...) É também a necessidade de garantir as melhores condições para o desenvolvimento económico do país que leva Cavaco Silva a alterar progressivamente as suas 'simpatias' políticas iniciais dentro da Comunidade". É assim que a velha aliança com Inglaterra cede um pouco a outras alianças, nomeadamente com Espanha, já que os dois governos partilham os objectivos de adaptação ao jogo comunitário, nomeadamente para a maximização dos apoios comunitários ao desenvolvimento da Península. A imagem que Portugal deixava na Comunidade era a de "aluno aplicado" e exigente nas reivindicações de coesão social, mas resistente a avanços que implicassem perdas de soberania nacional. Nas palavras do então Primeiro-Ministro (*apud* Sousa, 2002: 110-111), "não podemos aceitar que um país com oito séculos de História alguma vez possa ser entendido como uma qualquer autonomia regional no quadro de uma confederação de Estados europeus".

No início da década de 1990, dois acontecimentos vão abalar a prudência e a visão instrumental do governo português em relação à Europa: a Presidência do Conselho Europeu, em 1992, e a aceleração da UEM. Com a reunificação da Alemanha, a Comunidade Europeia apressa o esforço em

direcção a uma união monetária, para evitar que o coração europeu se desloque para Leste. Portugal adere, em 1992, ao Sistema Monetário Europeu e, assumindo a Presidência portuguesa, Cavaco Silva atenua a sua ambiguidade acerca do projecto político europeu, passando a assumir como objectivo estratégico da política económica nacional o cumprimento dos critérios de convergência nominal que permitiriam a Portugal estar no primeiro grupo de países a pôr em circulação a moeda única – o que, nas suas palavras, seria crucial para que "a perifericidade de Portugal em relação ao processo de decisão e modernização não se agrave de forma perigosa, por perda de influência e credibilidade" (1997: 86). Desde então, Cavaco Silva adopta um discurso mais pró-europeu, manifestando menos reservas em relação à união política e uma visão menos instrumental do elo de Portugal à Europa. Um ano antes da decisão final sobre a participação do país na que viria a ser designada "Zona Euro", o seu euro-entusiasmo já não fica a dever muito ao do ex-Presidente da República, Mário Soares: "A integração europeia é, desde o seu início, um projecto de natureza política (...). A moeda única é um contributo maior para o avanço da dimensão política da integração europeia e para a realização do objectivo principal da integração afirmado no primeiro artigo do Tratado de Maastricht: 'a criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa'. A transferência para nível supranacional de um símbolo de soberania tão visível como a moeda – embora de significado ilusório – não deixará de facilitar no futuro a gestão conjunta de outras soberanias em que os interesses comuns se tornem evidentes. Tal como mercado único e moeda única estão intimamente ligados, o mesmo acontece com moeda única e união política" (*idem*: 169-170).

Sem a intenção de fazer a historiografia da entrada de Portugal no SME e na moeda única, direi apenas que, se, por um lado, e contra todas as expectativas, Portugal foi capaz de cumprir, sem grandes dramatismos ou "criatividades contabilísticas", os critérios de convergência acordados em Maastricht (estabilidade de preços, de taxa de câmbio e de taxa de juro; controlo do défice orçamental e da dívida pública), por outro lado, a moeda

única não havia sido pensada para nós. Tanto Cavaco Silva como António Guterres, Primeiro-Ministro desde Outubro de 1995, estavam cientes de que havia duas batalhas a travar: a das contas da economia nacional e a da oposição velada das capitais europeias à entrada dos países ibéricos no euro. Em entrevista dada em 2001, Cavaco Silva (*apud* Sousa, 2002: 109) reconhece que "os critérios de convergência foram concebidos para que Portugal, Espanha e Itália não entrassem. O Felipe [González] e eu sabíamos isso perfeitamente". Era sabido que era necessário combater a possibilidade de uma decisão política que excluísse Portugal e Espanha. Sobre isso, diz António Guterres (*apud* Sousa, 2002: 116): "Havia uma intenção de exclusão política dos países do chamado Clube Med. (...) Um dos primeiros combates que travei foi tornar claro que a determinação portuguesa era inquebrantável e que não aceitaríamos qualquer espécie de arbítrio nas decisões finais". António Guterres (1997: 2) justifica essa firmeza da seguinte forma: "Portugal quer estar no centro da construção de uma Europa unificada e no centro dos seus processos de decisão. Eis por que Portugal está determinado a pertencer aos membros fundadores da moeda única europeia". Será, por isso, uma grande vitória para o país ser incluído no círculo mais avançado de integração económica e monetária, ocupando um honroso lugar na tabela de cumprimento dos critérios de Maastricht.

Com António Guterres, que assumiu em 2000 a segunda Presidência portuguesa da União Europeia, Portugal afirma-se definitivamente como *europeu*: um país com uma visão global e ambiciosa para a Europa, como ficou plasmado na *Estratégia de Lisboa* e no apoio ao alargamento, e um país que se assume com normalidade como interlocutor nas relações internacionais, apostando numa política externa mais desenvolvida e descomplexada, que permitiu colocar a questão de Timor-Leste⁹⁴ na agenda

⁹⁴ É muito interessante verificar que é no momento em que as elites portuguesas procedem à celebração da maioridade europeia do país que este se despede simbolicamente do Império ou, visto de outra perspectiva, retoma do passado colonial os laços eminentemente culturais, para reconfigurar as relações com esses territórios, agora numa versão radicada na ideia de uma "tessitura transnacional de lusotopia" (Pina-Cabral, 2002: 12). Uma *nova* auto-representação identitária estava em consolidação, aquela que queria fazer a síntese conciliadora entre a dimensão europeia e a dimensão do império *espiritual* disperso pelo mundo em fraternidades de língua, cultura, religião. Disso dá eloquente conta o caso de Timor. Em Setembro e Outubro de 1999, no seguimento do referendo sobre a independência de Timor-Leste e consequente repressão indonésia, Portugal sublevoou-se em apoio à distante ex-colónia, num movimento unísono que congregou as massas, o aparelho político e os meios de comunicação social. Durante um mês e meio, o país inteiro permaneceu suspenso das notícias que chegavam de

internacional e enviar tropas portuguesas para regiões em conflito, enquadradas em contingentes das Nações Unidas (Balcãs, Timor). A coroar este percurso europeizante, em 2004, Durão Barroso, Primeiro-Ministro do PSD, é escolhido para a Presidência da Comissão Europeia.

Dentro de portas, a opção europeia foi maioritária, mas não consensual. Como foi referido no capítulo anterior, o Partido Comunista foi sempre hostil à adesão à CEE e só tardiamente suavizou o seu discurso e a aceitou como irreversível. O PCP opôs-se, obviamente, ao Tratado de Maastricht, tendo votado contra a sua ratificação no Parlamento português. A união monetária é um argumento preponderante na sua posição. Para os comunistas portugueses, como, em geral, para os seus parceiros europeus, a moeda única "será um instrumento de estratégias transnacionais privadas", "um ataque às soberanias nacionais" e um avanço da união política rumo à federalização, ao arrepio da expressão democrática da vontade dos povos (Ribeiro, 1997). Por isso, previam um fortíssimo impacto negativo do euro sobre a economia nacional, designadamente pela ameaça que traria às PME

Timor e das instâncias internacionais onde se jogava o destino da pequena ilha. Sucederam-se as declarações de repúdio pela violência a que os timorenses, acabados de optar pela independência, estavam sujeitos às mãos das forças pró-Indonésia. Na sua grande maioria, tratou-se de manifestações espontâneas ou impulsionadas por ONG e Associações: cordões humanos, minutos de silêncio, exibição de roupas e tarjas brancas, buzínões, vigílias, contas de solidariedade, manifestações de luto, enchentes de mensagens electrónicas para os líderes mundiais, emissões radiofónicas e televisivas quase *non-stop* sobre o assunto (cf. Almeida, 2000: 206-211). Por sobre divisões sociais e políticas, criou-se no país um envolvimento tão intenso e consensual relativamente a Timor que cabe perguntar as razões de tal levantamento nacional. Os acontecimentos que se desencadearam permitiram aos portugueses encerrar o capítulo imperial de um modo pacificador, como se os erros da história da colonização e descolonização pudessem apagar-se e se refizesse o laço puro e espiritual que liga o *ser português* ao *fazer do mundo a sua casa*. Tudo nesses dias correu de modo tão perfeito que os portugueses estão ainda deslumbrados com o feliz desenlace que alcançaram. Em primeiro lugar, o sucesso conseguido junto das instâncias internacionais pelo Estado português (Presidência da República, Governo, corpo diplomático) pode branquear parcialmente a imagem de precipitação e desastre com que os portugueses ficaram do processo de descolonização conduzido no rescaldo do 25 de Abril – além de ter constituído motivo de orgulho nacional a influência e reconhecimento de Portugal como *player* internacional. Em segundo lugar, esse momento funcionou como "catarse nacional" (*idem*: 212) e operou uma reconfiguração identitária pós-colonial, onde são detectáveis traços ambíguos na *nova* relação com o império abandonado em 1975. Assim, vimo-nos, como ex-potência colonial, a bater-nos pela independência pacífica de uma ex-colónia, a que já não nos ligam quaisquer interesses de poderio político ou económico, mas a que estamos sentimentalmente presos por laços linguísticos, religiosos e culturais. É bastante óbvio que o *arrière fond* simbólico e interpretativo era bastante mais sobre nós, portugueses, do que sobre Timor. Miguel Vale de Almeida (2000: 213) tem razão quando fala na "vertente lusocêntrica e lusófila dos significados que circularam"; se o destino dos timorenses comoveu os portugueses foi porque neles se reflectia a herança dos melhores anos da nação, por Timor ser a prova de que semeámos católicos e lusófonos do outro lado do mundo (mesmo se há nisto uma visão muito superficial da realidade timorense). O que se reificava na *ideia* de Timor era a in-substância da *lusotopia*, a comunidade de povos que partilham o implícito de uma travessia histórica de vários séculos, que é a cultura, a religião e a língua, mas é mais do que isso. O que Timor nos trazia era o gosto de nos vermos amados por aqueles que havíamos colonizado e que veneram a bandeira portuguesa com o risco da própria vida – um pouco como o deleite com que assistimos aos festejos em Angola ou Moçambique nas vitórias dos clubes de futebol e da Selecção nacional. Timor presenteou-nos com a mais adequada equação simbólica: uma luta justa, ancorada nos valores que nos fazem modernos e europeus – direitos humanos e democracia – e que, ao mesmo tempo, consolida afectivamente o nosso lastro *atlântico*, aliviando a culpa colonial sem nos privar do Quinto Império. A reacção nacional aos acontecimentos em Timor resultou, sobretudo, num reequilíbrio identitário que há muito perderamos, ao corrigir o enviesamento ideológico que nos desviara da Europa e nos fechara na vastidão de mares e terras que só *espiritualmente* nos pertenceram.

e aos sectores de exportação. Tributária de uma estratégia ultra-liberal, a moeda única seria fatal para a coesão económica e social e iria avivar as assimetrias regionais intra-europeias.

Por seu lado, a direita mais conservadora, representada pelo CDS-PP, foi menos consistente na sua posição face à Comunidade Europeia. O CDS, tendo como líderes Diogo Freitas do Amaral, Francisco Lucas Pires e Adriano Moreira, foi um partido abertamente europeísta. Esse posicionamento alterar-se-ia radicalmente, em 1992, com a ascensão da facção mais extremista do partido, liderada por Manuel Monteiro e secundada por Paulo Portas, na direcção do semanário *O Independente*.

Tanto o Tratado de Maastricht como a entrada do país para o Sistema Monetário Europeu, passo decisivo para a participação na UEM, dividiram o espectro político português: defendidos pelos partidos do centro e acerrimamente atacados pelos partidos das franjas. Só uma década mais tarde, quando Portugal foi bem sucedido a integrar o primeiro grupo do euro e se processou com êxito a transição para a moeda única, se atenuaram as posições mais extremadas, dada a irreversibilidade da situação.

O facto de Portugal ter estado na linha da frente da construção europeia, praticamente desde a adesão, manifestando acordo e entusiasmo pelos passos dados no sentido de uma maior integração (Tratados, alargamento, união monetária, projecto de Constituição, empenho nas instituições comunitárias, nomeadamente, nas Presidências do Conselho), forjou uma imagem de *uropeidade* que corresponde ao projecto a que o país se propôs desde o I Governo Constitucional. Não restam dúvidas de que, entre o ano da Revolução e aquele em que um português assumiu a Presidência da Comissão europeia, a besta negra do *atraso português* que atormentou a *intelligentsia* nacional desde o século XVIII foi domada: em trinta anos, enterrámos um império moribundo, pusemos uma democracia a funcionar, demos um extraordinário salto económico e social e passámos a mover-nos pela Europa como se sempre lá estivéssemos estado. Mas se isto é verdade, também o é o travo amargo da desilusão por sermos ainda os mais pobres de entre os ricos e os menos modernos de entre os

desenvolvidos. Não imaginaríamos que, a chegar ao final da primeira década do século XXI, continuaríamos a exclamar *Isto só em Portugal!* a cada notícia de inépcia das instituições e de degradação social (nunca para comentar êxitos). De tanto nos vermos na *cauda da Europa*, em cada tabela de indicadores, já quase nos resignamos a essa condição, mas ainda acusamos o golpe de cada vez que algum país da Nova Europa nos ultrapassa.

Permanece nos portugueses uma complexa dissonância entre passado-presente-futuro. Por um lado, o passado mais remoto foi ideologicamente fixado nos picos de grandeza e heroicidade, mas o passado de há três, quatro ou cinco décadas atrás está impregnado de imagens de fome, miséria, repressão e menoridade cidadã. O cotejo desse Portugal com o de hoje é animador, mas, por outro lado, isso aparece com pouca frequência no discurso dos portugueses que, como se viu nos dados dos grupos de discussão, não param de carpir pelo estado da nação. Mas têm razão para fazê-lo: as promessas de uma sociedade moderna e de uma economia que em vinte anos igualaria a (média) europeia esbarraram contra a centralidade megalómana do Estado e a correlativa debilidade da sociedade civil, num caldo de mentalidade deformada por meio século de ditadura e um nível de escolarização confrangedor no panorama europeu. Por isso, a *história do futuro* em Portugal fica sequestrada pela dualidade perceptiva em relação ao passado recente e ao presente, isto é, as expectativas são fortemente indexadas aos altos e baixos da auto-estima nacional e estes aos dos ciclos económicos e políticos. São estas camadas sobrepostas de sinais positivos e negativos que originam uma imagem dissonante daquilo que Portugal foi, é e virá a ser.

Interessa-me, neste capítulo, analisar o que os portugueses querem ser, na sequência daquilo que entendem ser hoje. Na verdade, já sabemos que a escolha primordial já foi feita: os portugueses querem ser europeus. Mas quão europeus? E que europeus? De que forma se acomoda a

europiedade na identidade nacional? Como vêm os portugueses a possibilidade de a europeização implicar uma *des-portugalização*? Em que dimensões ocorre a identificação dos portugueses com a Europa? De que modo a auto-representação nacional condiciona essa identificação? Como toma forma a *identidade europeia* em Portugal?

De modo a analisar a dimensão europeia da identidade portuguesa, optei por eleger um elemento que permitisse avaliar, em concreto, de que forma, nos últimos anos, se tem operado o vínculo de pertença de Portugal à Europa. Esse elemento é a moeda de 300 milhões de europeus – dos portugueses, também. O euro é, hoje, o símbolo mais vívido da unidade europeia. Tendo em conta aquilo que a Europa representa, a "comunidade de valores" e a história que se abrigam sob o seu nome, é mesmo o símbolo perfeito. Do euro, diz Jean Boissonat (2001: 13) que é uma "estranha moeda, sem passado e sem Estado". É-o apenas na medida em que olharmos para ela como filha do SME e afilhada do BCE, vazada em notas sofisticadas que representam construções que não existem. Se ampliarmos a visão sobre a moeda única, tal afirmação não corresponde totalmente à verdade. Digo que o euro é o símbolo perfeito da Europa porque é o símbolo da história e dos valores da Europa, não num sentido literal, mas como fastígio de um caminho sinuoso e armadilhado que só se alcança por impulso da força vital de muitas gerações sacrificadas.

Sem querer perder-me nos fólios da história da Europa (cf. Carpentier, 1993; Delanty, 2002b; Duroselle, 1990 e 1993; Febvre, 2001), digo que o euro é o símbolo da Europa chegada ao século XXI por três razões. Em primeiro lugar, nos últimos cinquenta anos, a Europa auto-representou-se e construiu-se na qualidade de bloco económico. Praticamente todos os pequenos passos da sua edificação foram ensaiados ao nível da estrutura económica e quase todos os avanços políticos foram precedidos por aquisições de foro económico. Ter-se tornado uma potência económica mundial depois da devastação da Guerra foi o maior motivo de orgulho nacional para os alemães (e o único que lhes permitiu reaver o direito de ter orgulho na Alemanha), que naturalmente o transferiram para a sua moeda, o marco. A

UE soube fazer a leitura desta *transferência* afectiva. Constituindo a Europa uma força económica, havia que dotá-la de um símbolo equivalente que representasse o poderio de um quase-continente unido, em primeira mão, pela abertura das fronteiras económicas.

Em segundo lugar, o Euro, como moeda comum a mais de uma dezena de países, é o mais potente símbolo da União política, já que sintetiza a comunidade de soberanias que sustenta a face mais avançada de um projecto federador na Europa. É útil lembrar que a moeda foi sempre tanto veículo de transação de valores, como símbolo do poder político máximo, nela se cunhando escudos reais e perfis de soberanos como marca de domínio. Na era pós-vestefaliana, a moeda tornou-se símbolo da força do Estado e da unidade da nação. As moedas nacionais são "símbolos centrais da soberania do Estado-nação" (Helleiner, 1997: 2). À prerrogativa estatal de cunhar moeda correspondiam penas severas pela sua contrafacção, que podiam ir até à pena capital, por tratar-se de um crime de *lesa-majestade*: "o Estado era a moeda, porque a moeda era o soberano" (Medina, 2001: 11). Ao subtrair aos Estados nacionais o privilégio de controlar a moeda (e, do mesmo passo, a política monetária e cambial), a união monetária europeia constitui o mecanismo mais arrojado de des-soberanização. O mesmo é dizer que o que se arrebatou aos Estados em soberania foi transferido para o *acquis communautaire*, consagrando a união política, mesmo se revestida das roupagens da economia e da finança. A moeda única representa, assim, de forma muito explícita, a união de Estados que partilham a soberania numa constelação política inovadora, cujos primeiros passos, não esqueçamos, foram impulsionados por vontades federalistas, que se tornaram depois tabus nos discursos, mas não nas práticas (cf. Sidjanski, 2001).

Uma última razão que faz do euro o signo da união e, presumivelmente, da identidade europeia diz respeito ao facto de a moeda que é já usada pela maior parte dos europeus ter materializado a ideia de pertença a uma comunidade onde as fronteiras nacionais são tendencialmente vestígios da história. O euro respondeu eficazmente a duas necessidades cruciais de qualquer agregado político soberano: a unificação

económico-financeira e a identificação simbólica e cultural. Desde a Cimeira de Copenhaga, em 1973, que a Comunidade Europeia reconhece a necessidade de codificar e oficializar uma identidade europeia, pondo em marcha uma política de fomento da unidade cultural e do sentido de identificação e pertença dos europeus. Conforme foi já referido, entre muitas outras iniciativas, a criação de uma bandeira e de um hino europeus, replicação directa dos símbolos mais tangíveis das nações, foi o sinal mais claro de que há uma intenção supranacionalista na União. A moeda europeia veio completar esse propósito. Quando se apercebeu da importância de cultivar uma cultura e uma simbologia, a Comunidade Europeia descobriu o *slogan* certo: unidade na diversidade. É o que podemos ler na sua bandeira e, de modo ainda mais nítido, na moeda, com as faces comunitária e nacional. Com o euro nas carteiras, os europeus passaram a sentir, mesmo se inconscientemente, a Europa como parte do seu quotidiano. De cada vez que uma nota ou moeda de euro é usada numa transação, a mesma escala de valor é partilhada por três centenas de milhões de pessoas na Europa. Além disso, o euro adquiriu um estatuto equiparado ao do dólar nos mercados mundiais e, hoje, os europeus vêem a sua moeda aceite em qualquer parte do mundo. Da perspectiva do europeu comum, o euro terá sido a chave que abriu de par em par as já ténues fronteiras que restavam de abolições sucessivas de direitos de passagem (taxas aduaneiras, autorizações, barreiras e passaportes).

Por todas estas razões, pode dizer-se que no euro se condensa a magia performativa de constituir realidades – desta feita, num sentido que não é muito comum atribuir-se à performatividade: não é a demiurgia da coisa pela palavra, mas a criação do espírito pela matéria. Essa era já a promessa das moedas nacionais. Fernand Braudel disse que "a moeda faz o rei"; Daniel Cohn-Bendit (1998: 146) conclui que "o Euro faz a Europa". O euro parece, pois, um bom pretexto para pensar sobre as identidades funcionalmente múltiplas que se desenham no contexto europeu e sobre a costura que enlaça espaço nacional e espaço europeu. Na moeda europeia, condensa-se a identidade europeia enquanto projecto e vontade. Sem grandes

resistências, arrancou aos Estados-nações uma das prerrogativas da sua soberania; mais do que mil discursos ou campanhas, é uma manifestação real de supranacionalidade e unificação – como diz o historiador João Medina (2001: 15), "no euro lateja um coração federalista".

Embora os teóricos do Estado-nação e do nacionalismo negligenciem sistematicamente este aspecto, na verdade, as moedas nacionais, uniformes em todo o território intra-fronteiras, exclusivas e de cunhagem centralizada, desempenharam um papel equivalente ao das línguas nacionais e ao do sistema educativo na formação das consciências e identidades nacionais. As moedas nacionais obedeceram à regra de ouro do nacionalismo: uma nação, uma moeda; uma nação, um povo; uma nação, uma língua; uma nação, uma fronteira; uma nação, uma bandeira. As "comunidades imaginadas" que são as nações construíram-se também em função do valor "imaginado" das suas moedas, garantido pela confiança da totalidade dos cidadãos num Estado nacional. Os ideólogos do nacionalismo perceberam bem que a moeda, cunhada com elementos simbólicos da história, cultura e mitos de um povo e diariamente usada por toda a população, era um precioso instrumento de união nacional e de propaganda nacionalista que chegava a todos, mais até do que bandeiras e hinos e ao mesmo nível da língua vernácula. A título de exemplo, a uniformização das notas norte-americanas, em 1860, foi feita com o argumento de contribuir para o sentimento de nacionalidade e patriotismo e para a unidade e ligação afectiva à nação (cf. Helleiner, 1997). As moedas territoriais que passaram a ser norma desde o século XIX foram fulcrais na acentuação da ideia de fronteira. As moedas estrangeiras, que antes circulavam em paralelo, deixaram de ter curso livre, recobrando-se, desta forma, a fronteira territorial pela fronteira monetária. Adjacente a este efeito, está a nacionalização da economia (uso generalizado da moeda de pequeno valor por toda a população, estímulo às transacções intra-fronteiras), bem como o controlo e uniformização da política monetária por parte dos Estados.

O dinheiro, e particularmente sob a forma de notas, constitui um precioso repositório do imaginário nacional (acontecimentos históricos, grandes personalidades, paisagens e monumentos) que passa diariamente pelas mãos de um povo, sublinhando o sentido de comunidade – em contraste com o *estrangeiro* que fica além-fronteira e cuja moeda não aceitamos. A moeda nacional, territorialmente homogénea e exclusiva, torna-se uma "linguagem económica comum" (Helleiner, 2001: 8), uma "infraestrutura do sentimento nacional" (Gabriel Ardant *apud* Helleiner, 2001: 11). Partilhar uma moeda é uma experiência colectiva: nível de preços, flutuações cambiais, taxas de juro, cartões de débito e crédito, formas de pagamento virtual, a par do uso diário de notas e moedas, fazem parte do modo de vida dos povos que, assim, se reconhecem na "comunidade imaginada", da mesma forma que nela se reconhecem ao ver o noticiário televisivo ou ao ouvir a informação meteorológica no rádio. O que está por detrás de tal experiência colectiva, e raramente emerge do nível profundo em que opera, é o facto de o uso colectivo da moeda, na era moderna, depender de uma profissão de fé. Sem a crença na nação como comunidade com um projecto de futuro e sem confiança nos líderes e nos concidadãos, as trocas que envolvem a moeda seriam actos insanos.

Ora, o que foi dito em relação às moedas nacionais, pode valer também para o euro. É plausível retirar do desempenho das moedas nacionais algumas lições acerca das moedas transnacionais e supranacionais, nomeadamente, de que forma podem contribuir para promover novos e diferentes sentidos da identidade. É relativamente trivial a ideia de que uma moeda supranacional pode consolidar a unidade europeia. Mais interessante é, porém, pensar a moeda única como analisador da relação bidireccional entre identidade nacional e identidade europeia. Antes de mais, é necessário ter em conta que não são, de todo, comparáveis os contextos de instituição das moedas nacionais e da moeda única. As primeiras foram promovidas no quadro político-ideológico nacionalista e funcionaram como esteios na construção/ criação dos Estados-nação, no sentido que os teóricos modernistas, como E. Gellner e E. Hobsbawm, lhe

atribuem. Nesta perspectiva, a moeda é interpretada como instrumento de criação da consciência e do sentimento de pertença nacional, num contexto histórico em que irrompia e se legitimava o emparelhamento mais solene da modernidade, o Estado-nação, e os mapas se fraccionavam em pedaços de terra amassados com a vontade dos povos, que as fronteiras fizeram soberanos. Bem distinto é o húmus em que germina o euro. Foi preciso que se esgotasse parte da vitalidade do Estado-nação para que um grupo de países europeus cometesse a ousadia de *lesa-pátria* de pôr em comum as soberanias monetárias. Foi preciso que, no zénite da modernidade, a vaga globalizadora erodisse as fronteiras e corroesse a força dos Estados para que o dinheiro em circulação deixasse de ser uma emanção das singularidades nacionais. Mas a história é memória. Quero com isto dizer que no euro se investem muitos e complexos significados.

Se, como vimos, não se pode esperar do euro os mesmos dividendos obtidos pelas moedas nacionais na construção identitária, é conveniente indagar onde estão os limites e as possibilidades da nova moeda para "fazer europeus", como, por exemplo, o marco "fez alemães". Em primeiro lugar, o euro, ao contrário das moedas que veio substituir, não é a moeda de um Estado (ou proto-Estado) – e isto é algo de verdadeiramente novo. Para se definir o alcance identitário da moeda única, era necessário que soubéssemos o que se pretende que ela represente. Ora, a União Europeia tem mostrado tibieza em assumir a audácia que enforma o *projecto europeu*, procurando, com prudência, equilibrar a intergovernamentalidade conservadora com o arrojo federal. Ou seja, o euro é, na verdade, aquilo a que popularmente se chama "um passo maior que a perna", já que é a materialização de um estádio político ainda não alcançado. E se nos perguntarmos como foi possível dar esse passo e fazê-lo aceite pelos povos de metade do continente europeu, a resposta está no facto de haver uma equivalência entre o euro e a Europa: para uma parte significativa dos europeus, o euro é apenas a sequência natural dos desenvolvimentos da Comunidade Europeia, que tem sido, fundamentalmente, nos seus cinquenta anos de existência, uma estrutura

apropriada à potenciação dos recursos económicos. Dito de outra forma, só é tolerada uma moeda europeia porque a Europa é *dinheiro*. As instituições comunitárias e os Governos nacionais tornaram-se peritos em equilíbrios acrobáticos que evitem revelar aos cidadãos os avanços federais, ao mesmo tempo que os vão preparando para tal – em "pequenos passos".

Acerca da escolha e do cuidado em assepticar, culturalmente, os motivos reproduzidos nas notas de euro de modo a que não levantassem objecções nacionalistas, diz Eric Helleiner (2001: 7): "Há entre os europeus um apoio muito mais sólido à UE enquanto organismo político e económico que oferece direitos políticos e benefícios económicos do que o que é dado à UE enquanto comunidade assente num povo unido, com uma identidade cultural comum, que substitui a nação". Efectivamente, a moeda única foi sempre abordada como uma vantagem económica, um complemento inevitável da força do Mercado Único. Remetida ao capítulo da economia e da finança, a moeda europeia acabou por fazer o trajecto inverso das moedas nacionais do século XIX: quis-se menos símbolo⁹⁵ e mais instrumento de transacção. De certa forma, a sua legitimidade política emana, preferencialmente, da sua naturalização como recurso material. Mas ela representa, inevitavelmente, bastante mais do que isso. É no equilíbrio entre a moeda-valor e a moeda-símbolo que se situa o dédalo onde se encontram e desencontram as versões nacional e europeia da identidade.

O mais forte argumento sobre o euro como promotor de um sentimento de pertença à comunidade extra-nacional europeia é o facto de o uso da moeda única potenciar uma experiência de comunhão com todos aqueles com quem se partilha uma nova escala de valor que veio alterar o universo mental dos cálculos monetários. Incorporar o euro nas rotinas diárias foi como aprender uma nova linguagem que permite comunicar não apenas com os que habitam o espaço nacional, mas com todos os *vizinhos* da comunidade europeia (facilidade em viagens e trocas comerciais, comparação de preços e salários). Essa *comunidade* passou a ser designada por Eurolândia, ou Zona Euro, e tornou-se a face mais

⁹⁵ Uma consulta rápida ao Portal da União Europeia (http://europa.eu/abc/symbols/index_pt.htm) permite constatar que são quatro os símbolos da União: bandeira, hino, dia comemorativo e lema. Não há menção à moeda.

reconhecida dessa percepção colectiva da experiência monetária, que passa também pelo reconhecimento do fim das políticas monetárias nacionais e pela comunização de taxas de juro. Neste sentido, o euro teve um efeito claro nas percepções acerca da soberania nacional e dos seus limites, mas também sobre o lugar da Europa no *ranking* mundial, ao ressaltar, como benefícios percebidos, a estabilidade e a credibilidade, particularmente valorizadas pelos países menos ricos.

Tenho argumentado que o euro apresenta a dupla face de Janus: ora acanhado na sua condição de instrumento financeiro facilitador das transacções intra-europeias, ora alcandorado a símbolo do que a Europa quer ser. É, precisamente, essa dupla mensagem que podemos ler nas figurações que foram inscritas nas notas e moedas. Isso é particularmente evidente nas moedas, que apresentam uma face comum, onde está representado o mapa da Europa e o valor, e uma face nacional, escolhida pelos países-membros, onde predominam os perfis dos soberanos, os símbolos e monumentos nacionais – no caso português, optou-se pelos primeiros selos reais, de D. Afonso Henriques, percutindo no metal a lonjura histórica da nação, que se associa ao seu projecto de futuro. Já as notas não têm uma leitura tão óbvia, mas continuam a emular o deus das portas e entradas, das transições e passagens, dos começos e aberturas. As sete notas de euro representam, todas elas, pontes, portais e janelas e reflectem as sete épocas da arte europeia e da história da arquitectura desde a Antiguidade à época Moderna, realçando que os movimentos artísticos constituem uma das mais reconhecíveis heranças comuns da história europeia (cf. Delanty, 2002a: 461). Com estes elementos, pretende-se simbolizar o espírito de abertura, cooperação e comunicação entre os povos europeus e entre a Europa e o Mundo. Mas se é verdade que o imaginário europeu figura nas notas, é-o apenas de uma forma oblíqua e ambivalente, já que os desenhos são abstracções não representacionais, que ilustram estilos arquitectónicos e não obras identificáveis como propriedade cultural dos Estados-membros. No modo como as formas arquitectónicas são depuradas e simbolizadas, Gerard Delanty e Paul Jones (2002a: 456, 461-

462) vêem uma "semiótica da identidade visual", e concluem que "as possibilidades de estes desenhos 'pós-culturais' virem a ser significativos na formação de uma identidade europeia não devem ser subestimadas. (...) A apropriação da história e espacialidade cultural europeia serve, claramente, um propósito ideológico. O motivo da abertura sugere transparência e acessibilidade e tem uma função legitimadora muito óbvia para uma instituição em déficit de cultura e de democracia. (...) As notas de euro reflectem precisamente a generalização de uma arquitectura a-histórica e pós-cultural", que os autores consideram ser um alicerce para o euro-nacionalismo ou nacionalismo neo-económico.

O euro entrou em circulação a 1 de Janeiro de 2002. No período que antecedeu a chegada da nova moeda, Governos e instituições comunitárias desdobraram-se em iniciativas de divulgação e esclarecimento junto das empresas e dos cidadãos, de modo a garantir que a transição se faria sem resistências ou percalços de maior. Multiplicaram-se as sessões de esclarecimento promovidas por autarquias, escolas, igrejas, assim como as publicações informativas e os sítios na Internet dedicados ao assunto. Ainda assim, a crer nos dados publicados no *Eurobarómetro*, os portugueses consideravam-se mal informados (cf. Müllers-Peters, 2001: 69). Uma avaliação geral dos materiais de divulgação e informação permite concluir que houve cuidado em produzir textos com qualidade, numa linguagem acessível, e ilustrações apelativas, especialmente se os destinatários eram crianças e jovens (o sítio oficial do euro, da responsabilidade do Banco Central Europeu, inclui uma secção infantil, com jogos *online* sobre as faces nacionais das moedas). Da análise desses materiais, dois reparos são imediatos. Em primeiro lugar, folhetos, brochuras e páginas da Internet são, efectivamente, destinados a transmitir informação e fazem-no num tom claro e objectivo, recorrendo muitas vezes ao esquema pergunta-resposta. Neste sentido, encontram-se recorrentemente dados sobre a história e as fases da UEM, os critérios de adesão à moeda única,

as datas cruciais da transição, a explicação do símbolo €, as vantagens que decorrerão para os agentes económicos, ilustrações de notas e moedas, elementos de segurança, países participantes, tabelas de conversão. Em segundo lugar, nota-se a escassez de elementos que possam considerar-se doutrinários, isto é, não são frequentes nos textos sentenças ou expressões de euro-nacionalismo. Sobretudo, é evidente que se procura equilibrar a pertença europeia com a nacional. Vejamos dois exemplos:

"P – O desaparecimento das moedas nacionais representará perda da identidade e de independência?

R – A identidade e a independência não dependem da moeda. Há países independentes que na prática não têm moeda própria. E é frequente países independentes da Europa, da Ásia ou de África usarem o dólar americano como moeda nos seus negócios internacionais. Pode ainda citar-se um exemplo próximo e concreto: Portugal tornou-se independente no século XII, utilizou muitas moedas ao longo dos séculos e o escudo só apareceu depois da implantação da República em 1910" (Comissão Euro, 1998: 62).

Na introdução da brochura de onde foi retirado o excerto anterior, Sousa Franco, então Ministro das Finanças, diz o seguinte:

"Vivemos hoje num Mundo cada vez mais internacional e num Portugal cada vez mais europeu. É, pois, natural, que a nossa moeda se adapte aos tempos actuais e corresponda aos desafios do futuro: ela será partilhada com outros povos da União Europeia – mas nem por isso menos portuguesa – e tem boas possibilidades de passar a ser, com o dólar, uma das mais valiosas e importantes do Mundo. (...) Ao real do Portugal monárquico e ao escudo introduzido pela República vai suceder o Euro de Portugal, membro pleno da União Europeia. (...) Sobretudo para os Portugueses mais jovens, o Euro vai ser a moeda da sua vida."

Se, como referi, são parcas as alusões manifestas ao novo modelo identitário europeu, elas não deixam de estar presentes ao identificar-se o euro com a materialização positiva da Europa. Às vezes, é muito subtil o discurso que transporta a visão europeísta: uma brochura de divulgação dos Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, de conteúdo predominantemente técnico e informativo, tem na capa o desenho de uma paisagem bucólica encimada por um Sol que tem gravado a palavra EURO, sendo que cor e traço lembram uma moeda dourada (Comissão Europeia, 1998). Depende a Europa do Euro como a vida do Sol? Pode acrescentar-se que a mensagem europeia passa, sobretudo, através do tom encomiástico com que a moeda única é descrita. O euro é, nos materiais de informação da responsabilidade das instituições europeias e do Governo português, persistentemente apresentado como uma mudança plena de vantagens (os inconvenientes são sempre tomados como superficiais e transitórios⁹⁶) e como se não houvesse razão nenhuma para que alguma coisa corresse mal no gigantesco processo de doze países mudarem de moeda. Mas parece haver um freio invisível que trava a natural possibilidade de se associar o aparecimento da moeda europeia à vitalização de uma identidade europeia⁹⁷. Dir-se-ia que houve mesmo prudência em evitar que emergisse tal associação de modo a evitar que os menos euro-entusiastas

⁹⁶ Alguns exemplos da menorização dos *incómodos* do Euro nos seus primeiros tempos de vida, citados da brochura *O Euro, uma moeda para muitos países* (Comissão Euro, 1998: 62-63):

P – Para os bancos o Euro será um bom negócio?

R – Desaparecendo os câmbios entre as moedas dos países que aderirem ao Euro, os Bancos perdem essas receitas. Mas como esta alteração representa ganhos para os cidadãos e para as empresas, haverá maior movimento comercial, o que traz vantagens aos Bancos.

P – Na fase de transição, os preços de certos produtos vão aumentar devido aos arredondamentos na conversão das moedas nacionais ao Euro?

R – Nesse período haverá regras para limitar e evitar, na medida do possível, eventuais subidas de preço por arredondamento. Além disso, a concorrência tenderá a eliminar esse risco. E o desaparecimento das taxas de câmbio levará à redução de preços e fará baixar a inflação.

(...)

P – As pessoas vão ter dificuldade em adaptar-se ao uso do Euro no seu dia-a-dia?

R – As pessoas podem ter dificuldades em adaptar-se à mudança mas está previsto que o Estado e os agentes económicos forneçam informações práticas através de vários meios – escritos, audiovisuais, Internet, etc. – que esclareçam dúvidas e facilitem a adaptação."

Na brochura *Quando chegará o Euro aos nossos bolsos?*, é dito o seguinte: "A informação [sobre a moeda única], ao mesmo tempo que deverá explicar quais as implicações práticas da introdução do Euro, deverá também afastar os receios dos cidadãos e sublinhar os muitos benefícios reais que fazem com que a mudança valha a pena" (comissão Europeia, 1998).

⁹⁷ Assinalo quão diferente é o tom registado numa brochura de 1995, destinada a ampliar o conhecimento da história e atributos da UE junto dos mais jovens; começa assim: "A Europa é uma ideia, uma ideia bonita. Vista como mais do que uma confluência de interesses onde se misturam e se chocam os egoísmos de gente para quem tudo começa aqui e acaba hoje, a ideia da Europa é um mar com horizontes, a prometer um Mundo em paz e bem-estar para todos. (...) A Europa é uma promessa de vida (...)" (Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, 1995: 2).

vissem na nova moeda uma ameaça à supremacia nacional. Apresentado como instrumento financeiro de articulação das economias dos Estados-membros e como facilitador nas transacções e deslocações no espaço europeu, o euro corria menos riscos de repúdio e mais de indiferença.

Em 2001, com a aproximação do momento da introdução física das notas e moedas de euro, desencadeia-se uma série de campanhas de divulgação e informação, através de cartazes, desdobráveis, brochuras, anúncios na imprensa e televisão, livros (Ucha, 1999; Cohn-Bendit, 1998) e sítios na Internet, levadas a cabo por diversas entidades, estatais e privadas, como o Banco de Portugal, a Comissão Nacional do Euro, os Ministérios das Finanças e da Educação, a banca, etc. O Banco de Portugal distribui milhões de folhetos e brochuras ao abrigo da campanha *EURO, a nossa moeda*. O tom dessas campanhas é fundamentalmente informativo, como se viu, mas chama a atenção alguma injunção identitária presente ora nos títulos, ora nas notas introdutórias e discursos de abertura. Só aí se encontram manifestações de júbilo pelo facto de Portugal embarcar nesta aventura, ombreando com os maiores da Europa e daí retirando vantagens impossíveis de conseguir sem a substituição do escudo. Vejamos o que escreve Vítor Constâncio, Governador do Banco de Portugal, na Introdução a *O Euro de A a Z*:

"A mudança terá alguns custos e exige que saibamos vencer alguma resistência psicológica. (...) [Mas] Não devemos exagerar o esforço que vamos ter que realizar para nos habituarmos às novas espécies monetárias. Pensemos antes nas enormes vantagens que resultam da nossa participação na União Monetária. Em 12 países europeus as mesmas notas e moedas facilitarão as viagens e as transacções num espaço económico agora verdadeiramente integrado. Dessa completa integração decorrerá mais concorrência e melhorias de produtividade que farão aumentar a prosperidade em toda a Europa. Por outro lado, não devemos esquecer que só a nossa participação no Euro tornou possível a descida da inflação e das taxas de juro. (...) dotada de um espaço económico e monetário integrado, a União Europeia e todas as nações que a integram são agora mais

fortes para controlar o seu próprio destino. Tudo isto revela como a criação da nova moeda europeia é muito mais do que um simples empreendimento económico. Na verdade, a criação do Euro reflecte a necessidade histórica de uma maior unidade europeia, baseada numa cultura partilhada, com valores comuns que antecedem a formação das nações europeias modernas. (...) a moeda comum contribuirá para o reforço da identidade europeia. É a expressão de um projecto com uma dimensão mais alargada, destinado a trazer paz duradoura e prosperidade ao nosso continente" (Banco de Portugal, 2001).

Muito semelhante é um discurso do Presidente da República Jorge Sampaio, proferido a 29 de Novembro de 2001:

"O escudo serviu como moeda nacional durante quase 90 anos e é natural que possamos sentir alguma estranheza, enquanto não nos familiarizarmos com o Euro. Mas não há razão para saudosismos, sentimentalismo ou receios. Devemos aceitar bem a substituição do escudo pelo Euro e confiar na nossa nova moeda. O Euro servirá Portugal e representa, no plano simbólico, a nossa pertença à Europa e a nossa vontade de reforçarmos o processo de construção europeia. (...) O Euro também foi e é uma boa 'apólice de seguro' para a economia portuguesa. (...) As notas e moedas de Euro que dentro de 32 dias serão o meio de pagamento dos portugueses e de mais onze povos europeus serão também um símbolo da identidade europeia e, como esperamos, um catalisador do aprofundamento da integração europeia. Partilhar voluntariamente uma moeda comum é também uma manifestação concreta da vontade de partilhar um futuro comum com outros povos europeus. (...) Estamos orgulhosos por termos conseguido chegar onde chegámos. Estamos confiantes de que venceremos as dificuldades e avançaremos no sentido da unidade europeia. Portugal está de corpo inteiro nesse combate pelo nosso futuro e pelo futuro da Europa" (Banco de Portugal, disponível *online*: http://www.bportugal.pt/events/visita_pr_p.htm, 19.09.2003).

Os dois discursos revelam como, para os mais europeístas, o euro tem um significado binário: as duas dimensões – económica e política – sustentam-se mutuamente. Não é necessariamente assim para os portugueses em geral. A boa aceitação da moeda europeia em Portugal pode dever-se tanto ao seu papel económico, como político, ou a ambos. Mas o que é incontestável é que a mudança para a nova moeda forçou os portugueses a uma introspecção em termos da identidade nacional ao confrontá-los com um outro nível de identificação e pertença (mesmo se de natureza económica). Para os portugueses, como para outros povos europeus, ter nas mãos dinheiro que é e não é português, poder usar esse dinheiro em quase todos os países que são o mapa forte da Europa (França, Alemanha, Espanha, Itália, Holanda, Suécia...) produziu uma transformação simbólica do nosso lugar no mundo e da Europa no nosso imaginário. A partir de então, pareceu-nos indissolúvel a amarração sempre tímida que tivéramos à Europa. E, desta vez, não fomos caridosamente cooptados. A participação na moeda europeia foi sentida como uma conquista nacional que culminou uma década e meia de considerável empenho na integração na Comunidade Europeia. O prémio maior foi termos euros nos bolsos, o que nos coloca mais perto daquilo com que hoje queremos identificar-nos, a Europa.

2. A identidade europeia como identidade de projecto: o que os portugueses querem ser

Quando, a 1 de Janeiro de 2002, a moeda europeia chegou como dinheiro físico, os portugueses, em geral, estavam entusiasmados com a mudança. Apesar de, nas sondagens do *Eurobarómetro*, se dizerem sempre pouco informados sobre o assunto, na verdade, nos últimos meses de 2001, com a intensificação das campanhas de informação, uma boa parte dos receios tinha-se dissipado. Tal como nos outros países da recém-nascida Zona Euro, também em Portugal se lamentava o fim da moeda nacional, mas, desses dias, recordo, sobretudo, o interesse e excitação que a chegada do euro despertava. Em causa estava o embate da nova moeda no quotidiano – perguntando-se cada um como iria lidar com conversões, trocos, cheques e tentativas de burla. Mas estava, acima disto, o orgulho dos portugueses em verem circular no seu país a moeda que passaria a ser também a dos países que, ao contrário de nós, tinham moedas fortes, ou seja, a Europa rica. Depois dos esforços que haviam sido pedidos pelos governos desde meados da década anterior para que o país pusesse em ordem as contas públicas que lhe dariam um lugar no *pelotão da frente*, os portugueses sentiam-se a receber a recompensa de, por uma vez, serem irmanados aos melhores.

A história do euro, em Portugal, não é muito diferente da dos passos anteriores da construção europeia. Em síntese, um misto de apoio, indiferença e desconhecimento. O Acto Único Europeu, assinado no ano em que Portugal entrou para a CEE, é, dez anos depois da sua entrada em vigor, avaliado pelos portugueses de forma positiva. Os portugueses estão entre os europeus que mais reconhecem no Acto Único as vantagens de viajar mais facilmente (77%, média UE15: 66%) e de ter ao seu dispor, nas lojas, produtos de outros Estados-membros (73%, média UE15: 57%). Estão também razoavelmente esclarecidos em itens como a permissão para trabalhar noutro Estado-membro, o acesso a cuidados de saúde e o direito de

voto, em certas condições, no espaço comunitário (cf. *Flash Eurobarometer* 131, 2002). O projecto de Constituição Europeia foi o mais recente passo de relevo no sentido do aprofundamento da integração. O texto foi trabalhado e aprovado pela Convenção para o Futuro da Europa e pelo Conselho Europeu, mas foi travado pelos resultados negativos dos referendos em França e na Holanda, sendo reconvertido num novo Tratado aprovado no Conselho Europeu de Lisboa de 2007. No decurso dos trabalhos de preparação da Constituição, em Outubro de 2003, questionados sobre se já tinham ouvido falar da Convenção, apenas 36% responderam que sim, próximos da média dos 15 (38%), mas distantes dos 63% de luxemburgueses e finlandeses que deram resposta afirmativa. Apesar disso, 72% dos portugueses mostraram-se de acordo com uma Constituição para a União Europeia, ultrapassando a média dos 15, que foi de 70% (cf. *Flash Eurobarometer* 142/2, 2003). Em Julho de 2004, só 29% dos portugueses se consideravam bem informados sobre a Constituição Europeia, coincidindo com a média dos 15. Essa falta de informação traduzia-se realmente num elevado grau de desconhecimento quando eram feitas perguntas sobre disposições concretas do texto em avaliação. Assim, em questões como a criação de um Ministro dos Negócios Estrangeiros europeu ou a possibilidade de um milhão de cidadãos apresentarem uma proposta à Comissão Europeia, dão respostas correctas bastante abaixo da média, com um terço a incluir-se na categoria "não sabe/não responde". Ainda assim, 81% dos portugueses inquiridos concorda com a necessidade de a União adoptar uma Constituição. Em consonância com outros estudos que incluíam este tópico, Portugal é dos países onde menos pessoas (55%) concordam com uma Europa a duas velocidades (cf. *Flash Eurobarometer* 159/2, 2004).

A opinião dos portugueses acerca do processo de alargamento aos países da Europa de Leste permite fazer outras leituras. O apoio ao alargamento foi, entre 2001 e 2003, superior ao da média da UE 15. Todavia, em Novembro de 2002 (*Flash Eurobarometer* 132/2, 2002), apesar de 84% dos portugueses já terem ouvido falar do alargamento, eram escassos os seus conhecimentos sobre o tema. Quando convidados a nomear três dos

países candidatos, 67% foi totalmente incapaz de o fazer, quando a média dos europeus que não nomearam correctamente qualquer país foi de 40%. Foram também dos que menos acertaram quanto ao ano em que se concretizaria a adesão dos novos Estados-membros, sendo que um quarto dos inquiridos não soube ou não quis responder. De um modo geral, os portugueses não foram entusiastas em relação ao alargamento de 2004. Questionados sobre se o alargamento seria importante para Portugal, só 51% responde afirmativamente (média UE15: 70%), o mais baixo valor entre os 15. Uma sondagem conduzida em Março de 2003 (*Flash Eurobarometer* 140, 2003) esclarece-nos sobre estes resultados. Os portugueses são dos que estão menos convencidos de que o alargamento reduzirá o risco de guerra e de conflitos na Europa. 77% dos portugueses (tanto como os alemães) consideram que o alargamento será muito dispendioso para o país e reduzirá o seu papel na Europa (53%, média UE15: 33%). O pessimismo dos portugueses está particularmente ligado ao facto de pensarem que o alargamento agravará o desemprego (64%), piorará o sistema de segurança social (43%), não permitirá a abertura dos novos mercados às empresas portuguesas (76%) e permitirá que muitos cidadãos dos novos países membros se instalem em Portugal (70%). Apesar de receosos das consequências económicas do alargamento, os portugueses são sensíveis às vantagens políticas e culturais, designadamente ao considerarem que permitirá à Europa ter uma voz mais forte na cena internacional (78%) e que fará dela um espaço culturalmente mais rico (79%). Sistemática e significativamente, em cada um dos itens referidos, Portugal ocupa os lugares cimeiros da tabela. Intimidados pela crise económica dentro de portas, os portugueses vêem no alargamento ao Leste europeu uma ameaça à configuração comunitária que, durante década e meia, sustentara os interesses nacionais de desenvolvimento e afirmação. Vendo chegar à roda europeia países tão ou mais *necessitados*, os portugueses recearam que os indispensáveis apoios ao desenvolvimento providos pela UE, bem como o investimento privado, se desviassem para leste. Estas preocupações foram amplamente veiculadas nos *media*, pelo que não é surpreendente que se

reflectam nas opiniões recolhidas. Ou seja, ao contrário de outros avanços da União Europeia, de que os portugueses foram apoiantes convictos, no caso do alargamento, os riscos para o próprio projecto nacional na Europa atenuaram o apoio com que os "pequenos passos" da construção europeia contam habitualmente em Portugal.

Ao contrário do que acaba de ser dito em relação ao alargamento, o apoio dado pela população portuguesa à moeda única consubstancia, precisamente, o pressuposto de que o projecto europeu é bom na medida em que ampara o projecto nacional. Pode ver-se no gráfico 3 que a percentagem de portugueses que manifesta o seu apoio à moeda europeia flutua em paralelo com a opinião média quer da União Europeia, quer da Zona Euro. A partir de 2000, assiste-se a um acréscimo da ordem dos 13 pontos percentuais que culmina, no ano da introdução física do euro, com 70% dos portugueses a declarar-se apoiantes da nova moeda. Desde então, o apoio tem declinado, ao mesmo tempo que aumenta o número dos que estão contra. A percepção dos portugueses em relação à moeda europeia alterou-se nos últimos anos. De promessa de estabilidade e crescimento económico passou a ameaça ao débil sistema produtivo nacional. Com as taxas de juro a serem definidas pelo Banco Central Europeu e sem a desvalorização da moeda como instrumento de auxílio às exportações, a sociedade portuguesa sente a asfixia da inflação e do desemprego que a estagnação económica trouxe. Acresce que as regras impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, nomeadamente em relação ao défice orçamental, limitam enormemente a política de investimento do Governo nacional, impedindo que se contrarie o ciclo económico depressivo. Ainda que os mecanismos económicos propriamente ditos escapem à maior parte da população, tornou-se comum a atribuição ao euro da responsabilidade (pelo menos parte dela) pela crise que Portugal atravessa desde o início do século. A promessa de o euro nos aproximar mais do nível de vida dos nossos parceiros europeus acabou por redundar na desilusão de anos consecutivos de divergência face à média de crescimento da UE.

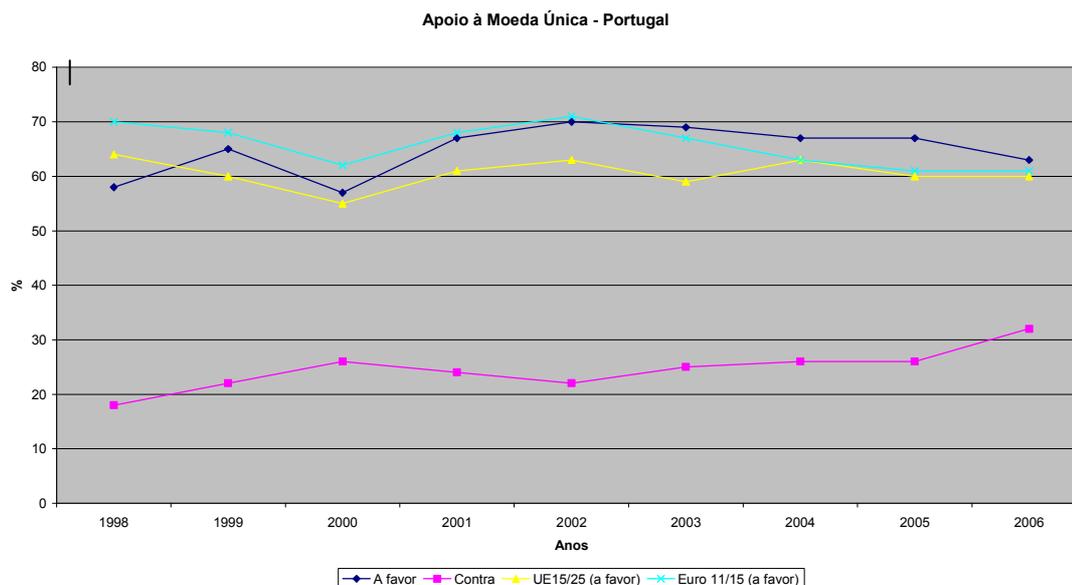


Gráfico 3 – Fonte Eurobarómetro 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66 e 68.

A chegada das notas e moedas de euro, em Janeiro de 2002, foi um acontecimento significativo na sociedade portuguesa. Nos *media* e nas interações quotidianas, o euro tornou-se um foco de atenção importante, sobretudo nas suas duas primeiras semanas de vida. Para além de noticiários e programas de rádio e televisão, a nova moeda ocupou, nesse período, muitas páginas dos jornais. As capas, a corpo inteiro, dedicavam-lhe títulos sonantes e fotografias repletas da simbologia europeia. A consulta a quatro jornais (*Público*, *Expresso Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*), entre Dezembro de 2001 e Março de 2002, permite concluir que o euro foi recebido com boa vontade, com alguma resistência e dificuldade (mas não excessivas) por parte da população, e com marcado orgulho e confiança, por parte da classe política e da elite económica.

Em espaços especialmente destacados, ocupando as primeiras páginas dos jornais, a transição monetária é abordada em entrevistas e artigos de opinião de personalidades políticas ligadas ao acontecimento (Governador do Banco de Portugal, Presidente da República, Primeiro-ministro), conselhos para a transição monetária, história da moeda única, acompanhamento do

processo logístico de introdução de notas e moedas de euro e recolha de escudos, entrevistas e descrição da operação junto de comerciantes e consumidores, relatos breves sobre a transição monetária nos outros países do euro e comparação de preços de produtos em vários países do euro. Há um *tom* muito marcado na cobertura do acontecimento feita na imprensa consultada. Peças jornalísticas, artigos de opinião e entrevistas são enfáticos a realçar o sucesso da transição e a forma como os portugueses se adaptaram fácil, rápida e entusiasticamente à nova moeda. Maria João Silveirinha (2007: 31) fala, a este propósito, em "momento de celebração e consenso". É o que se confirma nos seguintes textos:

"Uma nova era para a Europa" (*Público*, 31. Dez. 2001: 1);

"A Europa festeja o nascimento do Euro. O momento para o qual a União Europeia se preparou minuciosamente nos últimos anos chegou. Dentro de poucas horas, mais de 300 milhões de cidadãos vão substituir o escudo, a peseta, o franco, o dracma ou o marco por novas notas e moedas de euro. Com um pequeno gesto, a Europa dá um passo de gigante" (*Público*, 31. Dez. 2001);

"Europa festeja passo de gigante para o mundo" (*Público*, 02. Jan. 2002: 1);

"O euro existe e funciona!" (*Público*, 02. Jan. 2002: 2);

"Euro supera expectativas. A introdução das notas e moedas de euro passou ontem o seu baptismo de fogo perante o olhar atento do mundo inteiro em clima de franca euforia e com uma eficácia e fluidez superiores às expectativas. (...) 'Os europeus descobrem a nova moeda sem sobressaltos e, até ao momento, a transição tem-se processado de forma harmoniosa'." (*Público*, 03. Jan. 2002: 2);

"Portugueses estenderam uma passadeira vermelha ao euro" (*Público*, 03. Jan. 2002: 3);

"Os dias da euroforia" (*Público*, 06. Jan. 2002: 8);

"Tem sido um sucesso, como a larga adesão dos portugueses demonstra', afirmou ontem o Governador do Banco de Portugal. (...) Segundo Vítor Constâncio, não foram registados incidentes significativos." (*Diário de Notícias*, 02. Jan. 2002: 4);

"Portugueses na frente do europelotão. Os portugueses levantaram, nos primeiros dias deste ano, quatro vezes mais dinheiro do que em igual período do ano passado, o que nos coloca entre os cidadãos que mais entusiasticamente aderiram à nova moeda europeia. (...) 'Podemos concluir que os portugueses disseram à Europa que o euro é a nossa moeda' [Governador do Banco de Portugal]" (*Correio da Manhã*, 5. Jan. 2002: 16);

"'A adaptação dos portugueses ao euro é muito boa e não existe complicação nenhuma.' Assim comentou ao *Correio da Manhã* o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal." (*Correio da Manhã*, 6. Jan. 2002: 16);

"Olá, Euro! Ano Novo, moeda nova" (*Expresso*, 29. Dez. 2001).

Há, nas notícias dos jornais sobre a chegada da moeda europeia, uma tautologia que é uma taumaturgia. O euro é apresentado aos portugueses como uma mudança benigna e cheia de promessas. Os portugueses são apresentados como um povo surpreendentemente aberto à inovação (monetária) e pronto para substituir a sua "velha" moeda sem um pestanejar de olhos. Daqui resulta o milagre do sucesso da transição, que os jornais enfatizam e amplificam. Factos dissonantes e opiniões de oposição tendem a

ficar omissos, numa clara fabricação de um ambiente de euforia e celebração. Acresce que passa nas peças da imprensa a sugestão de se viver um momento extra-ordinário, que culmina o *crescendo* de modernização e europeização da década anterior (de que são exemplo as Capitais Europeias da Cultura, a Expo 98 e o Euro 2004, em preparação), que enchia os portugueses de orgulho nas aquisições do país.

A boa adaptação dos portugueses parece ser confirmada pelos dados do *Eurobarómetro*, que mostram que, nos cinco anos a seguir à entrada em circulação do euro, são mais os portugueses dos que os restantes europeus em geral que declaram não ter qualquer dificuldade no uso da moeda única, conforme se verifica no Gráfico 4.

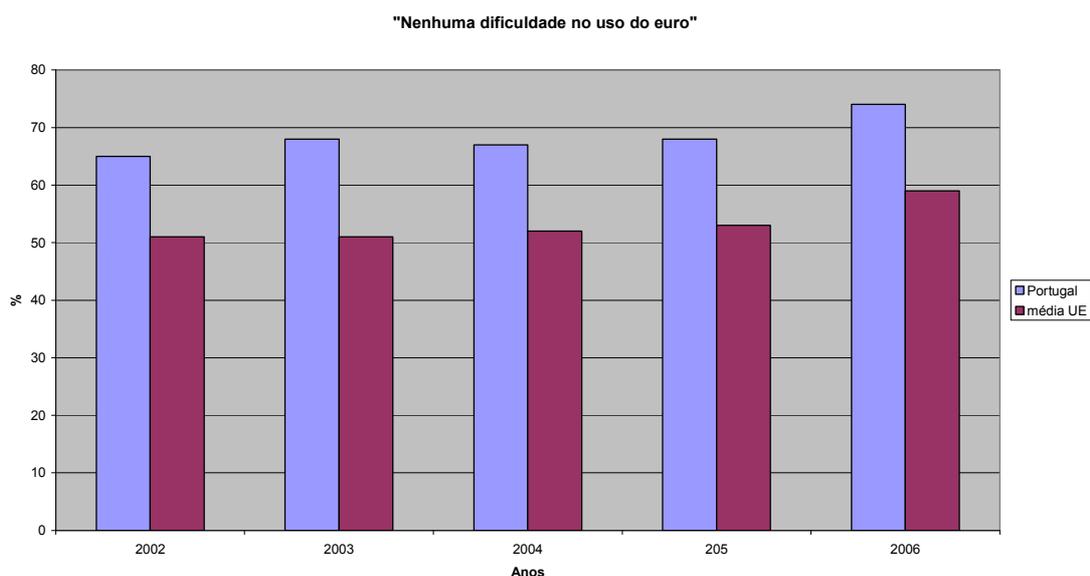


Gráfico 4 – Fonte: *Flash Eurobarometer*, 139, 153, 165, 175 e 193.

Nos jornais, é também recorrente a ideia de que a partilha da moeda acenderá a consciência de uma identidade comum entre os europeus – e de como isso é particularmente importante para os portugueses, desejosos e

orgulhosos de se verem integrados no núcleo mais avançado da integração. Curiosamente, verifica-se que o uso abundante do sujeito colectivo *nós* é quase sempre reservado para a comunidade dos portugueses e quase nunca é aplicado em referência à comunidade dos europeus unidos pela moeda. Alguns exemplos da opinião acerca do poder demiúrgico da moeda na construção e integração europeia:

"A moeda que desde há cinco dias se tornou motivo de todas as conversas e de algumas preocupações está a fazer mais pelo conceito de integração europeia do que todos os discursos solenes das últimas décadas. Provavelmente pela primeira vez, a percepção de que Portugal toma parte efectiva na construção de uma comunidade alargada de Estados que tentam caminhar juntos ganha sentido não apenas para as elites, mas para o conjunto da população. E adquire agora uma expressão concreta na moeda que simboliza esse projecto. (...) A verdade é que todos vibram ou sofrem com a mudança. E sabem que, por uma vez, estão a partilhar esses mesmos sentimentos com outros cidadãos de mais onze países europeus. (...) só essa noção de partilha, tanto das esperanças como dos inconvenientes temporários, transforma a moeda nova num fetiche de progresso e a Europa comunitária numa espécie de porto de abrigo." (*Expresso*, 05. Jan. 2002: 4);

"Uma Europa mais 'sexy'" (*Expresso*, 05. Jan. 2002);

"O maior êxito da Europa. 'Podemos já dizer da passagem ao euro que constitui um sucesso absoluto. (...) O 1 de Janeiro de 2002 ficará nos livros de história em todos os nossos países como o início de uma nova era na Europa'. [O euro representa] 'um dos maiores, senão o maior, passos na história da integração europeia', considerou o presidente do Banco central Europeu, Wim Duisenberg." (*Correio da Manhã*, 04. Jan. 2002: 15);

"Moeda única. Trezentos milhões de europeus podem desde as zero horas de hoje circular por doze países da União sem trocar de moeda. Essa é precisamente uma das forças do euro, uma moeda única para 300 milhões de consumidores, ou seja, um mercado semelhante ao dos EUA. A moeda nasceu hoje de forma palpável, para uso no dia-a-dia, um acontecimento que é remate de um extraordinário processo de construção iniciado há 50 anos." (*Diário de Notícias*, 01. Jan. 2002: 3);

"A criação do euro é um momento único na história da Europa e do mundo. (...) o projecto actual do euro corresponde a uma extraordinária partilha de soberanias entre velhos Estados-Nações que assim se subsumem para melhor sobreviver (...) a moeda comum contribuirá para o reforço da identidade europeia. O impacto psicológico de usarmos a mesma moeda e as mesmas espécies monetárias em 12 países europeus será considerável. [Vitor Constâncio]" (*Público*, 31. Dez. 2001: 13);

"Os portugueses interiorizaram particularmente bem o lema do euro que dizia 'Juntos somos mais fortes'. A mudança da moeda não significou nenhuma perda de soberania nacional. Pelo contrário, os portugueses ganharam uma dupla cidadania: a da cultura, da história e da língua que sempre foi a sua, e a da Europa, que está agora unida em torno de uma moeda e, por isso, poderá tornar-se mais próspera e mais solidária', comenta Comissão Nacional do Euro." (*Público*, 28. Fev. 2002: 48).

Um dos textos mais interessantes sobre a relação dos portugueses com o euro é o seguinte:

"Uma moeda com 'sex-appeal'. O euro chegou há oito dias e é como se sempre cá estivesse estado. (...) pode dizer-se que a nova moeda foi recebida não apenas com benevolência mas com verdadeira sofreguidão pelos portugueses. Se algo de inesperado aconteceu foi a urgência dos portugueses de se verem livres dos seus escudos. (...) a adesão ao euro mostrou que os portugueses não tinham nenhuma

afinidade particular com o escudo, o que é natural. Não que o fetichismo da moeda não exista, só que há moedas com maior 'sex-appeal' que outras. (...) O escudo era uma moeda de pobres, que se deixa sem pena para aderir a uma moeda de ricos, que se espera, de alguma forma, que possa melhorar o nosso nível de vida. (...) Da mesma maneira que nos sentimos mais europeus quando passámos a atravessar as fronteiras sem mostrar o passaporte, vamos sentir-nos mais europeus agora que passámos a ter no bolso as mesma moedas que os nossos confrades europeus e que as podemos usar no resto da Eurolândia. [José Vítor Malheiros]" (*Público*, 08. Jan. 2002. 8).

Uma moeda com "sex-appeal" é uma promessa de consumação. Se o euro promete fazer-nos mais europeus, por que diríamos que não? Na verdade, há, em boa parte dos textos jornalísticos e de opinião publicados na altura, um optimismo irrealista acerca das virtudes performativas da moeda europeia. O que se verifica é que, seis anos depois, as promessas não se cumpriram em tão larga escala. O que nos dizem os gráficos 5 e 6 é que cerca de 20% da população portuguesa passou a sentir-se mais europeia por efeito da chegada do euro, enquanto a média europeia está dois ou três pontos abaixo. Para a grande maioria, no entanto, a moeda não mudou a forma como se sente, ou não, europeu.

Efeito do Euro na identidade europeia - Portugal

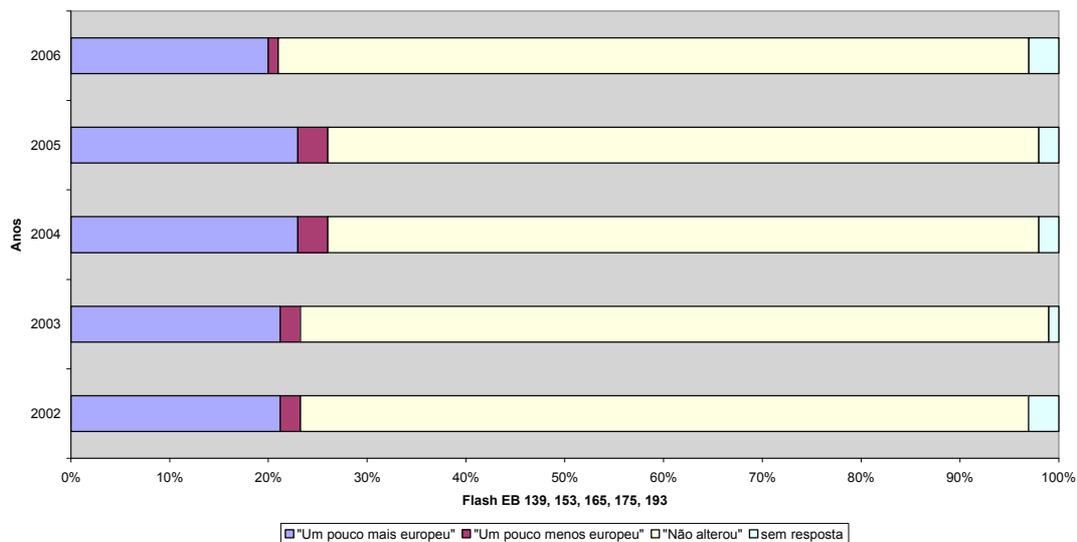


Gráfico 5 – Fonte: *Flash Eurobarometer*, 139, 153, 165, 175 e 193.

Efeito do Euro na identidade europeia - Europa

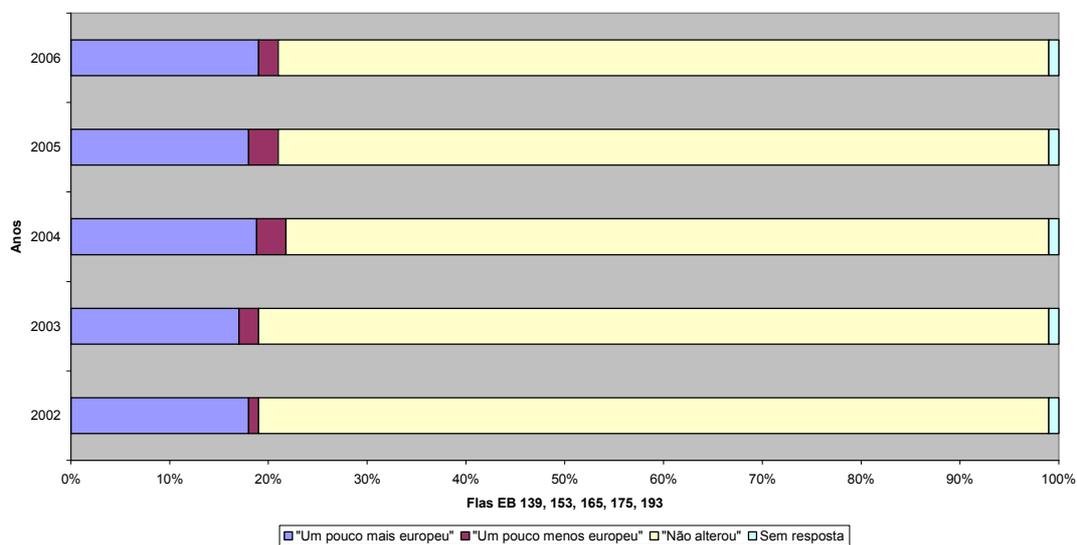


Gráfico 6 – Fonte: *Flash Eurobarometer*, 139, 153, 165, 175 e 193.

Mas, por muito lógica que a questão seja – sentir-se mais ou menos europeu com a moeda única –, não é possível que as respostas possam achatar-se nas três categorias consideradas sem que fique por descortinar uma parte muito substantiva dos sentidos que nela se depositam. Disso dão conta as opiniões dos participantes nos grupos de discussão, de que trato adiante. E disso fica, também, a sugestão no Editorial do Semanário *Expresso*, de 05 de Janeiro de 2002, que, com alguma provocação, foi intitulado "Ser português":

"Com a nossa entrada no euro deu-se mais um passo na integração de Portugal na Europa. No dia 1 de Janeiro passámos a ser *mais europeus* do que éramos no dia 31 de Dezembro: temos a mesma moeda que todos os outros, podemos andar pela Europa sem trocar dinheiro. No entanto, continuamos a sentir que não somos *bem europeus*. (...) pertencemos à Europa mas sentimo-nos diferentes na Europa. (...) mas é bom que nesta semana da entrada em vigor do euro pensemos na outra face da moeda. É verdade que não somos bem europeus. Mas o facto de não sermos bem europeus, se faz a nossa desgraça, é também a nossa graça."

Em coerência com o quadro *eurofórico* produzido nas páginas dos jornais, as referências à moeda portuguesa que se extinguiu são escassas e sistematicamente apostadas em negar-lhe valor – económico ou simbólico. O escudo é, frequentes vezes, nomeado como "a velha moeda" e os títulos e textos que a seguir reproduzo esforçam-se por não deixar dúvidas de que faz parte de um passado a enterrar – mesmo se, nas mesmas páginas, são registados testemunhos de comerciantes e consumidores que revelam que, nos primeiros dias de Janeiro, ainda são muitos os que não fazem uso da moeda recém-chegada:

"Escudo desaparece aos 91 anos" [onde se faz uma breve história da moeda, insistindo na instabilidade, desvalorizações e vulnerabilidade] (*Correio da Manhã*, 31. Dez. 2001: 19);

"Lisboetas livram-se da velha moeda. Quanto mais depressa melhor" (*Correio da Manhã*, 03. Jan. 2002: 16);

"Escudo pode desaparecer no fim de Janeiro. O escudo tem os dias contados e pode sair de circulação já no final deste mês" (*Correio da Manhã*, 03. Jan. 2002: 15);

"Portugal ignora fim do escudo. Um pouco por toda a Europa, os países que aderiram ao euro assinalaram o fim da circulação das moedas nacionais. Em Portugal, a moeda que serviu de troca durante 91 anos não teve direito a comemorações oficiais no dia em que deixou definitivamente os portugueses" (*Expresso*, 02. Mar. 2002);

"Em Espanha, o que mais se viu por estes dias foram iniciativas (...) a assinalar não o êxito do euro, mas sim o fim da peseta (...). Entre nós, sempre prontos para novos passos de modernidade (...) moeda morta, moeda posta. Pelo menos ao nível de quem decide e promove cerimónias destas o escudo não deixa saudades. Ninguém se lembrou sequer de lhe dar um enterro formal, com a dignidade devida a um ancião nonagenário. Provavelmente, isto não tem qualquer importância. Ou, então, é apenas mais um sinal de desprendimento – senão de desprezo – por todas as antigas marcas de soberania, olhadas como velharias inúteis e para esquecer rapidamente." (*Expresso*, 02. Mar. 2002);

"Portugueses com pressa de se livrarem dos escudos" (*Público*, 03. Jan. 2002: 1);

"Escudo acaba e não deixa saudades. Portugueses despedem-se da sua divisa sem dramatismos nem sentimentalismo." (*Público*, 28. Fev. 2002: 48);

" 'O que conta é o que o dinheiro vale'. Portugueses dizem adeus ao escudo. O escudo? 'Já ninguém o usa'. Dificuldades de adaptação? 'Isto do euro não custa nada'. O euro já não é problema, o escudo foi-se sem drama nem lágrimas. (...) ninguém lhe guarda saudades." (*Público*, 01. Mar. 2002: 22).

Nos seis anos que passaram sobre a introdução física do euro, portugueses e europeus avaliaram o euro de forma positiva, considerando, maioritariamente, que foi vantajoso. Comparando os gráficos de dados relativos a Portugal e à UE, verifica-se que, em comparação com a média europeia, a percentagem de portugueses que consideram o euro desvantajoso é menor e que não é muito significativa a diferença entre a percentagem de europeus e de portugueses que o consideram vantajoso, sendo que as opiniões são mais flutuantes em Portugal e mais estáveis na Europa. Além disso, e tal como para outras variáveis, como se viu, a opinião portuguesa tende a ser menos favorável nos últimos anos – ao que não será alheia a noção de divergência face à UE a que a estagnação económica nacional conduziu.

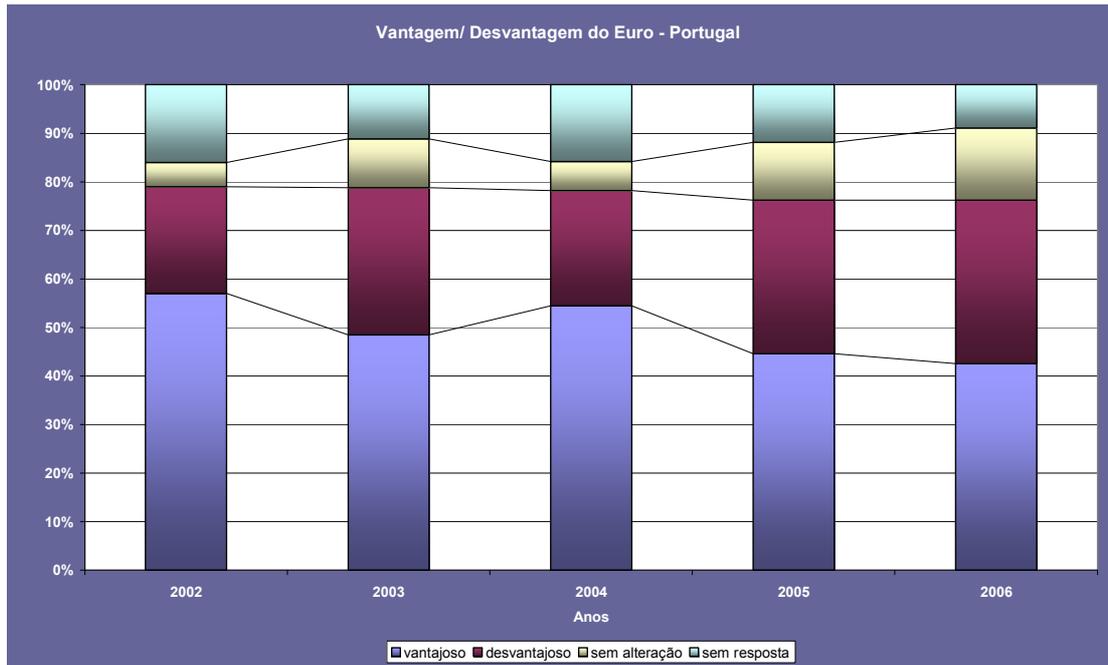


Gráfico 7 – Fonte: *Flash Eurobarometer*, 139, 153, 165, 175 e 193.

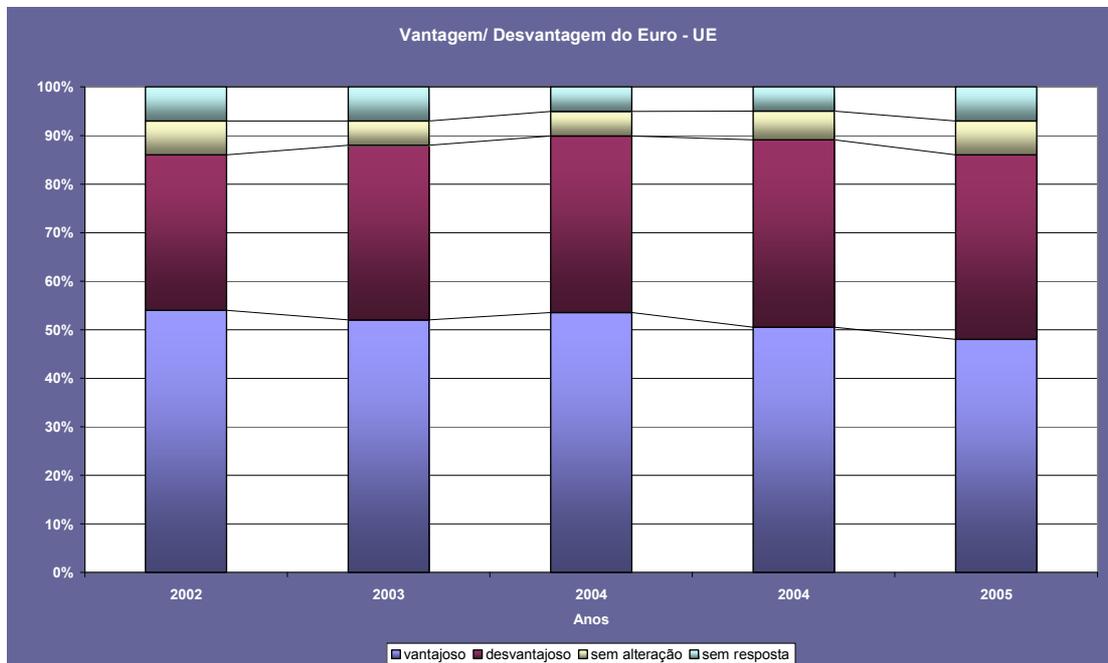


Gráfico 8 – Fonte: *Flash Eurobarometer*, 139, 153, 165, 175 e 193.

Da análise acabada de fazer sobre a forma como a imprensa espelhou a adesão ao euro e como, nas sondagens de opinião, os portugueses avaliaram a substituição do dinheiro nacional pelo europeu, pode concluir-se que se tratou de um momento crucial e bem sucedido da integração europeia do país. O que emerge mais fortemente é o apoio indiscutível à moeda única, mas, depois de vista a redundância nauseante com que o sucesso da operação de transição é tratado pela imprensa, percebe-se quão fabricado foi o carácter *excepcionalmente venturoso* da relação dos portugueses com o euro. A insistência e consistência com que os jornais elaboram um quadro de perfeito ajustamento entre o mais importante avanço europeu e a vontade (e à vontade) dos portugueses coincidem com o proselitismo europeísta das elites políticas e económicas. Coincidem, também, com a imagem-padrão que a história dos 20 anos de integração produziu e sedimentou – a de Portugal como país-adepto, ou seja, sempre disponível para erguer a bandeira da construção europeia, mesmo se não é mais do que um apanha-bolas que desconhece as regras do jogo principal. Não posso, pois, deixar de retomar o que disse atrás: o que, essencialmente, traduz a relação de Portugal com a Europa é, nas décadas da democracia, o apoio e a indiferença. No decurso deste estudo, passaram-me pelos olhos centenas ou milhares de gráficos e tabelas e, espantosamente⁹⁸, não me é difícil epitomar o que eles registam sobre a opinião pública nacional: aos portugueses cabe (quase) sempre a maior percentagem de não respostas, (quase) sempre posições cimeiras nas perguntas que avaliam disposições positivas para o processo de construção europeia e (quase) sempre atitudes menos benévolas na apreciação da situação do país e das suas instituições, à excepção do que diz respeito ao orgulho e à identidade nacionais. Para mim, estes são dados muito significativos,

⁹⁸ O espanto estende-se a outra condição enigmática: em muitos estudos comparativos, Portugal escapa às tipologias, aos *clusters*, às hipóteses e às classificações. Dispenso-me de especular sobre tais singularidades.

mesmo se não os apresento validados por medidas estatísticas sofisticadas.

Mantenho, pois, a convicção de que o euro, na condição de protagonista do projecto europeu, veio normalizar o drama identitário da nação portuguesa. A moeda europeia interpelou os portugueses, mais concretamente do que até então, acerca do seu próprio projecto como país moderno. Para serem modernos e ricos, os portugueses tiveram que escolher ser europeus – e fizeram-no, também, pelo empenho em aderir ao euro. Mas falta ver de que modo, nos discursos que elaboram as (re)definições identitárias, se reflectiu o desejo de ser Europa e que sentidos se albergam na Europa quando vista daqui, *ao lado mas de fora*. Pergunto se os portugueses querem ser europeus para serem *mais europeus* ou *melhores portugueses*.

3. A Europa é dinheiro e com dinheiro europeu somos Europa: adesão e identificação instrumentais

A crer nos relatos dos *media*, o euro chegou e venceu. A avaliar pelos dados estatísticos das sondagens de opinião, o euro desfruta de boa opinião, mas não é consensual e tem sofrido erosão desde que a crise económica se instalou no nosso país. Ouvir a voz do homem comum ajudou a discernir as proposições dilemáticas e a organizar os sentidos que se entrecruzam entre as moedas e as identificações, entre os freios do passado e o horizonte do futuro, entre a certeza e o desejo. Nesta teia, confesso, são muitas as pontas soltas, muitas as questões que podem levantar-se e que ficam sem resposta. Mas fica, pelo menos, a teia montada. Numa teia distinguem-se bem os objectos que nela caem e essa é a intenção: isolar alguns nós onde se enlaçam as relações teóricas que percorrem este trabalho.

Quando o tópico do euro é abordado nas conversas dos grupos de discussão (espontaneamente, quase sempre, ou a solicitação da moderadora), é imediatamente perceptível que nele se incrustam significados duais: as vantagens que trouxe e as dificuldades que implicou. Um e outras são, não raras vezes, citadas em concomitância: os entusiastas do euro reconhecem aspectos negativos e os mais ligados ao escudo não regateiam os benefícios da nova moeda. Há unanimidade na opinião de que, em geral, houve da parte dos portugueses uma boa adaptação à moeda europeia. O lamento mais recorrente diz respeito aos efeitos da introdução do euro na inflação (o que é comum à opinião em todos os países da Zona Euro, de acordo com os dados do *Eurobarómetro* nº139, 153, 165, 175, 193), e a consequência mais apreciada foi o facto de, com uma moeda comum à maior parte dos nossos vizinhos e parceiros económicos, se ter extinguido a necessidade do câmbio de moeda e de como isso tornou as viagens e as transacções intra-europeias mais práticas e baratas. Vejamos o que é dito sobre este tópico:

"Ficou tudo mais caro (...) mas para quem viajar e quem tenha transacções comerciais, claro que a mesma moeda é muito melhor" [Mariana, G2];

"O euro foi benéfico para todo nós, porque temos a facilidade quando nos deslocamos para um outro país. (...) fiou tudo mais caro, mas acho que foi benéfico" [Renata, G2];

"É mais prático, escusa-se de fazer câmbios, é uma facilidade" [Joaquim, G3];

"Tem vantagens e desvantagens. (...) Baralha um pouco porque não damos o valor e muitas vezes ainda fazemos a comparação para saber quanto é que custam as coisas. [Mas] agora vamos lá comprar qualquer coisa e a moeda é igual e não há problema. (...) Também tudo está mais caro (...) e foi a partir do euro que eu acho que as coisas subiram mais" [Graça, G5];

"Rui – O euro, acho que foi muito bem aceite pelas pessoas.

(...)

Carlos – Portugal foi dos que conseguiu fazer uma transição mais pacífica.

(...)

Rui – Naquele período em que havia a circulação das duas moedas, as primeiras pessoas a experimentar pagar em euros eram quase sempre as pessoas de mais idade. Queriam experimentar, não foram muito resistentes.

Alexandre – Não, não. (...) E houve aquela situação, distribuíram (...) uns kits de dez euros com as moedas uns dias antes e logo no dia 1 foram pagar com essas moedas.

Xavier – E punham-se em filas para comprar os kits.

(...)

Rui – Aliás, quem pagava em escudos não se importava de receber o troco em euros, mas quem pagava em euros não gostava nada de receber o troco em escudos (...) porque queria arrumar com os escudos" [Grupo 4].

Entre os mais informados, é também referido o facto de o euro ser um "pau de dois bicos" [Rosa, G3], por simultaneamente ser um elemento estabilizador da economia e representar a impossibilidade de exercício de uma política cambial fomentadora da competitividade das empresas portuguesas:

"[Com o euro] não se ganhou nem se perdeu, passou-se a ter uma moeda mais forte. Quando se vai lá para fora é mais prático, é uma facilidade, não se perde dinheiro nos câmbios. Agora, tem vantagens e desvantagens. As principais vantagens, passámos a pertencer, digamos, a uma comunidade rica. As principais desvantagens é que deixámos de mandar seja o que for, não mandamos nada. (...) Por isso é que andamos a discutir tanto o défice (...) porque se não desvalorizávamos a moeda e estava o assunto resolvido" [Joaquim, G3];

"Em termos económicos e financeiros, acho que foi melhor para Portugal. (...) O euro é uma moeda forte e estável, o escudo era uma moeda fraca e instável, era vulnerável à especulação financeira" [Sérgio, G1];

"Carlos – [A substituição do escudo pelo euro significou] uma coisa boa e uma coisa má. Uma coisa boa foi que temos protecção monetária. (...) Essa estabilidade monetária é claramente boa. (...) O euro sobrevalorizado deu-nos uma almofada de competitividade, porque a maior parte das trocas comerciais que fazemos são importações, mas prejudicou-nos nas exportações. (...) Estamos prejudicados, claramente, na perspectiva da competitividade para o exterior. (...) Fomos protegidos, porque de facto temos uma economia débil. Por outro lado, é uma pequena barreira à competitividade externa.

(...)

Rui – Tem um grande senão, o país perdeu um grande instrumento a nível financeiro para definição de estratégias de desenvolvimento.

Carlos – É verdade.

Rui – Nós, hoje, se quisermos trabalhar na moeda para valorizar ou desvalorizar consoante nos interesse trabalhar as exportações ou as importações [

Xavier – Não podemos.

Rui – E isso dificulta-nos imenso a vida. (...)

Carlos – Mas isso é a relação de compromisso que existe sempre (...) e se não tivéssemos aderido à União Europeia [

Xavier – É os custos, é os custos..." [Grupo 4].

Em relação ao próprio processo de transição entre moedas, foi sistematicamente referido que com o escudo se perdeu uma referência de valor que não se tem ainda em relação ao euro. Por isso, os gastos tendem a ser superiores, por não se controlar devidamente a nova escala de valor nas transacções quotidianas. Daí a necessidade sentida de proceder à conversão, de "pensar nas duas moedas", sobretudo face a quantias elevadas:

"Adelaide – Eu, as contas, ainda não as faço em euros, ainda são contos.

Manuel – Ainda é uma referência [

Odete – Mentalmente eu converto para escudos para ter uma noção exacta do valor se é caro, se é barato.

Adelaide – Ainda não raciocino em euros. O que eu noto é que nós, com o euro, gastamos mais dinheiro.

Odete – Porque não temos a noção exacta" [Grupo3];

"Domingos – Temos que nos habituar mais a dar-lhe valor, porque não estamos a dar valor suficiente à moeda.

(...)

Graça – O dinheiro desaparece porque não sabemos fazer o controlo como no escudo.

Domingos – Antes pagávamos cinquenta escudos, agora pagamos cem escudos, e a gente nem dá pela conta.

Helena – Já estávamos tão habituados àquela moeda, agora esta... Foi muito difícil e mesmo hoje.

Graça – Ainda agora tem de se fazer as contas

(...)

Domingos – Ainda há sempre aquela ideia do escudo quando a gente vai comprar"
[Grupo 5];

"Alexandre – Ainda hoje toda a gente faz a conversão.

Carlos – Não temos a noção do valor de um euro.

Rui – Há uma dificuldade de gestão dos consumidores no euro. (...) Agora a unidade monetária vale muito mais do que valia. Falo por mim, eu tenho facilidade em fazer a conta e já raramente faço a conversão porque já consegui criar referências, mas tenho dificuldade na gestão por causa da diferença da unidade monetária de um para dois. (...) claro que quanto maior é o valor, nós mais atenção temos, mas nestas quantidades pequenas..." [Grupo4].

Quando é abordado o significado que as moedas – o extinto escudo e a moeda europeia – têm para as pessoas, emergem dados muito interessantes que revelam como na moeda se inscrevem memórias, sentimentos e filiações que nos devolvem algo sobre as formas de identificação nos espaços contíguos nacional e europeu. Como havia sido já descrito em relação às

bandeiras, também no que respeita à moeda, só a nacional desencadeia expressões de sentimento, sendo a moeda única avaliada exclusivamente pelo ângulo racional, num equilíbrio de benefícios e danos. Não é, todavia, generalizado o nexó afectivo dos inquiridos à moeda portuguesa. Posso concluir que se repetem nos discursos sobre a transição monetária os perfis que havia detectado, no capítulo anterior, relativamente ao vínculo identitário com a nação. A análise do conteúdo produzido acerca da moeda nas reuniões dos grupos de discussão mostra que há um fundo consensual relativamente à adesão à moeda única recoberto por uma estrutura de regularidades na forma como as pessoas sentiram e racionalizaram a perda do escudo. Em primeiro lugar, no momento em que decorrem as entrevistas (2004-2006), o euro é já um dado adquirido e aceite quase unanimemente. Em trinta e quatro inquiridos, nenhum optaria pelo regresso à moeda nacional. Naturalmente, este não é um facto surpreendente, dado que o euro circulava há já dois ou mais anos e, do ponto de vista económico e político, seria impensável uma inversão, facto que os entrevistados incorporaram automaticamente nos seus discursos. Do mesmo modo, foi recorrente a apreciação dúplice da nova moeda em termos de vantagens e inconvenientes, como se acabou de ver. As divergências estruturam-se, sobretudo, em dois eixos: 1. a concepção da moeda como símbolo nacional; 2. a sobreposição entre a identificação com o escudo e a identificação nacional. Vejamos como estão presentes nos seguintes diálogos:

"Bernardo – É um facto que custa-me [o fim do escudo] e guardei e guardo religiosamente ... tenho uma moeda de cada, tenho uma nota de cada, tenho lá para mostrar mais tarde aos meus netos, se os tiver.

Célia – Eu acho que sim, acho que fazes muito bem. Acho que é bom mostrarmos às pessoas vindouras um bocadinho da história, porque nós passámos por ela, mas eles não. Independentemente de estarmos a perder os nossos símbolos ou não, é o conhecimento do país onde eles nasceram. (...) Eu, sinceramente, na altura, custou-me a sair do escudo, para já euros fazia uma confusão inicial, mas acho que era mesmo pela perda, porque... pronto, se calhar eu sou um bocado

agarrada às tradições, mas custou-me bastante, agora obviamente já estou habituada, mas em termos de identidade nacional foi mais um ícone que nos desapareceu e neste caso é... um dos aspectos da globalização. Temos que nos adaptar.

Filipe – Os próprios símbolos... Agrada-me a ideia do euro, até porque há notas de quinhentos euros. Já me passaram pelas mãos. São gigantescas. E o que é que isto quer dizer? Nos Estados Unidos, há notas de mil dólares, não estão em circulação, mas há notas de mil dólares. Isso quer dizer que há uma grande riqueza. Por outro lado, gosto da simbologia que adoptaram nas notas. Não usaram símbolos nacionais, mas pontes e portas e janelas. Poderiam ter posto o Jacques Delors ou o Jean Monnet, poderiam ter posto os fundadores, ou uma figura de cada país, mas deixaram isso para as moedas. Acho que foi bem conseguido. Isto é também uma forma de as moedas circularem e nós apanharmos aqui moedas do Luxemburgo, ou da Itália [

Bernardo – E é ou não é bonito, a gente ainda ver as referências dos outros países? (...) Com a adopção desta bandeira [da União Europeia] que não se perca pelo menos a identidade dos países, que pelo menos fique alguma coisa, como é o caso agora das moedas.

(...)

Sérgio – Eu penso que, claramente, o euro é um elemento federal ou federalista, mas pelo menos respeita os símbolos fundamentais de cada país, que está presente nas costas de cada moeda. A moeda de um euro, a unidade, tem precisamente um dos primeiros selos que a chancela de D. Afonso Henriques utilizou e que está ligada à fundação da nacionalidade. Se calhar, fomos até mais inteligentes do que os espanhóis que puseram lá a cara do rei, que é o de agora.

(...)

Mónica – Eu sou uma pessoa mais prática, tento não me ligar tanto a essas questões de nacionalismo e do passado e tento ter uma visão mais futurista, daquilo que me será mais prático. Eu não tenho uma vida muito longa de utilização da moeda, mas metia-me uma certa confusão ir a Espanha, ou outro país qualquer e ter de trocar moeda, mas se for com dólares, em qualquer país aceitam os meus

dólares. (...) Eu sou mais prática, tento ver as coisas como um meio de troca melhor, que me permite viajar no mundo inteiro sem me preocupar muito com as questões de câmbio. E também porque nos permite ter uma economia mais forte e, automaticamente, um nível de vida melhor, pelo menos em potência... Portanto, eu vejo com agrado, não me vejo a retomar o escudo, porque isso significaria um regresso e eu detesto regressões.

Bernardo – Que fique aqui claro que eu também não estou contra a adesão de Portugal à moeda única, não estou contra e também estou de acordo contigo, regredir não. Orgulhosamente sós, como se disse há bocado, também não sou apologista disso, mas, pelo menos que fique algo para mais tarde recordar, algo para as gerações vindouras [

Mónica – Mas isso a Casa da Moeda encarrega-se de o fazer, e a Torre do Tombo. Guardar não, porque eu não guardaria dez mil escudos, fazia-me muita falta.

Filipe – Também tenho saudades das moedas de vinte e cinco escudos, das de dois e quinhentos [

Sérgio – Que também foram acabando, não é, e nós fomos guardando ..."
[Grupo1];

"Odete – Para uns sectores será importante, como é por exemplo a indústria, o comércio, será muito importante, para o intercâmbio internacional, acho que, para quem lida muito com o exterior, acho que será óptimo. Para mim, acho que gostava mais do escudo, gostava, pronto... Fui criada com ele, nasci com ele e aos sessenta e oito anos perder uma coisa que me acompanhou ao longo de uma vida inteira custou, chorei muito, não me envergonho de dizer, chorei quando perdemos o escudo. Porque acho que foi perder um pouco das minhas raízes, mas...

Esmeralda – Temos opiniões completamente diferentes. Eu sou portuguesa de coração e raça, tenho um orgulho enorme dos nossos antepassados, a moeda... não senti nada, absolutamente nada e achei que os portugueses deram uma lição ao mundo da adaptação [

Odete – Da adaptação sim, sim, sem dúvida. Eu isso acho que foi extraordinário, só que não deixo eu de sentir na mesma.

Esmeralda – A mim... não deitei sequer uma lágrima [

Odete – Ah, eu chorei e tenho as moedas todas e as notas todas e de vez em quando vou vê-las. Eu sou um pouco saudosista.

Manuel – Acho que o euro traz desde logo duas vantagens que é viajar pela Europa com a mesma moeda.

Odete – Isso, eu senti exactamente a mesma coisa quando saí do país.

Manuel – Por outro lado, é a vantagem em termos da estabilidade da nossa economia, a vantagem, claro, de termos uma moeda muito mais forte. Claro, compreendo e até aplaudo numa certa medida esse sentimentalismo, mas ...

Odete – É uma questão emotiva, claro que na questão prática é lógico que sim, tudo bem, mas não deixo de ...

Manuel – Não me custou nada.

Joaquim – Não me custou nada até por causa do aspecto material; no aspecto material para que é que serve uma moeda? Só serve para trocar, isto também depende de como eu vejo as coisas, outras pessoas vêem a moeda de forma completamente diferente, quer dizer... É um objecto que serve para trocar, ora bem eu quero trocar este objecto por aquele e tenho a moeda no meio que me ajuda a fazer as trocas, de resto não significa mais nada.

(...)

Odete – Eu sou franca, a mim custou-me, custou-me muito, como digo, por uma questão afectiva. Era nossa e o euro é de todos. Agora, para relações comerciais, para negócios, para viagens, eu também viajei muito e era muito cansativo andar, consecutivamente, mentalmente, a ver o que valia a pena ou não comprar" [Grupo 3].

É possível distinguir com clareza posições extremas nos discursos acabados de transcrever. Por um lado, alguns entrevistados manifestam

explícita e veementemente que tinham, e mantêm, com a moeda nacional uma ligação sentimental. Isso percebe-se pela descrição que fazem da perda, mas percebi-o, sobretudo, pela forma como se emocionaram ao fazê-lo. Ao mesmo tempo que assentiam com os restantes participantes nas vantagens da unificação monetária, não deixavam de enfatizar esse elo sentimental que os singularizava. Por outro lado, encontramos aqueles para quem a moeda é meramente um meio de transacção e, em consequência, o euro é preferível ao escudo, na medida em que as facilita e assegura ao país estabilidade e prosperidade económica. Isso não impede, todavia, que evoquem a memória da moeda antiga.

Nos outros grupos, repetem-se as polaridades. Da parte dos *desligados* e *práticos*, sublinham-se as vantagens da moeda única e as pessoas dão conta de que o escudo não tinha um valor afectivo e de identificação, como várias de entre elas tinham reivindicado para a bandeira:

"Regressar ao escudo, não, não, regressar ao escudo está fora de questão. Quando me falam que o escudo deixou saudades, eu acho que nós, jovens, (...) a mim, o escudo propriamente não me deixa saudades, porque eu sou uma pessoa um bocado desprendida, sou mais prática. Eu, quando olhava para uma moeda, nunca a virava para ver o símbolo, eu olhava para a moeda para ver quanto é que ela valia, se valia cem escudos ou... Para mim, não me dizia nada. Lá está, para mim, é tudo muito mais prático, não me punha a pensar noutro significado. Vocês [dirigindo-se aos mais velhos] dão mais importância à moeda, à história, eu não, eu sou muito mais prática, isto serve-me para o meu dia-a-dia, não estamos numa época de troca directa, em que eu dava as minhas hortaliças e... Portanto, a moeda para mim não é história, a moeda para mim é para comprar, para pagar" [Joana, G2];

"Eu nunca pensei muito na moeda... a moeda tem uma utilidade, nunca pensei na moeda como um símbolo, o hino, a língua, a bandeira, tudo bem, mas a moeda pff, está lá, mas tem utilidade, nunca pensei nela como um símbolo" [Flávio, G6];

"[O escudo] era uma forma de comprar e vender. É mesmo só uma necessidade e se a necessidade agora é evoluir para a Europa, seja" [Lígia, G6];

"Para algumas pessoas o escudo era uma referência, um símbolo da identidade nacional. Para mim, nunca o vi... Saiu o escudo de circulação e hoje em dia ninguém sente grande saudade, a não ser da facilidade que tínhamos em trabalhar em escudos. Mas não da moeda, não do que lá estava gravado, não, não..." [Rui, G4];

"Eu vejo a moeda como um instrumento de trabalho" [Alexandre, G4].

Em confronto com esta visão, ergue-se a daqueles, menos frequentes, que revelam ter sentido o fim da moeda portuguesa como uma perda que levou às lágrimas e que guardam "religiosamente" exemplares de recordação. Nesta categoria, a moeda tem um significado que está para além da função económica:

"A mim, custou-me [o fim do escudo], mesmo a nível emocional. É mais um símbolo. Tínhamos a bandeira, foi feita uma bandeira europeia, mas cada um continua com a sua, que haja lá a bandeira. Cada país tem o seu hino, lá trataram de fazer um hino europeu. (...) Depois esta, a seguir, é do mais forte, porque é abdicar de um elemento por substituição. Isso para mim significa a perda de um símbolo. (...) as pessoas estiveram mais importadas quando se mudou do escudo para o euro em se adaptarem a uma nova moeda do que propriamente em pensar que estão a perder um símbolo nacional" [Álvaro, G6];

"Eu tenho saudades dos símbolos que eram usados nas nossas moedas. Culturalmente dizia-nos mais, ora era as Cinco Quinas, era a Rainha D. Maria, nas mais antigas, era o escudo, o 25 de Abril. Acho que íamos tendo a história nas moedas e acho que isso tinha interesse culturalmente. E tenho saudades disso,

tenho pena. Em termos de ser uma moeda mais universal, optaria pelo euro, no aspecto de facilitar a vida, porque economicamente quase que dependemos dos outros, é tudo importado, portanto, não há problema no câmbio, mas tenho saudades naquele aspecto dos símbolos, umas [moedas] acabavam, vinham outras a substituir e a pessoa ia vendo os marcos históricos e recordava e até para os mais novos... era a história através das moedas, tenho pena" [Mariana, G2].

Ou, mais prosaicamente:

"Eu tenho pena de acabar os 'paus', sou sincero. Para mim, quinhentos paus, mil paus... isso, a mim, faz-me falta" [Álvaro, G6].

Entre um e outro extremo, há todo um *continuum* de posições que traduzem alguma ambivalência relativamente à transição monetária. Muitos dos entrevistados referem a importância de preservar a memória do escudo através das notas e moedas que guardaram, ao mesmo tempo que salientam quão importante é o facto de Portugal participar na moeda única. Diria que, num tentame de generalização, o movimento é o seguinte: à afirmação de saudade da moeda portuguesa e da sua importância como símbolo nacional, sucede o rebate pela necessidade de a isso sobrepor as vantagens pragmáticas para o país:

"Eu tenho muitas moedas portuguesas, ainda, e notas. Porque aquilo nasceu comigo, eu, quando nasci, já existiam os escudos. Talvez eu seja um bocadinho antiquado, sou um bocadinho conservador. São muitos anos... Não, voltar não, ir para a frente, andar sempre para a frente. Porque o euro é para nos facilitar (...) na Europa, para qualquer negócio, para viagem, para o câmbio" [Virgílio, G2];

"Eu continuava com o euro. Sinceramente, para nós, é muito melhor. Nós não somos um país isolado, somos uma Comunidade Económica Europeia, por conseguinte, sob o ponto de vista económico e social, a coisa com o euro está

melhor. No entanto, guardo recordações do escudo, mas não é por eu guardar recordações do escudo que gostaria que voltasse, nós temos de evoluir, temos de andar. O euro deu-nos uma certa projecção a nível da Europa. Mas guardo, não para mim, para os meus netos, para verem as moedas e as notas que existiam no meu tempo, uma questão de lhes mostrar o que havia no meu tempo e depois eles se quiserem fazer qualquer termo de comparação, o que valia o escudo, o que vale hoje o euro, etc. Só apenas por uma questão, digamos, de recordação, porque de resto acho que voltar era, em vez de marcharmos em frente, regredirmos. E nós não estamos numa fase em que possamos regredir, pelo contrário, nós temos de avançar para fazer companhia aos outros países. (...) Regressar ao escudo, eu não regressaria, nem regresso, mas parece que para o país não seria nada benéfico" [Henrique, G2].

A ratificação generalizada da moeda europeia não deve fazer supor que há, para os portugueses entrevistados, um significado claro do euro enquanto moeda comum da União Europeia. Ao euro é atribuído significado apenas na medida em que implica a *pele* europeia de Portugal. E é na qualidade de *acelerador* da integração do país na Europa – entenda-se, de modernização de Portugal – que lhe é reconhecida utilidade suficiente para superar os incómodos da transição monetária e da perda da moeda-símbolo nacional. E, neste sentido, foram muitos os entrevistados que consideraram sentir-se mais europeus pelo facto de partilharem a moeda com outros povos europeus. Foram aduzidas várias explicações para esse sentimento de *comunidade* por via da moeda europeia: ser mais fácil a comparação, e até a equiparação, de preços e salários a nível comunitário; ter terminado a humilhação de a moeda portuguesa valer muito pouco e não ser aceite nos outros mercados; ter-se estimulado a consciência de pertença europeia:

"Odete – Eu acho que não, eu sinto-me essencialmente portuguesa, depois o europeu vem a seguir, quer com esta moeda, quer com a antiga, sinto igual.

Esmeralda – Eu sinto-me europeia, sinto, mas não é só pela moeda, já me sentia antes, não foi a moeda que... mas sinto-me europeia. (...)

Joaquim – Eu sinto-me um bocadinho mais europeu, sobretudo por podermos comparar e ver que estamos muito aquém dos outros, é mais fácil agora comparar" [Grupo 3];

"E sentimos, de certa forma, que cada dia que manuseamos aquelas moedas somos um pouco mais europeus" [Filipe, G1];

"Contribuiu para uma consciência europeia. Obrigou as pessoas a pensar mais... não somos só Portugal" [Hélder, G6];

"De facto, o euro acelerou a nossa integração... não há dúvida. Tal como a nossa entrada na Comunidade Económica Europeia em 1 de Janeiro de 1986 também o fez" [Carlos, G4];

"Eu sinto-me muito mais bem recebido em Espanha (...) se chegar lá e vir nas etiquetas o dinheiro que eu trago no bolso (...) ou seja, reconheço alguma coisa que é comum a Portugal. Antigamente não, chegava lá e via pesetas, pediam-me pesetas e eu tinha escudos. (...) Agora, com um preço que nos é familiar, de facto, faz-nos sentir mais integrados" [Rui, G4];

"Virgílio – Não, para mim só sempre português toda a vida.

Mariana – Ah, continua português, mas sente-se mais europeu, sente. Eu acho que o puxar a moeda... somos da Europa e eu acho que para quem pensar que são diferentes ou que são superiores, acho que está errado, nós vamos pagar com a mesma moeda e isso dá-nos uma consciência de mais igualdade. Podemos ter menos moedas, mas pagamos com a mesma. Ninguém nos pode discriminar, ou nós não nos devemos sentir discriminados, como sentíamos antes. Se íamos lá

fora e levávamos o dinheiro contado, tínhamos o escudo e ninguém o aceitava. A mim aconteceu-me. A gente sentia-se mal, o escudo ninguém o queria, nem que fosse uma nota de mil, ninguém o queria. Agora pela moeda já não nos discriminam.

Virgílio – Sim, mas somos sempre portugueses e o dinheiro é uma coisa à parte.

Mariana – Mas somos da Europa, claro. Quer dizer, somos sempre portugueses, nem eu quero deixar de ser portuguesa, por esse facto. Mas que já nos sentimos mais europeus, sim, num plano de mais igualdade. Eu acho, mas agora cada um sente com os seus sentimentos.

Virgílio – Mas eu não. Lá por ter uma moeda estrangeira, uma moeda europeia, não quer dizer ...

Mariana – Mas nós na Europa sempre estivemos. Portugal fica situado na Europa, sempre esteve, o mapa não mudou, está no mesmo sítio, portanto, Europa sempre fomos.

Henrique – O facto de ter a moeda europeia não... sou português e não me faz modificar literalmente nada. Eu não me sinto mais europeu, a moeda tornou-me a vida mais fácil se quiser transitar pelos vários países da Europa, isso sim. Mas agora dizer que veio modificar a minha maneira de ser como português, o amor à pátria, isso não. Por outro lado, eu tenho que me capacitar que, atendendo à situação económica que tem Portugal, que tem uma Espanha, uma França, uma Alemanha e os outros países que têm um poderio económico completamente diferente, eu tenho que me limitar àquilo que é ser português.

Mariana – Isso, em Portugal, nós também somos todos portugueses e uns têm mais do que outros e, por isso, não somos menos portugueses por termos menos dinheiro. Eu acho que também temos de nos ver já num âmbito... sem deixarmos de amar Portugal, os nossos locais, as nossas raízes, mas temos que criar uns conceitos mais alargados, não tanta fronteira, sem perdermos as nossas raízes e o local em que estamos inseridos, mas não separarmos tanto, porque em Portugal também há classes, os mais poderosos, os menos poderosos monetariamente e nem por isso, ao pagarmos um café, um tem os bolsos cheios de euros, eu posso ter só um e eu pago um café igual a ele e sou igualmente portuguesa" [Grupo 2].

Este último diálogo é muito interessante, porque nele é claramente enunciada a cumulatividade das pertenças nacional e europeia, assim como a percepção, por parte dos portugueses, de que a adesão à moeda única significou uma elevação estatutária que confirmou Portugal como país europeu – desenvolvido, moderno, *normal* – em estado de igualdade com os seus parceiros da União. O facto de ser dito que a desigualdade económica e social não limita o sentido de pertença, quer à pátria, quer à Europa, vem reforçar a ideia de que o atraso no desenvolvimento do país não deve inibir os portugueses de se sentirem e desejarem europeus, pressupondo que a europeidade não se mede em indicadores económicos, mas em partilha histórica e cultural. Por seu lado, quando Virgílio comete o lapso de apelidar o euro de "moeda estrangeira", é toda uma percepção subterrânea que emerge e se condensa nessa frase – na verdade, sem nunca ser enunciada de modo tão cristalino, esta é uma percepção que pressenti nos entrevistados que vincaram mais o seu lamento pela perda do escudo. Ou seja, pairou, por diversas vezes, em diferentes grupos, uma certa sugestão de que, bem ao contrário do lema da campanha do Banco de Portugal, o euro é a moeda que usamos, mas não é a *nossa* moeda. Sem o sentido de apropriação que se induz do possessivo, a moeda europeia representa um instrumento de troca e ameaça ser também a moeda que nos comprou: demos, em troca de um futuro garantido, o passado que segurávamos entre os dedos. No Grupo 6, há um diálogo com com um conteúdo próximo do anterior:

"Álvaro – Quando foi da passagem dos reis para os escudos não foi uma perda, está na nossa história. Depende do conceito que a pessoa tem [

Hélder – Sim, mas isso foi uma mudança nacional da monarquia para [

Flávio – Mas podes considerar esta portuguesa à mesma.

Rafael – Mas... não é [

Flávio – É uma questão de interpretação."

Um outro dado de relevo é a ideia de que os portugueses, partilhando o euro com os vizinhos europeus, deixam de sentir a humilhação de ver a sua moeda rejeitada no estrangeiro. Também noutros grupos foi focado este tópico e foram relatados episódios em que a depreciação da moeda portuguesa foi sentida como um rebaixamento da própria nacionalidade:

"Xavier – A nossa moeda em Espanha não era aceite, não tinha valor nenhum o escudo, eles rejeitavam. Uma vez (...) chegámos a Salamanca já perto da meia-noite e também não tínhamos pesetas. O tipo lá do restaurante: 'Ó pá, vocês comam, vou-vos matar a fome, ao fim façam as contas, que eu nem sei que moeda é essa', diz o tipo.

Rui – Escudo? Portugueses? [ar de desprezo]

Xavier – Era humilhante, isto" [Grupo 4].

Explorados os sentidos que emergem do processo de transição monetária, resta resgatar a dimensão omitida, silenciada e ignorada da moeda europeia. Entre milhares de palavras que foram proferidas nos grupos de discussão acerca do euro, muito poucas sublinharam o lado mais idealista da nova moeda, o que faz dela símbolo da unificação europeia, do projecto europeu e da identidade europeia. Apenas nas que de seguida transcrevo está presente essa leitura do euro como tributo simbólico da (re)construção do continente e a sugestão de que, por essa via, se está construindo também uma definição identitária que envolve a oposição ao que está *fora*:

"Eu penso que o euro também simboliza precisamente a unificação europeia, e acho que isto escapou um bocadinho, que é de alguma forma o reentendimento europeu. Nós temos de perceber que até meados do século XX a Europa era um espaço de guerras, que depois extrapolavam para o resto do mundo, mercê da influência que a Europa tinha. E o projecto europeu de integração tem precisamente, para além de outras questões, claro, não podemos ser apenas

idealistas, tem também uma questão de entendimento e de pacificação do continente. Eu penso que isto é de louvar" [Sérgio, G1];

"Para mim, o euro, para além de achar que inspira uma certa união e uma certa necessidade de mostrar os fundamentos da própria União Europeia e do porquê de estarmos a criar aquela moeda, ela pode ser também usada como uma arma contra os Estados Unidos" (Mónica, G1).

A quase ausência de capacidade de reflectir sobre questões europeias de um ponto de vista europeu sinaliza que, para os portugueses, como para outros povos europeus⁹⁹, a ideia de Europa continua a ser filtrada pelos *enjeux* nacionais. Ou seja, ainda que, vinte anos depois da adesão, a integração de Portugal na Comunidade Europeia seja para nós um dado indiscutido, o mesmo não pode dizer-se da incorporação da Europa nos quadros de pensamento do cidadão português. *Do lado de fora de nós*, a Europa continua sendo um enigma, no sentido em que nos escapam as ligações directas à descodificação do *ser europeu*, em que ansiamos reconhecer-nos. Mas é preciso dizer que ansiamos a Europa na exacta medida em que ela possa servir de trampolim à *normalização* e afirmação de Portugal. A Europa *per se* só aparece em lampejos, sempre entrevista nos interlúdios dos *affaires* nacionais. Por outras palavras, a Europa é mais forma do que substância, como se fora uma infra-estrutura económica, decapitada de ideias, de imaginário e de *alma*.

A obliteração da ideia de Europa nos discursos registados nos grupos de discussão é consonante com a análise dos restantes dados aí produzidos, nomeadamente com a associação imediata e espontânea do euro quer a questões de carácter prático (vantagens, facilidade ou dificuldade de uso, valor-referência), quer ao sentimento de perda pela extinção do escudo. Se, na verdade, a maioria dos entrevistados adopta o euro sem resistências e diz sentir-se, por isso, *mais europeu* – e o país mais integrado –, houve também

⁹⁹ Cf. Menéndez-Alarcón (1995).

um conjunto de pessoas que revelaram distância e alheamento em relação à moeda europeia e contrastaram-no com o forte sentimento que as ligava ao escudo. A conclusão mais geral que é possível retirar é que o euro é perspectivado com pragmatismo, dependendo a sua interpretação de um olhar que está focado em Portugal – e só taticamente na Europa. Disso é testemunho o seguinte excerto:

"Não voltava ao escudo porque se nós estamos realmente a caminhar para um Estado federal, não vale a pena estar a retroceder, isso seria negativo para o país, porque nós não temos condições de estarmos isolados, porque afinal temos o Atlântico de um lado e a União Europeia do outro, não é, o que é que nós vamos fazer? Virarmo-nos para o mar, nem por isso, então temos que nos associar àquilo que realmente pode levar a algum lado, nos pode, no fundo, ajudar" [Margarida, G6].

Pode dizer-se que há um manifesto europeísmo interessado, porque condicionado pelos interesses nacionais¹⁰⁰, como se o trajecto que desde há décadas fazemos em direcção à Europa fosse guiado por um mapa que apenas tem as coordenadas do *rectângulo*. É nesta perspectiva que o euro e a integração europeia são coisas boas para Portugal – porque nos sustentam à tona e nos garantem o engrandecimento *por associação*. Os portugueses parecem debater-se entre duas forças opostas: racionalmente, compreendem a vantagem da integração europeia do país e a necessidade de participar plenamente na construção europeia – e respondem positivamente, na primeira metade da tabela, a cada desafio que a UE se coloca: moeda única, alargamento, Constituição europeia. Emocionalmente, continuam a sentir a pátria como um vínculo determinante e insubstituível. É este tumulto que Rafael exprime:

¹⁰⁰ Vários estudos têm mostrado que nas atitudes face à unificação europeia, ou à moeda única, estão implicados factores vários, como o nacionalismo, o patriotismo, o patriotismo europeu e as expectativas económicas (cf. Deflem 1996; Müllers-Peters, 1998; Meier-Pesti, 2003). Sobre a importância de *ser Europa*, em Portugal e Espanha, e como isso se reflecte nas respectivas opiniões nacionais sobre a moeda europeia, ver Luna-Arocas (2001).

"A mim custava muito mais se um dia se lembrassem de acabar as bandeiras dos países e só há esta [da UE]. Não, isso não, impossível, eu tenho esta bandeira e fica sempre. Sim, mas a nível... a identidade portuguesa, o escudo, mas por mim não voltava. É só para dizer que a moeda tem uma função mais importante que a bandeira, sei lá, preciso do dinheiro para as minhas compras, a bandeira, pronto... é uma identidade, mas a mim custava-me muito mais ficar sem a minha bandeira" [Rafael, G6].

A identificação da moeda como função e da bandeira como identidade – "minha" e para "sempre" – ajuda a elucidar as interrogações com que se iniciou este capítulo. Ter a Europa nos nossos bolsos não equivale a *ser Europa*. Isto é, usufruir das vantagens da adesão e da construção europeia (a nível económico, político, cultural) não exige a adesão ao ideal do projecto europeu, pelo que não tem implicado os portugueses para lá da epiderme. Acresce que o entendimento do que é a Europa ou a europeização não é monolítico. Neste sentido, é tanto mais fácil aderir à Europa quanto mais o seu significado se encolhe nas dimensões económica e de orientação política geral (lembro que, nos discursos em análise, não é feita qualquer distinção entre a Europa e a União Europeia). Dito de outra forma, nada obsta a que se acumule a pertença europeia à nacional, mas não é, de todo, pacífica uma projecção da unificação segundo um modelo que sugira algo como um super-Estado-nação. Se, como me parece, aos portugueses é grata a identificação e auto-definição como europeus, em circunstância alguma se perspectiva que assumam foros de exclusividade. A adopção de uma segunda pele com as cores europeias surge, assim, como uma estratégia simultaneamente instrumental, utilitária e estatutária, na medida em que acoita uma finalidade terceira, que é a garantia de desenvolvimento e modernização do país, a consequente elevação estatutária no palco europeu e internacional e, com isso, o acesso aos meios de manutenção da independência e *personalidade histórico-cultural* – isto é, a "função" assegura e confirma a "identidade".

Nesta lógica, na mobilização nacional em direcção à Europa oculta-se a via subterrânea que traz de volta: faz dos portugueses mais portugueses porque mais europeus. Uma última nota para enfatizar que não deve ser lida nesta análise qualquer tentação de fazer do percurso português na Europa um caso particular ou excepcional. Pelo contrário, não estou nada convencida de que, com as devidas modulações históricas, políticas e sociais, não se encontre, em boa parte da população dos outros Estados-membros, opiniões similares às aqui analisadas¹⁰¹. É essa a avaliação que Alain Dieckhoff (2001: 271) faz da situação à escala europeia: "o apoio maioritário de que a unificação europeia beneficia não deve ser objecto de uma interpretação errónea. Ele não provém nem de uma consciência europeia, nem de uma identificação pós-nacional, antes explica-se por um conjunto de interesses estritamente nacionais".

¹⁰¹ Foi realizado um grupo de discussão que reuniu quatro estudantes universitários estrangeiros, a estudar na Universidade do Minho ao abrigo do Programa Erasmus. Os dados empíricos recolhidos não foram utilizados nesta tese, por uma questão de economia e lógica do texto, mas não deixa de ser interessante apontar algumas ideias que nele se produziram. É curioso verificar que, em tópicos como a identificação com a Europa, a cidadania europeia e a moeda europeia, esses estudantes mantiveram um discurso muito próximo do que foi, em geral, o dos cidadãos portugueses. Assim, por um lado, dizem sentir-se europeus, por outro, manifestam um forte sentimento de orgulho e pertença nacionais. Por exemplo, respondem enfaticamente que não quando questionados se sentem a bandeira da UE como a sua bandeira, acrescentando o vínculo emocional que têm com as bandeiras nacionais: "A nossa bandeira é um símbolo muito forte do nosso povo" [Rikka, G7]. A Europa é associada à trama político-económica e à facilidade de viajar sem fronteiras. Se consideram que a unificação europeia foi muito positiva, também lamentam a aceleração dos últimos anos e a incapacidade de lidar, com sucesso, com muitas mudanças simultâneas como o alargamento, a união monetária e a imigração. Relativamente à moeda europeia, é vista de um ponto de vista prático, como facilitadora de transacções e viagens, mas, ao mesmo tempo, lamenta-se o fim das moedas nacionais, em relação às quais havia uma ligação afectiva como repositórios da memória nacional: "É a história nacional do dinheiro (...) quando se está a comprar vemos que este dinheiro vem de há muito tempo atrás" [Ozzy, G7]. O sentimento de identificação com a Europa surge sobretudo quando se está fora dela, quando se chega a um aeroporto vindo do espaço extra-comunitário: "Se formos para fora, para os Estados Unidos ou... então sentimo-nos mais ligados a esta moeda [o euro]. Os meus amigos americanos acharam que foi uma coisa em grande quando mudámos de dinheiro, foi uma coisa extraordinária e nós não vimos bem isso... (...) Estive um ano nos Estados Unidos e aí senti-me europeia (...) e senti-me muito orgulhosa de ser europeia." [Anu, G7]; "Quando se viaja para um país estrangeiro, por exemplo, quando vim da Finlândia para Portugal, porque encontramos um dinheiro que nos é familiar, sentimo-nos um pouco mais em casa" [Rikka, G7]. A cidadania europeia é irrelevante para os participantes no grupo: "Nunca pensei nisso" [Rikka, G7], "Nem sei bem o que é" [Lucie, G7].

CONCLUSÃO

"Pode fazer-se ciência a partir do ódio a uma causa ou a um conjunto de pessoas.

Pode fazer-se ciência a partir do amor a uma causa ou a um conjunto de pessoas.

Podem alcançar-se, a partir do ódio ou do amor, resultados científicos idênticos."

Gonçalo M. Tavares (2006)

Quem classifica classifica-se, disse Pierre Bourdieu. Com este anátema sociológico sobre mim, perguntei-me, amiúde, no curso deste trabalho, em que lugar estou nas réguas das identidades e com que voz falo e faço falar. Tentei silenciar as respostas, na tentativa vã de sacudir de mim o objecto, mas não posso dizer que desconheça os *estremecimentos*, as injunções e as perplexidades com que me defino, no lugar e no tempo em que vivo. Quando se escolhe um objecto de pesquisa para nos acompanhar durante cinco ou mais anos, o critério da indiferença não serve como justificação. Sei bem de onde me chegou o encantamento pelo tema e como tratá-lo a este nível foi uma batalha contra a mesmidade monolítica das identificações. A felicidade deste trabalho seria que, *amado* ou *odiado*, o objecto tivesse escapado à contaminação das auto-gnoses. Tenho muitas dúvidas. Parece-me cada vez mais certa a suspeita de Stanley Tambiah (1996: 142):

"Como historiadores e antropólogos, sabemos que as tradições são inventadas, que as genealogias e as histórias são construídas e manipuladas, que o nacionalismo étnico pode ser imaginado e que as conversões religiosas são comuns: estes processos são os vínculos de uma existência humana dinâmica, contingente e sem destino definido. Mas os actores socializados nestas pretensões (...) tomam como reais estas ligações inscritas nos seus corpos e almas e que servem de bússola das suas vidas. E eu não tenho a certeza de que nós, os intérpretes, sejamos nas nossas vidas alheios a estas estruturas do sentimento e da experiência".

Trabalhar a relação de Portugal com a Europa – e, sobretudo, concluir algo sobre isso – parece-me, nesta etapa final, tarefa esmagadora, tal a amplitude de sentidos que nela se cruzam e o modo *desordenado* como se contradizem e opõem. Hoje, a Europa é o *outro significativo* indiscutível de Portugal – mas poderia acrescentar que, na verdade, o foi sempre. Isto implica que tenhamos, na análise do tema, a preocupação de não proceder a recortes arbitrários que volatilizem o enraizamento histórico das relações sociais e culturais objectivas. É, pois, fundamental, manter em perspectiva o lastro profundo que a ligação europeia deixou em quase nove séculos de história. Aparentemente, o que há de mais saliente na forma como a ideia de Europa se tem fixado no imaginário nacional é o modo oscilante das formulações a seu respeito. Por um lado, deparamos com a omissão e a ausência da Europa no *corpo de reflexão* nacional. Do século XVI a finais do século XX, privado, pelo encadeamento de decisões da sua elite dirigente, de participar nos movimentos políticos, económicos, culturais e sociais que refundaram a Europa do Centro e do Norte, Portugal desenvolveu um enquistamento que se deveu, sobretudo, ao sequestro do pensamento livre. Fechado, inculto e atrasado, o país era solo fértil para a erupção de messianismos, providencialismos e excepcionalismos, que divisavam no destino português e na sua outorga divina aquilo que não era mais do que consequência de séculos de canibalismo cultural¹⁰², atraso económico e rapinagem política. Nesta matriz de ensimesmamento, as fronteiras de Portugal não são tanto as que o delimitam de Espanha ou do oceano, como as que o fecham no círculo místico da saudade, da missão universal do Quinto Império, da genuinidade da pátria lusa ou da vocação tropical. Este é o país-ilha que olha com indiferença e torpor o que está fora de si e que se manteria tanto mais original quanto mais se mantivesse alheado do bulício da *civilização moderna* que lançava os seus engodos do outro lado dos Pirinéus.

Por outro lado, encontramos, em alguns sectores da *intelligentsia* nacional, uma obsessão pela ideia de Portugal como país-amputado. Para estes autores, o *desvio* secular do país, que consistia na rejeição do modelo

¹⁰² Cf. Real (2007: 15-16, 97-101).

européu, era visto como um descentramento ofensivo da pátria em potência. Realinhar o país com a Europa é, nesta perspectiva, um imperativo patriótico, por ser a derradeira forma de fazer do Portugal-*promessa-não-cumprida* um país realizado e dos portugueses um povo *normal*. Combatendo a versão da especificidade portuguesa e assumindo a tarefa de iluminar os caminhos de redenção futura da pátria, as sucessivas gerações de intelectuais críticos vêm problematizando a relação de Portugal com a Europa no sentido de substituir o fechamento pela abertura, a ruptura pela continuidade, a incompletude pelo complemento.

Como interpretar as interpretações que se vêm produzindo sobre o país? Como decifrar as ficções que inventam a pátria? Penso que, entre o complexo pombalino, "que eleva a Europa a destino e sentido de Portugal" (Real, 2007: 14) e insiste na visão severa de que somos uma nação inferior, anacrónica e esgotada, e o complexo vieirino (*idem*: 13), que nos hipostasia como nação superior e eleita, vanguarda e esplendor do mundo, há lugar para descortinar um vasto território de modulações que se apresentam sob a forma de ambivalências, contradições e ambiguidades. Quero com isto dizer que o quadro de representações que se vem formando sobre Portugal não fica completo se apenas for mencionada a disposição pendular entre opostos que é, sem dúvida, uma das realizações mais arreigadas da reflexividade nacional. Nesse corpo interpretativo, são persistentes as lógicas duais, mas uma análise mais detalhada mostra como essa retórica da oposição carrega dentro de si uma semântica mais próxima do oxímoro, da fusão de contrários, do que da mera contradição. Ou seja, a compreensão da relação de Portugal com a Europa seria muito mais limitada se não se atendesse ao elevado grau de ambiguidade que a perpassa.

A ambiguidade com que, estruturalmente, a Europa é pensada em Portugal – seja atravessada pela omissão, seja marcada pela oscilação entre contrários – leva-me a questionar de onde vem tal forma de definição e acção nacional. Inegavelmente, o modo auto-referencial como se construiu e sedimentou a história de Portugal consigo e com o (um certo) mundo concorreu para a cortina espelhada que se interpôs entre o país e o seu *fora*

durante vários séculos. Há algo de altanaria (mas também de tibieza e de humilhação) no gesto de Portugal se fechar sobre si, como se o mundo percorrido pelos seus, em vagas imensas de emigração, só existisse para suprir precisões. Mas há, também, um sinal nítido da percepção aguda do *lugar contraditório* que Portugal ocupa no sistema mundial¹⁰³. A posição semi-periférica e a correlativa "imaginação do centro" cobram um preço elevado em termos de auto-representação identitária: a ambivalência e a ambiguidade. Boaventura Sousa Santos atribui à posição intermédia de Portugal no sistema mundial a tendência para a distorção na análise da sociedade portuguesa, seus recursos, organização social e cultura. O desconhecimento acerca do lugar díspar que o país ocupa, partilhando elementos tanto da fracção mais desenvolvida, como da menos desenvolvida do mundo, e do papel do império colonial nessa configuração de interposição tornaram o país em "campo fértil de análises míticas e de estipulações de exotismo, que são, neste caso, efeitos da inadequação dos instrumentos analíticos" (Santos, 1994: 53). O facto de, na sociedade portuguesa, se articularem "práticas sociais e universos simbólicos discrepantes, que permitem a construção social, tanto de representações do centro, como de representações de periferia" (*idem*: 59) produz um contexto de indefinições que acabam sendo alavancas poderosas de *desejo do centro*, mas sem que se suprimam as estruturas maleáveis da condição semi-periférica.

É possível avançar, ainda, com outra interpretação acerca da natureza ambígua da conexão de Portugal com a Europa. Refiro-me à ideia, do filósofo José Gil (2005: 18, 50), de que Portugal é um país de "não-inscrição", onde "nada tem realmente importância, nada é irremediável, nada se inscreve. E se tudo se desenrola sem que os conflitos rebentem, sem que as consciências gritem, é porque tudo entra na impunidade do tempo – como se o tempo trouxesse, *imediatamente*, no presente, o esquecimento do que está à vista. (...) O português não faz o luto, deixa os objectos do quarto do morto no mesmo lugar". Ainda que a formulação de José Gil possa incorrer no logro

¹⁰³ Acumulam-se no país a automarginalização secular e a marginalidade por relação à *Mittel Europe*. Há, nessa relação, uma escala que faz uns mais e outros menos europeus. A própria ordem de entrada para a Comunidade/ União Europeia é disso indício ao desenhar um mapa em que a distância ao centro diz qualquer coisa sobre o carácter europeu de cada país (cf. Lourenço, 1994b: 40).

da generalização e tenda a fixar o que é, de facto, dinâmico e complexo, o conceito de *não-inscrição* revela-se útil como síntese do efeito histórico, recentemente acentuado pela ditadura salazarista, de obnubilação da controvérsia, da discussão e da dissensão. No que respeita à Europa, isso é particularmente nítido na ausência de um debate nacional legitimador das opções tomadas. Só pode *inscrever-se* o que ocupa, com tenacidade e arrojo, o espaço público e, no que à Europa diz respeito, esse é um debate frouxo e circunscrito à *Europa económica*, dos números e das obrigações – o que coincide, precisamente, com a representação da Europa que emerge dos dados empíricos recolhidos nos grupos de. A não-inscrição da questão europeia em Portugal equivale a dizer que *estamos na Europa, mas a Europa não está em nós*, senão superficial e instrumentalmente. A experiência europeia parece ser, para os portugueses, um rumo desejável e inevitável, exigindo, ao mesmo tempo, uma implicação mínima, como se, na orquestra europeia, executassem os movimentos dos músicos sem produzirem nenhum som. Diz Eduardo Lourenço que "Portugal quer estar dentro e fora dessa Europa que escolheu, que não podia não ter escolhido" (1994b: 181), mas estamos "embarcados na *nau-Europa* sem nos termos jamais preocupado nem com a natureza nem com a finalidade da viagem" (1994a: 150).

Ao enfatizar o modo ambivalente como o país lida com a sua pertença europeia, não quero que subsista qualquer sugestão de que há nisso algum traço essencial, exclusivista e invariável; pelo contrário, espero que a tese que apresento permita explicitar como em causa estão processos de construção social da identidade e como o que vem sendo nomeado sob o conceito de identidade nacional resulta de um longo processo que envolve, pelo menos, três vectores: 1. as relações de força entre grupos com recursos e estratégias de mobilização desiguais e concorrentes, nomeadamente, as elites políticas e intelectuais; 2. as sedimentações e rastos da memória colectiva, que a história (e a historiografia) configura e legitima, e que pontuam a paisagem temporal da nação de eventos míticos e unificadores; 3. a inércia e a potência das classificações macrosociológicas que a modernidade engendrou, de que resultaram as modalidades fortes da

identidade (cf. Gatti, 1999b), isto é, as divisões sociais sólidas, rígidas e endurecidas que formataram a subjectividade moderna.

O que me interessou neste trabalho foi proceder à desconstrução das figuras da presença europeia na identidade nacional. Para isso, foi necessário ir em busca das imagens-tipo da Europa que compõem o catálogo da identidade portuguesa e inquirir acerca do modo como se derram(ar)m nos discursos *banais* e quotidianos. Com base nos pressupostos de que o imaginário é a matéria de que as nações são feitas¹⁰⁴ e de que, na senda dos teóricos modernistas da nação, o sentimento nacional é uma realidade social estrategicamente objectivada desde o século XIX, é possível manter a alegação de que o *corpo imaginário português* resulta da confluência da generalização das tematizações consagradas nas produções literárias e ensaísticas à maior parte da população (onde cabe destacar o papel determinante do aparelho educativo e dos *media*) e da absorção, reelaboração e reprodução desses mesmos tópicos nos discursos produzidos pelos agentes sociais.

Isso mesmo foi possível concluir da análise das representações dominantes presentes nos discursos dos participantes nos grupos de discussão. Aí se encontram reeditadas as ideias basilares da configuração portuguesa – vocação atlântica, grandeza do passado, colonização benigna, orgulho/ desprezo pela pátria, inferioridade/ superioridade do país, Europa como fulcro de modernização e desenvolvimento, riscos de dissolução do *ser* nacional – num isomorfismo de padrões que, apesar das notas de *aggiornamento*, não oculta a matriz geradora. Do mesmo modo, retém-se do discurso comum a mesma noção de que a Europa é uma ausência e que, quando convocada, permanece *de fora*, desabitada e desencarnada, associada ao lado material da vida e quase nunca ao ideal. Pode, pois, dizer-se que se escutam, no discurso comum, as reverberações das construções mítico-ideológicas sobre Portugal e que é certo que estas persistem incrustadas na *(in)consciência* nacional. Cabe, todavia, perguntar como se mantêm tão vívidas estas cristalizações identitárias, tendo em conta que o

¹⁰⁴ Paráfrase a David Kertzer (1988: 6) que diz: "o simbolismo é a matéria de que as nações são feitas".

país passou, recentemente, por momentos refundacionais ponderosos e intensos, como foram a revolução, a descolonização, a instauração da democracia e a integração europeia.

A afirmação de que a relação de Portugal com a Europa é marcada pela ambivalência não deve ser entendida de modo linear, mas, antes, deve ser tida em consideração a teia complexa de significados que pavimenta o caminho que fazemos até à Europa, como ideia e como entidade política. Vimos que a atitude dominante dos portugueses é de apoio face à integração europeia, em duas vertentes: 1. a UE é o lugar lógico de Portugal, porque sem o seu resguardo Portugal não teria alcançado o desenvolvimento e a estabilidade política das últimas décadas; 2. para lá da própria integração portuguesa na UE, os portugueses mantêm um nível considerável de apoio à construção europeia. Mas vimos, também, que os portugueses estão entre os europeus onde são mais elevados os níveis de indiferença e desconhecimento relativamente às questões europeias. Na verdade, os portugueses parecem gerir cuidadosamente o seu grau de implicação na experiência europeia – e essa gestão faz-se destilando os elementos segundo o critério do interesse nacional. Ou seja, o processo de construção europeia é, permanentemente, filtrado em função do sentido que tem para o país. Isso mesmo pode confirmar-se na forma como os portugueses se posicionam face à moeda europeia: o euro só tem significado *do ponto de vista português*, enquanto rito de passagem na re-negociação do lugar de Portugal na arena europeia e mundial. Aliás, pode dizer-se que, no período recente da história nacional, a conexão à Europa é toda ela atravessada pela equação entre benefícios e perdas e, em suma, pelas possibilidades oferecidas de afirmação, ascensão e melhoramento. Daí a instrumentalidade com que se estabelece a ligação à Europa.

No momento em que os portugueses se vêem confrontados com a realidade das identificações plurais no quadro nacional-supranacional, é quando percebem a contingência dos seus vínculos à pátria e ao projecto europeu. Isso resulta claro no modo como reafectam as lealdades devidas aos símbolos: ao mesmo tempo que, em geral, adoptam com serenidade a

moeda europeia (como signo da bem sucedida europeização do país – ou ilusão dela – e não do ideal de unificação europeia), opõem-se a qualquer ensejo de substituição da bandeira nacional pela europeia, possibilidade que parece situar-se no domínio do impensável e do inadmissível. Moeda e bandeira parecem-me ser preciosos condensadores do realinhamento das lealdades que a recente *rotação europeia* da identidade portuguesa sofreu: por um lado, a identificação pragmática, racional, superficial e utilitarista com os emblemas europeus, por outro, a identificação emocional, pertinaz e intensa à pátria. Ou seja, as novas mobilizações, exigidas pelas novas pertenças, são condicionadas em função de lutas veladas pela *definição adequada* de *ser português*, de entre as identidades disponíveis. Arrisco dizer que, por entre as recentes indagações do que os portugueses querem ser, estamos diante de uma identidade equivocada, porque queremos a Europa, mas só a Europa que queremos, a Europa que, por nos *europeizar*, nos devolve a posição paritária a que aspiramos, que achamos nos é devida.

A questão crucial é, aqui, a da astúcia com que é gerida a dimensão europeia na auto-definição nacional. No campo sociológico da identidade, a astúcia qualifica a acção de transitar habilmente entre territórios previamente delimitados, evitando ter de estabelecer residência fixa em qualquer deles. Isto é, quando se instala a possibilidade das identidades abertas, plurais e optativas, torna-se uma questão de sobrevivência a habilidade para deslizar estrategicamente entre pertenças, derivar umas das outras e dissimular, se necessário, as que são contextualmente embaraçosas. É neste sentido que é possível dizer que, para os portugueses, estar na Europa não equivale a *ser* Europa, tanto por saberem que o país fica aquém do limiar de desenvolvimento que imaginamos ser o europeu, como por resistirem à possibilidade de a europeização desencadear uma des-portugalização, uma menorização do estatuto de soberania cultural da pátria e de subtracção das especificidades do *ser* português. Atravessados por sentimentos e imagens duais relativamente à Europa, os portugueses praticam a astúcia selectiva: escolhem da Europa as parcelas que vão ao encontro do projecto nacional. O significado que é dado ao processo de integração europeia é, assim,

permanentemente negociado em função do ângulo de leitura que é dado pelo *enjeu* nacional. É neste sentido que projecto nacional e projecto europeu se tornaram indissociáveis: para os portugueses, não há futuro para Portugal fora do quadro europeu (embora não lhes interesse o futuro europeu senão na medida em que afecta o rumo português). Já não é possível que a "comunidade imaginada" em que se revêem não incorpore a *fraternitas* europeia, como também não é possível que as fronteiras que marcam o limite da pátria sejam irrelevantes – imaginamo-nos europeus para reconhecermos que, como portugueses, valem a pena. Mas só nos reconhecemos como europeus asseverada a segurança ontológica da nacionalidade. O que queremos ser no futuro é mediado tanto pelo complexo do atraso, como pelo vigor com que nos vemos hoje a acompanhar o ritmo da modernidade. O que nos move é a certeza de que, tendo sido aceites na Europa, só a expulsão do *éden* nos faria regressar ao *Portugalzinho* de Alexandre O'Neill: estreito, medíocre, irrisório e resignadamente só.

Por isso mesmo, não é rigoroso falar-se numa camada europeia que se acrescenta à portuguesa – a fórmula não é meramente aditiva, porque há lugar a intersecções e fusões que indiciam como se articulam os níveis nacional e supranacional das identificações colectivas, num precipitado sincrético ainda pouco explorado e para o qual não temos ainda nomes, conceitos ou mapas de reconhecimento válidos e clarificadores. Não devemos, todavia, deixar-nos iludir pelas aparências da recomposição identitária acima referida. O facto de se perfilar um patamar supranacional de identificação não significa que o nível nacional esteja em perda. Pelo contrário. Como vimos, às tendências unificadoras reagem as comunidades com enquistamentos identitários e sincretismos que se apresentam como revivalismos e reinvenções.

No que diz respeito à esfera do Estado-nação, ele parece continuar a ser o depositário das lealdades primeiras e um mecanismo de protecção contra as incertezas, apesar da delapidação a que fica sujeito com a voragem globalizadora e a contraposição do local. Vimos, com Anthony Smith (1997, 1999) e Alain Dieckhoff (2001), que não há resposta para o paradoxo entre a

tenacidade dos sentimentos nacionais e a fragilização dos Estados num contexto de globalização. Mesmo a hipótese de que as novas configurações identitárias pós-nacionais poderão ter por fundamento a noção habermasiana de "patriotismo constitucional" (Habermas, 2000) não resiste ao facto de a cidadania, tão moderna quanto a identidade, se revelar insuficiente a ligar solidariamente os membros de uma sociedade. O laço contratual da cidadania não substitui o vínculo subjectivo de pertença à comunidade nacional. É, pois, difícil contornar de modo convincente o poder mobilizador das pertenças nacionais, mais ainda quando, na Europa, por efeito da unificação, "uma parte significativa da população europeia tende a afirmar as suas nações contra os respectivos Estados, considerados cativos da supranacionalidade europeia" (Castells, 2003b: 446). Em contraste com a globalização da economia e a europeização da política, "os cidadãos entrincheiram-se nos seus países e cada vez mais consolidam as suas nações. O nacionalismo, não o federalismo, é a evolução concomitante da integração europeia" (Castells, 2003b: 448-449).

De facto, a questão da *identidade europeia* não pode ser dissociada do próprio processo que tem permitido a unificação do continente europeu. Na sua configuração *sui generis*, a UE concorre tanto para pôr em comum, como, ao inverso, para nacionalizar, na medida em que, para lá da vocação comunitária, funciona como instrumento de sobrevivência e engrandecimento dos Estados-nação. Mais sólido do que a retórica do ideal europeu é o estatocentrismo que enforma a UE enquanto associação de conveniência entre Estados que visa preservar soberanias, acautelar interesses nacionais e otimizar recursos económicos e de poder (cf. Ham, 2001: 4; Menéndez-Alarcón, 1995: 554). Logicamente, esta dualidade condiciona a percepção dos indivíduos, que confrontam a crescente des-soberanização e o (ainda incipiente) nacionalismo europeu com manifestações de indiferença e, mesmo, de oposição à construção europeia. Assim, ao mesmo tempo que, com cada vez mais propriedade, se pode falar em *sociedade europeia* (no sentido que lhe atribuiu Émile Durkheim (*apud* Delanty, 1998), isto é, como organização social, de valores e modos de vida, dotada de auto-consciência

e partilhada por centenas de milhões de habitantes do continente europeu), é arriscado atestar que daí deriva, de forma unívoca e pujante, uma *identidade europeia*¹⁰⁵. Essencialmente, porque está ausente dessa modalidade pós-nacional de identificação a dimensão afectiva e emocional: a Europa não comove ninguém. Diz Hagen Schulze (1997: 309) que "é manifesto que os argumentos a favor da Europa afectam a inteligência, enquanto os argumentos contra mexem com o coração". Os argumentos contra são, invariavelmente, os argumentos pela nação. E um dos mais fortes argumentos contra as forças homogeneizadoras é a exaltação das especificidades das culturas nacionais e regionais – "quanto mais a nossa sociedade parece reduzir-se a uma empresa em luta pela sobrevivência num mercado internacional mais se generaliza também a obsessão de uma identidade" (Touraine, 1994: 13). A construção europeia parece caminhar para a dissociação de lealdades: à comunidade de valores políticos (democracia, direitos humanos, Estado social, Estado de direito) e de ordenamento jurídico de dimensão europeia alia-se a pluralidade de culturas, imaginários e laços emocionais à escala nacional e regional.

O facto de este trabalho ter sido conduzido da *dimensão europeia da identidade nacional* até à identidade europeia deve fazer pensar acerca da volubilidade do próprio conceito de identidade, da sua vocação para tornar-se num palimpsesto e, sobretudo, levar a questionar acerca do poder de constituir realidades, que é inerente aos discursos identitários. Afinal, o que fazemos com as identidades? O que fazem os agentes sociais com as identidades colectivas, como consomem e re-activam o que se lhes oferece em termos de pertença e identificações? Há, seguramente, capacidade de trabalhar as ideologias (também as identitárias) emanadas de cima, de acordo com os interesses colectivos e individuais (cf. Herzfeld, 2002). A interiorização e a reelaboração do discurso mítico-ideológico pelo cidadão comum potenciam o uso utilitarista, calculista e descartável daquilo que as

¹⁰⁵ "O nacionalismo exprime-se com um vigor renovado precisamente no momento em que os homens se assemelham cada vez mais. (...) Mas esta crescente similitude, porém, alimenta de forma contraditória uma necessidade de distinção exacerbada. (...) A visão ingénua, que defende que o crescimento contínuo das trocas económicas e sociais entre os homens, o desenvolvimento da informação e das viagens conduzem ao esbatimento das barreiras políticas, religiosas e comunitárias, é alvo de um claro desmentido histórico" (Dieckhoff, 2001: 25, 29, 31).

pertenças colectivas oferecem. Cada um pode perceber como, na sua experiência pessoal, é viável fazer escolhas, implicar-se minimamente e munir-se de maleabilidade nas relações de partilha e exclusão que estabelece. E, sobretudo, como pode manejar tacticamente as categorias a partir das quais se operam as classificações sociais. Ora, no cenário das identidades múltiplas e compostas que se desenha no espaço europeu, sabe-se o que temos feito: acomodamo-nos às perturbações induzidas pelo processo de globalização. Isto significa que tendemos a activar a astúcia de deslizar entre categorias e de escapar às "modalidades fortes da identidade", para passarmos a habitar os interstícios, as fronteiras entre elas, naquilo que Gabriel Gatti (1999a e b) designa como "modalidades débeis da identidade". O estiolamento das categorias fortes, visíveis e permanentes da identidade é produto dos constrangimentos e incitamentos à ambivalência que a condição pós-moderna assaca aos sujeitos: não ser senão o que se escolhe ser.

Libertas das grilhetas mais pesadas dos sistemas classificatórios que puseram cada um em seu lugar no período moderno, as identidades vivem-se hoje no modo conjuntivo. Delas se espera que cruzem fronteiras e que se aninhem nos limites entre categorias – são identidades em trânsito, como os *Navios-Nações* de que falava Fernando Pessoa. A debilidade que lhes atribui Gabriel Gatti é apenas conceptual, como contraponto ao carácter fixo das definições identitárias fortes que a modernidade plasmou nas categorias do Estado-nação e indivíduo-cidadão. Na verdade, não se trata de fragilidade, mas, ao contrário, do reconhecimento de que a elasticidade e liquidez de tais formas identitárias constitui uma estratégia para lidar com um enquadramento inconsistente e em mutação. Nas palavras de Ramón Ramos (*apud* Gatti, 1999a: 18), "o sujeito ambivalente define a sua problemática de forma deslizante, sobre o fio: é um contrabandista que cruza continuamente a fronteira". E ao fazê-lo "assume todas as identidades disponíveis" (Canclini *apud* Gatti, *idem*). O facto de ser possível jogar com as identificações, e não apenas ser tomado por elas, permite ao sujeito compor identidades liminares por onde circula sem deixar de saber quem é. Digo que são, por isso, identidades irónicas, que associam ao seu lado precário, exotópico,

transitório e fluido a destreza de superar as classificações fatais e as divisões primordiais – Georg Lukacs (1963: 70) fala da ironia como "auto-correcção da fragilidade". Nesta lógica, a fraqueza das identidades híbridas e temporárias é também a sua força, pelo que as qualidades de ambiguidade e ambivalência são um recurso estratégico e não um impedimento.

Esta proposta teórica só é, todavia, de alguma utilidade se se acrescentar à questão acima formulada (o que fazemos com as identidades?) uma outra: de onde vêm as identidades? Tendo em mente que classificações, (auto e hetero) definições, identificações e exclusões são edifícios que se montam com a arquitectura do poder, é conveniente reconhecer que muitos dos traços são desenhados pela teorização e codificação científicas. O mundo intenso das identidades não pode ser convenientemente interpretado se não se vir nele o trabalho de observação, análise, nomeação e representação das próprias ciências sociais, que assim produzem "mapas que podem ser mais reais do que o território que cartografam" (Gatti, 2003: 183). É neste sentido que as identidades adquirem substância e se materializam como carapaças que definem espaços de acção individual ou colectiva: "desta convivência entre as ciências sociais e a identidade deriva um poder forte e estranho, que desconcerta: as primeiras constroem representações para conhecer a segunda e quando essas representações se tornam verosímeis os agentes sociais instalam-se nelas ao ponto de as converterem no seu lugar de vida. Poder performativo, sim, o das ciências sociais: diferenciam, naturalizam, tornam as coisas visíveis. (...) Dizem tanto [a identidade], que a fazem"¹⁰⁶ (*idem*: 178).

É assim que volvemos ao ponto inicial do círculo: recortadas e classificadas, ordenadas em tipologias, as identidades perdem o fulgor *selvagem e autêntico*, para se converterem em categorias reificadas e reificantes. É quando as ciências sociais tocam a rebate pelos perigos de essencialização e encetam a batalha pela desconstrução, alertando incansavelmente para os processos de naturalização da arbitrariedade das

¹⁰⁶ Nas palavras de Albertino Gonçalves (2000: 338), "os discursos de identidade são (...) discursos performativos. Geram a realidade que anunciam. (...) comportam uma capacidade, uma potência notável de mobilização (ou de imobilização)".

identidades colectivas. Mas seria excessivo e insensato imputar às ciências sociais todos os efeitos de cristalização que advêm das definições identitárias; antes de serem codificações, as identidades são emblemas e aparelhos de poder – e isso é especialmente claro quando se trata da encenação nacional. Mais certo é dizer que se sustentam mutuamente, as invenções mais fatais da modernidade, nação e identidade, escudadas pelas formulações imprescindíveis que a ciência social vem fornecendo. Sem esta *federação teórico-prática* não saberíamos dizer que somos hoje portugueses e europeus, tão-pouco saberíamos que não podemos dizer-nos portugueses sem a ilusão de sermos também europeus.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (1990) *Corpo e Espírito da Europa. A Dimensão Ética*, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa: Editorial Verbo.

AA.VV. (1996) *Portugal e a Europa. 50 Anos de Integração*, Lisboa: Centro de Informação Jacques Delors.

ABREU, Luís Machado (2001) "A Filosofia Portuguesa e a Europa" in David Barker (dir.) *A Europa: Realidade e Fantasia. Uma Colectânea de Ensaio*s, Aveiro: FCT/CILC-UA.

ALMEIDA, José Carlos (2005) *Celebrar Portugal. A Nação, as Comemorações públicas e as Políticas de Identidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000) *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA GARRETT, João (s.d. [1830]) *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa: Livros Horizonte.

ANDERSON, Benedict (1991) *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres e Nova Iorque: Verso.

ANDRADE CORVO, João (2005) [1870] *Perigos. Portugal na Europa e no Mundo*, Porto: Fronteira do Caos.

ARMSTRONG, John (1982) *Nations before Nationalism*, Chapel Hill: University of North Carolina.

BAILEY, Carol A. (1996) *A Guide to Field Research*, Thousand Oaks: Pine Forge Press.

BAPTISTA, Maria Manuel, ed. (2005) *O Outro Lado da Lua. A Ibéria segundo Eduardo Lourenço*, Porto: Campo das Letras.

BARROSO, Pedro (2005) *A História Maravilhosa do País Bimbo*, Lisboa: Edição Calidum.

BASSELAAR, José van den (1983) "Introdução" in António Vieira, *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*, Lisboa: Biblioteca Nacional.

BASTOS, José Gabriel Pereira (2000) *Portugal Europeu: Estratégias Identitárias Inter-Nacionais dos Portugueses*, Oeiras: Celta Editora.

BAUMAN, Zygmunt (2004) *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity Press.

BECKER, Felix (1999) "A Europa e a questão alemã na política de Konrad Adenauer" in Sérgio Campos Matos, *A Construção da Europa. Problemas e Perspectivas*, Lisboa: Edições Colibri.

BILLIG, Michael (1995) *Banal Nationalism*, Londres: SAGE.

BOISSONAT, Jean (2001) *Europ€, Année Zero*, Paris: Bayard.

BORGES DE MACEDO, Jorge (1988) *Portugal-Europa: Para Além da Circunstância*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BOTELHO, Afonso (1990) *Da Saudade ao Saudosismo*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

BOURDIEU, Pierre (1997) *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta Editora.

BREUILLY, John (1990) *Nacionalismo y Estado*, Barcelona: Pomares-Corredor.

BRUBACKER, Roger (1996) *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.

CABECINHAS, Rosa e CUNHA, Luís (2003) "Colonialismo, identidade nacional e representação do 'negro'", *Estudos do Século XX*, 3, 157-184.

CABRAL, Manuel Villaverde (1992) "Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças", *Análise Social*, vol. XXVII (118-119) (4º-5º): 943-954.

CABRAL, Manuel Villaverde (2003) "A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância", *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº 3: 513-533.

CALAFATE, Pedro, org. (2006) *Portugal como Problema. Século XX*, volumes III e IV, Lisboa: Público/Fundação Luso-Americana.

CARDOSO, Miguel Esteves (1986) *A Causa das Coisas*, Lisboa: Assírio e Alvim.

CARDOSO, Miguel Esteves (1990) *As Minhas Aventuras na República Portuguesa*, Lisboa: Assírio e Alvim.

CARPENTIER, Jean, LEBRUN, François (1993) *História da Europa*, Lisboa: Editorial Estampa.

CARVALHO, Joaquim Barradas de (1982) [1974] *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa: Livros Horizonte.

CASTELLS, Manuel (2003a) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da identidade*, vol. II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel (2003b) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O fim do milénio*, vol. III, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELO, Cláudia (1998) «O Modo Português de Estar no Mundo». *O Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.

CASTILHO, JOSÉ Manuel Tavares (1998) "O marcelismo e a construção europeia", *Penélope*, 18: 77-122.

CATROGA, Fernando (1985) "Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX", *Cultura - História e Filosofia*, vol. IV: 419-463.

COHN-BENDIT, Daniel, DUHAMEL, Olivier (1998) *Pequeno Dicionário do Euro*, Oeiras: Celta Editora.

CONNERTON, Paul (1993) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora.

CONNOR, Walker (1998) *Etnonacionalismo*, Madrid: Trama Editorial.

CORREIA, Natália (1988) *Somos Todos Hispanos*, Lisboa.

COUTINHO, Jorge (1995) *O Pensamento de Teixeira de Pascoaes*, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.

CUNHA, Norberto (1994) "Federalismo e transnacionalismo em Oliveira Martins", *Cadernos do Noroeste*, vol. 7 (1). 65-97.

CUNHA, Norberto (2001) "O salazarismo e a ideia da Europa" in Ernesto Castro Leal (coord.) *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, Lisboa: Edições Colibri: 153-179.

CUNHA, Luís (2001) *A Nação nas malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*, Porto: Edições Afrontamento.

CUNHAL, Álvaro (1998) "A União Europeia e a crise da independência/ identidade nacional/ soberania: 'finis patriae'?", *Portugal na Transição do Milénio*, s. l.: Edições Fim de Século.

DEFLEM, Mathieu, PAMPEL, Fred C. (1996) "The myth of post-national identity: popular support for European unification", *Social Forces*, 75 (1): 119-143.

DELANTY, Gerard (1998) "Social theory and European transformation: is there a European Society?" *Sociological Research Online*, vol. 3, nº 1, disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/3/1/1.html>, acedido em 22.09.2003.

DELANTY, Gerard, JONES, Paul R. (2002a) "European identity and architecture", *European Journal of Social Theory*, 5 (4): 453-466.

DELANTY, Gerald (2002b) *Inventing Europe. Idea, identity, reality*, Houndmills: Palgrave.

DIECKHOFF, Alain (2001) *A Nação em Todos os seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*, Lisboa: Instituto Piaget.

DIAS, Jorge (1971) *Estudos do Carácter Nacional Português*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

DIAS, Jorge (2004) *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

DOMINGUES, Joaquim (2002) *De Ourique ao Quinto Império. Para uma Filosofia da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa nacional - Casa da Moeda.

DRESSLER, Wanda (1999) "Europe: États, identités et territoires entre globalisation et cyberspace" in Wanda Dressler, Gabriel Gatti, Alfonso Pérez-Agote (eds.) *Les Nouveaux Repères de l'Identité en Europe*, Paris: L'Harmattan.

DURAND, Gilbert (2000) *Imagens e Reflexos do Imaginário Português*, Lisboa: Hugin.

DUROSELLE, Jean-Baptiste (1990) *História da Europa*, Lisboa: Círculo Editores.

DUROSELLE, Jean-Baptiste (1993) *L'Europe. Histoire de ses Peuples*, Paris: Perrin.

EÇA DE QUEIROZ (1947) [1900] *A Ilustre Casa de Ramires*, Porto: Lello & Irmão Editores.

EÇA DE QUEIROZ (1948) [1890-91] *Uma Campanha Alegre*, Porto: Lello & Irmão Editores.

EÇA DE QUEIRÓS (1987) [1901] *A Cidade e as Serras*: Ulisseia.

EMERSON, Rupert (1960) *From Empire to Nation*, Harvard University Press.

FERNANDES, José Marques (2004) "Mundividência federalista de Magalhães Lima", in Acílio Estanqueira Rocha, *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Braga: ILCH/CEH da Universidade do Minho.

FERREIRA, Pedro Moura (2007) "A idade conta? – Clivagens etárias nos valores e atitudes políticas e sociais dos europeus" in Jorge Vala, Anália Torres, *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 273-323.

FERRO, António (1949) *Estados Unidos da Saudade*, Lisboa: Edições SNI.

FEBVRE, Lucien (2001) *A Europa. Gênese de uma Civilização*, Lisboa: Teorema.

FIALHO DE ALMEIDA (1986) *Os Gatos*, Lisboa: Editora Ulisseia.

FREIRE, André (2003) "Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa" in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral, Alice Ramos (org.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 295-361.

FREYRE, Gilberto (s.d.) *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa: Livros do Brasil.

FREYRE, Gilberto (1961) *O Luso e o Trópico*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

FOUCAULT, Michel (1994) *História da Sexualidade*, Lisboa: Relógio d' Água.

GAMA, Manuel (2004) "Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa" in Acílio Estanqueira Rocha, *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Braga: ILCH/CEH da Universidade do Minho.

GATTI, Gabriel (1999a) "Habitando (astutamente) en las Ruínas del Mapa: el Aleph, la nación, los cronopios y las modalidades débiles de la identidad colectiva", *Política y Sociedad*, 30: 39-52)

GATTI, Gabriel (1999b) "Limites de l'identité et identités des limites: les modalités souples de l'identité collective", Wanda Dressler, Gabriel Gatti, Alfonso Pérez-Agote (eds.) *Les Nouveaux Repères de l'Identité en Europe*, Paris: L'Harmattan.

GATTI, Gabriel (2003) "Neo-vascos, jardines botánicos y representación sociológica. De la identidad como 'espectáculo habitable'", *Inguruak. Revista Vasca de Sociologia y Ciencia Política*, 37: 177-189.

GELLNER, Ernest (1983) *Nation and Nationalism*, Oxford: Basil Blackwell.

GIDDENS, Anthony (1992) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.

GIDDENS, Anthony (1994) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora.

GIL, José (1989) "Nação", *Enciclopédia Einaudi: Estado-Guerra*, vol. 14, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 276-305.

GIL, José (2004) *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa: Relógio d'Água.

GILLIS, John R. (ed.) "Memory and identity: the history of a relationship", *Commemorations. The Politics of National Identity*, New Jersey: Princeton University Presss.

GLASER, Barney, STRAUSS, Anselm (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Nova Iorque: Aldine de Gruyter.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1985) "Reflexão sobre Portugal e os Portugueses" in Maria Emília Cordeiro Ferreira, *Reflexões sobre a História e Cultura Portuguesa*, Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância.

GOMES, José Pedro (2006) *O País dos Jeitosos*, Lisboa: Ulisseia.

GONÇALVES, Albertino (2000) "Discursos de identidade, reificação e poder. Alguns apontamentos", *Sociedade e Cultura 1*, Cadernos do Noroeste, Série de Sociologia, Vol. 13 (1): 337-340.

GUTERRES, António (1997) "Portugal's role in Europe", *Mediterranean Quarterly*, vol.8 (3): 1-5.

HABERMAS, Jürgen (2000) "La constelación posnacional y el futuro de la democracia", *La Constelación Posnacional. Ensayos Políticos*, Barcelona: Ediciones Paidós.

HALL, Stuart (1996) "Introduction: Who needs identity?" in Stuart Hall, Paul du Gay, *Questions of Cultural Identity*, Londres: SAGE.

HAM, Peter van (2001) *European Integration and the Postmodern Condition. Governance, Democracy, Identity*, Londres: Routledge.

HASTINGS, Adrian (1997) *The Construction of Nationhood. Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge: Cambridge University Press.

HELLEINER, Eric (1997) *One nation, One Money. Territorial Currencies and the Nation-State*, Working Paper nº 17, Oslo: ARENA.

HELLEINER, Eric (2001) *One Money, One People? Political identity and the Euro*, Trent International Political Economy Centre, TIPEC Working Paper 01/6, disponible *on line* <http://www.trentu.ca/org/tipec/helleiner6.pdf>, Maio.2005.

HERZFELD, Michael (2002) "The European Self: rethinking an attitude" in Anthony Pagden, ed., *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge: Cambridge University Press.

HOBSBAWM, Eric (1990) *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*, Cambridge: Cambridge University Press.

HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence, eds. (1983) *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press.

HOMEM, Amadeu Carvalho (2001) "O tema do iberismo no republicanismo federalista português (1870-1910)" in Ernesto Castro Leal (coord.) *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, Lisboa: Edições Colibri: 81-88.

HUTCHINSON, John (1994) *Modern Nationalism*, Londres: Fontana Press.

INGLEHART, Ronald (1977) *The Silent Revolution*: Princeton University Press.

JAURÉGUI, Pablo (2002) "Europeanism versus Africanism. Europe as a symbol of modernity and democratic renewal in Spain", Mikael Malmberg, Bo Strath (2002) *The Meaning of Europe. Variety and Contention within and among Nations*, Oxford: Berg.

JODELET, Denise (1992) "L'idéologie dans l'étude des représentations sociales", Verena Aebischer *et. al.* *Idéologies et Représentations Sociales*, Cousset: Delval.

JOYCE, Christopher (2002) *Questions of Identity. A Selection from the Pages of New European*, Londres: I. B. Tauris Publishers.

JÜNGER, Ernst (2005 [1922]) *A Guerra como Experiência Interior*, Lisboa: Ulisseia.

KAUFMANN, Jean-Claude (2005) *A Invenção de Si. Uma Teoria da Identidade*, Lisboa: Instituto Piaget.

KERTZER, David (1988) *Ritual, Politics, and Power*, New Haven: Yale University Press.

KRUEGER, Richard (1998) *Analysing and Reporting Focus Group Results*, Thousand Oaks: SAGE.

LEONE, Carlos (2005) *Portugal Extemporâneo. História das Ideias do Discurso Crítico Português no Século XX*, Vol. I e II, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1977) *L'Identité*, Paris: PUF.

LLOBERA, Josep (2000) *O Deus da Modernidade. O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*, Oeiras: Celta Editora.

LOBO, Marina Costa (2005) "Atitudes dos portugueses perante a EU: perspectivas sociais e políticas" in Sebastian Royo, org., *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um Balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: 139-160.

LOPES, António Cordeiro (2001) "A União Federal Europeia na imprensa portuguesa (1929-1930) in Ernesto Castro Leal (coord.) *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, Lisboa: Edições Colibri.

LOURENÇO, Eduardo (1988) *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LOURENÇO, Eduardo (1994a) *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa: Edições Visão.

LOURENÇO, Eduardo (1994b) *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

LOURENÇO, Eduardo (1999) *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa: Gradiva.

LOURENÇO, Eduardo (2004) *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e outros Ensaios*, Lisboa: Gradiva.

LUKACS, Georg (1963) *La Théorie du Roman*, Paris: Éditions Gonthier.

LUNA-AROCAS, Roberto, et al. (2001) "The euro and European identity: the Spanish and Portuguese case", *Journal of Economic Psychology*, 22: 441-460.

LUNT, Peter, LIVINGSTONE, Sonia (1996) "Rethinking focus group in media and communications research", *Journal of Communication*, 46 (2): 79-98.

LUTZ, Wolfgang, KRITZINGER, Sylvia, SKIRBEKK, Vegard (2006) "The demography of growing European identity",

www.iiasa.ac.at/research/Popnet/lutzuppio2006.pdf , 29.05.2007.

MAGALHÃES, Isabel Allegro (1995) "Aquém e além. Espaços estruturantes da identidade portuguesa", *O Sexo dos Textos*, Lisboa: Editorial Caminho.

MAGALHÃES, José Calvet de (1997) *Portugal na Europa: O Caminho Certo*, Venda Nova: Bertrand Editora.

MAGONE, José M. (1997) *European Portugal. The difficult road to sustainable democracy*, Londres: MacMillan Press.

MAGONE, José M. (1998) "A integração europeia e a construção da democracia portuguesa" in *Penélope*, 18: 123-163.

MALMBORG, Mikael, STRATH, Bo (2002) *The Meaning of Europe. Variety and Contention within and among Nations*, Oxford: Berg.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2007) *Portugal, Identidade e Diferença. Aventuras da Memória*, Lisboa: Gradiva.

MARTINS, Hermínio (1998) "O federalismo no pensamento político português", *Penélope*, 18: 13-49.

MARTINS, Moisés (1996) *Para uma Inversa Navegação*, Porto: Edições Afrontamento.

MATOS, Sérgio Campos (1990) *História, Mitologia, Imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa: Livros Horizonte.

MATOS, Sérgio Campos (1999) "António Sérgio, europeísta?", *A Construção da Europa*, Lisboa: Edições Colibri.

MATOS, Sérgio Campos (2001) "Oliveira Martins e o federalismo oitocentista" *in* Ernesto Castro Leal (coord.) *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, Lisboa: Edições Colibri.

MATTOSO, José (1998) *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.

MAURÍCIO, Carlos (2005) *A Invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MEDINA, João (2001) "O euro, moeda federal e dessacralizada" *in* Ernesto Castro Leal (coord.) *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, Lisboa: Edições Colibri.

MEIER-PESTI, Katja, KIRCHLER, Erich (2003) "Nationalism and patriotism as determinants of European identity and attitudes toward the euro", *Journal of Economic Psychology*, 32: 685-700.

MENÉNDEZ-ALARCÓN, Antonio V. (1995) "National identities confronting European integration", *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol 8, nº 4. 543-562.

MIRANDA, João (2000) *A Ideia de Europa em Portugal na Época de D. João V*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

MÓNICA, Maria Filomena (1996) *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1830*, Lisboa: ICS/Quetzal.

MÓNICA, Maria Filomena (1997) "A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995" in António Barreto, *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

MONTEIRO, Manuel (1994) *Viva Portugal. Uma Nova Ideia da Europa*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

MORGAN David L. (1997) *Focus groups as qualitative research*, Thousand Oaks: SAGE

MÜLLERS-PETERS, Anke (1998) "The significance of national pride and national identity to the attitude toward the single European currency. A Europe-wide comparison", *Journal of Economic Psychology*, 19: 701-719.

MÜLLERS-PETERS, Anke, PEPEMANS, Roland, KIELL, Guido, FARHANGMER, Minoo, eds. (2001) *The Psychology of European Monetary Union: A Cross-National Study of Public Opinion Towards the Euro*, Compostela Group Universities.

OLIVEIRA MARTINS (1984) *História da Civilização Ibérica*, Lisboa: Guimarães Editores.

OLIVEIRA MARTINS (1986) *Portugal Contemporâneo I*, Lisboa: Guimarães Editores.

PINA-CABRAL, João (2002) "Agora tu podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciações no mundo da lusotopia" (Working Paper), www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/index.htm

PINTO, José Madureira (1991) "Considerações sobre a produção social da identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32: 217-231.

PINTO, António Costa, TEIXEIRA, Nuno Severiano (2005) "Portugal e a integração europeia, 1945-1986", *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PIRES, Francisco Lucas (1992) *O Que é a Europa*, Lisboa: Difusão Cultural.

POUILLON, Jean (1975) *Fétiches sans Fétichismes*, Paris: Maspéro.

QUADROS, António (s.d.) *O Que é o Ideal Português*, Lisboa: Edições Tempo.

QUADROS, António (1986) *Portugal. Razão e Mistério I*, Lisboa: Guimarães Editores.

QUADROS, António (1989) *A Ideia de Portugal nos Últimos Cem Anos*, Lisboa: Fundação Lusíada.

QUENTAL, Antero, *et ali.* (2005) *Os Conferencistas do Casino*, Porto: Fronteira do Caos.

RAMALHO ORTIGÃO (1947) *Carta de um Velho a um Novo*, Lisboa: Edições Gama.

RAMOS, Alice (2007) "Dinâmicas dos valores sociais e desenvolvimento económico" in Jorge Vala, Anália Torres, *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 183-218.

REAL, Miguel (1998) *Portugal. Ser e Representação*, Lisboa: Difel.

REAL, Miguel (2007) *A Morte de Portugal*, Porto: Campo das Letras.

RENAN, Ernest (1992) [1882] *Qu'est-ce qu'une Nation?*, s.l.: Pocket.

RIBEIRO, Rita (2004) "A Nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo", *Sociedade e Cultura* 6, Cadernos do Noroeste, Série de Sociologia, Vol. 22 (1-2): 85-96.

RIBEIRO, Sérgio (1997) *Não à Moeda Única. Um Contributo*, Lisboa: Editorial "Avante!".

ROLLO, Maria Fernanda (1998) "Salazar e a construção europeia", *Penélope*, 18: 51-76.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1988) [1763] *Proyecto de Constitución para Córcega*, Madrid: Tecnos.

SÁ, Luís de, dir. (1994) *Uma Ideia para a Europa: Uma Nova Política para Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

SABLOSKY, Juliet Antunes (1996) "A actividade partidária transnacional e as relações de Portugal com a Comunidade Europeia", *Análise Social*, vol. XXXI (138): 1007-1020.

SANTOS, Boaventura Sousa (1994) *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Leonel Ribeiro (2001) "Republicanismo e cosmopolitismo. A contribuição de Kant para a formação da ideia moderna de federalismo" in Ernesto Castro Leal (coord.) *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, Lisboa: Edições Colibri.

SARAIVA, António José (1996) *A Tertúlia Ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros*, Lisboa: Gradiva.

SARAMAGO, José (1986) *A Jangada de Pedra*, Lisboa: Caminho.

SCHENSUL, Jean *et al.* (1999) *Enhanced ethnographic methods 3*, Walnut Creek: Altamira Press: 51-114.

SCHULZE, Hagen (1997) *Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa: Editorial Presença.

SEALE, Clive (1999) *The Quality of Qualitative Research*, Thousand Oaks: SAGE.

SÉRGIO, António (1980) *Ensaios*, VIII tomos, Lisboa: Sá da Costa Editora.

SHORE, Cris, BLACK, Annabel (1994) "Citizen's Europe and the construction of european identity", Victoria Goddard, Josep Llobera, Cris Shore, eds. *The Anthropology of Europe. Identities and Boundaries in Conflict*, Oxford: Berg.

SIDJANSKI, Dusan (2001) *Para um Federalismo Europeu. Uma Perspectiva Inédita sobre a União Europeia*, Cascais: Principia.

SILVA, Agostinho da (1988) *Um Fernando Pessoa*, Lisboa: Guimarães Editores.

SILVA, Agostinho da (1990) *Educação de Portugal*, Lisboa: Ulmeiro.

SILVA, Augusto Santos, JORGE, Vítor Oliveira, orgs. (1993) *Existe uma Cultura Portuguesa?*, Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Augusto Santos (1994) "O poliedro Oliveira Martins" *Cadernos do Noroeste*, vol. 7 (1): 111-121.

SILVA, Aníbal Cavaco (1997) *Portugal e a Moeda Única*, Lisboa: Verbo.

SILVA, António Martins (2000) *Portugal entre a Europa e Além-mar*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, António Martins (2005) *Portugal e a Europa – Distanciamento e Reencontro*, Viseu: Palimage Editores.

SILVEIRINHA, Maria João (2007) "Organizing experience: the launch of the European currency in the Portuguese press", *South European Society and Politics*, 12:1: 23-38.

SMITH, Anthony D. (1997) *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.

SMITH, Anthony D. (1999) *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Oeiras: Celta Editora.

SOARES, António Goucha (2007) "Portugal and the European Union: the ups and downs in 20 years of membership", *Perspectives on European Politics and Society*, vol. 8, nº 4: 460-475.

SOBRAL, José Manuel (1999) "Da casa à nação: passado, memória, identidade", *Etnográfica*, vol. III (1): 71-86.

SOBRAL, José Manuel (2003) "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português", *Análise Social*, vol. XXXVI (165): 1093-1126.

SOUSA, Teresa (2002) "O Euro e a integração europeia de Portugal", *Estratégia – Revista de estudos internacionais*, nº 17: 103-118.

SPÍNOLA, António (1974) *Portugal e o Futuro*, s.l.: Arcádia.

STRATH Bo (2002) "A european identity. To the historical limits of a concept", *European Journal of Social Theory*, 5 (4): 387-401.

STEINER, George (2005) *A Ideia de Europa*, Lisboa: Gradiva.

TAMBIAH, Stanley J. (1996) "The nation-state in crisis and the rise of ethnonationalism" in Edwin N. Wilmsen, Patrick Mcallister, *The Politics of Difference. Ethnic premises in a World of Power*, Chicago: The University of Chicago Press.

TAVARES, Gonçalo M. (2006) *Breves Notas sobre Ciência*, Lisboa: Relógio d'Água.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1987) "Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês", *Análise Social*, vol. XXIII (98), 4º: 687-719.

TEIXEIRA DE PASCOAES (1988) *A Saudade e o Saudosismo*, Lisboa: Assírio & Alvim.

TEIXEIRA DE PASCOAES (1991) *Arte de Ser Português*, Lisboa: Assírio & Alvim.

THERNBORN, Göran (1995) *European Modernity and Beyond: The Trajectory of European Societies 1945-2000*, Londres: SAGE.

TORGA, Miguel (1965) *Poemas Ibéricos*, Coimbra.

TÖRQUIST-Plewa, Barbara (2002) "The complex of an unwanted child: the meaning of Europe in Polish discourse", Mikael Malmborg, Bo Strath (2002) *The Meaning of Europe. Variety and Contention within and among Nations*, Oxford: Berg.

TOURAINÉ, Alain (1994) *Crítica da Modernidade*, Lisboa: Instituto Piaget.

TOURAINÉ, Alain (2001) *A Procura de Si: Diálogos sobre o Sujeito*, Lisboa: Instituto Piaget.

UCHA, Isabel, SANDE, Paulo de Almeida (1999) *Como Viver com o Euro*, Cascais: Principia.

VALA, Jorge (1993) "Valores sócio-políticos" in Luís de França, *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, s.d.: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

VENTURA, António (1999) "A Europa no pensamento republicano português oitocentista" in Sérgio Campos Matos, *A Construção da Europa. Problemas e Perspectivas*, Lisboa: Edições Colibri.

WEED, Mike (2008) "A potential method for the interpretative synthesis of qualitative research: issues in the development of 'meta-interpretation'", *International Journal of Social Research Methodology*, 11-1: 13-28.

WEMANS, Jorge (1990) "A construção da Europa na comunicação social portuguesa", *Corpo e Espírito da Europa. A dimensão ética*, Faculdade de Teologia da Universidade católica Portuguesa/ Editorial Verbo.

WODAK, Ruth, CILLIA, Rudolf, REISIGL, Martin, LIEBHART, Karl (1999) *The Discursive Construction of National Identity*, Edinburgh: Edinburgh University Press.

Documentos institucionais

Eurobarómetro (Standard), Comissão Europeia, do nº 14 (Dezembro de 1980) ao nº 65 (Primavera de 2006).

Flash Eurobarometer, Comissão Europeia, 131, 132/2, 139, 140, 142/2, 153, 159/2, 165, 175 e 193.

Comissão Euro, Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, Centro de Informação Jacques Delors (1998) *O Euro, uma moeda para muitos países*, Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Comissão Europeia (1998) *Quando chegará o Euro aos nossos bolsos?*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia (1995) *EuroZé, a caminho das estrelas*.

Ministério da Educação (1999) *Euro. A unidade na diversidade*, Ministério da Educação – Departamento do Ensino Secundário.

Banco de Portugal (2001) *O Euro de A a Z*.

Banco de Portugal (2001) *Introdução das Notas e Moedas de Euros*.

Banco de Portugal (2001) *EURO, a NOSSA moeda*.

Sítios na Internet

<http://www.bportugal.pt/>

<http://www.ecb.int>

ANEXO

Descrição dos grupos de foco

Para uma melhor compreensão do material empírico utilizado na investigação, passo a caracterizar, sucintamente, cada um dos grupos reunidos.

Grupo 1

Data: 09 de Dezembro de 2004

Local: Universidade do Minho, Campus de Gualtar

Duração: 2h 10m

Composição: 5 elementos (um sexto elemento recrutado não pôde comparecer)

Nome	Sexo	Idade	Habilitações	Profissão	Conc. naturalidade
Bernardo	M	42	9º ano	Funcionário Públ.	Braga
Célia	F	30	Licenciatura	Func. Técnica	Vouzela
Filipe	M	26	Freq. Univ.	Estudante	Porto
Mónica	F	20	Freq. Univ	Estudante	V. N. Famalicão
Sérgio	M	25	Licenciatura	Prof. Univers.	Viana do Castelo

Grupo 2

Data: 25 de Fevereiro de 2005

Local: Paróquia de Nossa Senhora da Areosa, Porto

Duração: 2h

Composição: 6 elementos

Nome	Sexo	Idade	Habilitações	Profissão	Conc. naturalidade
Conceição	F	54	Licenciatura	Técnica Superior	Lisboa
Henrique	M	72	9º ano	Reformado	Bragança
Joana	F	28	12º ano	Deleg. Inf. Médica	Porto
Mariana	F	61	Licenciatura	Reformada	Ribeira de Pena
Renata	F	21	Freq. Univ.	Estudante	Porto
Virgílio	M	77	12º ano	Escultor	Gondomar

Grupo 3

Data: 25 de Fevereiro de 2005

Local: residência de um dos participantes, Porto

Duração: 2h 5m

Composição: 6 elementos

Nome	Sexo
Adelaide	F
Esmeralda	F
Joaquim	M
Manuel	M
Odete	F
Rosa	F

* Dadas as circunstâncias em que o grupo foi realizado, não foi possível obter dados completos acerca dos participantes. O grupo era composto por pessoas entre os 45 e os 70 anos, com formação de nível secundário e superior.

Grupo 4

Data: 07 de Julho de 2005

Local: Associação Comercial de Braga

Duração: 2h 30m

Composição: 4 elementos

Nome	Sexo	Idade	Habilitações	Profissão	Conc. naturalidade
Alexandre	M	28	12º ano	Gerente	Braga
Carlos	M	37	Licenciatura	Empresário	Vila do Conde
Rui	M	29	Licenciatura	Consultor de gestão	V. N. Famalicão
Xavier	M	43	12º ano	Gerente comercial	Braga

Grupo 5

Data: 15 de Novembro de 2005

Local: Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Chaves

Duração: 1h 30m

Composição: 3 elementos (3 elementos recrutados não compareceram)

Nome	Sexo	Idade	Habilitações	Profissão	Conc. naturalidade
Domingos	M	56	4º ano	Agricultor	Chaves
Graça	F	68	9º ano	Reformada	V. N. Cerveira
Helena	F	68	analfabeta	Reformada	Braga

Grupo 6

Data: 25 de Maio de 2006

Local: Universidade do Minho, Campus de Gualtar

Duração: 1h 40m

Composição: 6 elementos, estudantes da Universidade do Minho que estudaram no estrangeiro ao abrigo do Programa Erasmus

Nome	Sexo	Idade	Freq. Licenciatura	País Erasmus
Álvaro	M	22	Optometria	Espanha
Flávio	M	22	Física	Reino Unido
Hélder	M	22	Direito	Lituânia
Lígia	F	25	Física	Alemanha
Margarida	F	29	Rel. Internacionais	França
Rafael	M	21	Optometria	Espanha

Grupo 7

Data: 07 de Dezembro de 2005

Local: Universidade do Minho, Campus de Gualtar

Duração: 1h 30m

Composição: 4 elementos, estudantes estrangeiros a estudar na Universidade do Minho ao abrigo do Programa Erasmus

Nome	Sexo	Idade	País de origem	Licenciatura
Annu	F	20	Finlândia	Rel. Políticas Internac.
Lucie	F	21	República Checa	Línguas
Ozzy	M	22	Turquia	Economia
Riikka	F	20	Finlândia	Negócios Internacionais

Guião de tópicos abordados

- [colocar bandeiras de Portugal e da União Europeia sobre a mesa] o que ocorre dizer sobre as bandeiras, que significado têm;
- significado da moeda europeia; se a adesão ao euro os tornou mais europeus; se regressariam ao escudo;
- possibilidade de Portugal ter constituído uma "União Lusófona" com os países de expressão portuguesa, em lugar de ter aderido à Comunidade Europeia;
- memória da *efervescência patriótica* do Euro 2004.